



---

# OS DESAFIOS DO FUTURO



**CPLP**  
Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa

### Esta obra tem Realidade Aumentada



**1**

Faça o download da app CPLP 18 Anos na Apple Store ou Google Play.



**2**

Procure pelas páginas com este símbolo.



**3**

Faça Play, aponte e viva a experiência!

Também funciona na capa.

# ÍNDICE

## CAPÍTULO I - A CPLP E OS DESAFIOS DO FUTURO

Mensagem do Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Murade Murargy.....	6
<b>“A crescente relevância da Comunidade”</b> – Artigo de opinião de S. Ex.ª O Presidente da República de Moçambique e Presidente em Exercício da CPLP, Armando Emílio Guebuza.....	8
<b>“A importância da Cimeira de Díli”</b> - Artigo de opinião de S. Ex.ª O Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos.....	9
<b>“Aos 18 anos, a CPLP pode olhar o futuro com confiança”</b> – Artigo de opinião de S. Ex.ª O Presidente da República Democrática de Timor-Leste, Taur Matan Ruak.....	10
<b>“A nova etapa da CPLP”</b> – Artigo de opinião de S. Ex.ª Senhor Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste, Xanana Gusmão.....	11
<b>“A aposta da CPLP: ousadia e pragmatismo”</b> - Artigo de opinião de S. Ex.ª Ex. Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso.....	12
<b>“A Comunidade virada para o futuro”</b> - Artigo de opinião do Secretário Executivo da Comissão Económica das Nações Unidas para África, Carlos Lopes.....	14
<b>“A maioria da CPLP”</b> – Artigo de opinião do Ex. Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Luís Fonseca.....	16
<b>“A criação da CPLP e os seus desafios”</b> – Artigo de opinião do Embaixador de Moçambique, Pedro Comissário.....	18

## UMA OPORTUNIDADE HISTÓRICA

Intervenção de S. Ex.ª O Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva, na Conferência à margem da inauguração da Sede da CPLP.....	22
Intervenção de S. Ex.ª O Ex-Presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano, na Conferência à margem da inauguração da Sede da CPLP.....	24
Intervenção de S. Ex.ª O Ex-Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, na Conferência à margem da inauguração da sede da CPLP.....	26
Intervenção de S. Ex.ª O Ex-Presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires, na Conferência à margem da inauguração da Sede da CPLP.....	28

## CAPÍTULO II - A INSTITUIÇÃO

A Fundação.....	32
Os Estatutos.....	34
Os Órgãos.....	35
Cimeiras da CPLP.....	37
Galeria – As Presidências em Exercício.....	39
Galeria – Os Secretários Executivos.....	40
Representações Permanentes junto da CPLP.....	41
Os Estados-membros	
Angola.....	42
Brasil.....	43
Cabo Verde.....	44
Guiné-Bissau.....	45
Moçambique.....	46
Portugal.....	47
São Tomé e Príncipe.....	48
Timor-Leste.....	49
CPLP em Ficha.....	50
Mapa Espaço CPLP.....	52
<b>“CPLP: convergindo na diversidade”</b> – Artigo de opinião do Representante Permanente de Angola junto da CPLP, Embaixador Hélder Lucas.....	54
<b>“O desafio de administrar o êxito”</b> - Artigo de opinião do Representante Permanente do Brasil junto à CPLP, Embaixador José Roberto de Almeida Pinto.....	55
<b>“CPLP - Um espaço de oportunidades”</b> - Artigo de opinião da Embaixadora de Cabo Verde em Portugal e junto da CPLP, Madalena Neves.....	56
<b>“CPLP: Dezoito anos de construção dos alicerces para o futuro”</b> - Artigo de opinião do Representante Permanente de Moçambique junto da CPLP, Embaixador Faizal Cassam.....	58
<b>“Uma reflexão sobre o futuro da CPLP”</b> - Artigo de opinião do Representante Permanente de Portugal junto da CPLP, Carlos Pereira Marques.....	59
<b>“A importante conquista da maioria”</b> - Artigo de opinião do Embaixador de São Tomé e Príncipe em Portugal e junto da CPLP, Luís Guilherme D’Oliveira Viegas.....	62
Acordos, protocolos e convénios.....	63
Centro de Documentação.....	65
Arquivo histórico.....	66

### CAPÍTULO III - A ATUAÇÃO COMUNITÁRIA

#### COOPERAÇÃO EM TODOS OS DOMÍNIOS

Cooperação consolida Comunidade .....	68
Desenvolvimento dos recursos humanos em Saúde na CPLP .....	70
O Centro de Formação Médica Especializada .....	73
Turismo facilita desenvolvimento .....	74
Estratégia para os Oceanos.....	75
Trabalho e Solidariedade .....	78
Direitos Humanos de pessoas com deficiência.....	82
Eliminação da violência contra as mulheres.....	84
Combate ao tráfico de seres humanos.....	85
Projeto Capoeira .....	87
Segurança Alimentar e Nutricional .....	88
CPLP nas Escolas .....	91
1ª Conferência de Governo Eletrónico.....	92
Alfândegas .....	93

#### AÇÃO CULTURAL E LÍNGUA PORTUGUESA

Promoção da Língua Portuguesa e da Cultura.....	96
<b>“CPLP, cooperar é integrar”</b> – Artigo de opinião da Reitora Pró-Tempore da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Nilma Lino Gomes .....	98
Educação, promoção e difusão da Língua Portuguesa .....	99
Acordo Ortográfico .....	102
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior .....	104
Três Espaços Linguísticos.....	106
Dia da Língua e da Cultura na CPLP .....	107
1.ª Edição DOCTV CPLP.....	108
Os Museus .....	110
O Desporto .....	111
A Cultura.....	112

#### CONCERTAÇÃO POLÍTICO-DIPLOMÁTICA

Consolidação e dinamismo .....	114
Grupos CPLP .....	116
Observação Eleitoral .....	117
Guiné-Bissau conta com empenho da CPLP.....	118
Adesão da Guiné Equatorial como membro de pleno direito.....	120
Defesa e Segurança .....	122
Circulação de pessoas .....	124

#### COOPERAÇÃO ECONÓMICA

Finanças .....	128
Comércio.....	129
A Confederação Empresarial da CPLP.....	130
<b>“A importância da CPLP”</b> – Artigo de opinião do Presidente da Confederação Empresarial da CPLP, Dr. Salimo Abdula .....	131
Fórum Macau .....	132

#### ABERTURA INSTITUCIONAL

Estatuto de Observador Associado .....	134
Estatuto de Observador Consultivo .....	136
Embaixadores de Boa-Vontade e Prémio José Aparecido de Oliveira.....	140
Sociedade Civil da CPLP.....	141
Observadores Consultivos realizam conferências.....	142
Fórum da Sociedade Civil sobre Saúde Pública.....	143
Juventude.....	144
Algumas Redes no espaço CPLP.....	145
Momentos CPLP.....	146
Os Media em Língua Portuguesa .....	147
A criação de uma televisão CPLP .....	149

#### CRONOLOGIA DE ALGUNS DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Principais datas e acontecimentos .....	152
Ficha técnica e parceiros.....	161



## CAPÍTULO I

---

# A CPLP E OS DESAFIOS DO FUTURO

# OS DESAFIOS DO FUTURO

**Q**uando assumi a liderança do Secretariado Executivo da CPLP tinha em mente para o meu mandato duas linhas mestras. Em primeiro lugar, o tema da Presidência Moçambicana: a Segurança Alimentar e Nutricional. Em segundo lugar, repensar a nossa Organização com vista a dotar o Secretariado Executivo de maior dinamismo e capacidade de iniciativa e actuação. O Secretário Executivo deveria possuir uma maior liberdade de actuação, uma célere capacidade de resposta aos desafios que se colocam à Organização.

Nestes quase dois anos do meu mandato como Secretário Executivo da CPLP, coincidentes com o exercício da Presidência Moçambicana, tiveram lugar diversas actividades relevantes que não deixaram de ser um desafio permanente à nossa capacidade de imaginação e criatividade.

No limiar dos 18 anos da nossa organização, impunha-se, do nosso ponto de vista, “Repensar a CPLP para os próximos 10 anos”. Este posicionamento foi impulsionado por uma nova dinâmica do mundo e pelas grandes mudanças que estão a ocorrer e ainda estão ocorrendo nos nossos países. O contexto internacional na altura da constituição da CPLP era caracterizado pelo fim da guerra fria e da bipolarização do mundo. Ao nível interno, os nossos países enfrentavam desafios que revestiam-se de características muito distintas: Angola encontrava-se num contexto de guerra e o Brasil fazia face às dificuldades impostas pela crise financeira como resultado da introdução do plano real. Cabo-Verde lançava as bases para a afirmação da democracia pluripartidária e a Guiné-Bissau vivia uma experiência democrática dinâmica antes de mergulhar na presente era de conflitos. Moçambique recém-saído da guerra de destabilização procurava estruturar-se, ensaiando os primeiros passos de democracia multipartidária e Portugal enfrentava os desafios da integração europeia. São Tomé e Príncipe conservava a estabilidade democrática não obstante a ocorrência de alguns episódios de conflitos a nível institucional e Timor-Leste lutava heroicamente pela afirmação da sua autodeterminação. Hoje, esta situação alterou-se radicalmente e cada um dos nossos países procura ajustar-se aos novos

tempos de mudanças catalisadas pelo fenómeno da globalização e pela descoberta de novos recursos que lhes permitem atingir novos níveis de crescimento, criando condições propícias para o seu desenvolvimento económico e social. Inspirados por este quadro, lançámos o debate sobre o Futuro da CPLP, tendo, no desempenho das minhas funções, proferido várias palestras em todos os Estados-membros e para diversos públicos-alvo – desde militares, a professores ou estudantes. Destes debates recolhi importantes contribuições que permitiram a elaboração de um projecto de Declaração sobre a nova Visão Estratégica da CPLP para 2015-2025. Este projecto propõe uma Nova Visão Estratégica da CPLP, ao definir uma agenda comum para a próxima década, no quadro do reforço dos mecanismos de concertação política e diplomática entre os Estados membros, em prol da preservação e afirmação dos seus legítimos interesses e dos da Organização no cenário internacional. Ao longo destes quase dezoito anos da existência da CPLP, os Estados-membros têm manifestado inequivocamente a sua vontade política de continuar vinculados aos compromissos assumidos no âmbito da prossecução dos interesses comuns, participando nas instituições e órgãos da Comunidade e apoiando o seu funcionamento. Neste sentido, a CPLP provou ser uma Organização séria, credível e viável. Senão, vejamos, a CPLP, no decurso deste período, registou progressos que abrem perspectivas e permitem almejar novos patamares no processo de construção e permanente consolidação da Organização. Os três pilares que sustentam a CPLP nomeadamente, a Língua Portuguesa, a Concertação Político-Diplomática e a Cooperação viram-se reforçados. A Concertação Político-Diplomática sobre os grandes assuntos de interesse comum e da agenda internacional intensificou-se, a Língua Portuguesa tem sido cada vez mais utilizada como língua de trabalho nas organizações internacionais e a Cooperação intracomunitária estendeu-se aos mais diversos domínios. A CPLP goza, hoje, de maior prestígio e projecção internacional e tem suscitado maior interesse junto de instituições da sociedade civil e de países terceiros que pretendem obter o Estatuto de Observador Associado ou Consultivo da CPLP.

Como podemos verificar, através da CPLP, temos conseguido alargar o espaço de relacionamento entre os nossos países como, também, temos podido redimensionar e ampliar a nossa presença no mundo inteiro. Não obstante estas vitórias alcançadas ao longo destes dezoito anos, não podemos perder de vista que a CPLP tem, ainda, um importante e longo caminho a percorrer. As disparidades ainda prevalentes em termos de desenvolvimento económico e social entre os Estados-membros, as limitações que se colocam à livre circulação no espaço da Comunidade, o desconhecimento das realidades dos restantes Estados-membros por parte dos cidadãos para além do seu próprio país e as formas ainda incipientes de participação e intervenção dos cidadãos na vida da Comunidade são constrangimentos que deverão ser superados. Refiro-me a uma estratégia comum para o futuro, com uma definição de objetivos estáveis que sirvam de esteio à contínua progressão e consolidação da Organização, paralelamente ao Desenvolvimento Socioeconómico e à consolidação da Paz, Soberania, Democracia e Estado de Direito. Nestes tempos de mudança, em que os efeitos da globalização se manifestam na economia e nos fluxos da informação e até da migração humana, configuram-se novos paradigmas que dão lugar à reinvenção do papel dos Estados e das Organizações Internacionais. Por outro lado, a disputa pelo acesso aos recursos naturais, em particular dos recursos energéticos, tende a acentuar-se nas próximas décadas colocando, com maior acuidade, a necessidade de salvaguardar os interesses dos Estados e povos detentores desses recursos, onde se incluem alguns dos nossos países, de garantir a geração de equilíbrios ambientais bem como da gestão sustentada dos mesmos em benefício das presentes e futuras gerações. Paralelamente, o impacto da economia do Conhecimento exige novos paradigmas no domínio do Saber e do Fazer onde a interdisciplinaridade e a partilha desse Conhecimento assumem uma função proeminente.

## O NOVO IMPULSO

A Visão da CPLP para a próxima década (2015-2025) deverá permitir que, a partir das conquistas



◆ *Embaixador  
Murade Murargy  
Secretário  
Executivo  
da CPLP*

alcançadas, os Estados-membros dão um novo impulso aos seus esforços e redefinem um projeto comum de acordo com os postulados da Declaração Constitutiva, estabelecendo uma nova arquitetura institucional em conformidade com as suas linhas de orientação estratégica. Trata-se de criar um novo modelo que, em melhores condições, garanta a formulação de respostas aos desafios dos novos tempos.

A CPLP, como podem ler e ver, de maneira muito sintética, nesta obra, deverá consolidar a focalização na contínua aproximação entre os povos e Estados da Comunidade, na promoção do desenvolvimento, da justiça social, da elevação do nível de vida e do bem-estar dos seus povos através de parcerias económicas e cooperação solidária. A CPLP deverá continuar a contribuir para a promoção dos valores universais da Paz, da Democracia e dos Direitos Humanos e para a consolidação das instituições do Estado de Direito como garante da

boa governação e modernização dos Estados-membros.

O pilar da Segurança e da Defesa nomeadamente, no que diz respeito à consolidação da paz e da estabilidade é considerado elemento estruturante num Estado de Direito. Esta vertente deve ser incluída na agenda para a cooperação multilateral, tornando-se necessário apostar na criação de mecanismos que agilizem a prevenção bem como respostas concertadas e rápidas a situações de instabilidade política e militar.

De maneira muito pragmática, o foco da CPLP do futuro deverá residir num projeto comum que assegure a convergência dos interesses nacionais dos Estados-membros, que lhes proporcione benefícios, através de uma clara definição de objetivos estratégicos tendo em conta a inserção geopolítica e os compromissos assumidos por cada Estado-membro em matéria de integração regional. Assim, não devemos esquecer a agenda

pós-2015, a qual poderá potenciar toda a riqueza que a diversidade cultural e linguística representa, explorando as complementaridades e propiciando mecanismos que facilitem uma maior aproximação da sociedade civil dos Estados-membros. A CPLP deverá continuar a aprofundar o seu carácter de plataforma de intercâmbio, inclusão e partilha entre os povos, através do aperfeiçoamento e da implementação dos instrumentos que facilitem a mobilidade e a circulação de pessoas e bens no seio da Comunidade.

O investimento no capital humano, a aposta na educação de qualidade e na formação profissional, a construção do espaço de ensino superior e o desenvolvimento nos domínios da inovação, da ciência e das novas tecnologias de informação e de comunicação devem constituir objetivos de primeira ordem dos Estados-membros da CPLP, pois, constituem setores estruturantes dos processos de transformação social e potenciam a melhoria das condições e da qualidade de vida dos cidadãos.

Nesta senda, a CPLP deve reforçar o espaço de cooperação empresarial fomentando a criação do melhor ambiente de negócios que sirva, de forma equilibrada e equitativa, os interesses dos Estados-membros. De igual modo, deverá dinamizar a promoção da triangulação dos negócios entre empresas e agentes económicos dos Estados-membros e destes com outros oriundos de espaços regionais e sub-regionais diferentes. Neste domínio, o papel da Confederação Empresarial da CPLP é crucial e determinante.

A falta de contiguidade geográfica e a inserção dos nossos países em diferentes regiões do mundo, a existência de uma extensa área marítima, o considerável potencial económico e estratégico representado pelo mar, as perspetivas favoráveis no domínio energético, o perfil etnográfico variado e a diversidade cultural que caracterizam o espaço da CPLP, mais do que desafios, constituem um importante património comunitário que deve ser continuamente valorizado e potenciado em benefício da Comunidade.

Do ponto onde estamos hoje, a CPLP pode sair vencedora face aos Desafios do Futuro. Por isso, é necessária a reafirmação da vontade política de todos os Estados-membros.

# A CRESCENTE RELEVÂNCIA DA COMUNIDADE

**É** para nós, motivo de grande honra, privilégio e prazer, tomar parte neste testemunho da vitalidade, prestígio e crescente relevância da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa neste momento em que nos preparamos para celebrar o décimo oitavo aniversário da sua criação.

Na verdade, registamos, com satisfação, os progressos que ao longo destes 18 anos a CPLP alcançou na consolidação dos objectivos que nortearam a sua criação. São progressos que hoje alicerçam o reconhecimento que a CPLP granjeia ao nível dos Estados Membros e ao nível internacional. Neste prisma, a sua maturidade político-diplomática projecta-a para um elevado estatuto de actor de grande relevo na formulação de respostas aos complexos desafios de desenvolvimento, da paz e da segurança nos seus Estados Membros e a nível internacional.

Ao celebrarmos os avanços registados, ao contemplarmos o percurso já trilhado e ao aquilatar os desafios superados, devemos, ao mesmo tempo, reflectir sobre a CPLP que queremos para o futuro.

Neste contexto, estamos convictos que para o sucesso da CPLP de futuro e com futuro no futuro três novos desafios despontam no horizonte:

O primeiro prende-se com a necessidade desta nossa organização se manter como um factor de agregação de sinergias ao nível político, da sociedade civil, do sector privado e dos parceiros internacionais, capitalizando as experiências, conhecimentos e potencialidades. O segundo desafio incide sobre a nossa cooperação que deve privilegiar as áreas nas quais haja vantagens comparativas para a concretização



◆ Armando Emílio Guebuza  
(Presidente da República de Moçambique e Presidente em Exercício da CPLP)

“...registamos, com satisfação, os progressos que ao longo destes 18 anos a CPLP alcançou na consolidação dos objectivos que nortearam a sua criação”

plena dos objectivos para os quais a CPLP foi criada. O terceiro desafio aponta para a necessidade de nos dotarmos de uma estrutura executiva com meios humanos e financeiros à altura de responder aos desafios que a missão da CPLP nos impõe.

Deste modo, continuaremos a elevar os padrões de desempenho da nossa organização, tornando-a cada vez mais proactiva, eficaz, inclusiva e solidária e relevante nos domínios da diplomacia, desenvolvimento, paz e segurança internacionais.

A República de Moçambique reafirma o seu compromisso, assumido em 1996, de continuar a contribuir para a construção dessa CPLP de futuro e com futuro no futuro, uma missão que é afinal de todos nós, Estados Membros.



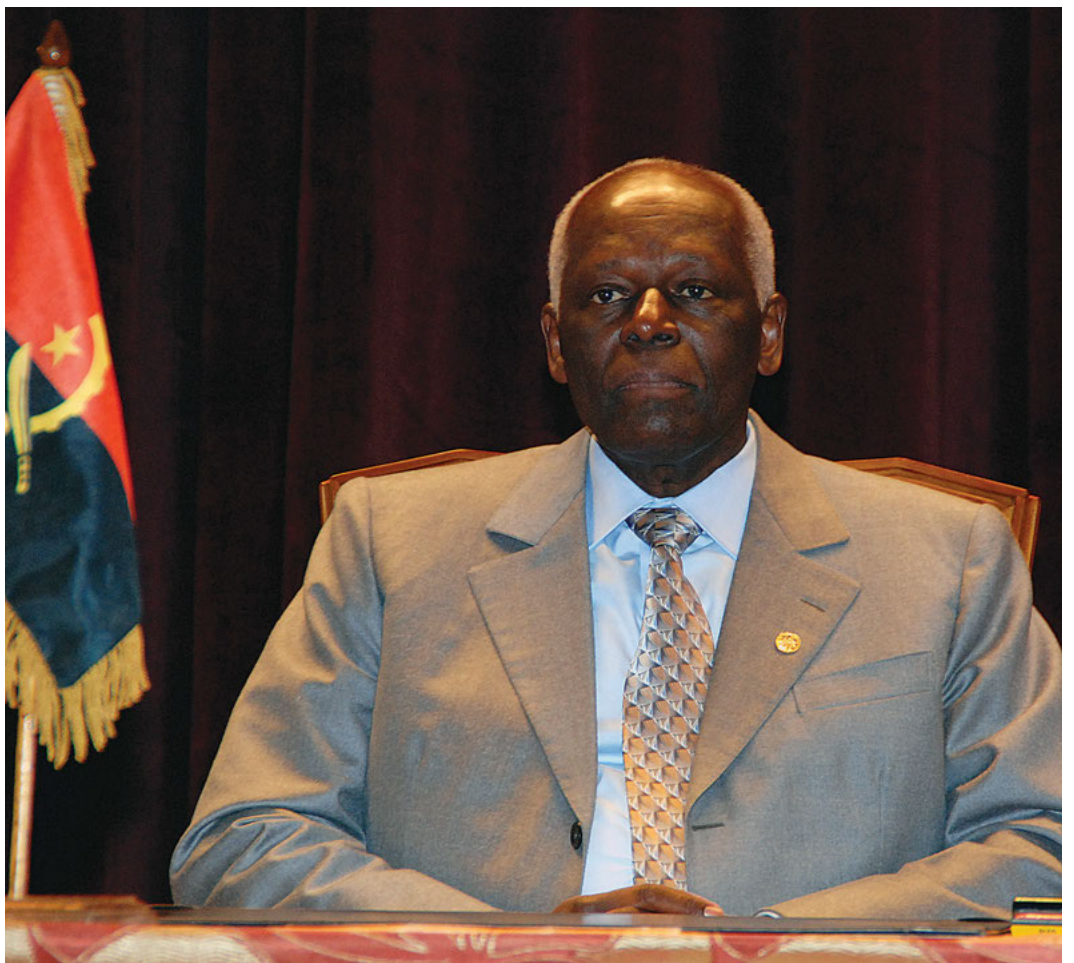
# A IMPORTÂNCIA DA CIMEIRA DE DILI


**R**eveste-se de enorme significado para todos os Estados Membros a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP em Díli, capital da República Democrática de Timor-Leste, o último país de Língua Oficial Portuguesa a afirmar-se como um Estado soberano e independente no concerto das nações.

Esta conquista tornou-se possível graças à valorosa luta do Povo timorense para se libertar de uma longa ocupação estrangeira, fazendo jus às suas mais nobres tradições de resistência, sacrifício e determinação. Nesse combate, os países membros da CPLP não deixaram nunca de lhe brindar a sua solidariedade e o seu apoio indefectível.

Por feliz coincidência vai ser na próxima Cimeira em Timor-Leste que se vai registar a adesão de mais um país, a República da Guiné Equatorial, depois de cumpridos por esta os requisitos necessários para poder fazer parte, como membro de pleno direito, de uma comunidade, que tem na sua base afinidades históricas e culturais e que defende valores e princípios próprios de um Estado Democrático de Direito.

Vemos assim que a CPLP tem sabido cumprir os seus nobres objectivos, aproximando nações de vários continentes e cimentando entre elas os laços de amizade, solidariedade e cooperação mutuamente vantajosas. A CPLP tem além disso o mérito de abranger, num espaço de concertação caracterizado pela compreensão mútua e a cordialidade, países espalhados pelos quatro continentes. Isso confere-lhe um carácter especial no contexto das organizações internacionais. De facto, unindo as suas diversidades em torno de ideais comuns, os nossos países conseguem ter um posicionamento mais in-



 *José Eduardo dos Santos  
Presidente da República de Angola*

fluente nas respectivas regiões em que estão inseridos. No quadro das suas atribuições, é digno de menção o esforço e a contribuição prestada pela nossa Comunidade, quer colectivamente quer isoladamente através de algum dos seus membros, à República irmã da Guiné-Bissau, no processo de restabelecimento da sua normalidade constitucional. Tendo a língua portuguesa como denominador comum, os países membros da CPLP desenvolvem uma cooperação multiforme, tanto no domínio da formação de quadros e da troca de experiências e conhecimentos como no tratamento de questões de natureza social, cultural, diplomática, económica, de

administração do Estado, entre outras mais que as afinidades existentes possibilitam. A componente económica e empresarial, nas condições favoráveis de uma comunidade de afectos como é a nossa, encontra assim facilidades que podem ser aproveitadas e potenciadas através de parcerias mutuamente vantajosas, capazes de valorizar tanto os recursos humanos como os naturais e de partilhar benefícios de forma equilibrada, contribuindo assim para o crescimento económico dos nossos países e para o desenvolvimento e bem-estar dos nossos respectivos povos. Congratulo-me com a realização desta Cimeira pela primeira vez no continente asiático e desejo que ela contribua para o fortalecimento da nossa comunidade.

# AOS 18 ANOS, A CPLP PODE OLHAR O FUTURO COM CONFIANÇA

O projecto da CPLP tem realizado um caminho longo e bem sucedido nos seus primeiros 18 anos. Para os timorenses, a CPLP foi sempre a família. Acompanhou-nos, acolheu-nos e apoiou-nos de muitas maneiras quando lutámos pela Liberdade, a Justiça e a vitória do Direito Internacional no nosso país.

Os nossos povos partilham um história longa. Mas foi a vitória da liberdade que verdadeiramente esculpiu no tempo e nos nossos corações a amizade de irmãos que hoje temos. Quando a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP saudou, em 2002, em Brasília, a adesão formal de Timor-Leste, pode dizer-se que a vitória do nosso povo foi também a vitória da solidariedade dos povos nossos irmãos.

Aos 18 anos, somos uma organização jovem, mas amadurecida. Estão reunidas as condições para alargarmos a ação internacional da organização e desenvolvermos a cooperação multilateral nela. Juntos podemos ir mais longe.

A nossa é uma associação com características raras. Oito Estados-Membros, em 4 continentes, conferem-lhe uma vocação global. Por outro lado, a implantação regional dos nossos países é propícia ao alargamento da actividade e da influência da organização. Acredito que os próximos anos vão revelar novas qualidades e uma nova fase da vida da CPLP.

O potencial da organização pode ser aferido pelo interesse crescente que tem despertado em países sem ligação direta à área da cultura e Língua Portuguesa.

Estamos em condições de trabalhar para alargar a sua influência e ação, alargando a esfera da cooperação multilateral na CPLP



◆ Taur Matan Ruak  
Presidente da República  
Democrática de Timor-Leste

e, simultaneamente, a cooperação dela com organizações multilaterais regionais de que os nossos Estados são membros. A natureza global de muitos desafios do nosso tempo – e das relações económicas internacionais – oferecem-nos oportunidades de, com vantagens para todas as partes, alargar a ação e reforçar o prestígio de uma organização com as características da nossa. A Língua Portuguesa, elo aglutinador originário, dezoito anos mais tarde, é um instrumen-

to poderoso para alargar a nossa afirmação internacional e, com ela, a promoção dos valores que partilhamos.

Os valores da democracia, Estado de Direito e respeito dos Direitos Humanos – fundadores da CPLP – registaram um progresso imenso nas últimas décadas, no mundo.

Reforçar o papel da CPLP hoje – ousar lutar para a levar mais longe, e vencer – é também reafirmar esses valores. É dar-lhes novos sentidos, ao serviço do anseio de desenvolvimento social e económico dos nossos povos e da igualdade de oportunidades de acesso a mais bem estar e prosperidade para todos os países, grandes e pequenos, sem discriminações.

A CPLP e os seus membros estão de parabéns. Olhemos o futuro com confiança.



# A NOVA ETAPA DA CPLP

**Q**uando criada, em 1996, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa reunia circunstâncias nacionais muito diferentes das actuais. Então com apenas 7 países, a CPLP englobava cenários nacionais tão díspares e desafiantes como a guerra civil Angolana, a recente paz em Moçambique ou a crescente integração regional de Portugal com a transformação da CEE em União Europeia. Encontrava no Atlântico o seu eixo fundador, atraindo Maputo para Oeste, em vez de se aventurar em busca de outros Oceanos.

Desde o momento embrionário de 1996, o mundo mudou de uma forma muito significativa. E com o mundo, cada uma das nossas nações fez também um percurso notável, com mais ou menos revezes, de desenvolvimento e de integração no sistema internacional. No caso particular timorense, alcançámos desde então o imenso sonho da Independência, contando com o apoio inequívoco dos irmãos lusófonos na conquista da nossa soberania.

Importa, pois, lembrar que, nestes anos passados, os oito países de língua portuguesa não crescemos apenas individualmente, crescemos como colectivo, acompanhando-nos mutuamente naqueles que foram os mais importantes episódios da história de cada um.

Timor-Leste juntou-se, assim, em 2002, oferecendo à Comunidade um olhar sobre o resto do mundo. De uma meia-ilha distante, acabada de nascer, tínhamos apenas para oferecer a perspectiva de novos mares e novas vizinhanças.

A integração na Comunidade foi, para nós timorenses, um ponto de partida importante para nos sentirmos uma parte activa da comunidade internacional e para estabelecermos vínculos mais fortes de fraternidade com continentes distantes. Possibilitou reconhecermos em nós uma pertença no mundo que, pelo laço da palavra, nos engrandeceu. Afinal, ganhávamos Casa em África, na América e na Europa, junto dos nossos irmãos de língua. Nestes 18 anos, a CPLP não perdeu espaço, apenas o foi fazendo, alargando horizontes e desenvolvendo novas relações de parceria dentro e para fora da Comunidade.

 *Kay Rala Xanana Gusmão  
Primeiro-  
-Ministro  
da República  
Democrática  
de Timor-Leste*



Conseguimos, neste caminho, erguer um espaço comum de cooperação que nos permitiu enriquecer com as experiências passadas e o conhecimento adquirido dos outros Estados Membros, aproximando os nossos cidadãos pelo fortalecimento dessa que é a nossa raiz comum – a língua portuguesa. Mas crescemos também para fora, pelas conexões que cada um de nós estabeleceu dentro do seu espaço regional e que agora poderemos partilhar mutuamente, estendendo a nossa fraternidade mais além da geografia lusófona.

Em 2014, como sabem, Timor-Leste vai, honradamente e revigorado por um sentido de responsabilidade, assumir a Presidência da Comunidade para o biénio 2014-2016. Aquele que é afinal o vosso irmão mais novo sente finalmente que reúne hoje as condições de estabilidade e de solidez institucional para receber este designio.

Nós timorenses, que vimos amadurecendo o nosso curso, vemos a CPLP entrar também numa etapa diferente, contando com uma base sólida para enveredar pela sua fase adulta, nestes 18 anos que agora completa. Gostaríamos, por isso, de ajudar a maximizar o real potencial da Comunidade, que em tanto pode superar as componentes solidária e de cooperação técnica que têm imperado. Temos todos, sobretudo os países mais pequenos, beneficiado extraordinariamente deste fórum de troca de experiências e desta irmandade diplomática. Porém, a afirmação da CPLP no mundo pode e deve, hoje, ir muito mais

além. As circunstâncias de cada um dos Estados Membros continuam diversas entre si, mas somos hoje um colectivo muito diferente aos olhos do mundo, fortalecido e atraente em oportunidades e investimentos. Desperdiçar esse potencial é privilegiar sobretudo o laço primeiro que nos une na esfera do simbólico, sem o transformar em melhoras substantivas para os nossos povos.

A heterogeneidade da nossa Comunidade, hoje como ontem, faz parte da sua essência primeira. Uma heterogeneidade que não reside apenas nos espaços tão diferentes que nos compõem – da imensidão do Brasil à pequenez tão especial são-tomense – nem tão pouco nas distintas vizinhanças em redor das quais nos fizemos nações, espalhados que estamos em quatro continentes. Desta heterogeneidade saem afinal os maiores desafios e as maiores oportunidades para o nosso sentido de comunidade. É essa diferença que multiplica a nossa riqueza e que pode e deve ser capitalizada para benefício da nossa cidadania. Nesse mosaico cultural, económico, geográfico, encontramos igualmente alicerces comuns ou complementares que poderão por sua vez sustentar novas pontes de cooperação dentro da nossa Comunidade e com os diferentes pólos regionais em que temos entrada. Aproveitemos agora os laços de entajuda estabelecidos até aqui para elevar a comunidade com novos prismas, virada para o futuro, para o resto do mundo e antes de mais para as reais aspirações dos nossos povos.

# A APOSTA DA CPLP: OUSADIA E PRAGMATISMO

Na condição de Presidente do Brasil tive a honra, junto a meus pares, de ser um dos fundadores em 1996 na cidade de Lisboa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**É** com muita alegria que neste momento em que a Comunidade comemora o 18º Aniversário da sua existência, compartilho estas reflexões sobre o percurso já cumprido e o muito que ainda podemos fazer para fortalecer a presença e voz de nossos povos no mundo em que vivemos marcados por tão extraordinárias transformações.

O futuro não é algo que está à nossa espera lá na frente. O futuro se constrói hoje, cada dia, com as escolhas que fazemos, os caminhos que seguimos, os sonhos que nos propomos perseguir.

No início deste percurso tínhamos claro que íamos lançar os alicerces de algo que, como toda a boa construção humana na história, para vingar deveria combinar ousadia e pragmatismo. A ideia força que nos inspirou foi a visão da CPLP como resposta a um sentimento comum, latente, porém vivo, de pertencimento a uma cultura e a um conjunto de vivências.

Para dar forma e substância a este sonho, a CPLP adotou três grandes objetivos: a concertação político-diplomática para o reforço da presença de nossos estados no cenário internacional, o intercâmbio e a cooperação em campos de interesse comum para o bem-estar de nossos povos e o fortalecimento da língua portuguesa como língua de cultura e de transmissão de nossas vivências.

A língua como alicerce de nosso sentir e querer coletivo me parece o mais forte destes amálgamas. Avançamos muito no fortalecimento deste nosso patrimônio hoje reconhecido como uma das grandes línguas da humanidade.

Fomos também criativos no desenho e implementação de formas inovadoras de cooperação entre nossos países fundadas no

intercâmbio de experiências, recursos e competências a serviço da solução dos principais problemas que afligem nossos povos. Tudo dentro do maior respeito mútuo e espírito de responsabilidade compartilhada. Os progressos rumo a uma maior concertação política se deram, como é natural, de uma forma gradual, em torno a objetivos de interesse comum. Tendo em vista os múltiplos mundos com que os países integrantes da CPLP estão em interação, tal processo de construção de confianças irá se estender ao longo, consolidando-se à medida em que avança.

## VISÃO DE FUTURO

Em 1996 a criação da CPLP representou uma aposta na importância de uma identidade cultural comum como fator de integração e afirmação de um determinado conjunto de países no contexto de um mundo que caminhava na direção de maior diversidade cultural e diálogo de culturas.

Minha visão de futuro inclui a convicção da crescente primazia de um espírito de cooperação e das ideias em um mundo cada vez mais multipolar e pluricultural.

Neste marco, o compartilhamento de uma

mesma língua, de uma cultura entendida como contatos e vivências entre povos com valores e modos de sentir é não só um elemento integrador mas uma plataforma para o diálogo contra outras culturas e civilizações.

Termino este breve texto com minha percepção sobre as oportunidades, problemas e desafios diante da CPLP.

## OPORTUNIDADES

A CPLP é uma excepcional plataforma de colaboração em áreas de interesse comum para o bem viver de nossos povos:

- Justiça e cidadania, democracia e direitos humanos, incluindo o aperfeiçoamento de sistemas eleitorais e o monitoramento de eleições visando a aproximar *demos* e *res publica*;
- Fortalecimento da saúde pública, incluindo a prevenção e combate a novas epidemias globais, como HIV-AIDS;
- Educação, comunicação e sociedade do conhecimento, incluindo a capacitação de nossos jovens no manejo das novas tecnologias de informação;
- Segurança cidadã e combate a problemas transnacionais que nos afetam a todos como o tráfico de drogas e o crime organizado;
- Energia e meio ambiente, incluindo a dimensão de proteção de nossas riquezas naturais, como as florestas e o mar, e utilização de novas fontes de energia.

## PROBLEMAS E DESAFIOS

Penso que a CPLP ganharia em força e consistência se fosse além de uma plataforma de concertação e colaboração entre governos, buscando constituir-se também em uma plataforma de diálogo entre povos e cultu-

“O futuro se constrói hoje, cada dia, com as escolhas que fazemos, os caminhos que seguimos, os sonhos que nos propomos perseguir”



“

**A CPLP é uma excepcional plataforma de colaboração em áreas de interesse comum para o bem viver de nossos povos”**



Fernando  
Henrique  
Cardoso

ras. Para tanto, a organização deveria promover formas múltiplas de aproximação com e intercâmbio entre empresários, inovadores sociais, cientistas, comunicadores, artistas e produtores culturais, autoridades locais e associações de jovens e de mulheres.

Este processo gradual de abertura às sociedades e às culturas que dão aos nossos países suas características mais vivas supõe o reconhecimento e a promoção dos modos de sentir e de fazer que, ao mesmo tempo, nos distinguem e nos aproximam.

Meus votos, portanto, são para que a CPLP nos permita cada vez mais falar para o mundo com esta voz que nos é própria por emergir de nossa própria história e cultura. Valorizar nosso contributo à civilização é a melhor maneira de assegurar nossa inserção num mundo em processo acelerado de transformação.

“

**Os progressos rumo a uma maior concertação política se deram, como é natural, de uma forma gradual, em torno a objetivos de interesse comum”**

# A COMUNIDADE VIRADA PARA O FUTURO

A CPLP é uma comunidade de duas idades: a primeira, correspondente à história do espaço geográfico que a identifica, secular; a segunda, a da maioria de uma organização constituída a 17 de julho de 1996

**1** 8 anos depois da sua constituição, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa interroga-se sobre os desafios do futuro, num mundo cuja actual configuração geo-política abrange novos protagonistas e diferentes cenários sócio-económicos. A idade secular da CPLP une-a numa visão simultaneamente diversa e holística. A descontinuidade geográfica pontuada em quatro continentes, confere-lhe um estatuto culturalmente diverso. Já a história e língua comuns, pilares identitários da CPLP enquanto organização, podem e devem constituir pontos cruciais de ligação com um mundo onde uma visão estratégica local rapidamente se pode transformar em paradigma global de desenvolvimento. A Comunidade só terá expressão maior se for capaz de se posicionar num contexto internacional com enormes fracturas e polarizações. Já não estamos em guerra fria mas sim na emergência de contra-poderes de diversa índole, onde as fronteiras são cada vez menos físicas e onde o acesso ao saber e à comunicação constituem novas formas de hierarquização económica. Este cenário actual exige que a CPLP-organização aja a partir de uma visão estratégica, baseada numa **convergência multilateral de diferentes capacidades** que cada país que a integra possui. O facto de o paradigma privilegiado e esperado de cooperação com um dos países da Comunidade se ter alterado – Portugal –, face às consequências da crise financeira internacional, constitui oportunidade de reflexão sobre os desafios que a Comunidade enfrenta. As tradicionais formas de ajuda ao desenvolvimento estão caducas.

E a Comunidade pode oferecer alternativas de relacionamento mais sãs e exigentes. A Comunidade tem forte poder de atracção num mundo onde as fortunas económicas estão em rápida transformação. O Português goza do estatuto de quarta língua materna mais falada no Mundo e a de sétima mais utilizada e, nesse sentido, o Acordo Ortográfico desempenhará uma função catalisadora para a amplificação do mercado editorial, e acima de tudo nos mercados oferecidos pelas Novas Tecnologias. O Português é uma das línguas que mais cresce na Internet e essa é uma vantagem a transformar rapidamente em oportunidade económica. Diz o ditado latino: *verba volant, scripta manent*<sup>1</sup>. Anunciar que a comunidade congrega 250 milhões de falantes revela-se insuficiente, se se pretende explorar o potencial económico desta língua: promover uma melhor utilização das Novas Tecnologias em Português, através da concertação de estratégias comuns aos oito constitui resposta ao desafio desta nova ordem mundial da qual a Comunidade faz parte, além de rentabilizar, em termos de recursos humanos, o potencial que uma geração jovem, qualificada e cibernauta representa nos quatro continentes que a CPLP abrange. Inscrever o Português no mercado das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação será o salto simultaneamente qualitativo e quantitativo para uma projecção que não deve passar necessariamente pela sua promoção como língua de trabalho em organismos internacionais. Ainda que este último constitua objectivo prestigiante, embora outras línguas presentes em organismos internacionais não

tenham conseguido, por essa presença, projecção económica, as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação têm maior peso e influência a curto-médio-prazo.

A independência de Timor-Leste reforçou, enquanto vitória diplomática da Comunidade-organização, os laços de solidariedade e de cooperação enunciados no segundo imperativo constante da Declaração Constitutiva da Comunidade, alargando geograficamente a família intercontinental; assegurando uma presença do Português no Sudoeste Asiático e procurando promover, ainda que no meio de alguma complexidade, as potencialidades do espaço comum. A esfera de influência de diferentes países da comunidade, tanto no cenário político-económico mundial, como em diferentes organismos internacionais atesta uma progressiva afirmação da Comunidade. Vejamos um conjunto de exemplos concretos: a Cimeira dos BRICS com os parceiros africanos, na África do Sul, em 2013, contou com a presença de três presidentes da república e dois representantes de organismos internacionais dos países de língua oficial portuguesa (no seu conjunto, oriundos do Brasil, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau); a Presidente da República do Brasil foi a representante da América do Sul nas cerimónias comemorativas do aniversário dos 50 anos da União Africana, decorridas, também em 2013, na Etiópia. Estes exemplos, aos quais muitos se poderiam juntar, pelo tipo de influência que representam na actual geografia política mundial, espelham prospectivamente o potencial do soft power em Português, se a determinação, a ambição e a vontade política da CPLP, estabelecerem





◆ Carlos Lopes,  
Secretário  
Executivo da  
Comissão Económica  
das Nações Unidas  
para África

estrategicamente uma relação de confiança com o actual cenário internacional.

A criação de uma plataforma de interesses comuns, nomeadamente, através do empenhamento e do investimento no sector privado será o princípio activo da relação de confiança a que me refiro, trazendo à Comunidade dois benefícios: alargar mercados e proteger interesses comuns em negociações internacionais.

Sem dúvida o factor determinante na projecção da Comunidade será a utilização das novas formas de atracção económica: as indústrias criativas e o desenvolvimento de aplicativos e a constituição de redes no ciberespaço. O talento dos jovens que constituirão a maioria dos membros da Comunidade também a isso nos obriga, se quisermos que o futuro nos seja promissor.

---

<sup>1</sup>“A palavra falada voa; a escrita permanece.”

# A MAIORIDADE DA CPLP

É de grande relevância o facto de a República Democrática de Timor-Leste acolher a X Conferência de Estados e de Governo da CPLP. Nos seus dezoito anos de existência, é a primeira vez que a Cimeira se realiza na Ásia

**A**ção da CPLP e dos Estados que a fundaram concorreu decididamente para que a comunidade internacional apoiasse a heróica resistência timorense a reconquistar a soberania usurpada em 1975. No seu primeiro Comunicado, no próprio dia da fundação da CPLP, os chefes de estado e de governo enfatizavam o seu compromisso para com os direitos e aspirações do povo de Timor-Leste em luta. Hoje, doze anos após a restauração da independência e tendo conseguido restabelecer-se com êxito da instabilidade política que o afetou durante algum tempo, Timor tem pela frente um futuro promissor, para cuja concretização conta com o contributo e a solidariedade dos restantes Estados-membros da CPLP. A organização da cimeira e a assunção da presidência da CPLP por um Estado ainda jovem, nascido em circunstâncias particularmente difíceis, com os enormes desafios que isso representa para o país e seus dirigentes, atesta a importância que Timor-Leste dedica à CPLP e reflete a esperança que nela deposita. É nesse espírito que se insere o seu exemplar envolvimento solidário com a Guiné-Bissau. Entre as decisões que mais interesse atrairão, destaca-se a anunciada admissão da Guiné Equatorial como membro de pleno direito da CPLP. Se, como se prevê, a CPLP passar a contar com mais um membro, acontecerá um momento marcante a assinalar uma maior abertura da Organização a países em que o português não constitui língua corrente. No caso da Guiné Equatorial, esperam todos que na sua nova condição ela se empenhará em acertar o passo com os demais Estados, nos avanços já conseguidos na realização dos objetivos fundamentais da Comunidade. Este importante acontecimento irá, certamente, suscitar reflexões aprofundadas relativamente ao interesse crescente de Estados de outras referências linguísticas e geográficas em se associarem à CPLP. As intenções nesse sentido, recentemente

manifestadas pelo Primeiro-Ministro japonês em Lisboa, evidenciam uma vez mais a sua crescente projeção internacional. A ação da CPLP nos nossos dias decorre num ambiente global bastante diferente do que existia por alturas da sua fundação. Efetivamente, de 1996 para cá verificaram-se profundas alterações no cenário mundial, com mudanças de paradigma nas relações entre Estados, a emergência de novos atores e a ofuscação de outros, a par de uma revolução tecnológica sem precedentes e o surgimento de uma das mais graves crises económicas e financeiras. Desde a II Guerra Mundial. De igual modo, no seio da própria Comunidade, as realidades dos nossos países evoluíram substancialmente, embora por vias e direções nem sempre convergentes, registando-se transformações expressivas que lhes conferem maior peso específico, designadamente com a afirmação crescente de países membros como o Brasil e Angola. Afinando as vozes e os tons através da coordenação diplomática, os países da CPLP dispõem, assim, de um instrumento que lhes possibilita influenciar a condução dos assuntos mundiais, particularmente no âmbito da ONU, onde, por exemplo, o Brasil reclama com legitimidade o direito a um assento permanente no Conselho de Segurança, ou nos diversos contextos regionais em que cada um dos Estados se insere. O eventual alargamento da CPLP a outros países como membros ou observadores, decerto concorrerá para tornar mais relevantes os posicionamentos adotados nos diversos fora multilaterais. O modelo de concertação e tomada de decisões no seio da Organização pode ser considerado como um exemplo de democratização nas relações internacionais. A presença ativa da CPLP na cena internacional não pode ser dissociada dos progressos da Organização e da evolução dos seus estados-membros. Ela tem procurado acompanhar as rápidas transformações que caracterizam a nossa época, adequando as suas estruturas e acolhendo

novas temáticas no seu universo de atuação, no que as estruturas ministeriais se têm mostrado de considerável valia. A cooperação intracomunitária, particularmente a cooperação bilateral e a ajuda mútua entre os países da CPLP, são uma realidade corrente e atingem valores avultados em termos de recursos públicos gerados para o desenvolvimento. Nela se incluem não apenas contribuições a projetos de diversa envergadura como também a cooperação técnica nos mais distintos setores, incluindo a valiosa contribuição à formação dos recursos humanos. O esforço dos Estados-membros da CPLP no sentido de harmonizar políticas e procedimentos e generalizar as boas práticas, num amplo espetro de atividades, tem-se traduzido em ganhos importantes e contribuído para a modernização das respetivas sociedades. Trata-se de uma significativa contribuição ao desenvolvimento dos nossos países e à aproximação ascendente aos melhores padrões de governança, participação e democratização. A língua portuguesa, que se expande e consolida com o desenvolvimento dos sistemas de educação dos países da CPLP, onde ela não constitui língua materna, vem progressivamente conquistando espaço no âmbito das organizações internacionais. O interesse atrás referido, de alguns Estados em se associarem à CPLP, abre caminho não só à sua maior difusão como também à divulgação da rica produção cultural dos nossos países. De impacto por enquanto menos visível, mas com um potencial altamente promissor merece ser mencionada a cooperação que desponta entre o setor privado dos países da CPLP e a que começa a dar sinais encorajadores no âmbito das organizações da sociedade civil. Os dirigentes empresariais dos nossos países são conscientes do valor acrescentado que representa a comunicação sem intérpretes na condução dos seus negócios, como atesta a dinâmica dos investimentos e das trocas comerciais de natureza





Luís Fonseca, Ex-Secretário  
Executivo da CPLP (2004-2008)  
e Embaixador de Boa-Vontade da CPLP

bilateral. Essa maisvalia pode também constituir incentivo para o seu alargamento à escala comunitária, ajudando a contornar os constrangimentos geográficos e de escala na configuração de um espaço económico de língua portuguesa. As organizações da sociedade civil que se identificam com os objetivos da CPLP têm crescido em número e alargado as suas áreas de interesse, contribuindo para a criação de uma opinião pública consciente e atuante. Elas perfilam-se como atores essenciais na construção de uma comunidade de povos, razão porque a sua atuação é altamente valorizada pela CPLP, que terá muito a ganhar se encontrar e utilizar os mecanismos adequados para os inserir nos processos decisórios que definirão o caminho da Comunidade.

Não obstante os ganhos enumerados, resta à CPLP um longo caminho a trilhar para que se realizem as grandes expectativas suscitadas com a sua fundação.

Antes de mais, o impacto da CPLP nas nossas sociedades é ainda pouco perceptível para a maioria da população. Há necessidade de tornar mais conhecida a sua ação e as suas realizações assim como de vulgarizar os seus fundamentos, para que o cidadão os adote e seja motivado a envolver-se na sua materialização. As instituições do ensino e os meios de comunicação social constituem os veículos privilegiados para assegurar que nos conheçamos melhor uns aos outros e que os cidadãos de um país da Comunidade não se sintam estrangeiros nos restantes. Mas, além disso, novas janelas podem-se abrir, investindo na utilização generalizada das modernas tecnologias de informação e comunicação, que permitirá a multiplicação de redes entre os cidadãos dos nossos países, forjando relações e reforçando identidades à volta de interesses específicos. Em particular, importa prosseguir os esforços no sentido de conquistar a criatividade e as energias dos jovens para a construção da Comunidade e a garantia da sua continuidade no futuro.

Há a reconhecer que o Instituto Internacional da Língua Portuguesa - IILP -, a quem se encontra atribuído um importante papel na realização do propósito de divulgar e promover a língua portuguesa na Comunidade e no mundo, enfrenta obstáculos de monta devido à exiguidade de meios e limitações de natureza institucional. O



Instituto, cuja criação precedeu a fundação da CPLP, merece que seus objetivos e missão sejam reconhecidos como estratégicos para a língua portuguesa e, como tal, deve ser dotado de recursos e instrumentos correspondentes. A construção de uma verdadeira comunidade de povos baseada em valores fundamentais comuns e mutuamente adotados implica a redução das barreiras à circulação das pessoas. Algumas medidas positivas foram tomadas nesse sentido mas, independentemente das limitações impostas pelas responsabilidades internacionais e regionais de cada país, torna-se necessário vencer as resistências que impedem a concretização de medidas perfeitamente exequíveis nos quadros legais existentes. Cada passo dado no sentido da entreatajuda, convergência de políticas ou adoção de boas práticas, assim como da divulgação dos valores culturais e sociais dos nossos países representa uma contribuição para concretizar a visão da CPLP. Nessa perspetiva, conviria visitar a ideia da instituição de coordenações nacionais que assegurariam em cada país a unidade e a coerência das ações realizadas sob a égide da CPLP e promoveriam os processos nacionais da sua apropriação com forte envolvimento da sociedade civil. Ao nos aproximarmos do 18.º Aniversário da fundação da CPLP constituiria saudável exercício as nossas sociedades avaliarem o percurso feito e terem uma palavra a dizer sobre o caminho a seguir. O esforço dos Estados em direção à valorização dos recursos humanos, designadamente os investimentos feitos na democratização do

ensino superior, assim como a generalização do acesso ao conhecimento, tornado possível pelas novas tecnologias de informação e comunicação, resultaram em que, de uma maneira geral, os nossos países tenham dado um salto qualitativo evidente no que respeita à produção autónoma de ideias e à reflexão sobre as próprias realidades. As nossas sociedades são hoje, por isso, mais abertas e críticas e experimentam um aumento da produção intelectual e académica potenciadora do desenvolvimento que pode ser aproveitado para refletir sobre os novos caminhos da CPLP. Ocorre-me que, a preceder à criação da CPLP, tiveram lugar, nas capitais dos países de língua portuguesa, as “mesas-redondas” que produziram interessantes reflexões que inspiraram a elaboração dos seus documentos fundadores. Não seria descabido, em vésperas de uma efeméride tão importante como a do 18.º Aniversário da CPLP, promover iniciativa semelhante para ajudar a mapear o futuro da CPLP, ao aproximar-se a terceira década da sua existência.

Mas o fundamental é que os Estados deem mostras do seu empenho na consolidação e no prestígio da CPLP, seja garantindo ao Secretariado Executivo os recursos materiais, humanos e institucionais indispensáveis ao seu bom desempenho, seja incorporando a valência da CPLP em número crescente de decisões, estimulando os cidadãos dos oito – e provavelmente nove – países a se tornarem intervenientes interessados e ativos nesse processo.

É a hora da maioria da CPLP.

# A CRIAÇÃO DA CPLP E OS SEUS DESAFIOS

No dia 17 de Julho de 2014,  
a CPLP vai completar 18 anos de existência

**A** Cimeira dos Chefes de Estado e Governo, em Díli, capital da República de Timor-Leste, no dia 23 de Julho, vai, certamente, celebrar o aniversário natalício desta organização. Há muito simbolismo no facto de a Cimeira ter lugar neste país asiático. Com efeito, aquando da sua fundação, o povo timorense lutava ainda pela sua autodeterminação e independência, luta que teve um apoio vigoroso dos estados membros da CPLP, e muito em particular dos PALOPs. Portanto, a Cimeira, a ter lugar em solo timorense, representa o triunfo e o enraizamento dos ideais da CPLP, tal como inscritos na sua Declaração Constitutiva e nos seus Estatutos de 1996.

Como diplomata moçambicano, na altura a exercer as minhas funções em Lisboa, tive o privilégio de participar activamente, em conjunto com os meus colegas doutros 6 países, no lançamento das bases jurídicas e político-diplomáticas da organização. Anos mais tarde, e em representação do meu país, viria a presidir ao Comité dos Embaixadores, ou seja, o Comité de Concertação Permanente. Hoje, em Genebra, dezoito anos depois, com os outros colegas dos sete países, temos procurado afirmar a presença da CPLP junto das Nações Unidas e doutras organizações internacionais nesta cidade. E creio que com algum sucesso.

Naqueles primeiros anos do lançamento do projecto CPLP, eu identificava, nas minhas reflexões, a existência de três desafios fundamentais que poderiam cercear o crescimento da nossa organização. Era minha convicção que, embora abstractos, esses desafios haviam de ser estruturantes para o futuro da CPLP.

O primeiro desafio era a possível unilateralidade de visões dos estados membros



 Pedro Comissário  
Embaixador de Moçambique



## Muitos afastaram a tentação de decalcar os modelos da Francofonia e da Commonwealth e defenderam um quadro e cultura organizacionais novos e diferentes para a CPLP”

sobre o que devia ser a CPLP. Seria viável um multilateralismo são e robusto entre os seus sete membros? Haveria a tentação de, em vez de visão e acção comuns, usar-se unilateralmente a CPLP como bengala da política externa de cada um dos países? Ao iniciar a sua jornada, era legítimo pensar que pudesse haver, entre os Estados fundadores, a prevalência de concepções não só diferentes como também divergentes sobre o que devia ser a CPLP. Vínhamos de experiências diferentes de organizações regionais, tais como a OUA, a UE, a MERCOSUL, entre outras. Muitos afastaram a tentação de decalcar os modelos da Francofonia e da Commonwealth e defenderam um quadro e cultura organizacionais novos e diferentes para a CPLP.

O segundo desafio era justamente a dispersão e falta de contiguidade geográfica dos nossos países. A questão não se coloca apenas na dispersão continental em que os nossos países se encontram inseridos: África, Europa, América e, hoje, a Ásia. Mesmo entre os países africanos, que são a maioria nesta organização, a falta de contiguidade é também uma realidade. Por exemplo, Moçambique está longe da Guiné-Bissau ou de São Tomé e Príncipe; Angola está longe de Cabo Verde e de Moçambique. Mesmo na era de globalização em que a CPLP, nasceu, é lícito defender-se a relevância da territorialidade não apenas para a afirmação dos estados como também para a operacionalidade das organizações. Como transformar esse desafio numa vantagem para a organização?

O terceiro desafio, era, na minha opinião, mais delicado e subtil, mas, de certo modo, corolário dos dois anteriores: trata-se da definição do que é comum nesta Comunidade. Na altura, houve muito debate nos corre-

dores dos nossos Ministérios dos Negócios Estrangeiros sobre o assunto. Sumariamente, parecia haver duas respostas à questão, uma minimalista e outra maximalista. A minimalista pretendia que a língua, só por si, era o factor da nossa coesão e justificava amplamente a criação duma nova organização. A maximalista defendia que era preciso ir para além da língua e privilegiar a globalidade dos interesses dos estados membros. Chegou-se a afirmar, em certos círculos, que só a língua não nos levaria à adesão da Comunidade.

Na perspectiva de alguns, a posição minimalista chocava frontalmente com a realidade de países africanos que têm, no seu tecido identitário, línguas nacionais com um rico património cultural que, após a independência, têm sido valorizadas. Era a reafirmação do postulado de que a luta de libertação foi também um acto cultural. Visava libertar a terra e o homem da ocupação colonial mas visava também resgatar a sua cultura. Para além disso, no minimalismo, alguns intelectuais africanos viam a tentativa velada de reciclar e trazer de volta, para os tempos modernos, o conceito de luso-tropicalismo de Gilberto Freire. A ideia dos maximalistas era deixar claro que a CPLP, em tanto que uma associação de estados independentes e soberanos, era um projecto distinto da tão badalada ideologia do luso-tropicalismo. Mas como é que se define este conceito de globalidade de interesses dos estados membros, defendido pelos maximalistas? Acreditava-se, na altura, que a cooperação entre os nossos estados devia abarcar todos os domínios, nomeadamente, o político, o económico, o cultural, o diplomático e outros. Creio que essa ideia é que acabou por prevalecer tendo ficado plasmada nos Estatutos adoptados pelos Chefes

de Estado e de Governo.

Um dos problemas trazidos à tona, desde a primeira hora da fundação da CPLP, foi justamente o da livre circulação de pessoas e bens no espaço comunitário. Muitos se perguntavam: para quê a Comunidade se não beneficia o cidadão comum? Que Comunidade se os cidadãos doutros países não são bem vindos às fronteiras doutro estado membro? Naqueles tempos, estávamos longe da crise europeia que se vive actualmente. De modo que essas interrogações, embora a todos dirigidas, questionavam mais a maneira como a Europa se constituía numa fortaleza intransponível face ao resto do mundo. Mas este e outros problemas da Comunidade apontavam para a necessidade de realismo e gradualismo na sua abordagem.

Volvidos 18 anos, que dizer da obra feita e da obra por fazer? Ou por outra, qual a resposta dada aos três desafios acima? Pessoalmente, creio que a CPLP cresceu e está a superar os seus desafios. Embora com meios limitados, a organização serve um propósito útil e preenche um espaço importante no relacionamento entre os nossos povos e estados. Regista-se progresso em todos os pilares da organização: na área político-diplomática, na expansão da língua no mundo e na cooperação entre os nossos países. O novo Secretário Executivo da CPLP, o Embaixador Isaac Murargy, na senda da obra notável realizada pelos seus predecessores, tem dado um impulso extraordinário à organização. Fala-se mesmo duma nova visão estratégica para os próximos dez anos. Esses são passos que devemos aplaudir. Contribuirão, sem dúvida, para o engrandecimento da CPLP e para o fortalecimento de cada um dos nossos países.



# CPLP, UMA OPORTUNIDADE HISTÓRICA

A Sede da Organização foi inaugurada em fevereiro de 2012, na presença de elevadas personalidades dos Estados-membros da Comunidade

**A** sessão solene de inauguração da Sede da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) decorreu no dia 6 de Fevereiro de 2012, com a presença de S. Exa. o Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva, e em representação da presidência em exercício da CPLP, o Vice-Presidente da República de Angola, Fernando Dias da Piedade dos Santos. Esta cerimónia contou ainda com a presença de altas personalidades dos Estados-membros da CPLP, nomeadamente membros de Governo, Corpo Diplomático acreditado junto da CPLP, entre outros convidados.

No âmbito das comemorações da inauguração da nova Sede da CPLP, o Secretariado Executivo da CPLP organizou no dia 3 de Fevereiro o espectáculo musical “Música na Diversidade”, na Aula Magna de Lisboa, dando um destaque à diversidade cultural dos povos que compõem a Comunidade. No palco da Aula Magna atuaram dois artistas ou grupos dos oito Estados-membros, nomeadamente Pérola e Belmiro Carlos, de Angola, Luanda Cozetti e Maria Dapaz, do Brasil, Tito Paris e DjóDji, de Cabo Verde, Eneida Marta e Sambalá Canuté, da Guiné-Bissau, Vânia Oliveira e Otis, de Moçambique, Vitorino e Janita Salomé, de Portugal, Kalú Mendes e João Seria, de São Tomé e Príncipe, e o grupo Bei Gua e Francisco Carrascalão, de Timor-Leste.

O encerramento das comemorações teve lugar no dia 7 de fevereiro que contou com a realização do colóquio “CPLP - Uma Oportunidade Histórica”, realizado no Hotel Ritz, em Lisboa. O Secretariado-executivo convidou para participar nesta iniciativa alguns antigos e ex-chefes de estado dos países da CPLP que estiveram envolvidos na criação da Organização, nomeadamente Pedro Pires, Joaquim Chissano, Jorge Sampaio e Mário



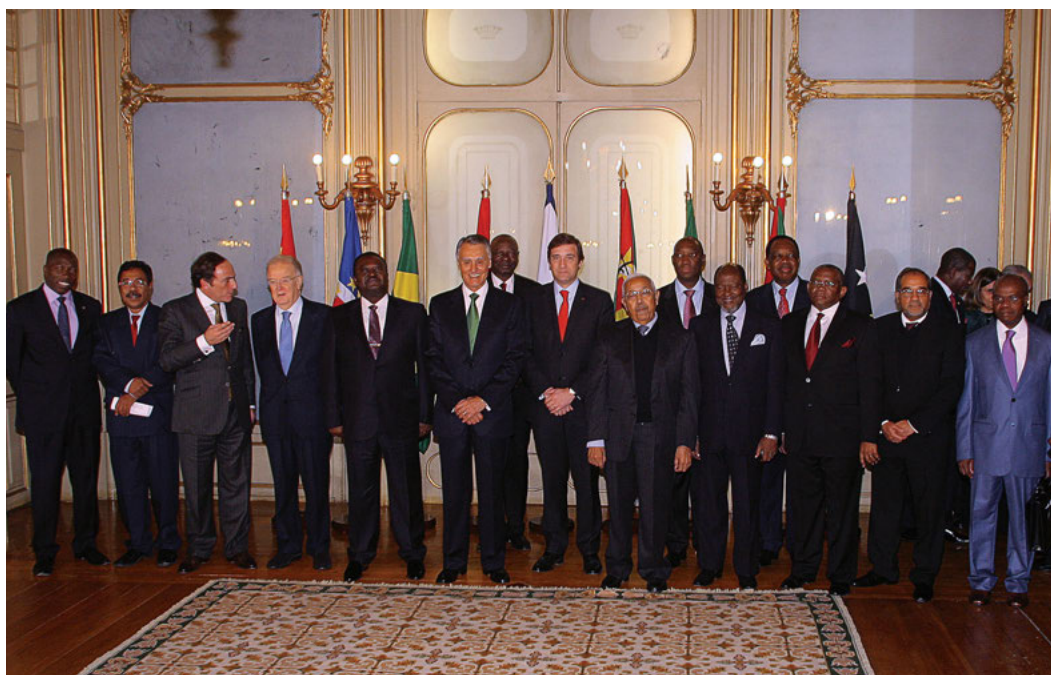
Palácio Conde de Penafiel confere dignidade à Organização (em cima). Salão Dourado (ao lado)

Soares. O colóquio foi ainda moderado por Jaime Gama, e a intervenção final esteve a cargo do representante da presidência em exercício, o Vice-Presidente da República de Angola, Fernando Dias da Piedade dos Santos, contando com uma audiência de cerca de duas centenas de convidados.

No mesmo dia, foi organizado um jantar de gala no Casino Estoril, onde foi realizada a ce-

rimónia de entrega do Prémio Fernão Mendes Pinto, da Associação das Universidades da Língua Portuguesa e de placas comemorativas do 15.º Aniversário da CPLP, homenageando algumas personalidades que se destacaram na promoção dos desígnios da Organização. Pode ler, a seguir, as intervenções proferidas pelo Presidente da República Portuguesa, Cavaco Silva, na Sessão Solene de Inaugura-





◆ A inauguração da Sede contou com a presença prestigiante de altas personalidades dos Estados Membros



ção da Sede da CPLP, e as intervenções dos ex-Presidentes de Portugal, Jorge Sampaio, de Moçambique, Joaquim Chissano, e de Cabo Verde, Pedro Pires.

### **PALÁCIO DO CONDE DE PENAFIEL**

Situado nas encostas do castelo, o Palácio do Conde de Penafiel é uma construção imponente que data do primeiro quartel do século XVIII. Ocupa todo o quarteirão compreendido entre as ruas de S. Mamede ao Caldas, das Pedras Negras, Calçada do Correio Velho e Travessa do Almada.

O núcleo primitivo da construção do palácio era o edifício onde se encontrava instalado o “correio-mor”, depois chamado “Correio Geral do Reino”. O ofício, ou cargo, de “correio-mor” foi criado por D. Manuel em 1520 e confirmado por D. João III.

Tendo vagado em 1606, o ofício de “correio-mor” foi comprado por Luís Gomes de Elvas

para si e seus descendentes. Este novo proprietário trocara, entretanto, o apelido “Elvas” pelo de “da Mata” por ser igualmente dono da Quinta da Mata, em Loures, ainda hoje conhecida por Quinta do Correio-Mor. Em 1797, por iniciativa do ministro de D. Maria I, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, aquele cargo foi extinto e incorporado na Coroa em 1799. Foram então dadas ao 8.º e último Correio-Mor, Manuel José da Mata de Sousa Coutinho (porventura parente do ministro, várias compensações, nomeadamente o título de Conde de Penafiel, que recebeu em Dezembro de 1798. As obras de ampliação, de beneficiação e de embelezamento do palácio ficaram a dever-se ao 1.º Conde de Penafiel e a seu genro, António José de Sousa Gomes, diplomata brasileiro, filho de portugueses, que viria a tornar-se 2.º Conde e 1.º Marquês de Penafiel. Durante quase uma década (1865-1873), o Palácio Penafiel constituiu um dos centros da

vida faustosa e aristocrática da Lisboa de então. Em Dezembro de 1875, os Condes-Marqueses de Penafiel foram residir para Paris e o valioso recheio do palácio foi vendido.

O imóvel, nas suas várias alas, entrou em regime de aluguer. Em 1904, aí se instalou a Legação de Espanha. Mais tarde, em 1919, o Estado Português adquiriu todo o vasto edifício ao 3.º e último Conde e 2.º Marquês de Penafiel, Manuel António da Serra Freire Gomes da Mata de Sousa Coutinho.

O Palácio tem sido utilizado, desde 1994, para funcionamento de gabinetes ministeriais e aí funcionava o Ministério das Obras Públicas. É este edifício, situado numa zona nobre de Lisboa, com amplas espaços dotados de todos os requisitos tecnológicos e preparado para responder a todas as necessidades e à expansão previsível da organização, que o Estado português colocou à disposição da CPLP para aí instalar a sua Sede.

## INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA POR OCASIÃO DA SESSÃO SOLENE DE INAUGURAÇÃO DA SEDE DA CPLP



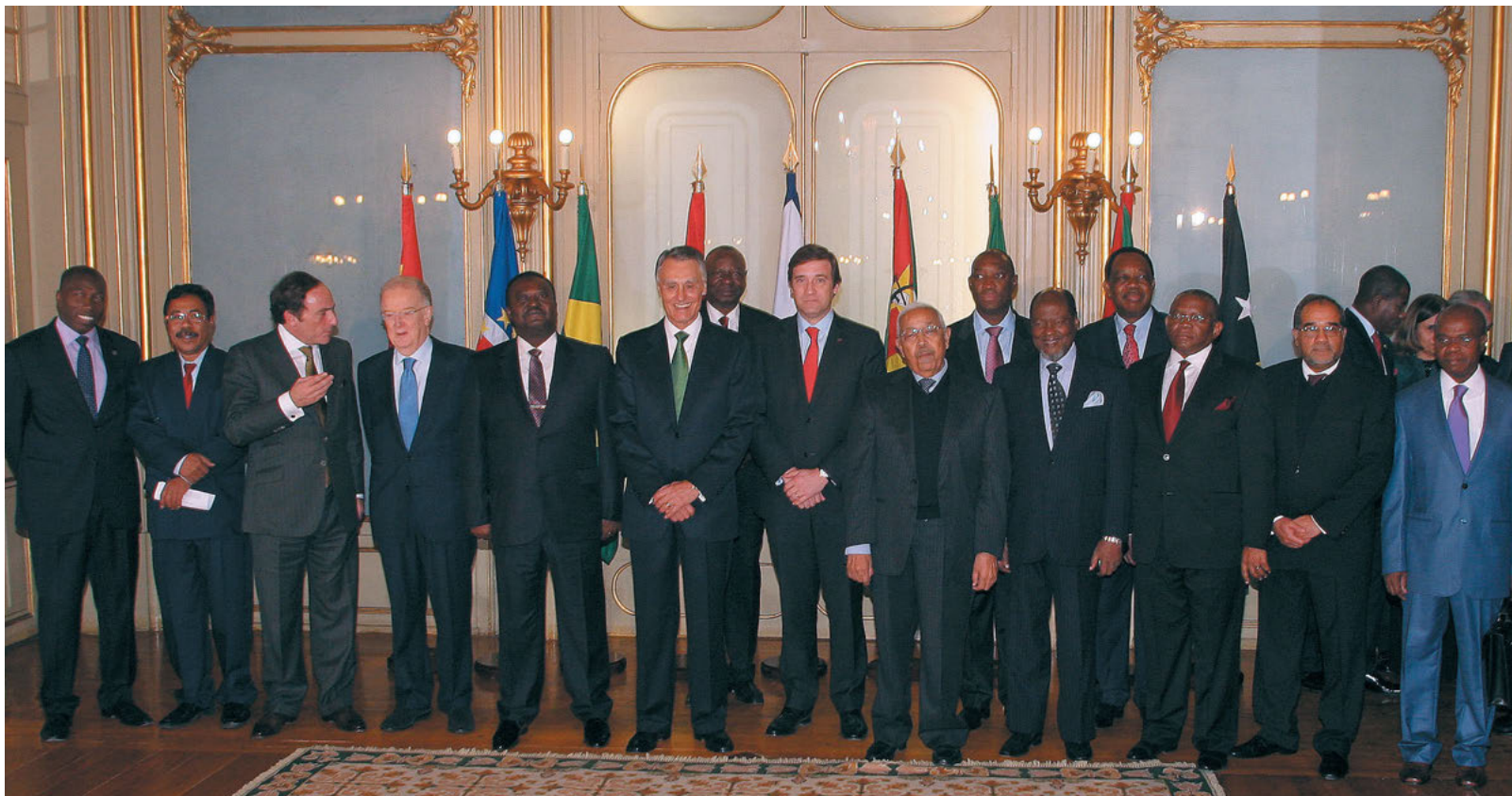
Palácio do Conde  
de Penafiel. Lisboa 6  
de fevereiro de 2012

**S**endo em Lisboa, esta casa traz com ela a evocação do porto de partida de uma aventura, que nos trouxe séculos de uma História partilhada, inserindo-se, simultaneamente, na realidade contemporânea de uma cidade onde a lusofonia se enriquece, todos os dias, com o contributo das múltiplas formas de estar, de ser e de dizer que marcam os povos e nações que a constituem. A lusofonia é, antes do mais, um estado de espírito, que está presente na naturalidade com que constatamos, sem surpresa, que nenhum de nós é estrangeiro perante o outro e que jamais nos sentimos ou sentiremos estrangeiros, na terra do outro. A CPLP reflete a visão de quem foi capaz de discernir o enorme potencial estratégico desse sentimento, no mundo de hoje. Foi esse o caso, desde logo, do embaixador José Aparecido de Oliveira, cuja memória todos compreenderão que evoque, de forma especial, neste dia. Esta

seria, para ele, não tenho dúvidas, uma hora de júbilo. Mas também, tenho a certeza, de palavras de grande exigência quanto ao futuro. De facto, o progresso que alcançámos merece ser realçado. A despeito da sua juventude, a nossa Comunidade, é hoje um eixo central da política externa dos Estados que a integram, um valioso elemento de valorização do papel de cada um dos nossos países no contexto regional e internacional em que se inserem. E, ainda, um importantíssimo instrumento de cooperação e de concertação política, em domínios cada dia mais vastos e envolvendo um número cada vez maior de setores das nossas sociedades. É, por fim, um fator de aprofundamento da relação entre os nossos Povos, promovendo o sentimento de pertença a um espaço comum, assente na língua e no código de valores que partilhamos. Em suma, soubemos edificar uma obra comum, reconhecida e respeitada internacionalmente, como bem atesta o crescente número de Estados e de organizações regionais e internacionais que

acompanham de perto, ou que pretendem, de alguma forma, associar-se aos trabalhos da CPLP. Esta constatação permite-nos encarar o futuro com confiança e ambição. Porque é assim que devemos olhar para esta sede: como um sinal do muito que realizámos, em conjunto, mas também de uma aposta partilhada, e ambiciosa, para o futuro. É desse futuro de que vos quero falar. Não obstante as nossas diferenças, acreditamos em princípios comuns, que elegemos como valores estruturantes da nossa Comunidade e orientadores da nossa ação conjunta: a defesa da liberdade, da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento económico e social dos nossos povos. Foram esses os valores que ditaram, entre outras ações, o apoio que a CPLP prestou e vem prestando à consolidação dos regimes democráticos, em alguns dos nossos países irmãos. Foram esses os valores, nunca o esqueçamos, que granjearam à CPLP o respeito e a credibilidade de que beneficia na cena internacional. É, por isso, fundamental que continuemos a deixar claro, no presente e no futuro, que são esses valores que determinarão as nossas decisões e as nossas iniciativas. Outro aspeto a que devemos prestar uma atenção acrescida é o envolvimento da sociedade civil de cada um dos nossos países na vida da CPLP. É verdade que muito já foi feito nesse sentido, mas há que ir mais longe: alargando os domínios da cooperação, atraindo uma maior





diversidade de setores da sociedade para as iniciativas da nossa Comunidade, divulgando, mais e melhor, aquilo que somos e fazemos, mas também o que queremos ser e fazer. Em suma, a CPLP tem de descer à rua e de se abrir mais ao contributo dos seus cidadãos, começando, desde logo, pelos mais jovens, para que estes a sintam como algo que lhes pertence, com que se identificam, como uma real mais-valia nas suas vidas.

A prossecução destes objetivos não é tarefa que caiba exclusivamente a um secretariado, por muito determinado e empenhado que ele seja. É algo que nos convoca a todos, que convoca cada um dos nossos países. A concertação política, entre nós e no seio das organizações internacionais a que pertencemos, é outra área onde foram feitos progressos importantes.

A forma articulada e consistente como a CPLP se apresentou na eleição de Portugal como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e na escolha do novo Diretor Geral da FAO foram exemplos eloquentes do que acabo de dizer, não deixando dúvidas de que a CPLP é hoje uma força com que há que contar, em decisões desta natureza.

No entanto, podemos e devemos ir mais longe. Estes sucessos devem constituir um estímulo para que estendamos a concertação de posições entre nós aos muitos desafios com que todos nos confrontamos, no mundo de hoje. Quanto mais essa concertação for evidente, aos olhos

dos nossos parceiros internacionais, maior será o peso de cada um dos nossos países.

A promoção da Língua Portuguesa, esteio da nossa Comunidade, e a sua afirmação internacional são objetivos prioritários, reconhecidos como tal, por todos nós, ao mais alto nível.

A nossa língua é, já hoje, a sexta mais falada no mundo, e, ainda mais importante, é um dos idiomas em maior expansão, fruto não só do crescimento geográfico dos nossos países, mas, também, do aumento exponencial no interesse que vem suscitando a nível global. Um interesse que tenderá a acompanhar o crescente peso económico e político, na cena internacional, da nossa Organização e, em particular, de alguns dos seus Estados-membros.

Esta realidade, que constitui um extraordinário ativo estratégico, em termos políticos e económicos, impõe-nos, também, enormes desafios para o futuro. Desafios que começam em cada um dos nossos países, onde a aposta na educação e na formação em Língua Portuguesa deve ser vista como prioridade.

Sabemos que nem todos temos os mesmos recursos, no domínio da língua. Impõe-se, por isso, uma concertação de esforços a nível político, que permita criar condições logísticas e financeiras para que aqueles que dispõem de meios humanos possam apoiar quem mais deles necessita. A CPLP poderia ser o fórum ideal para essa reflexão conjunta e para a adoção de programas de cooperação abrangendo todos os

seus membros, com base numa bolsa única de recursos humanos e financeiros.

Mas a língua portuguesa como língua estrangeira deverá ser, igualmente, uma aposta firme e sustentada. A expansão da Língua Portuguesa, como verdadeira língua universal, favorece a afirmação da voz de cada um dos nossos países e da própria CPLP no palco internacional, com as consequentes oportunidades de índole política e económica. Importa prosseguir os esforços no sentido da implementação efetiva das orientações dos chefes de estado e de Governo nesta matéria e, em particular, das medidas previstas no Plano de Ação de Brasília.

Foi neste espírito, na forte convicção da importância da internacionalização da Língua Portuguesa para a afirmação dos nossos países e para a defesa dos nossos interesses que, quando recentemente, presidi ao primeiro debate aberto do Conselho de Segurança, sob a presidência portuguesa, entendi discursar em português, afirmando, claramente, que o fazia num idioma que de há muito justifica a sua elevação a língua oficial nos diferentes organismos internacionais de que são membros os Estados da CPLP, começando desde logo, pelas próprias Nações Unidas. Estes são alguns dos muitos desafios que temos pela frente. Que este dia de festa, em que este palácio renasce para a História com as cores do futuro, seja bem o sinal do nosso empenho, da nossa ambição e da nossa confiança no futuro da nossa Comunidade.

## INTERVENÇÃO EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE COLÓQUIO CPLP: UMA OPORTUNIDADE HISTÓRICA

Decorrido a 7 de fevereiro de 2012, em Lisboa

**h**á razões bastantes para dizer que a CPLP já firmou o seu reconhecimento e consolidou o seu papel internacional, o que a torna um ator incontornável nos assuntos político-diplomáticos que dizem respeito aos seus estados-membros. Do mesmo modo, a CPLP é, indubitavelmente, um valioso instrumento de política externa dos estados na promoção dos seus interesses nacionais. Aqui vale a pena mencionar, a título de exemplo, a participação da CPLP na observação de processos eleitorais em vários países e o apoio que a CPLP deu às candidaturas de Angola, em 2002, do Brasil, em 2003 e de Portugal em 2010, para membros não-permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A cooperação e o diálogo entre os Estados-membros da CPLP alargaram significativamente. O acordo de supressão de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço é, sem dúvidas, um exemplo dos ganhos do fortalecimento do diálogo e da cooperação. Igualmente significativa é a perspectiva abrangente da cooperação que inclui a participação da sociedade civil, facto que pode ser testemunhado pelo crescente interesse das organizações não governamentais e empresariais em obter o estatuto consultivo da CPLP. Culturalmente, a CPLP orgulha-se de ter hoje um acordo ortográfico cuja aplicação me parece estar a ocorrer a um ritmo satisfatório. Além disso,



constitui igualmente motivo de orgulho a ação dos Estados-membros da CPLP que culminou com o facto de o português ser língua de trabalho em organizações internacionais, tais como a União Europeia, a União Africana, a SADC, a OMS e a UNESCO. Esforços devem continuar para que esta seja adotada como língua de trabalho também nas Nações Unidas.

A criação da CPLP e a sua afirmação nas relações internacionais foi um desafio que enfrentamos conjuntamente. Hoje e amanhã, temos e teremos novos desafios que, sem dúvida, vão, novamente, exigir esforços redobrados. Neste contexto, vou-me referir a alguns, dentre vários:

- Fazer da CPLP uma verdadeira organização de povos de língua portuguesa. É preciso assegurar que a CPLP não seja apenas uma organização de governos. Ela tem que estar o mais próximo possível dos indivíduos e da sociedade civil.
- Intensificar a cooperação económica e empresarial.

Sendo indiscutível que é preciso continuar a difusão da língua portuguesa (e aqui temos que conhecer os esforços que os nossos países, em especial os africanos e Timor Leste, estão a realizar do ponto de vista dos seus orçamentos e da economia, para assegurar a expansão do acesso à educação básica, e por essa via, fomentar o uso da língua portuguesa), não tenho dúvida que a cooperação económica e empresarial é o cimento que reforça uma organização de povos.

- Assegurar e elevar as conquistas alcançadas relativamente à institucionalização da CPLP, à concertação político-diplomática, à cooperação e à cultura.

Isto passa por manter ou elevar o nível de diálogo e coordenação entre os estados dentro deste fórum multilateral. A título ilustrativo, com o fenómeno da globalização, a língua inglesa tende a tornar-se um instrumento da própria globalização. impõe-se à CPLP a necessidade de produzir conteúdos em língua portuguesa, de modo a que este fenómeno seja acompanhado





por aqueles que não têm o domínio da língua inglesa.

- Continuar os esforços que assegurem e promovam uma efetiva e real circulação de bens e serviços.
- Uma comunidade de povos só poderá sê-lo se efetivamente as pessoas e bens puderem circular com relativa facilidade. Ainda no quadro dos desafios que enfrentamos, gostaria de usar esta oportunidade para exortar a CPLP e cada um dos seus Estados-membros a unirem os seus esforços para concederem um apoio multiforme e solidário à Guiné-Bissau, com o objetivo de ajudar este país na construção de uma paz duradoura e da estabilidade política, que assegurem o desenvolvimento e funcionamento normal das suas instituições. É inaceitável o adiamento do desenvolvimento deste país, que tem um povo trabalhador e talentoso, bem como abundância de riquezas naturais que dariam o bem-estar a cada um dos seus cidadãos. Estou convencido de que, com a ajuda de cada um dos nossos países, da CPLP e de outras Organizações Internacionais, a Guiné-Bissau poderá ultrapassar e enterrar esta fase difícil da sua história.
- Aqui e para terminar, também devo referir, com algum destaque, as recorrentes crises económicas e financeiras que têm um impacto bastante significativo em todas as esferas da vida socio-política, económica e cultural, a nível global.
- Felizmente as crises não atingem todos os nos-

sos Estados-membros ao mesmo tempo! Esta é uma outra vantagem da descontinuidade geográfica da CPLP! O mais importante desta crise financeira é que ela veio mostrar que estamos todos vulneráveis e que, por isso mesmo, a Comunidade tem que fazer apelo a solidariedade e complementaridade. Quando vinha no avião vi uma notícia que dava conta que a economia brasileira se tornara na 6.ª mundial e que tinha destronado o Reino Unido daquela posição. Hoje, pela primeira vez, o continente africano vive um ciclo relativamente longo de crescimento económico. Resultado da paz e da estabilidade, da adoção de políticas judiciosas de gestão económica e boa governação. Moçambique em particular vem crescendo em média, por ano, cerca de 7% nos últimos 10 anos! É o país da África subsariana não produtor de petróleo que mais cresce!. Se não nos descuidarmos e formos consistentes na realização dos nossos planos e na manutenção da nossa paz e estabilidade política, creio que vai ser o caso, os próximos anos vão testemunhar, estou certo, a ascensão de uma “chita africana” (termo que quero usar em contraponto aos “tigres asiáticos”)! A força e a pujança da CPLP, que estimo estar em crescendo, vem destas incidências que espero continuarão a pontilhar um pouco por todo o nosso espaço de língua portuguesa. Contudo, se deixarmos que as crises financeiras e económicas se perpetuem e ou se alastrem, o

risco de instabilidade social e política é elevado, como também é elevado o risco de contágio devido às nossas dependências e vulnerabilidades mútuas. Isto traz consigo o desafio de lidar com o dilema da necessidade de nos protegermos das crises ao mesmo tempo que pretendemos que a CPLP estenda a sua agenda de cooperação a outras áreas, com particular destaque para a cooperação e diplomacia económicas. As crises económicas e financeiras são um claro sinal de que no mundo atual de interdependência nenhum povo ou estado pode se sentir seguro enquanto os outros se sentem ameaçados. Nenhum problema pode ser resolvido perseguindo o estrito interesse nacional, pois que todas medidas têm efeitos nos estados vizinhos numa dada região e, ocasionalmente, em todo o mundo. Assim, a interdependência cria, indubitavelmente, o interesse na estabilidade e segurança do outro para garantir a minha própria segurança e estabilidade. Isto reforça a pertinência das organizações internacionais e cooperação multilateral no geral e, particularmente da CPLP. Mas se deixarmos que as crises económicas e financeiras tomem controlo das nossas agendas políticas o risco de reduzirmos o nosso empenho para o bem da CPLP é grande, como também é grande o risco de comprometermos todos os sucessos alcançados nesta curta mas rica trajetória de vida da CPLP.

## INTERVENÇÃO EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE PORTUGAL COLÓQUIO CPLP: UMA OPORTUNIDADE HISTÓRICA

Decorrido a 7 de fevereiro  
de 2012, em Lisboa

**D**esde a Cimeira constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, de que tive o prazer de ser o anfitrião em representação do Estado Português, em 1996, até hoje, não só passou um século, o que tem sempre um peso emocional forte, como as transformações ocorridas foram tantas e de tal magnitude que quase poderíamos dizer que estamos, simplesmente, a viver noutro mundo.

Antecipando estas profundas mudanças, a CPLP, aquando da sua constituição, soube definir-se como um espaço de cooperação, nascido da vontade de afirmar e valorizar uma comum visão do mundo, enraizada num compromisso de fraternidade, na solidariedade e nos valores de um humanismo universalista.

É corrente citar-se a nossa língua comum como o trago de união entre os povos da CPLP, o elo forte deste nosso projeto conjunto. Por mim, atrevo-me a pensar que a língua é, sem dúvida, um ponto de aproximação e um cimento aglutinador, mas a CPLP tem de ser mais do que isso, tem de ser uma casa comum para todos os seus cidadãos, um espaço de inclusão e de partilha das diversidades, uma solidariedade ativa em torno de um conjunto de objetivos partilhados. Quando, há pouco, referia os valores de um “humanismo universalista”, que encontro nas raízes da CPLP, não pretendia fazer apenas mais uma proclamação retórica de belos ideais, mas referia-me, sim, à capacidade, tantas vezes testemunhada pelos povos que a compõem — timorenses, moçambicanos, angolanos, santomenses, cabo-verdianos, guineenses, brasileiros ou portugueses — de assumir plenamente e partilhar a sua identidade cultural e religiosa, no que as distingue e as une, na certeza de que



o seu futuro não pode ficar refém do passado e de que o sentimento de igualdade, fraternidade e respeito mútuo ganham em ser valorizados e potenciados, sem preconceitos nem tentações hegemónicas.

Quanto mais forte e coesa for a CPLP, sabendo-se que a coesão só se constrói na diversidade, tanto maiores serão as oportunidades de cooperação em todos os domínios, nomeadamente nos da modernidade económica, cultural e científica, e mais factível se torna a realização de um futuro que queremos seja melhor para todos.

Vivemos uma época de mudança acelerada. Os países da União Europeia que, em 1996, pareciam encontrar-se na crista da onda rumo à criação de “sociedades da informação e de economias do conhecimento” estão hoje a braços com uma crise profunda que não é só financeira nem de recessão económica, mas que se apresenta mais a uma crise de desenvolvimento e quase diria, de “desindustrialização”. Por isso, é também uma crise social e política, no sentido em que não dispomos de modelos alternativos nem nos

planos nacionais nem no da governação global. Em contrapartida, a formação e expansão no plano mundial de novos pólos de crescimento — da China, à Índia, mas também o Brasil ou a África do Sul, para citar apenas alguns exemplos — não só têm, contribuído significativamente para a redução da pobreza a escala mundial, como criam, concomitantemente, novas dinâmicas de progresso e desenvolvimento.

Ora a CPLP, no cruzamento destes mundos em mudança, está bem posicionada não só para servir de *interface* para propulsionar para o seu seio, emprego, crescimento económico e desenvolvimento, como para criar sinergias e definir complementaridades, alargar as oportunidades de cooperação e encontrar um justo equilíbrio entre talentos, expectativas e necessidades mútuas. A CPLP, como instrumento de concertação político-diplomática, tem agora uma oportunidade única, de se afirmar, aprofundar e projetar. Há necessidades em matéria de construção do Estado de Direito e de reforço institucional? Há complementaridades de mercado no âmbito da



educação, do ensino e da formação profissional no espaço da CPLP? Que aquelas e estas sejam identificadas, fórmulas de cooperação acordadas e formalizadas em acordos-quadro que permitam pessoal qualificado colmatar lacunas existentes, dando lugar a um processo de capacitação no interesse mútuo das partes. Há oportunidades de negócio, de valorização sustentada de recursos económicos e estratégicos num determinado país ou região? Que se preparem os instrumentos apropriados que potenciem os investimentos na salvaguarda dos interesses recíprocos. Há necessidades básicas a suprir — no campo da saúde pública, por exemplo, em que a língua é um facto diferencial não negligenciável? Pois que se desenvolvam cooperações reforçadas triangulares, envolvendo a colaboração com partes terceiras, sejam elas públicas ou privadas ou ainda outros organismos multilaterais!

15 anos após a sua constituição, pode dizer-se que a CPLP entrou agora na idade da maturidade. Os desafios com que o século XXI nos confronta são razões acrescidas para a CPLP se afirmar e desenvolver como um fórum de cooperação e de diálogo multilateral inovador e voltado para a solução concreta dos problemas reais que afetam o progresso das populações com base nas sinergias e complementaridades *sui generis* que entre si, Estados, organizações intergovernamentais e agentes da sociedade, podem criar e desenvolver. Com raízes em vários continentes, provida de um forte sentimento identitário feito da diversidade dos seus povos e culturas, a CPLP tem condições para afirmar a sua liderança no seio da comunidade internacional por forma a contribuir de uma forma mais significativa para a criação de sociedades mais justas, dinâmicas e responsáveis.

A CPLP tem condições para se tornar um espaço de cooperação paradigmático e liderar pelo exemplo — no meu modesto parecer e para ilustrar o meu pensamento, entendo que designadamente a meta da realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs) no seio da Comunidade deveria ser a primeiríssima prioridade política, que poderia mostrar ao mundo o caminho a seguir. Recursos e capacidade humana existem, por isso com vontade política forte e determinação, esta poderia ser a primeira demonstração de que a CPLP faz a diferença.

Esta poderia também ser uma ilustração concreta do tal “humanismo universalista” que referi no início. Até porque os MDGs são a materialização de uma agenda de direitos humanos dirigida à comum humanidade de uma vida digna para todos.



Por outro lado, o papel do diálogo, da tolerância e do pluralismo na construção de sociedades democráticas e inclusivas, a dimensão dos direitos e liberdades que, de resto, já se encontram entre os princípios fundadores da CPLP, poderiam igualmente constituir um segundo eixo de cooperações reforçadas e uma das prioridades da sua agenda para os próximos anos.

No exercício das minhas funções no âmbito das Nações Unidas, entreguei ontem aos senhores ministros que tiveram a sua primeira reunião ministerial na nova sede uma carta com duas sugestões: a primeira é a que CPLP lidere uma reflexão global de como lutar de forma eficaz contra as doenças da pobreza, como é o caso da tuberculose, que minam a capacidade de desenvolvimento dos países mais duramente afetados e reduzem o seu PIB na ordem dos 4 a 7%. Tenho a certeza de que os membros da CPLP teriam grande capacidade de mobilização dos parceiros internacionais — sejam eles países, organizações intergovernamentais ou entidades privadas como fundações e empresas —, e que uma iniciativa deste género seria da maior oportunidade, podendo contribuir muito utilmente para as reflexões que começam a ser feitas sobre o sistema post-MDG que vence em 2015.

A segunda diz respeito a Aliança das Civilizações das Nações Unidas e ambiciona, por um lado, a que a CPLP como um todo desempenhe nela um papel mais ativo e, por outro, que os seus programas tenham nos países da CPLP uma expressão mais concreta e tenham impacto direto nas comunidades.

O nosso último Fórum Mundial, que teve lugar no Qatar, em Dezembro último, versou especificamente sobre o papel da diversidade cultural e

do diálogo intercultural para o desenvolvimento sustentável e para a paz.

Dele resultaram um conjunto de iniciativas novas que, a meu ver, poderão revestir especial interesse para os membros da CPLP. Por isso é a ocasião de, para além do Acordo de Entendimento que existe entre a Aliança das Civilizações e a CPLP, darmos início a uma fase mais operacional, voltada para a produção de resultados e o desenvolvimento de projetos no terreno.

Acredito sinceramente que, em matéria de diálogo intercultural e inter-religioso, a CPLP tem um testemunho único a partilhar. Trata-se, uma vez mais, do tal humanismo universalista que faz da convivência das culturas a celebração de uma solidariedade e de um compromisso de fraternidade que afinal constituem a trama da nossa comum humanidade. Os nossos escritores, os nossos poetas, os nossos artistas, para não referir sequer o nosso riquíssimo património musical (e como não fazer aqui um parêntesis e recordar aqui, em jeito de tributo, a saudosa Cesária Évora) fazem da CPLP uma poderosa e pujante plataforma de encontros e diálogos que encontram eco universal.

Mas é preciso que este eco se faça ouvir e se repercuta antes de mais no seio da própria CPLP e que os seus jovens encontrem neles razões e incentivos para projetarem esta comunidade no futuro. Neste sentido, parece-me que muito mais se poderia fazer para apoiar e criar oportunidades de intercâmbio no seio da CPLP destinados a melhorar o conhecimento recíproco das sociedades atuais, das suas formas de inovação e criatividade — na moda, no design etc. — e criar condições para os jovens desenvolverem projetos conjuntos.

## INTERVENÇÃO EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE CABO VERDE COLÓQUIO CPLP: UMA OPORTUNIDADE HISTÓRICA

Decorrido a 7 de fevereiro  
de 2012, em Lisboa

**É** -me grato antes de mais de saudar os Srs. Presidentes Mário Soares, Joaquim Chissano e Jorge Sampaio, meus distintos companheiros da palavra neste fórum aos quais manifesto muita amizade e consideração. De igual modo saúdo o moderador deste painel, Dr. Jaime Gama cuja figura é bem conhecida por todos nós, mas também de todos os portugueses. Aproveito ainda para saudar todos os presentes pela sua amabilidade em estar aqui connosco neste colóquio.

Compraz-me participar nas cerimónias de inauguração da nova sede da CPLP, em que se insere este colóquio “CPLP: Uma oportunidade histórica”. Estou em crer que esta mudança de sede mesmo que nos pareça de menor importância representa o engajamento maior do governo português e que traduz uma vontade política real em favor da promoção da nossa organização comunitária, prestando-lhe condições mais adequadas de instalação e de funcionamento. Saúdo por isso esta decisão atenciosa e oportuna do governo português. De igual modo aproveito o ensejo para saudar e felicitar o Sr. secretário executivo, Domingos Simões Pereira e sua equipa por esta nova casa da Lusofonia em que passarão a trabalhar. Creio que estão criadas as condições para que a nossa organização comunitária avance mais e estão criadas as condições de trabalho para o seu bom funcionamento.

Reportando à razão primeira deste colóquio, começaria por afirmar que o percurso da CPLP e o tempo decorrido de 15 anos, parecem suficientes para permitir uma reflexão sobre eles e tentar encontrar conclusões e orientações. Nesta matéria gosto de ser realista e pragmático, pois, não vale a pena tomar como referências desejos



impossíveis, somos antes chamados a trabalhar no âmbito do possível, precisamente as metas comunitárias conseguidas, são aquelas que estiveram ao alcance das políticas promovidas. Porém, entendo que há uma outra dimensão a se ter em conta, que são a cooperação e os projectos bilaterais porventura mais substanciais. Cabe interrogar se a presença na CPLP tem vindo ou não a estimular e facilitar a cooperação bilateral entre os nossos países, sociedades civis e governos. Acredito que sim. Assim sendo, no balanço para além de realizações comunitárias é necessário acrescentar os efeitos induzidos positivos que são as relações e os projectos dos mais diversos domínios gerados e desenvolvidos no âmbito das relações bilaterais entre os Estados da Comunidade. Nesse caso, a CPLP seria uma espécie de instância antecipadora ou melhor instância incubadora de relações bilaterais. Em jeito de conclusão estimo que no campo da cooperação política e diplomática, as acções levadas a cabo, pela sua pertinência, merecem realce. É de se relevar que as acções político-diplomáticas de maior vulto, em favor da paz e da estabilidade se centraram no esforço conjunto apurado no quadro do apoio político e diplo-

mático ao processo complexo de normalização institucional na Guiné-Bissau, contribuindo positivamente na busca de soluções mais adequadas e simultaneamente evitar que o País fosse excessivamente penalizado e isolado. Os resultados, embora não os considere conclusivos pois é preciso prosseguir os esforços feitos, são prova de que se pode ser bem sucedido no campo da solidariedade política e da diplomacia concertada e subsidiária. Nestas circunstâncias é de nosso interesse comum, desenvolver e persistir na prática da diplomacia concertada em várias outras áreas de utilidade comum, particularmente no seio das Nações Unidas e das suas instituições especializadas. Aliás, este é um espaço que merece a nossa atenção, empenhando-nos por exemplo, na promoção da candidatura do Brasil a membro permanente do conselho de segurança da ONU, que até poderá facilitar futuramente a adopção do português como língua de trabalho naquela instituição universal. Por seu lado, o meu País sente-se reconfortado com os resultados da cooperação diplomática bilateral e multilateral com os governos da CPLP, pois Cabo verde pela sua peculiaridade e pelas suas vulnerabilidades em diversos



domínios sente mais necessidade desse espaço de cooperação e de relações de solidariedade. Para além do mais, tudo isso é necessário particularmente nestes tempos conturbados, imprevisíveis e ameaçadores. Noutra vertente das relações, no quadro da CPLP, pela mais-valia que representa a partilha da língua portuguesa, a pertinência da sua valorização e difusão é evidente.

Com efeito, constitui, além do mais uma vantagem manifesta para projectos comuns orientados para o espaço comunitário. Nesta perspectiva, deve merecer atenção especial o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, sediado na cidade da Praia, quer por parte dos governos quer por parte das instituições académicas. De igual modo são aconselháveis o estabelecimento e o estreitamento das suas relações de cooperação e de intercâmbio nos âmbitos do ensino e da investigação linguística com as instituições universitárias e de pesquisa, até porque se impõe cuidar do interrelacionamento que é um processo interativo e bastante complexo entre a língua portuguesa e as demais línguas nacionais.

No mesmo sentido, parece-me de interesse comum a crescente capacitação e qualificação dos recursos humanos, o desenvolvimento da capacitação institucional em áreas como: a administração pública, a saúde, as negociações internacionais e o domínio de novas tecnologias. Sabe-se que o saber é hoje um poder real e pode constituir um factor de aceleração e de intensificação dos processos de desenvolvimento económico, social e institucional. Outro sim, o domínio do conhecimento contribui para gerar impulsos e materiais adicionais no sentido do fortalecimento do processo de libertação e pode igualmente fecundar competências e capacidades que contribuirão para a redução dos laços de dependência tecnológica, permitindo por esta via aos países recentemente libertados uma maior autonomia das escolhas políticas. Este mesmo facto chama a atenção para a pertinência do alargamento da cooperação nos campos da formação profissional técnica e universitária e nas áreas da investigação aplicada. Uma cooperação portadora de futuro, recomenda que haja preocupação de transferência do saber e do domínio das tecnologias inovadoras em favor dos membros actualmente menos dotados. Neste caso, as realizações já conseguidas no campo da cooperação inter Universitária e outras instituições do ensino e formação, assim como as perspectivas que se pronunciam, constituem por si sinais promissores.

Creio ser está uma ocasião oportuna para sau-



dar a instalação e entrada em função da universidade de integração internacional da Lusofonia Afro-brasileira, sediada na cidade simbólica da redenção do Estado do Ceará.

Na intenção dos seus gestores, que passo a citar: “a UNILAB deverá abrir espaço para o livre e amplo intercâmbio do conhecimento e cultura entre o Brasil e os países de expressão portuguesa em especial africanos. O principal objectivo desta política será, portanto, criar espaços e ampliar meios para que as instituições dos países parceiros da UNILAB, desenvolvam este intercâmbio na perspectiva da cooperação solidária e da qualidade académica com inclusão social.” Congratulam-me com esta opção, pois coincide praticamente com a visão que tenho no referendo a pertinência da transferência de conhecimento. Quanto à promoção internacional da língua portuguesa e da afirmação das culturas dos países membros da CPLP, estou em crer que o plano de acção de Brasília pode constituir um instrumento estratégico e de apoio ao ensino do português para sua difusão e utilização no plano internacional para o qual muito poderá contribuir a implementação final do acordo ortográfico.

Gostaria ainda de referir o interesse de alguns países de se associarem à CPLP de diversas formas na medida em que representa uma oportunidade mais para uma maior difusão da nossa língua comum. Julgo ser sensato atender que se somos atractivos é porque poderemos ser úteis a terceiros no seu relacionamento connosco ou com espaços vizinhos. Pode ainda constituir um meio de consolidação de relações pacíficas e reciprocamente vantajosas e de contribuir para a preservação das identidades sócio-culturais afins ou para a superação de inquietações identitárias.

Uma segunda dimensão da vertente cultural deve assentar na promoção de indústrias culturais dos oito países, incluindo a criação de fundos adicionais a fim de superar as carências de recursos neste sector.

Finalmente, uma comunidade de povos não terá sentido sem a intensificação do conhecimento recíproco e do intercâmbio entre as respectivas culturas, seus actores e operadores. Para além disso, a diversidade cultural e factor de enriquecimento cultural que, inclusivamente estimula a curiosidade recíproca pela descoberta do diferente do outro.

Creio que aqui está patente a necessidade de políticas de comunicação e escolares que ultrapassem a natureza geralmente reducionista dos discursos políticos auto satisfatórios. Com efeito, impõe-se a uns e outros a promoção interessada do conhecimento efectivo das nossas realidades físicas, sociológicas e antropológicas, enfim o conhecimento e o reconhecimento das nossas diversas realidades pluriculturais. Para além de uma instância de concertação política, a CPLP é também uma organização de solidariedade interestadual, nesta matéria de solidariedade e de antevisão do futuro interrogo-me quanto à exequibilidade e pertinência da constituição de um mecanismo multilateral de cooperação, que servisse de suporte financeiro à programação de actividades de interesse comum no âmbito da CPLP.

Mudando para um horizonte mais vasto, considero que entre as questões globais, há duas ou três que devem merecer a atenção da CPLP, pois além de serem do interesse geral, estão ao seu alcance. Quero referir-me ao combate à pobreza e à fome, a garantia de segurança alimentar para todos e a saúde e erradicação das doenças tropicais. Digo isto porque, entendo que existem no Brasil e em Portugal, recursos tecnológicos e instituições de pesquisa capacitadas para apoiar a realização desta ambiciosa aspiração humanista e universal. Um mundo sem fome, sem pobreza e livre da doença.

Finalmente, tirando a lição da actual crise económica e financeira internacional, e tendo ainda em vista o desemprego que graça pelo mundo, é evidente a necessidade de corrigir o actual sistema económico. Nesta perspectiva, antevejo a necessidade do reforço ou da criação de um sector forte da economia social como parceiro e complemento da economia privada. Por outro lado, impõe-se a necessidade de estimular e apoiar a iniciativa e vontade de vencer envolvendo os cidadãos e as sociedades e as respectivas organizações sociais.

**28 MILHÕES DE PESSOAS SÃO DIARIAMENTE  
AFETADAS PELA FOME NOS PAÍSES DA CPLP**

**AJUDE-NOS A CONSTRUIR  
UMA COMUNIDADE LIVRE DA FOME!**

**JUNTOS  
CONTRA  
A FOME!**



CPLP  
Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa



Organização das Nações Unidas  
para a Alimentação  
e a Agricultura



[www.juntoscontraafome.cplp.org](http://www.juntoscontraafome.cplp.org)

[facebook.com/contraafome](https://www.facebook.com/contraafome)

[@contra\\_fome](https://twitter.com/contra_fome)

## CAPÍTULO II

---

# A INSTITUIÇÃO





## A FUNDAÇÃO

A ação empenhada do embaixador José Aparecido de Oliveira marcou de forma indelével o surgimento da CPLP, convertendo em realidade um sonho acalentado por muitas personalidades e pelos povos dos países de língua portuguesa, espalhados por quatro continentes, tornando-a um arauto do futuro

Na Cimeira constitutiva da CPLP estiveram presentes os Presidentes: José Eduardo dos Santos (Angola), Fernando Henrique Cardoso (Brasil), António Mascarenhas Monteiro (Cabo Verde), João Bernardo "Nino" Vieira (Guiné-Bissau), Jorge Sampaio (Portugal), Joaquim Chissano (Moçambique). Em representação do Presidente Miguel Trovoada (São Tomé e Príncipe) esteve o Primeiro-Ministro Armindo Vaz de Almeida.

Em 1989, José Aparecido visita os países de Língua Portuguesa, convocando-os para uma reunião ao mais alto nível. A 1 de Novembro, Sarney recebe, em São Luís do Maranhão, a primeira Cimeira dos sete em que participam Aristides Pereira de Cabo Verde, João Bernardo Vieira, da Guiné-Bissau, Joaquim Chissano de Moçambique, Mário Soares de Portugal e Manuel Pinto da Costa de São Tomé e Príncipe. O Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos fez-se representar por Lopo do Nascimento. Foi acordada, nesta ocasião, a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, mas o projeto de Comunidade teria de amadurecer ainda vários anos. As mudanças no contexto internacional e as evoluções internas de cada país foram determinantes. Com o fim da Guerra-Fria e do mundo bipolar a que dera lugar, paz e desenvolvimento passam a ocupar o primeiro lugar nas priorida-



des da maioria dos países, não anulando, mas esbatendo diferenças ideológicas e políticas, abrindo-se a via para outro tipo de cooperação, quer ao nível da integração regional, quer no plano internacional, baseada na comum aspiração ao bem-estar, o progresso e direitos humanos.

As mudanças de regime político em Cabo Verde e São Tomé, os acordos de paz para Angola (Lisboa, 1991) e para Moçambique (Roma, 1992) abrem novas perspectivas. Em 1993, realizam-se duas mesas redondas Afro-Luso-Brasileiras, uma no Rio de Janeiro e outra em Lisboa, e uma terceira em Luanda em 1994, congregando escritores, académicos e outras personalidades.

Um ano depois, os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos Sete, reunidos em Brasília, recomendam a realização de uma Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo para aprovar a constituição da Comunidade.

É criado um Comité de Concertação Permanente em Lisboa integrado por um alto representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal (o diretor-geral de Política Externa) e pelos Embaixadores acreditados em Lisboa (única capital onde existiam Embaixadas de todos os países da CPLP). O Comité de Concertação Permanente encarrega-se de elaborar os projetos

de Declaração Constitutiva e os Estatutos da Comunidade, contando os seus trabalhos com a participação ativa de Aparecido de Oliveira, então embaixador do Brasil em Lisboa. A cimeira constitutiva, prevista para Junho de 1994, foi adiada por divergências. Em Junho de 1995, os chefes da diplomacia dos sete chegaram a um acordo e marcaram uma nova data para a cimeira fundadora, que será ainda antecedida por uma última reunião ministerial em Maputo, em Abril de 1996.

A cimeira realizou-se a 17 de Julho de 1996, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa. Ao assinar a Declaração Constitutiva, os Chefes de Estado declaram que o fazem *“num acto de fidelidade à vocação e à vontade dos seus povos e no respeito pela igualdade soberana dos estados”*. A Comunidade diz nascer para *“consolidar a realidade nacional e plurinacional que confere identidade própria aos países de Língua Portuguesa reflectindo o relacionamento especial existente entre eles”*.

Fixa-se, como objectivo, *“aprofundar a progressiva afirmação internacional do conjunto de países de Língua Portuguesa que constituem um espaço descontínuo mas identificado pelo idioma comum”*.

A Língua Portuguesa é definida como *“um vínculo histórico e um património comum resultante de uma convivência multissecular que deve ser valorizada”* e *“um meio privilegiado*

*de difusão da criação cultural dos povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista”*.

Nos estatutos aprovados, a CPLP é definida como *“o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros”* particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico, técnico-científico e interparlamentar.

O mais comum é identificar-se a CPLP com um endereço, onde funciona o seu Secretariado Executivo. Mas, ao ser uma Comunidade, tem necessariamente de se considerar uma organização em construção. Importa, assim sublinhar, o espírito de comunidade de Estados soberanos como espaço de pertença, em que os cidadãos dos oito países membros se reconheçam e vão descobrindo e construindo blocos de identidade, cooperação e desenvolvimento. É o espaço da Língua Portuguesa, da adoção de práticas e valores comuns.

Uma delegação da Resistência Timorense tomou a palavra na Conferência Constitutiva da CPLP, sendo que os Chefes de Estado e de Governo comprometeram-se a promover ações concertadas para a *“obtenção de uma solução justa, global e internacionalmente aceitável para a questão de Timor-Leste”*.

A primeira missão de observação da CPLP foi enviada a Dili na altura da realização do referendo para a autodeterminação e independência, organizado pela ONU, em Agosto de 1999. Em 2002, por ocasião da Independência, Timor-Leste integra a CPLP.

A nossa Comunidade ganha então a configuração que se mantém até à data. Os seus Estados-membros são Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.



◆ O Centro Cultural de Belém foi palco da cimeira de 1996.



# OS ESTATUTOS

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros. Criada em 17 de julho de 1996, a CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia financeira

**N**os Estatutos aprovados pela I Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, a CPLP é definida como “o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros” particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico, técnico-científico e interparlamentar.

## OS ESTATUTOS DA CPLP CONSAGRAM OS PRINCÍPIOS BÁSICOS SEGUINTE:

- Igualdade soberana dos Estados-membros;
- Não-ingerência nos assuntos internos de cada estado;
- Respeito pela sua identidade nacional;
- Reciprocidade de tratamento;
- Primado da paz, da democracia, do Estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social;
- Respeito pela sua integridade territorial;
- Promoção do desenvolvimento;
- Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

## A ORGANIZAÇÃO TEM COMO OBJETIVOS GERAIS:

- A concertação político-diplomática entre

seus Estados-membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional;

- A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança

pública, cultura, desporto e comunicação social;

- A materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa.

(ver texto completo da Declaração Constitutiva e dos Estatutos na página oficial da CPLP - [www.cplp.org](http://www.cplp.org)).







**No ato de criação da CPLP, foram estabelecidos como órgãos da Comunidade as seguintes instâncias:**

- A Conferência de Chefes de Estado e de Governo
- O Conselho de Ministros
- O Comité de Concertação Permanente
- O Secretariado Executivo

**Posteriormente, os Estatutos revistos na IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo (Brasília, 2002) estabeleceram como órgãos adicionais da CPLP:**

- As Reuniões Ministeriais Setoriais
- A Reunião dos Pontos Focais da Cooperação

**Em Luanda, o X Conselho de Ministros em 2005 estabeleceu também como órgão adicional:**

- O Instituto Internacional da Língua Portuguesa – (IILP)

**Desde 2007, foi ainda estabelecida:**

- A Assembleia Parlamentar.

# OS ÓRGÃOS

A estrutura da Organização tem evoluído ao longo dos seus dezoito anos de existência

**Assim, as seguintes instâncias são órgãos da Comunidade:**

A **Conferência de Chefes de Estado e de Governo** reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos. Este órgão é a instância deliberativa superior da Organização e as suas decisões são sempre tomadas por consenso.

O **Conselho de Ministros** é constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos oito países membros. O Conselho de Ministros reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros.

A **Assembleia Parlamentar** é o órgão que reúne as representações de todos os Parlamentos da Comunidade, constituídas na base dos resultados eleitorais das eleições legislativas dos respetivos países.

O **Comité de Concertação Permanente** reúne-se, ordinariamente, em Lisboa, na sede da CPLP, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário. O Comité é coordenado pelo representante do país que detém a presidência do Conselho de Ministros. O 10.º Aniversário foi ocasião para proceder a uma Revisão dos Estatutos da CPLP.

Na nova redação saída da VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo, decorrida em Bissau, ficou contemplada a reestruturação interna do **Secretariado Executivo**, por forma a melhor responder aos desafios que se apresentam à Comunidade, tendo sido criado o cargo de





◆ A cooperação para o desenvolvimento é uma preocupação da Comunidade

Diretor-Geral e extinta a posição de Secretário Executivo Adjunto.

O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem por incumbência implementar as decisões dos três órgãos deliberativos (Conferência, Conselho e Comité). É dirigido pelo Secretário Executivo, alta personalidade de um dos países membros, eleito rotativamente por um mandato de dois anos, que pode ser renovado uma única vez.

O Secretário Executivo é auxiliado nas suas funções pelo Diretor-Geral. Esta orgânica revela a adaptação evolutiva da estrutura, para adequar a Organização aos novos tempos e exigências. Assim, os Estatutos fixam, desde a revisão decorrida na Cimeira de Bissau, em 2006, a existência de um Diretor-Geral, sendo que o cargo de Secretário Executivo Adjunto cessou com a sua nomeação.

O Diretor-Geral é recrutado entre os cidadãos nacionais dos Estados-membros, mediante

concurso público, pelo prazo de três anos, renovável por igual período. O Diretor-Geral é o responsável, sob a orientação do Secretário Executivo, pela gestão corrente, planeamento e execução financeira, preparação, coordenação e orientação das reuniões e projetos activados pelo Secretariado.

As **Reuniões Ministeriais Setoriais** são constituídas pelos Ministros e Secretários de Estado dos diferentes setores governamentais de todos os Estados-membros. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, ao nível ministerial ou equivalente, as ações de concertação e cooperação nos respetivos setores governamentais.

A **Reunião dos Pontos Focais da Cooperação** congrega as unidades responsáveis, nos Estados-membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP. Compete-lhe assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento

no âmbito da Comunidade. Os Pontos Focais da Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano.

O **Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)** tem por objetivos a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em *fora* internacionais. A sua história começa oficialmente em 1989 quando os sete países de expressão portuguesa se reuniram em São Luís do Maranhão e decidiram a sua criação. Para muitos, a iniciativa do então Presidente José Sarney marcou o efetivo arranque da CPLP. Contudo, o Instituto só se tornaria realidade mais de 10 anos depois, na VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP (São Tomé, 1999), que levou à aprovação dos estatutos do IILP e à escolha de Cabo Verde para a instalação da sua sede, em 2002.



# CIMEIRAS CPLP



## I Conferência de Chefes de Estado e de Governo

17 DE JULHO 1996, EM LISBOA, PORTUGAL.

Foi acordada a criação da CPLP pelos representantes dos sete Estados-membros fundadores: Angola, Cabo Verde, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

## II Conferência de Chefes de Estado e de Governo

16-17 DE JULHO DE 1998, NA CIDADE DA PRAIA, CABO VERDE.

A Cimeira, centrada nas questões da Educação, aprova a cooperação entre as instituições de Ensino Superior no espaço da Comunidade e, entre outras medidas, o Acordo Geral de Cooperação da CPLP.

## III Conferência de Chefes de Estado e de Governo

17-18 DE JULHO 2000, EM MAPUTO, MOÇAMBIQUE.

O seu lema é “Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização”. O líder da Resistência timorense, Xanana Gusmão, assiste como Observador Convidado.

◆ *Declarações e Resoluções na Íntegra em [www.cplp.org](http://www.cplp.org)*

## IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo

31 DE JULHO A 1 DE AGOSTO DE 2002, EM BRASÍLIA, BRASIL.

No plano político, é a Cimeira da Paz: pela primeira vez não há mais guerra no espaço da CPLP e Timor-Leste, independente, junta-se aos sete fundadores como oitavo Estado-membro da Comunidade. É aprovado o programa conjunto de luta contra a SIDA.

## V Conferência de Chefes de Estado e de Governo

26-27 DE JULHO 2004, EM SÃO TOMÉ, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.

O seu lema é a Sociedade da Informação, declarando-se o “interesse em promover um exercício renovado da democracia por meio das tecnologias de informação e das comunicações, criando novos canais de diálogo entre a sociedade e o Estado e ampliando e aprimorando a prestação de serviços públicos por via electrónica”.







## VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo

16-17 DE JULHO DE 2006,  
EM BISSAU, GUINÉ-BISSAU.

A Comunidade adotou formalmente os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, identificando a partir desta data projetos e programas, constantes do Plano Indicativo da Cooperação (plurianual), para a erradicação da fome e pobreza, bem como a promoção da igualdade de género, redução da mortalidade infantil, melhoria do acesso a saúde, entre outras medidas.

## VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo

25 DE JULHO DE 2008, EM LISBOA, PORTUGAL.

O tema da cimeira, “A Língua Portuguesa: Um Património Comum, Um Futuro Global”, permitiu a adoção de uma Declaração sobre a Língua Portuguesa, que consagra o compromisso de uma atuação conjunta com vista a uma efetiva universalização da Língua Portuguesa, através de medidas concretas e exequíveis.

## VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo

23 DE JULHO DE 2010, LUANDA, ANGOLA.

Sob o tema “Solidariedade na Diversidade no Espaço

Declarações e Resoluções na Íntegra em [www.cplp.org](http://www.cplp.org)

da CPLP”, consolidou-se a importância da defesa e promoção da Língua Portuguesa e o crescente desenvolvimento das relações entre os Estados-membros, traduzido na potencial cooperação económica, técnico-científica, cultural, comercial, de circulação de pessoas e investimentos.

## IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo

20 DE JULHO DE 2012, EM MAPUTO, MOÇAMBIQUE.

Os Chefes de Estado e de Governo aclamaram “A CPLP e os desafios de Segurança Alimentar e Nutricional” como lema para o biênio sob presidência moçambicana, ambicionando contribuir para a concretização do direito humano à alimentação adequada e para a erradicação da fome e da pobreza na Comunidade. Saíram, igualmente, reforçados os mecanismos de concertação política entre os Estados-membros em prol da preservação dos seus legítimos interesses e da projeção da Organização no cenário internacional. Foi sublinhada, com especial ênfase, a importância da cooperação em todos os outros domínios. A ação cultural, para o crescimento do conhecimento mútuo, e a promoção e defesa da Língua Portuguesa mereceram, também, especial destaque.





# GALERIA

## AS PRESIDÊNCIAS EM EXERCÍCIO



**JOSE EDUARDO DOS SANTOS**  
(nascido em 1942, em Luanda)  
Presidente da República de Angola desde 1979 e Presidente em Exercício da CPLP em 2010/2012



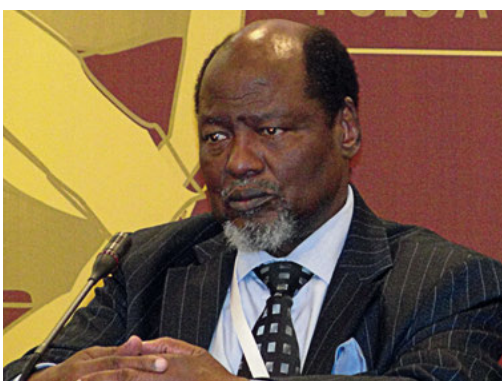
**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**  
(nascido em 1931, no Rio de Janeiro)  
Presidente da República Federativa do Brasil (Jan. 1995 - Dez. 2002) e Presidente em Exercício da CPLP em 2002/2004



**ANTÓNIO MASCARENHAS MONTEIRO**  
(nascido em 1944, em Ribeira da Barca)  
Presidente da República de Cabo Verde (Mar. 1991 - Mar. 2001) e Presidente em Exercício da CPLP em 1998/2000



**JOÃO BERNARDO "NINO" VIEIRA**  
(nascido em 1939, em Bissau)  
Presidente da República da Guiné-Bissau (nov.1980-Mai.1999) (Jul.2005 - 2009) e Presidente em Exercício da CPLP em 2006/2008



**JOAQUIM ALBERTO CHISSANO**  
(nascido em 1939, Malehice, Chibuto, Gaza)  
Presidente da República de Moçambique (1986-2005) e Presidente em Exercício da CPLP em 2000/2002



**JORGE FERNANDO BRANCO DE SAMPAIO**  
(nascido em 1939, em Lisboa)  
Presidente da República Portuguesa (Mar.1996-Mar.2006) e Presidente em Exercício da CPLP em 1996/1998



**FRADIQUE DE MENEZES**  
(nascido em 1942, em São Tomé)  
Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe (Set.2001-Set.2011) e Presidente em Exercício da CPLP em 2004/2006



**ANÍBAL CAVACO SILVA**  
(nascido em 1939, em Boliqueime)  
Presidente da República Portuguesa (Mar.2006-) e Presidente em Exercício da CPLP em 2010/2012



**ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA**  
(nascido em 1943, em Murrupula)  
Presidente da República de Moçambique (Fev.2005) e Presidente em Exercício da CPLP em 2012/2014



# GALERIA

## OS SECRETÁRIOS EXECUTIVOS



**MARCOLINO JOSÉ CARLOS MOCO** (1996-2000)  
Nascido em 1953, em Ekunha, Província de Huambo, Angola. Licenciado em Direito. Ex. Primeiro-ministro da República de Angola (1991-1996). Secretário Executivo Adjunto: Joaquim Rafael Branco (1996-2000).



**DULCE MARIA PEREIRA** (2000-2002)  
Nascida em 1954, em São José de Rio Preto, estado de São Paulo, Brasil. Arquiteta, professora, ex-Presidente da Fundação Cultural Palmares, ativista dos direitos das mulheres e contra o racismo. Secretário Executivo Adjunto: Zeferino Martins (2000-2004).



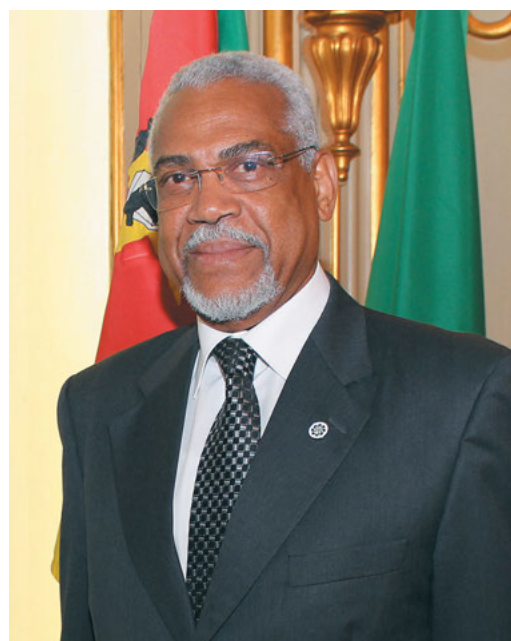
**JOSÉ AUGUSTO DE MÉDICIS** (2002-2004)  
Nascido em 1936 em Recife, Pernambuco, Brasil. Formado em Direito e diplomata de carreira, foi embaixador em vários países e junto de várias instituições internacionais. Faleceu subitamente em Roma em Abril de 2004. Secretário Executivo Adjunto: Zeferino Martins (2000-2004).



**LUÍS DE MATOS MONTEIRO DA FONSECA** (2004-2008)  
Nascido em 1944 na Ponta do Sol, ilha de Santo Antão, Cabo Verde. Participou na luta pela independência de Cabo Verde e esteve preso no campo de concentração do Tarrafal de 1967 a 1973. Ex. Deputado, ingressou na carreira diplomática em 1986 e foi embaixador em vários países europeus e junto das Nações Unidas. Secretário Executivo Adjunto: Tadeu Soares (2004-2008).



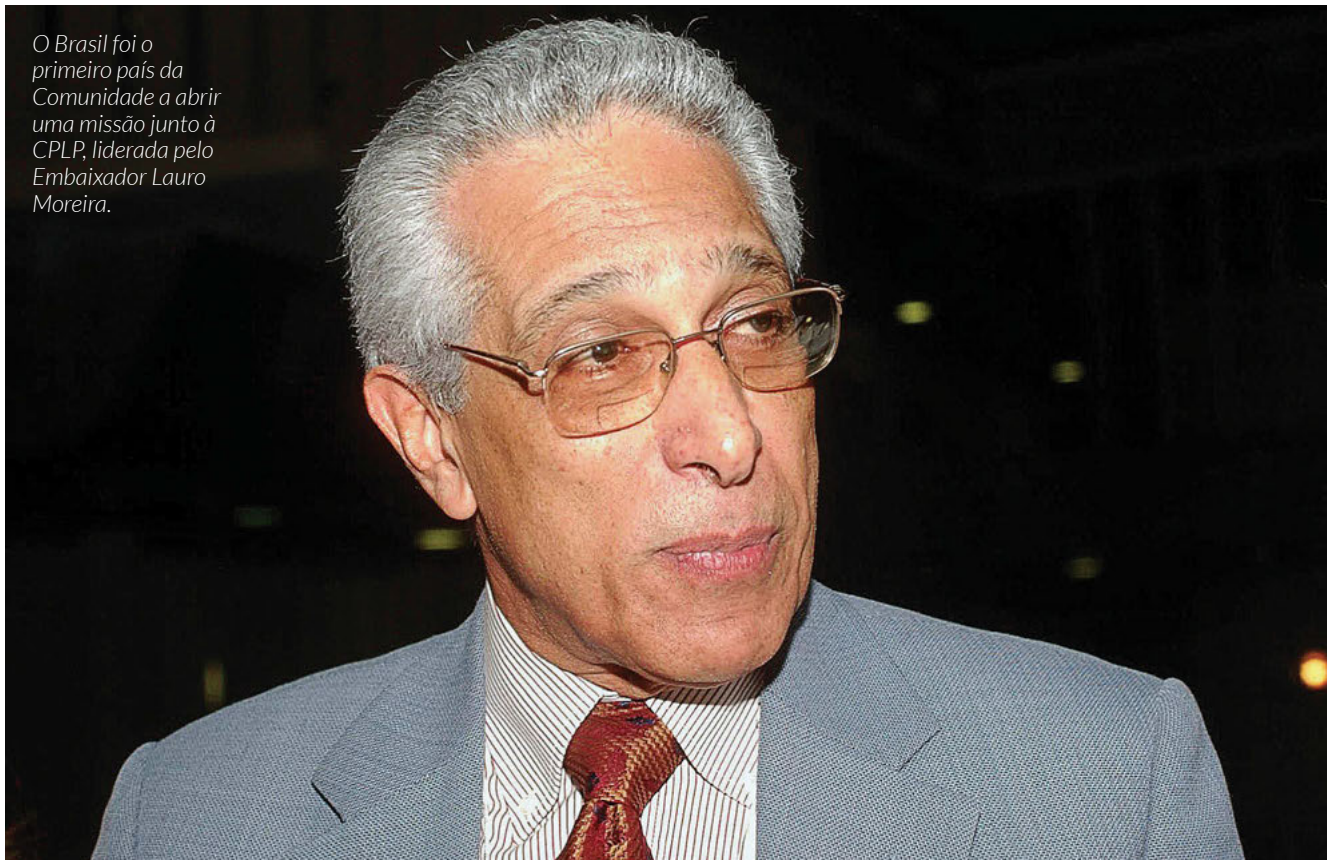
**DOMINGOS SIMÕES PEREIRA** (2008-2012)  
Nascido em 1963 em Farim, Guiné-Bissau. Em 1998 ingressa no Banco Mundial para o Projeto de Reabilitação e Desenvolvimento do Setor Privado. Em 2004 com a vitória do PAIGC, assume as funções de Ministro das Obras Públicas. Foi Secretário-Geral da Caritas Guiné-Bissau de Setembro de 2006 a Setembro de 2008. Diretor Geral: Helder Vaz Lopes (2008 - Jan. 2013).



**MURADE MURARGY** (2012-)  
Nascido em 1946 em Manjacaze, em Moçambique. Embaixador de carreira diplomática, Murade Isaac Murargy, foi durante dez anos Secretário-Geral da Presidência de Moçambique. Chefiou a missão diplomática moçambicana em Paris. Diretor Geral: Helder Vaz Lopes (2012 - Jan. 2013), Georgina Benrós de Mello (Fev. 2013-).



O Brasil foi o primeiro país da Comunidade a abrir uma missão junto à CPLP, liderada pelo Embaixador Lauro Moreira.



## REPRESENTAÇÕES PERMANENTES JUNTO DA CPLP

Face aos Estatutos da CPLP, os Estados-membros podem, se assim o entenderem, estabelecer Missões Permanentes junto da Organização, em harmonia com a prática internacional seguida nesta matéria

**A** República Federativa do Brasil foi o primeiro Estado-membro a abrir uma Missão Permanente junto à CPLP, em Julho de 2006. O primeiro Representante Permanente do Brasil Junto à CPLP foi o Embaixador Lauro Moreira (2006/2010), seguindo-se o Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho e, em Janeiro de 2014, o Embaixador José Roberto de Almeida Pinto apresentou as suas Cartas Credenciais ao Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Murade Murargy. Em Outubro de 2007, a República da Guiné-Bissau nomeou o Embaixador Apolinário Mendes de Carvalho para Representante Permanente junto à CPLP e, em Janeiro de 2009, a República

Democrática de Timor-Leste e a República Portuguesa estabeleceram as respetivas Missões Permanentes junto da CPLP.

O primeiro Representante Permanente de Portugal Junto da CPLP foi o Embaixador António Russo Dias (2009/2012), seguindo-se a Embaixadora Maria Clara Borja de Freitas. O Ministro plenipotenciário Carlos José de Pinho e Melo Pereira Marques apresentou as Cartas Credenciais ao Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Murade Murargy, em Março de 2014.

O Embaixador José Barreto Martins foi o primeiro representante da República Democrática de Timor-Leste junto da CPLP. O Embaixador Antonito de Araújo apresentou as suas Cartas

Credenciais ao Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Murade Murargy, em setembro de 2013. Angola e Moçambique, por ocasião das presidências rotativas da Organização, abriram a sua Missão Permanente em 2010 e 2012, respetivamente. Em 2010, o Embaixador Júlio Hélder Moura Lucas é nomeado Representante Permanente da República de Angola junto da CPLP. Por ocasião da Cimeira de Maputo de 2012, o Embaixador Faizal Faquir Cassam foi nomeado Representante Permanente da República de Moçambique junto da CPLP. Quando os Estados-membros não têm Missões Permanentes junto da Organização, a Representação junto à CPLP é desempenhada pelo Chefe de Missão em Lisboa.



# ANGOLA

- ◆ **Designação Oficial:** República de Angola
- ◆ **Capital:** Luanda.
- ◆ **Outras cidades importantes:** Huambo, Lobito, Cabinda, Benguela, Lubango, Malange.
- ◆ **Data da actual Constituição:** O MPLA adotou uma Constituição de Independência em Novembro de 1975, alterada em Outubro de 1976, Setembro de 1980, Março de 1991, Abril e Agosto de 1992 e Novembro de 1996.
- ◆ **Língua:** A língua oficial é o português. São falados outros idiomas, sobretudo, o umbundo, kimbundo, kikongo e tchokwé.
- ◆ **Unidade monetária:** Kwanza (Kz).
- ◆ **Recursos Económicos:** Angola possui uma grande diversidade de recursos naturais. Estima-se que seu subsolo tenha 35 dos 45 minerais mais importantes do comércio mundial, entre os quais se destacam petróleo, diamantes e gás natural. Há também grandes reservas de fosfato, ferro, manganésio, cobre, ouro e rochas ornamentais, além de uma grande produção pecuária. A cultura do café e o petróleo representam 90 por cento das exportações. As principais bacias de petróleo em expansão situam-se junto à costa nas províncias de Cabinda e Zaire, no norte do país. As reservas de diamantes nas províncias da Lunda Norte e Lunda Sul são admiradas por sua qualidade e consideradas uma das mais importantes do mundo. Nos serviços, o potencial turístico é incomensurável.
- ◆ **Página Oficial da Embaixada de Angola em Lisboa:** <http://www.embaixadadeangola.org>
- ◆ **Portal do Governo:** <http://www.angola-portal.ao/>



Área total	km <sup>2</sup>	1 246 700,0
População	hab.	17 429 637
Densidade populacional	hab./km <sup>2</sup>	14,0
Capital	N.A	Luanda
População residente na capital	hab	4 938 012
Unidade monetária	AOK	Kwanza
Taxa de câmbio anual	AOK/USD	91,9
Produto Interno Bruto-PIB(nominal)	106 USD	82 471,0
Produto Interno Bruto-PIB(nominal) per capita	USD	4 731,7

Fontes: <http://www.esa.un.org/unpd>; <http://www.imf.org>; Banco de Portugal\_Evolução das Economias dos PALOP\_2010\_2011; <http://www.bna.ao>; INE-Angola.





# BRASIL

- ◆ **Designação Oficial:** República Federativa do Brasil
- ◆ **Capital:** Brasília.
- ◆ **Outras cidades importantes:** São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Recife, Manaus, Porto Alegre e Belém.
- ◆ **Data da actual Constituição:** Outubro de 1988.  
Alterações introduzidas posteriormente.
- ◆ **Língua:** A língua oficial é o português.
- ◆ **Unidade monetária:** Real (BRL).
- ◆ **Recursos Económicos:** A atividade é variada e tem como produtos de destaque café, banana, cacau, tabaco, açúcar, feijão, citrinos, milho, soja, algodão, arroz, trigo, batata e mandioca. O Brasil ocupa posições de destaque mundial na produção dessas culturas. Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia são os principais estados agrícolas. No setor mineral, possui a segunda maior reserva de ferro do mundo em Minas Gerais e Pará (serra dos Carajás), além de manganésio, crómio, níquel, carvão, fosfatos, cobre, urânio e bauxite. Também possui reservas petrolíferas e tornou-se recentemente auto-suficiente nesse setor. O setor secundário gira em torno das indústrias automobilísticas, siderúrgica, têxtil, química, de derivados agropecuários (açúcar, cacau, café, carne) e metalúrgica (aço, alumínio, ferro, zinco, chumbo). No turismo, o Brasil tem também aplicado uma política com grande dinamismo tanto a nível nacional como internacional.
- ◆ **Página Oficial da Presidência da República:**  
<http://www.presidencia.gov.br>
- ◆ **Portal do Governo:** <http://www.redegoverno.gov.br>  
<http://www.e.gov.br>



<b>Área total</b>	km <sup>2</sup>	8 514 876,6
<b>População</b>	hab.	190 755 799
<b>Densidade populacional</b>	hab./km <sup>2</sup>	22,4
<b>Capital</b>	N.A	Brasília
<b>População residente na capital</b>	hab	2 570 160
<b>Unidade monetária</b>	R\$	Real
<b>Taxa de câmbio anual</b>	R\$/USD	1,8
<b>Produto Interno Bruto-PIB(nominal)</b>	106 USD	2 142 418,3
<b>Produto Interno Bruto-PIB(nominal) per capita</b>	USD	11 086,1

Fontes: IBGE; <http://www.bcb.gov.br>



# CABO VERDE

- ◆ **Designação Oficial:** República de Cabo Verde
- ◆ **Capital:** Cidade da Praia.
- ◆ **Outras cidades importantes:** Mindelo, Assomada, S. Filipe.
- ◆ **Data da actual Constituição:** 25 de Setembro de 1992. Foi revista em Julho de 1999.
- ◆ **Língua:** A língua oficial é o português, utilizando-se localmente o crioulo.
- ◆ **Unidade monetária:** Escudo de Cabo Verde (CVE).
- ◆ **Recursos Económicos:** Dependem, sobretudo, da agricultura e da riqueza marinha. A agricultura sofre frequentemente os efeitos das secas. As culturas mais importantes são o café, a banana, a cana-de-açúcar, os frutos tropicais, o milho, os feijões, a batata-doce e a mandioca. O setor industrial encontra-se em pleno desenvolvimento e podemos destacar a fabricação de aguardente, vestuário e calçado, tintas e vernizes, o turismo, a pesca e as conservas de pescado e a extração de sal, não descurando o artesanato e a construção. A banana e a indústria das conservas de peixe, o peixe congelado, as lagostas, o sal e as confeções são os principais produtos exportados. Assim, o comércio e o turismo, especialmente na ilha do Sal, produzem 69 por cento do PIB. O setor secundário gera 17 por cento do PIB. O país importa mais de 80 por cento dos alimentos que consome. Nos serviços, o setor do turismo está consolidado ao nível mundial..
- ◆ **Página Oficial da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa:** <http://www.embcv.pt>
- ◆ **Portal do Governo:** <http://www.governo.cv>



Área total	km <sup>2</sup>	4 033,0
População	hab.	494 040
Densidade populacional	hab./km <sup>2</sup>	122,0
Capital	N.A	Cidade da Praia
População residente na capital	hab	131 505
Unidade monetária	CVE	Escudo de Cabo Verde
Taxa de câmbio anual	CVE/USD	83,3
Produto Interno Bruto-PIB (nominal)	106 USD	1 661,5
Produto Interno Bruto-PIB(nominal) per capita	USD	3 377,8

Fontes: INE- Cabo Verde; <http://www.ine.cv>; <http://www.bcv.cv>; Banco de Cabo Verde; <http://esa.un.org/unpd>





# GUINÉ-BISSAU



- ◆ **Designação Oficial:** República da Guiné-Bissau
- ◆ **Capital:** Bissau.
- ◆ **Outras cidades importantes:** Bafatá, Gabú, Mansôa, Catió, Cantchungo, Farim.
- ◆ **Data da actual Constituição:** Aprovada em 16 de Maio de 1984, foi revista em Maio de 1991, Novembro de 1996 e Julho de 1999.
- ◆ **Língua:** A língua oficial é a português, utilizando-se localmente o crioulo, mandjaco, mandinga, entre outros.
- ◆ **Unidade monetária:** Franco CFA.
- ◆ **Recursos Económicos:** A Guiné-Bissau depende fortemente da agricultura e da pesca (cerca de 62 por cento do PIB). O preço das castanhas de caju aumentou e hoje o país encontra-se em sexto lugar na produção mundial do produto. A Guiné-Bissau exporta peixe e mariscos juntamente com caju, semente de palma e produtos das atividades extrativas florestais. As licenças para a pesca são uma fonte de receitas do Governo. O arroz é o cereal mais produzido e comida típica. O turismo é, também, uma aposta crescente do país, podendo a vir representar uma enorme fonte de receitas no futuro.



<b>Área total</b>	km <sup>2</sup>	36 125,0
<b>População</b>	hab.	1 515 224
<b>Densidade populacional</b>	hab./km <sup>2</sup>	41,9
<b>Capital</b>	N.A	Bissau
<b>População residente na capital</b>	hab	282 146,0
<b>Unidade monetária</b>	Franco CFA (b)	Franco CFA
<b>Taxa de câmbio anual</b>	Franco CFA/USD	495,0
<b>Produto Interno Bruto-PIB (nominal)</b>	106 USD	829,1
<b>Produto Interno Bruto-PIB (nominal) per capita</b>	USD	547,2

Fontes/Sources: <http://www.stat-guineebissau.com>; <http://www.imf.org>; Banco de Portugal\_Evolução das Economias dos PALOP\_2010\_2011.



# MOÇAMBIQUE

- ◆ **Designação Oficial:** República de Moçambique
- ◆ **Capital:** Maputo.
- ◆ **Outras cidades importantes:** Beira, Nampula, Chimoio, Nacala-Porto, Quelimane, Tete, Xai-Xai, Pemba, Inhambane.
- ◆ **Data da actual Constituição:** 30 de Novembro de 1990, alterada em 1996 e em 2004.
- ◆ **Língua:** A língua oficial é o português. Há numerosas línguas nacionais, como o lomué, makondé, shona, tsonga e chicheua.
- ◆ **Unidade monetária:** Metical (MZM).
- ◆ **Recursos Económicos:** A economia é ainda precária e depende de doadores estrangeiros, apesar de estar a refletir um crescimento sustentado. O turismo é de excelência e começa a assumir-se como um setor privilegiado no mercado global.  
O solo é rico em ouro, carvão, sal, grafite e bauxite, mas é pouco explorado. Moçambique possui também reservas de gás natural, mármore e madeiras. A maioria da população vive da agricultura de subsistência, mas o país exporta cana-de-açúcar, algodão, sisal, chá e tabaco.
- ◆ **Página Oficial da Presidência da República:**  
<http://www.presidencia.gov.mz>
- ◆ **Página Oficial de Moçambique:**  
<http://www.mozambique.mz>



Área total	km <sup>2</sup>	799 380,0
População	hab.	22 416 881
Densidade populacional	hab./km <sup>2</sup>	28,0
Capital	N.A	Maputo
População residente na capital	hab	1 161 833
Unidade monetária	MZM	Metical
Taxa de câmbio anual	MZM/USD	33,0
Produto Interno Bruto-PIB (nominal)	106 USD	9 550,1
Produto Interno Bruto-PIB(nominal) per capita	USD	426,0

Fontes: INE-Moçambique; <http://www.ine.gov.mz>; [www.bancomoc.mz](http://www.bancomoc.mz)





# PORTUGAL

- ◆ **Designação Oficial:** República Portuguesa
- ◆ **Capital:** Lisboa.
- ◆ **Outras cidades importantes:** Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Faro, Funchal (Madeira), Ponta Delgada (Açores), Porto, Setúbal.
- ◆ **Data da actual Constituição:** Aprovada em Abril de 1976. Revisões em Setembro de 1982, Julho de 1989, Novembro de 1992, Setembro de 1997, Dezembro de 2001, Julho de 2004 e Agosto de 2005.
- ◆ **Língua:** Português.
- ◆ **Unidade monetária:** Euro (EUR).
- ◆ **Recursos Económicos:** A produção agrícola representa apenas quatro por cento do PIB. A principal cultura é a uva, situando o país entre os dez primeiros produtores mundiais de vinhos de qualidade. Batata, beterraba açucareira, arroz, legumes, hortaliças e frutas também são importantes produtos. A abundância de sobreiros, especialmente a Sul do rio Tejo, faz de Portugal o maior produtor mundial de cortiça (cerca de metade da produção da cortiça mundial). Na pecuária, destaca-se a produção de ovinos e, na pesca, a da sardinha. As principais atividades industriais concentram-se nos setores têxtil, siderúrgico, metalúrgico, automobilístico e químico. Também têm importância as indústrias alimentares (conservas de peixe, vinho, cerveja e azeite), de calçados e de cerâmica. O setor de serviços (destaque para o turismo) responde por 68 por cento do PIB e por 60 por cento dos empregos.
- ◆ **Página Oficial da Presidência da República:** <http://www.presidencia.pt>
- ◆ **Portal do Governo:** <http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT>



<b>Área total</b>	km <sup>2</sup>	92 207,4
<b>População</b>	hab.	10 636 979
<b>Densidade populacional</b>	hab./km <sup>2</sup>	115,4
<b>Capital</b>	N.A	Lisboa
<b>População residente na capital</b>	hab	474 697
<b>Unidade monetária</b>	€	Euro
<b>Taxa de câmbio anual</b>	€/USD	0,8
<b>Produto Interno Bruto-PIB (nominal)</b>	106 USD	228 829,4
<b>Produto Interno Bruto-PIB (nominal) per capita</b>	USD	21 512,6

Fontes: <http://www.ine.pt>; <http://www.bportugal.pt>

# SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



- ◆ **Designação Oficial:** República Democrática de São Tomé e Príncipe
- ◆ **Capital:** São Tomé.
- ◆ **Outras cidades importantes:** Santo António, Santa Cruz, Neves.
- ◆ **Data da actual Constituição:** Publicada a 29 de Janeiro de 2003 em Diário da República.
- ◆ **Língua:** A língua oficial é o português. Localmente, também se fala crioulo.
- ◆ **Unidade monetária:** Dobra (STD).
- ◆ **Recursos Económicos:** A principal atividade económica é a agricultura, que produz cacau, óleo de palma, café e coco e a pesca. A recém-descoberta de jazidas de petróleo nas suas águas pode constituir uma importante fonte de receitas e de energia no futuro. São Tomé e Príncipe também aposta no turismo e quer favorecer a qualidade, propondo um quadro único de descoberta, preservando o melhor possível as suas paisagens luxuriantes, a sua arquitetura singular e, sobretudo, a sua calma.
- ◆ **Página Oficial da Embaixada de São Tomé e Príncipe em Lisboa:** <http://www.emb-saotomeprincipe.pt>
- ◆ **Portal do Governo:** <http://www.gov.st>



Área total	km <sup>2</sup>	1 001,0
População	hab.	163 784
Densidade populacional	hab./km <sup>2</sup>	163,6
Capital	N.A	São Tomé
População residente na capital	hab	49 957
Unidade monetária	Dobra	Dobra
Taxa de câmbio anual	Dobra/USD	18 574,0
Produto Interno Bruto-PIB(nominal)	106 USD	214,0
Produto Interno Bruto-PIB(nominal) per capita	USD	1 306,6





# TIMOR-LESTE

- ◆ **Designação Oficial:** República Democrática de Timor-Leste
- ◆ **Capital:** Díli.
- ◆ **Outras cidades importantes:** Baucau, Manatuto, Aileu e Liquiçá.
- ◆ **Data da actual Constituição:** Maio de 2002.
- ◆ **Língua:** As línguas oficiais são o português e o tétum.
- ◆ **Unidade monetária:** Dólar norte-americano (USD). Para facilitar as trocas comerciais, o Estado cunha moedas de denominação “centavo”.
- ◆ **Recursos Económicos:** A economia de Timor-Leste assenta na produção de cacau, café, cravo e coco. Nos últimos anos foram encontradas importantes reservas de petróleo e gás natural.
- ◆ **Portal do Governo:** <http://www.timor-leste.gov.tl>



Área total	km <sup>2</sup>	14 954,4
População	hab.	1 066 409
Densidade populacional	hab./km <sup>2</sup>	71,3
Capital	N.A	Dili
População residente na capital	hab	234 026
Unidade monetária	USD	Dólar americano/ United States dollar
Taxa de câmbio anual	R\$/USD	1,8
Produto Interno Bruto-PIB(nominal)	106 USD	4 130,5
Produto Interno Bruto-PIB(nominal) per capita	USD	3 615,0

Fontes: INE- Timor-Leste; <http://dne.mof.gov.tl>

# CPLP EM FICHA

Os laços entre os povos que habitam os territórios que integram hoje a CPLP são muito antigos e foram tecidos ao longo de mais de cinco séculos pela Língua Portuguesa. Inicialmente língua de navegadores, mercadores e missionários, hoje língua oficial dos oito membros da Comunidade, o português é atualmente o património comum de cerca de 250 milhões de pessoas, a quinta língua mais falada no mundo

**L**íngua, história e cultura são os alicerces da CPLP, mas a jovem Comunidade não pretende ser apenas a zeladora de um passado de encontros e desencontros, afetos e memórias gloriosas para uns, dolorosas para outros. Aberta para o mundo e virada para o futuro, como os homens e as mulheres que a habitam, maioritariamente jovens, a CPLP pode sem exageros dizer que nenhum dos grandes desafios que enfrenta a humanidade lhe é alheio, porque todos a afectam. O espaço físico constituído pelos oito estados membros da CPLP é o primeiro motivo. São 10 742 000 km<sup>2</sup> de terras, 7,2% das terras emergidas do planeta (148 939 063 km<sup>2</sup>) espalhadas por quatro continentes – Europa, América, África, Ásia. Situado maioritariamente no hemisfério sul, este espaço descontínuo abrange realidades tão diversas como o do gigante Brasil, sexto país do mundo em superfície, como o minúsculo arquipélago de São Tomé e Príncipe, o Estado mais pequeno de África. O clima, a fauna e a flora são variados, como corresponde à diversidade das latitudes em que se situam os vários países membros. Com exceção de Portugal, de clima temperado com variantes oceânica e mediterrânica, a maior parte da CPLP situa-se na zona tropical subequatorial. Os índices de pluviosidade determinam grandes diferenças de paisagens naturais, às vezes dentro de um só país, como acontece no Brasil – das estepes semiáridas

do nordeste à selva amazónica – e em Angola – da floresta do Mayombe ao deserto de Namibe, e as savanas inundáveis do Zambeze. O mar, que teve um papel primordial na história da CPLP desde a gesta dos navegadores portugueses do século XV, não é menos importante na definição da sua realidade actual. Com as suas águas territoriais (24 milhas) e as suas ZEE (Zonas Económicas Exclusivas) (200 milhas) os membros da Comunidade são os “donos” de 7142753 km<sup>2</sup>, o que representa cerca de 2% dos mares do mundo (361 126 222km<sup>2</sup>) e de uma parte ainda mais significativa do Oceano Atlântico. A dimensão marítima condiciona a existência da CPLP mais do que é geralmente lembrado: além de três Estados insulares (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste) e de um estado “semi-arquipélago” (Portugal, com os arquipélagos das Açores e Madeira) a Comunidade abrange 16 836 km de costas, debruçados sobre alguns dos fundos marinhos mais importantes do mundo pelas suas riquezas (haliêuticas, minerais, petróleo) ou estratégicos para o transporte marítimo (Atlântico Médio, Canal de Moçambique, Mar de Timor). Um das realidades que condicionam também a vida dos seus habitantes: com exceção de Brasília, todas as cidades capitais da CPLP são simultaneamente os principais portos: Luanda, Lisboa, Maputo, Cidade da Praia, Bissau, São Tomé, Dili. É também no litoral que se concentra a maior parte da população: 2/3 vivem a menos de 100 km do mar.

## DADOS GERAIS

ÁREA TOTAL	km <sup>2</sup>	10 709 277,4
POPULAÇÃO (2010)	hab.	244 478 753
DENSIDADE POPULACIONAL (2010)	hab./km <sup>2</sup>	22,8
PRODUTO INTERNO BRUTO-PIB (nominal) 2010	106 USD	2 470 103,8
PRODUTO INTERNO BRUTO-PIB (nominal) <i>per capita</i> 2010	USD	10 103,6

Fontes/Sources: Com base nos dados do INE-Angola; IBGE-Brasil; INE-Cabo-Verde; INE-Guiné-Bissau; INE-Moçambique; INE-Portugal; INE-São Tomé e Príncipe; DNE-Timor-Leste; <http://www.imf.org>; Banco de Portugal\_Evolução das Economias dos PALOP\_2010\_2011; <http://www.bna.ao>





ZEE TOTAL DOS EM:  
7.070.223 Km<sup>2</sup>

PLATAFORMA TOTAL DOS  
EM: 1.040.307 Km<sup>2</sup>

ÁREA TERRESTRE TOTAL  
DOS OBSERVADORES  
ASSOCIADOS DA CPLP:  
226.813 Km<sup>2</sup>

ZEE TOTAL DOS  
OBSERVADORES  
ASSOCIADOS: 1.747.367 km<sup>2</sup>

PLATAFORMA TOTAL  
DOS OBSERVADORES  
ASSOCIADOS: 59.973 km<sup>2</sup>

## ESTADOS-MEMBROS DA CPLP

### ANGOLA

População total: 12.799.293  
(Julho 2010 est.)  
Área: 1.246.700 km<sup>2</sup>  
ZEE: 518.433 km<sup>2</sup>  
Plataforma: 48.092 km<sup>2</sup>

### MOÇAMBIQUE

População total:  
21.669.278  
Área: 799.380 km<sup>2</sup>  
ZEE: 578.986 km<sup>2</sup>  
Plataforma: 94.212 km<sup>2</sup>

### BRASIL

População total:  
198.739.269  
Área: 8.514.877 km<sup>2</sup>  
ZEE: 3.660.955 km<sup>2</sup>  
Plataforma: 774.563 km<sup>2</sup>

### PORTUGAL

População total:  
10.707.924 (Julho 2010 est.)  
Área: 92.090 km<sup>2</sup>  
ZEE: 1.656.181 km<sup>2</sup>  
Plataforma: 2.000.000 km<sup>2</sup>

### CABO VERDE

População total: 429.474  
(Julho 2010 est.)  
Área: 4.033 km<sup>2</sup>  
ZEE: 800.561 km<sup>2</sup>  
Plataforma: 5.591 km<sup>2</sup>

### SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

População total:  
212.679  
(Julho 2010 est.)  
Área: 964 km<sup>2</sup>  
ZEE: 131.397 km<sup>2</sup>  
Plataforma: 1.902 km<sup>2</sup>

### GUINÉ-BISSAU

População total: 1.533.964  
(Julho 2010 est.)  
Área: 36.125 km<sup>2</sup>  
ZEE: 123.725 km<sup>2</sup>  
Plataforma: 39.339 km<sup>2</sup>

### TIMOR-LESTE

População total:  
1.131.612  
Área: 14.874 km<sup>2</sup>  
ZEE: 70.326 km<sup>2</sup>  
Plataforma: 25.648 km<sup>2</sup>

## OBSERVADORES ASSOCIADOS DA CPLP

### ILHA MAURÍCIO

População total: 1.284.264  
(Julho 2010 est.)  
Área: 2.040 km<sup>2</sup>  
ZEE: 1.284.997 km<sup>2</sup>  
Plataforma: 29.061 km<sup>2</sup>

### GUINÉ EQUATORIAL

População total: 633.441  
(Julho 2010 est.)  
Área: 28.051 km<sup>2</sup>  
ZEE: 303.509 km<sup>2</sup>  
Plataforma: 7.820 km<sup>2</sup>

### SENEGAL

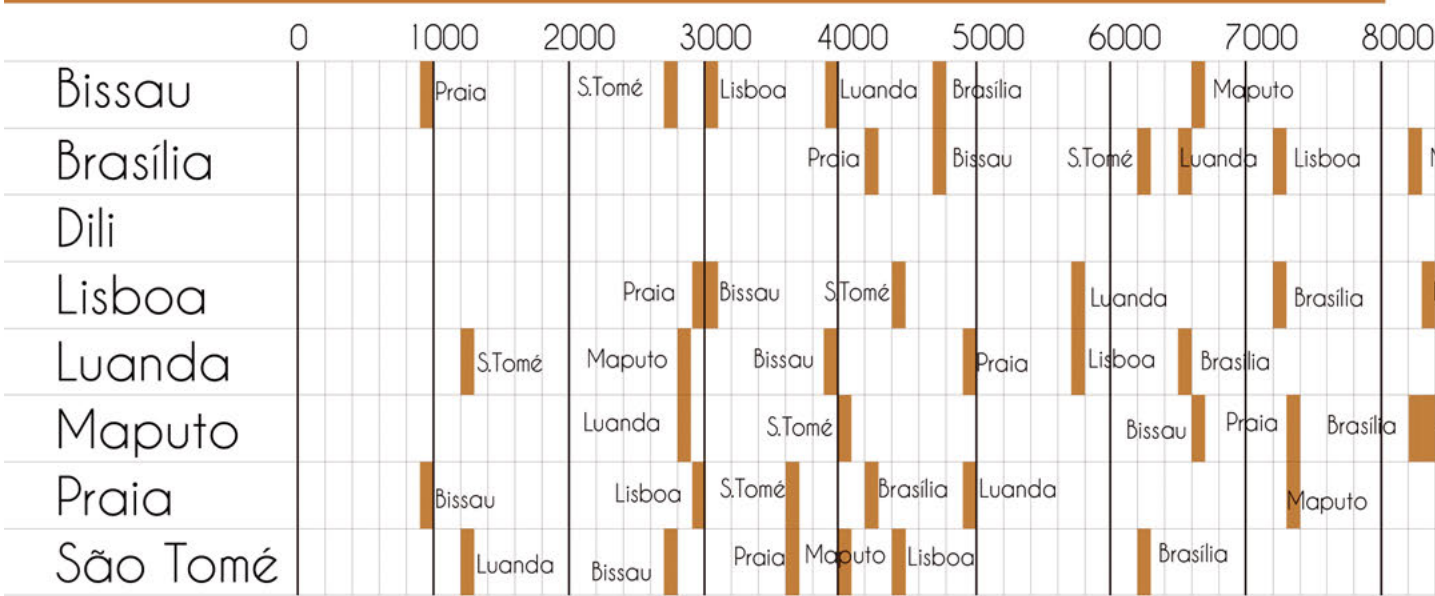
População total: 13.711.597  
(Julho 2010 est.)  
Área: 196.722 km<sup>2</sup>  
ZEE: 158.861 km<sup>2</sup>  
Plataforma: 23.092 km<sup>2</sup>

NOTA: Os valores da Plataforma de cada país correspondem às candidaturas de extensão submetidas à ONU.

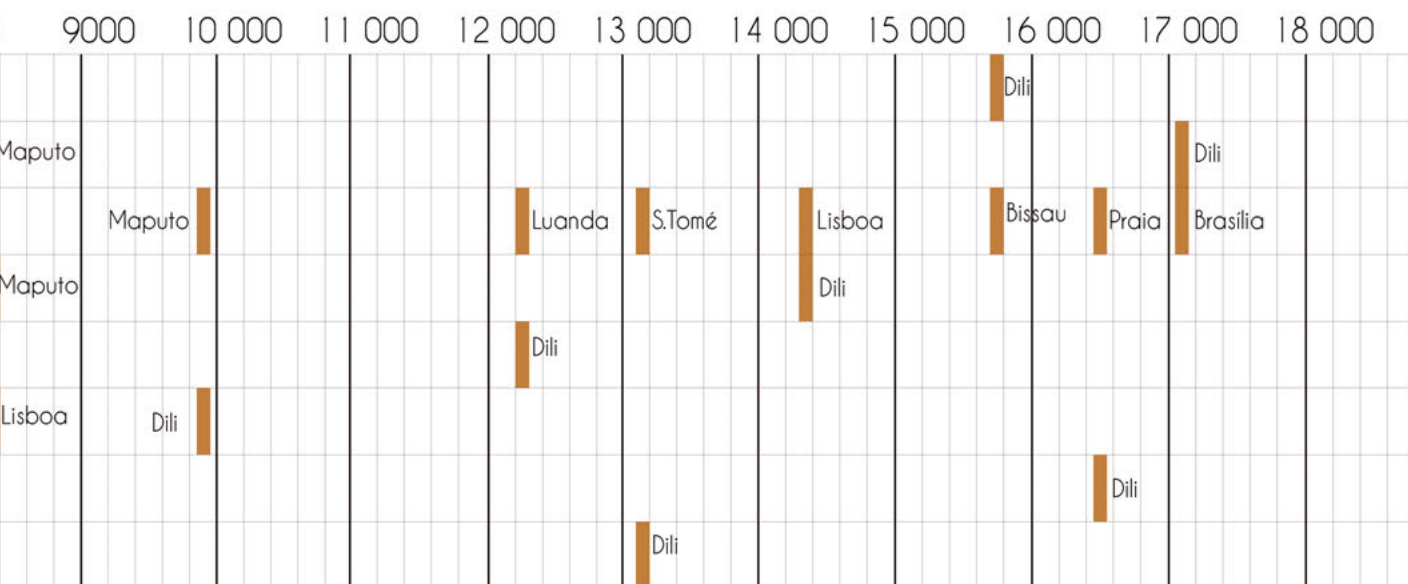
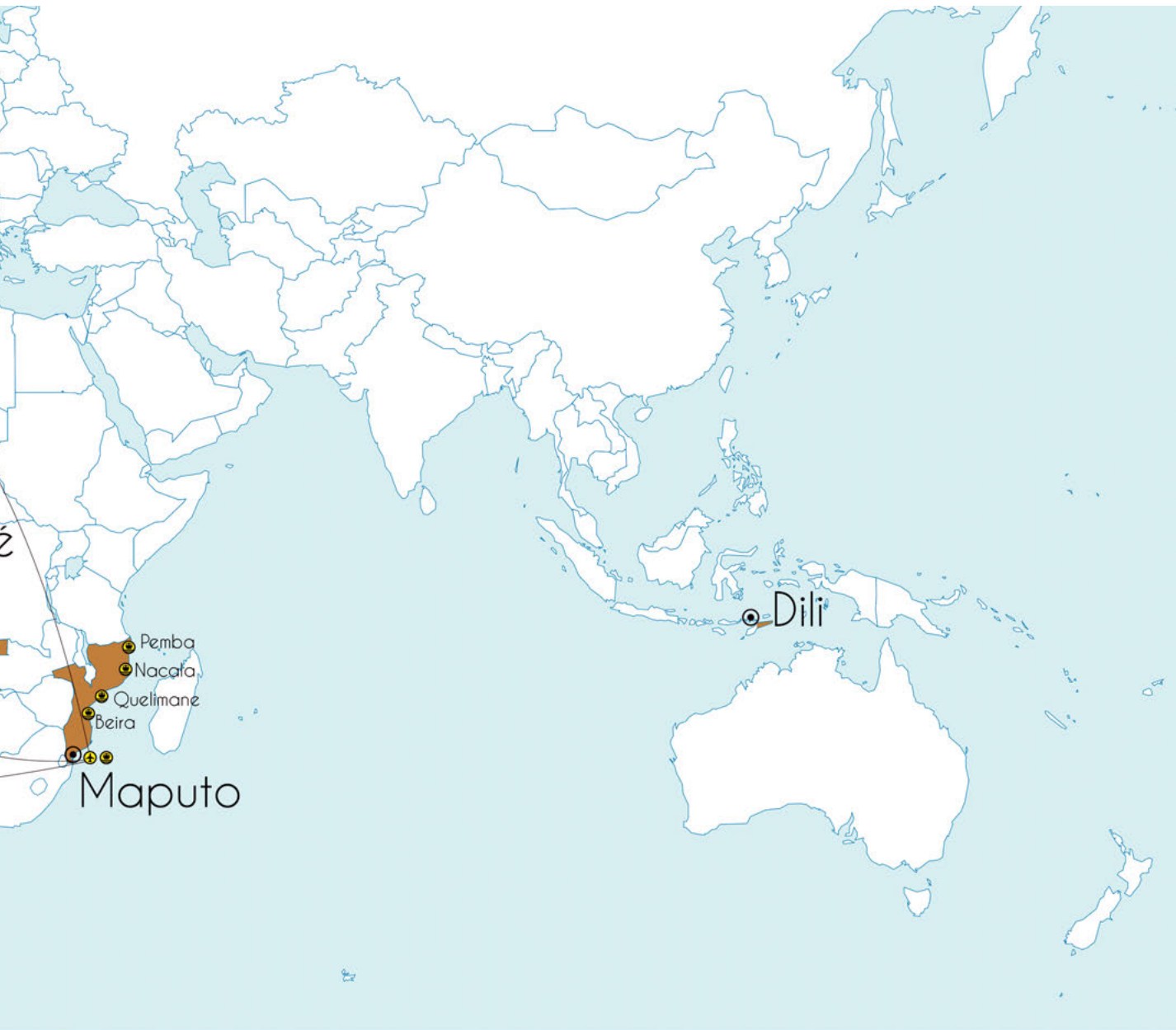
# Espaço CPLP



## Distância mínima entre cidades







# CPLP: CONVERGINDO NA DIVERSIDADE



Helder Lucas, Embaixador Chefe da Missão de Angola junto da CPLP

O presente texto aborda, em perspectiva, as componentes geopolítica, geocultural e geoeconómica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), procurando relevar factores de convergência numa Comunidade que se caracteriza pela divergência e diversidade geográfica, cultural e económica.

Em relação à componente geopolítica o primeiro dado que emerge da CPLP é a dispersão geográfica dos seus membros: descontínua, pluricontinental, multiregional, a CPLP estende-se da Europa às Américas, passa pela África, e vai até às antípodas, no extremo oriente, à pátria dos nossos irmãos de Timor-Leste, de vontade inquebrantável e fé no futuro do seu país.

As regiões em que os países da CPLP estão inseridos modelam as condições da vida económica, cultural e social dos seus povos, assim como a sua inserção geopolítica e as decisões estratégicas que dizem respeito ao desenvolvimento e à preservação dos interesses nacionais fundamentais desses Estados.

Os países da CPLP estão fortemente ancorados a projectos de integração regional nas componentes económica, política e social. União Africana, União Europeia, Mercosul, CEDEAO, UEMOA, SADC, CEEAC, ASEAN, são organizações a que os países da CPLP se vêm ligando por laços cada vez mais estreitos, e que vão até à concessão de poderes de supra nacionalidade.

Assim, cremos que os factores enunciados concorrem para a divergência entre os países da

CPLP, com a existência de poderosas forças centrífugas que os impelem para outras constelações de poder e de interesses.

A divergência histórica com o colonialismo, que desembocou em guerras, foi outro factor que poderia comprometer uma reconciliação genuína entre povos que viveram episódios dolorosos de dominação. No entanto, esses povos e países reconciliaram-se plenamente, com naturalidade ultrapassaram mágoas do passado, e vêm construindo uma Comunidade que, pela sua transversalidade, veio reforçar a identidade e conferir coerência a esse conjunto muito díspar de países e que, esperamos, se venha a converter numa verdadeira Comunidade de povos.

O mar é peça fulcral da CPLP: tal como no passado do império, o mar, e em especial o Oceano Atlântico, permanecem artéria vital do nosso presente e devir colectivo de convergência. A geoestratégia da CPLP está estreitamente vinculada ao mar e questões com ele relacionadas, de comunicação, de exploração económica, de segurança, etc, devem ser devidamente equacionadas e a CPLP deve jogar um papel importante na sua gestão, fazendo dele elemento vital de convergência na Comunidade.

A componente geocultural da CPLP é fortemente marcada pela diversidade: cultural, religiosa, étnica e linguística, sendo os intercâmbios culturais e humanos sobretudo orientados para a esfera regional. Ilhas linguísticas e culturais isoladas nas suas regiões geográficas respectivas, a diversidade cultural que caracteriza os países da CPLP, decorrente da dispersão geográfica, é outro elemento que impele à divergência.

Ainda assim, foi criada a CPLP, enquanto Comunidade de base cultural, assente na língua comum, em laços históricos tecidos pela convivência secular, e na aceitação da herança cultural lusófona pelas novas elites dos países independentes. Mas, indubitavelmente, é a língua portuguesa, entendida como bem tangível que conforma a identidade específica dos países e povos que integram a CPLP, o elemento instrumental dessa realidade. No que diz respeito à geoeconomia da CPLP, o facto mais marcante é a divergência fundamental,

traduzida nas diferenças enormes de desenvolvimento económico e social desses países e povos: marcados por um padrão europeu, por um padrão sul-americano, em rápida transformação, e por um padrão africano e asiático, onde o subdesenvolvimento é ainda marcante.

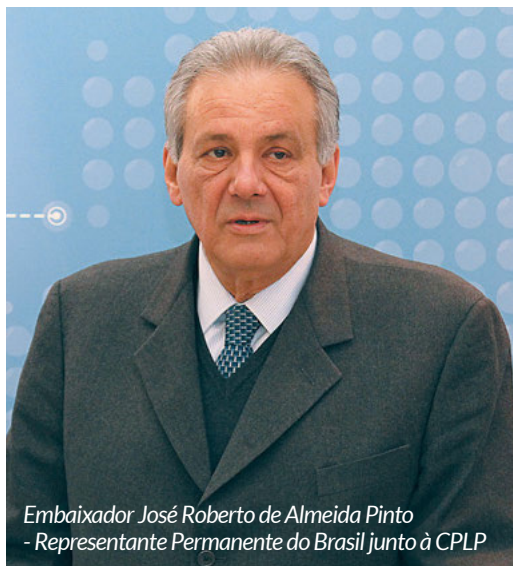
A história secular das relações económicas entre eles não favorecerá a convergência: os vários ciclos económicos dessa relação, que teve início com o tráfico negreiro, e os diversos ciclos de exploração económica colonial, tendo sempre como pano de fundo a exploração brutal do trabalho nativo, deram lugar a relações de novo tipo, ainda que não baseadas na igualdade plena, mas tendencialmente servindo os países e povos que ficaram para trás em termos de desenvolvimento económico e social.

A geoeconomia e as relações económicas e comerciais no âmbito da CPLP deverão visar, e desembocar, no estreitamento do fosso que separa os países e povos da CPLP, permitindo a construção de uma verdadeira comunidade de convergência, em termos económicos, sociais, patrimoniais, e com níveis de desenvolvimento humano mais aproximados.

Em conclusão, procuramos neste depoimento enunciar elementos de divergência e dar relevo aos factores de convergência que conformam a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e que estiveram na origem da sua constituição. Cremos que o elemento decisivo para a edificação da CPLP foi ter sido um factor identitário por excelência - a língua - que veio permitir esta convergência de disparidades. A herança cultural partilhada foi, a par da língua comum, outro alicerce da sua criação. No entanto, o presente e o futuro da Comunidade assentam, sobretudo, na partilha e projecção de um conjunto de valores inalienáveis, assentes na justiça e no progresso social dos povos, e sobre os quais poderemos estabelecer bases sólidas para a inserção internacional dos nossos países, garantir um futuro de paz e prosperidade aos nossos povos, transformar a CPLP em elemento relevante e prestigiado no repertório político e diplomático internacional.



# O DESAFIO DE ADMINISTRAR O ÊXITO



Embaixador José Roberto de Almeida Pinto  
- Representante Permanente do Brasil junto à CPLP

**A** Organização tem muito a mostrar nesse período, em todas as áreas de atividade, mas especialmente nos três pilares idealizados por seus fundadores: concertação político-diplomática, cooperação e promoção da língua portuguesa. Os Estados-membros têm sabido coordenar suas políticas e atuar em conjunto em diversas situações e por diferentes meios, que vão desde as Missões de Observação Eleitoral da CPLP – uma fonte adicional de credibilidade e legitimidade para nossas democracias – à escolha de nacionais da Comunidade para importantes cargos em muitas organizações internacionais. A cooperação, por sua vez, é a área que tem gerado o maior número de iniciativas e que envolve o mais diversificado conjunto de interlocutores e projetos. Em um sentido lato, a cooperação entre os membros da CPLP inclui a troca de experiências, o diálogo e a negociação de diretrizes comuns em um vasto leque de temas que incluem, apenas para citar alguns, Saúde, Segurança Alimentar, Trabalho, Defesa, Justiça e Cultura; passos adicionais têm sido dados recentemente com a formulação de estratégias que orientam a atuação comunitária em diferentes setores, como a “Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional”, o “Plano Estratégico de Cooperação em Saúde” e “Estratégia para Oceanos”. Em um sentido mais estrito, há um importante acervo de projetos, muitos deles financiados com

Ao completar dezoito anos, o maior desafio da CPLP consiste, felizmente, em administrar seu próprio êxito

recursos do Fundo Especial, que geram ganhos concretos na qualidade de vida e no dia a dia de seus beneficiários. As Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa, realizadas em Brasília, em 2010, e em Lisboa, em 2013, constituem dois marcos na atuação da CPLP para a fixação de políticas comuns de divulgação e promoção do idioma, patrimônio que é base da própria Comunidade. O Plano de Ação de Brasília e o Plano de Ação de Lisboa, este último a ser submetido à X Conferência de Chefes de Estado e de Governo, definem um caminho bem sinalizado para as ações futuras. São patentes a expansão e crescente afirmação do português como língua de alcance mundial. Com seu amplo mandato de promoção da cooperação “em todos os domínios”, o êxito da CPLP como Organização intergovernamental tem servido de estímulo a uma aproximação entre os povos de língua portuguesa que excede em muito as instituições formais da Comunidade. Não só se multiplicaram os órgãos comunitários compostos por setores do Executivo dos Estados-Membros e voltados para a coordenação em áreas específicas de atividade, com graus variados de integração às estruturas centrais da CPLP. Registraram-se também importantes iniciativas que reúnem representantes de outros Poderes, como a Assembleia Parlamentar, e, sobretudo, proliferaram os foros e encontros nascidos da dinâmica de interação das sociedades civis, como, entre numerosíssimos exemplos, o “Fórum da Sociedade Civil” e o “Fórum da Juventude”. Essa vitalidade da “ideia de CPLP” ao mesmo tempo atesta o êxito da Comunidade e impõe o desafio de garantir, com integral respeito às respectivas esferas de competência, o máximo de compatibilização possível entre as ações de entidades de diferente escopo e as políticas traçadas pelos órgãos de direção central da Organização. Além disso, é preciso que a coordenação e a soma de esforços com os hoje numerosos parceiros na empreitada da Comunidade – Observado-

res Associados, IILP, Assembleia Parlamentar, Observadores Consultivos, Agências da ONU e outras organizações internacionais, instituições acadêmicas, associações e “fóruns” da sociedade civil, etc. – sejam asseguradas com a manutenção da estrutura enxuta, flexível e eficaz do Secretariado da CPLP. É difícil apontar um “domínio de cooperação” que já não tenha dado ensejo a trabalho conjunto e empenho da Comunidade. Mas deve-se admitir que em alguns setores os resultados se têm mostrado mais palpáveis do que em outros. A “maioridade” da CPLP convida a um exercício de levantamento das áreas em que convém redobrar esforços para se alcançarem, concretamente, os objetivos almejados. Esse é outro desafio relevante, tanto do presente quanto, permanentemente, do futuro. Contudo, o principal desafio da CPLP como Organização intergovernamental residirá sempre em administrar seu próprio êxito sem desvirtuar o caráter de “família” que a caracteriza e bem espelha o espírito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A CPLP desperta o interesse e respeito de outros Estados, fala com voz própria em determinados organismos internacionais, une múltiplas instituições de seus membros em prol dos propósitos comuns, apresenta um invejável histórico de realizações em todos os seus “pilares” de atuação e encoraja notavelmente o aprofundamento dos contatos entre nacionais dos países da Comunidade. O compromisso do Brasil com a CPLP, traduzido em ideias e atos concretos, precede a própria criação da Organização, pois já em 1989, por iniciativa brasileira, reuniram-se, na cidade de São Luís do Maranhão, os Chefes de Estado e de Governo dos países de língua portuguesa. Ademais de sua ativa participação na fundação da CPLP, em 1996, o Brasil tem estado desde então firmemente engajado nos programas e atividades da Comunidade. É, assim, com orgulho que o Brasil se soma aos demais Estados-membros na comemoração dos 18 anos de êxito da CPLP.

# CPLP - UM ESPAÇO DE OPORTUNIDADES

A CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa prepara-se para comemorar os seus 18 anos de existência

**M**omento de particular relevância na vida da organização que vem trilhando um caminho de construção de uma nova identidade – a cidadania CPLP, alicerçada nos princípios da democracia e do respeito mútuo e na firme vontade de uma cooperação vantajosa.

A CPLP nasceu sob o desígnio da cultura como fator de coesão, cujo elemento preponderante e cimentador foi e é a língua portuguesa, reforçada pelos laços históricos, mas, sobretudo, pelo desejo de unir esforços com o objetivo primordial de, num espírito de solidariedade e cooperação, expandir os horizontes desse património comum ao serviço povos que formam esta Comunidade. Neste domínio, deve-se encarar o desafio da consolidação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa de forma assumida e priorizada, de molde a que essa Instituição da CPLP possa cumprir os objetivos postulados na sua génese. No âmbito da cooperação multilateral, a busca incessante de soluções comuns tem norteado as relações entre os Estados membros, delineando-se, desse modo, políticas estratégicas comuns nos diferentes setores da economia, que visam, igualmente, incorporar projetos e ações estruturantes, apostando principalmente na capacitação dos recursos humanos e em temas transversais, na senda de um desenvolvimento sustentável e para os povos da CPLP. É com orgulho que registamos os avanços da Organização,

◆ *Madalena Neves, Embaixadora de Cabo Verde em Portugal e junto da CPLP*



merecendo destaque a articulação entre a definição das estratégias comunitárias e os planos estratégicos nacionais dos Estados membros da CPLP, que, sua vez, estão engajados em políticas e programas de intervenção conjunta, tanto a nível nacional como nos seus respetivos espaços regionais de integração. No tocante a Cabo Verde, deve-se destacar a importância da harmonização dos

instrumentos estratégicos da Comunidade com os Planos Estratégicos Nacionais em sectores fundamentais, como é o do Turismo, da Saúde, da Igualdade do Género e Empoderamento da Mulher, da Juventude, da Agricultura, da Segurança Alimentar e Nutricional, da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação e da Cultura. Desafios novos se colocam à CPLP, trazendo





**A partilha de conhecimento constitui fator essencial na cooperação para o desenvolvimento, e, nesse âmbito, as novas tecnologias são elemento potenciador fundamental como estratégia comunitária.”**

para a agenda novas áreas de cooperação, como as economias criativas e o mar. O Mar constitui um recurso fundamental para o desenvolvimento inclusivo e sustentável dos países da CPLP, motivo porque uma estratégia política conjunta no âmbito dos oceanos da CPLP se demonstre crucial para a sua gestão sustentável e dos seus recursos e, bem assim, na construção de novos empregos e oportunidades. Em Cabo Verde, o programa do Governo estabeleceu o Cluster do Mar como determinante e estruturante no desenvolvimento do país. As políticas comunitárias vem dar um aporte às políticas nacionais, designadamente, através da sua aplicação na abordagem multisetorial e da cooperação internacional; na promoção da constituição de áreas marinhas protegidas nos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nos Estados membros da CPLP; e, mais uma vez na capacitação dos recursos humanos. Finalmente, a CPLP e a crescente necessidade de a Organização veicular posições concertadas entre os seus membros, constitui palco fértil para dar corpo à economia azul preconizada pelos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, de que Cabo Verde faz parte, e para que tenha cada vez maior eco ao nível internacional, com vista à adoção de políticas responsáveis, no sentido de preservação do ecossistema. Numa Comunidade onde cerca de 28 milhões de pessoas estão desnutridas, sem dúvida que a assunção da erradicação da pobreza e da fome, o primeiro

ODM, como objetivo primordial da CPLP veio dar uma nova substância e congruência às políticas estratégicas comunitárias. A Organização atribui particular atenção ao setor da Segurança Alimentar e da Nutrição através do Plano Estratégico da Comunidade para o mesmo, o ESAN-CPLP, num esforço de combate a esse flagelo nos países membros, sempre tendo em atenção os compromissos globais e regionais económicos em que estão inseridos.

A partilha de conhecimento constitui fator essencial na cooperação para o desenvolvimento, e, nesse âmbito, as novas tecnologias são elemento potenciador fundamental como estratégia comunitária. O papel da rede de Universidades deve ser reforçado, potenciando a melhor utilização das capacidades e valorização do capital humano.

A Comunidade vem sendo, cada vez mais, um fórum privilegiado de partilha de experiências e de promoção de boas práticas e que extravasa já o quadro político e abarca a sociedade civil, com o aumento das organizações que solicitam o estatuto de observador consultivo, bem como das congéneres que se unem em torno da causa da CPLP, reconhecendo que também a sinergia dos elementos comuns no catapultar para o desenvolvimento na diversidade. Sinal do incremento da visibilidade da CPLP no seio da comunidade internacional é o crescente interesse que ela vem despertando em todo o mundo, tal como o demonstra o número

de países que vêm expressando seu desejo de fazer parte da Organização na qualidade observador associado. E, não será simples coincidência, que ao atingir a maioria a CPLP se veja confrontada com a necessidade de alargamento da Comunidade a novos membros de pleno direito. É sem dúvida sinal de maturidade e de viragem. Nesta nova fase da vida da organização, importa potenciar e reforçar a vertente económica, enquanto motor do crescimento e de reforço da visibilidade da Comunidade. Com uma presença, através dos Estados Membros, em diferentes regiões ricas em recursos naturais e mais dinâmicas, tanto do ponto de vista demográfico como do crescimento económico, a CPLP tem todas as condições para atingir um novo patamar. Ao entrar numa etapa de “maioridade”, é certamente o momento de se refletir o futuro da CPLP, pelo confluir de fatores inéditos, pelo novo cenário mundial, pelo momento em que os objetivos da Agenda de pós-2015 deverão igualmente contribuir, de forma decisiva, para a prossecução dos desígnios da Comunidade, nos pressupostos de um desenvolvimento sustentável e com coesão social. No atual paradigma da globalização, será importante promover a amizade, a solidariedade, a riqueza cultural comum que identifica a Organização e lhe assegura a integração na diversidade, aliadas á promoção de novas formas de cooperação por forma a fazer da CPLP uma Comunidade de oportunidades.

# DEZOITO ANOS DE CONSTRUÇÃO DOS ALICERCES PARA O FUTURO

O percurso trilhado pela nossa Comunidade ao longo destes anos reafirma a viabilidade do projecto, cuja génese está alicerçada no pensamento visionário dos nossos Chefes de Estado e de Governo, plasmado de forma clara na Declaração Constitutiva da CPLP de 17 de Julho de 1996, que consagra o imperativo de «reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento económico e social dos seus Povos».

A nossa Comunidade registou ganhos assinaláveis que se manifestam numa crescente afirmação dentro dos nossos países e uma projecção internacional cada vez mais notória. A sua «maioridade» resulta, sem dúvidas, no aumento das suas responsabilidades, pelo que urge levar a cabo uma redefinição de estratégias em face das oportunidades e desafios que emergem da actual conjuntura internacional.

Isto poderá, quiçá, equivaler à necessidade do aprimoramento do paradigma da CPLP, que acrescente a cooperação económica e parcerias empresariais com benefícios mútuos à concertação político-diplomática, à cooperação técnica e à língua portuguesa. A língua portuguesa constitui, indubitavelmente, um importante instrumento na promoção e valorização dos negócios intracomunitários, no reforço da diplomacia económica e internacionalização das economias da CPLP e na produção científica e na inovação, factores impulsionadores do aumento da competitividade e, conseqüentemente, do crescimento, do emprego e da riqueza; Um exercício de reflexão será crucial com vista a tornar a CPLP mais proactiva, eficaz e relevante para responder à dinâmica dos desafios actuais. Consciente da sua relevân-



*Embaixador Faizal Cassam  
Representante Permanente  
da República de  
Moçambique junto  
da CPLP*

“**A nossa Comunidade registou ganhos assinaláveis que se manifestam numa crescente afirmação dentro dos nossos países e uma projecção internacional cada vez mais notória.**”

cia para os respectivos povos, a CPLP deve reafirmar o firme compromisso de acelerar o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento económico e bem-estar social dos nossos povos.

Deste modo, a CPLP logrará traduzir o sentimento e propósitos dos seus «arquitectos», consagrados na Declaração Constitutiva, conferindo assim maior pujança e sustentabilidade ao «edifício» que se pretende construir.



# UMA REFLEXÃO SOBRE O FUTURO DA CPLP


## 1) PONTO DE SITUAÇÃO E DIAGNÓSTICO

A CPLP assenta, desde a sua fundação, em três pilares fundamentais, que consubstanciam os grandes objetivos da Organização (a Concertação Político-Diplomática, a Cooperação em Todos os Domínios e a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa), bem como em oito princípios orientadores, por que se rege, com especial ênfase no Primado da Democracia, da Boa Governação e dos Direitos Humanos. Se é certo que o seu alargamento acarretará inevitavelmente consigo alguma diluição do elemento identitário Língua, que justificaria, como antídoto, um reforço do conjunto de princípios fundamentais que a enformam – à semelhança do que sucede por exemplo na Organização Internacional da Francofonia, em que a promoção desses princípios está plasmada nos próprios objetivos da Organização – certo é também que a “adesão sem reservas” a esse núcleo primário é condição sine qua non para um qualquer alargamento. Pensamos assim que os princípios fundamentais da CPLP se encontram adequadamente salvaguardados e que, salvo alguns ajustamentos de linguagem, não se justificarão nesta vertente, especialmente sensível, alterações de fundo nos atuais Estatutos. Já no tocante a dois dos objetivos da Organização muito mais há a dizer. Assim:

### a) Cooperação em Todos os Domínios

A Cooperação é, sem dúvida, a mais dinâmica e pujante área de atuação da CPLP, aquela que mais recursos mobiliza, aquela que mais diretamente se reflete na vida dos cidadãos, aquela que menos problemas coloca e também aquela que mais perspectivas abre para o futuro. As Reuniões Ministeriais Setoriais cobrem hoje, em termos de Cooperação, todos os mais relevantes domínios de atividade, evidenciando a posição perfeitamente transversal que a CPLP espontaneamente ocupa no relacionamento entre os seus Estados Membros - EMs



 Carlos Pereira Marques,  
Representante Permanente de  
Portugal junto da CPLP

(destacam-se a Administração Interna, a Agricultura, o Ambiente, os Assuntos do Mar, a Ciência e Tecnologia, o Comércio, a Cultura, a Defesa, o Desporto e Juventude, a Educação, as Finanças, a Igualdade de Género, a Justiça, as Pescas, a Saúde, o Trabalho e Assuntos Sociais e o Turismo). No Conselho de Ministros de Maputo de fevereiro último, foi ainda decidido recomendar a institucionalização de Reuniões

Ministeriais no setor da Energia, cujo enorme potencial para a Organização começa agora a ser explorado e que poderá vir a afirmar-se como uma das áreas de excelência da Cooperação CPLP.

A par da Cooperação desenvolvida setorialmente, também o Secretariado Executivo acompanha e dinamiza projetos de Cooperação nas mais diversas áreas, mais dentro da vertente do Desenvolvimento, mediante recurso a verbas do Fundo Especial (para se ter uma ideia da dimensão desta atividade bastará dizer que o montante dos projetos em carteira ascende neste momento a 4,6 milhões de €, enquanto que o Orçamento de Funcionamento da



**Sendo incontestável que a CPLP se encontra atualmente num momento de viragem, é nosso parecer que se justifica uma reflexão de fundo sobre os maiores desafios que se lhe colocam... Tratar-se-á assim sobretudo de reforçar os alicerces da CPLP, preparando-a para o futuro.”**

Organização é tão somente de 2,5 milhões de €). Muito se tem falado do potencial económico da CPLP e da necessidade de se dinamizar essa importante área. Pensamos que, institucionalmente, salvo alguns ajustamentos que mais à frente referiremos, estão já asseguradas as condições que permitirão no futuro maiores avanços nessa vertente estratégica. O facto do Regulamento dos Observadores Associados - OAs não vedar, antes encorajar, a sua plena participação em projetos de “todas as áreas de cooperação nas quais a CPLP desenvolve ações específicas” é só por si uma garantia de expansão dessa área, nomeadamente tendo em conta a vitalidade económica de alguns dos candidatos, tais como a Turquia, o Japão e, eventualmente, a Índia. Mas se esta total abertura, do ponto de vista institucional, é indispensável à afirmação, em termos económicos, da Organização, grande parte do sucesso dessa evolução dependerá incontestavelmente da iniciativa privada e nesse campo o papel da Confederação Empresarial da CPLP será decerto muito importante. São as seguintes as mais prementes debilidades estruturais com que se debate o pilar da Cooperação:

- O facto de quatro das Reuniões Ministeriais Sectoriais (Administração Interna, Defesa, Desporto e Juventude e Justiça), não seguirem, por alegadas razões históricas – antecederam a própria criação da CPLP – as regras do Quadro Orientador dos Regimentos Internos das Reuniões Ministeriais, adotado em 2009 (e isto apesar das recomendações emanadas dos EMs nesse sentido). Na prática isto traduz-se sobretudo na circunstância dos Secretariados Técnicos Permanentes daquelas quatro reuniões sectoriais funcionarem em moldes distintos dos restantes;
- O facto de o acompanhamento por parte do Secretariado Executivo da multiplicidade dos projetos desenvolvidos a nível setorial ser por

vezes insuficiente, não só porque a sua participação nas Reuniões Ministeriais Sectoriais nem sempre é possível, ou não o é ao nível desejado, como também porque a obrigação dos Secretariados Técnicos Permanentes reportarem regularmente ao Comité de Concertação Permanente - CCP não é simplesmente observada (também apesar das recomendações emanadas dos EMs nesse sentido);

- O facto de os Pontos Focais de Cooperação, a quem cabe a aprovação e a monitorização dos projetos financiados pelo Fundo Especial, reunirem apenas duas vezes por ano, elemento inibidor que limita a desejável dinâmica e fluidez do sector;
- Finalmente, o facto de a coordenação entre os Pontos Focais de Cooperação e as respetivas administrações (responsáveis pelas diferentes áreas sectoriais) ser na maioria dos casos muito incipiente, não se assegurando assim uma adequada racionalização dos recursos disponíveis (trata-se de uma realidade que foi também já objeto de recomendações por parte dos EMs). Afigura-se assim que uma reestruturação cirúrgica, e que não envolva um acréscimo de encargos, desta área vital para a evolução futura da CPLP assegurará as condições necessárias ao pleno desenvolvimento das suas enormes potencialidades.

#### **b) Promoção e Difusão da Língua Portuguesa**

Este objetivo primordial da CPLP, que constitui o cerne da própria Organização, é sem dúvida aquele que com mais dificuldades se tem deparado na sua concretização e também aquele que, numa perspetiva de futuro, mais interrogações suscita. De uma forma simplista, são vários os fatores que contribuíram para esta situação pouco favorável, sendo que alguns deles tenderão mesmo a agravar-se, a saber:

- A forma claramente ineficaz como o Instituto Internacional da Língua Portuguesa - IILP tem funcionado, a que não é alheia a escassez de

meios com que se debate. Acresce que o complexo processo de revisão dos Estatutos do IILP, desenvolvido em cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros da CPLP de julho de 2008 que recomenda “uma profunda reavaliação do funcionamento do IILP, nomeadamente da adequação dos instrumentos jurídicos existentes”, não obteve ainda a ratificação da maioria dos EMs;

- A proliferação, dentro e em torno do Secretariado Executivo, de cargos e instâncias que tratam também de matérias da Língua Portuguesa, sem articulação com o IILP, instituição que tem, de facto, essa competência, provocando, não só a diluição da sua imagem, como uma dispersão de meios da CPLP;
- A polémica desenvolvida em torno do Acordo Ortográfico, a qual, na maioria das vezes manifestamente falaciosa, acaba por afetar muito negativamente a imagem externa da Língua Portuguesa e da própria CPLP;
- Finalmente, a diluição do fator Língua que o alargamento da CPLP inevitavelmente acarretará consigo, não só porque os Estados aderentes realisticamente não são, e dificilmente serão, falantes de Português, como também pelo facto de as suas motivações serem naturalmente muito distintas daquelas que estiveram subjacentes à criação da Organização. Este diagnóstico preocupante, de uma área fulcral para a manutenção do carácter identitário da CPLP e com crescentes implicações noutros domínios estratégicos, como a cooperação económica e empresarial, aconselha uma urgente tomada de medidas, em consonância de resto com os repetidos alertas que nesse sentido têm vindo a ser lançados pelo Secretário Executivo - SE. O universo da CPLP está no entanto longe de esgotar-se nestes seus três pilares fundamentais, constatando-se que também em outras áreas de atuação se justificarão significativas alterações ao atual *statu quo*. Uma delas é

sem dúvida a da Cooperação Interparlamentar, cujas enormes virtualidades estão ainda longe de ser devidamente exploradas. Para esta situação terão contribuído nomeadamente:

- O facto da revisão dos Estatutos da CPLP de 2012 ter sido acolhida muito negativamente pela Assembleia Parlamentar - AP, uma vez que esta passou ali a constar como um órgão meramente consultivo da Organização (enquanto na versão anterior era referida como “o órgão que reúne os Parlamentos nacionais dos EMs”). A AP tenciona solicitar em breve que esta alteração seja reponderada;
- E o facto de os contactos entre a AP e o Secretariado Executivo serem neste momento inexistentes, com os défices de informação e coordenação daí decorrentes (esta situação foi objeto de uma decisão do Conselho de Ministros de Maputo de julho de 2013, que instruiu “o CCP e o Secretariado Executivo a encetar contactos com a AP com o objetivo de intensificar a cooperação e o diálogo interinstitucional”). Verifica-se assim que, apesar de a AP se continuar a reunir anualmente, as suas agendas são muito genéricas, acabando as conclusões dos seus encontros por ser dificilmente implementadas. Trata-se também pois de uma importante área que, embora sensível pelas implicações políticas envolvidas, requererá uma redobrada atenção por parte da Organização. Outra vertente relevante, em termos da afirmação da imagem externa da CPLP e da difusão da Língua Portuguesa, é a da Comunicação. Embora nos últimos anos se tenham registado alguns progressos nesta matéria, nomeadamente mediante um considerável reforço dos Serviços de Imprensa do Secretariado Executivo e da recente inauguração na sede da Organização de um Circuito Interno de Televisão, o caminho a percorrer é também aqui ainda longo e culminaria idealmente na criação de um canal de televisão da CPLP, à imagem da Televisão Internacional Francófona – TV5. A escala dos investimentos necessários para que esse passo fosse transposto, afastam-no dum horizonte temporal próximo, mas, como tem defendido o SE, a definição de uma Estratégia de Comunicação a nível da Organização deverá, sem dúvida, constituir uma prioridade.

## 2) POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Sendo incontestável que a CPLP se encontra atualmente num momento de viragem, é nosso parecer que se justifica uma reflexão de fundo sobre os maiores desafios que se lhe colocam, bem como sobre as principais debilidades que a afetam, buscando-se, numa segunda fase, soluções para ambos. Pensamos que a condução deste exercício, incontornável, deveria, por uma questão de racionalidade, obedecer aos seguintes princípios orientadores:

- Ser dotada de um mandato político claro, que garanta a priori às decisões tomadas uma incontestável legitimidade. Dada a proximidade da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo de Díli, afigura-se-nos ser esta a melhor ocasião para se dar início ao processo, pela forma que seja entendida mais adequada;
- Centrar-se em alterações pontuais e direcionadas do atual ordenamento jurídico da Organização, de modo a preservar-se o essencial da sua arquitetura, que tem até à data garantido o importante elemento identitário e assegurado, no geral, bons resultados;
- Pautar-se por critérios de contenção, que mantenham o Orçamento de Funcionamento dentro dos seus atuais níveis, dadas as redobradas cautelas que a questão financeira tem suscitado por parte de diversos EMs.

No tocante aos aspetos suscitados supra, sugeriríamos a seguinte abordagem:

### a) Cooperação em Todos os Domínios

As possíveis intervenções nesta área são facilmente identificáveis e suscetíveis de ser graduadas. Assim, uma abordagem mais modesta, poderia passar por:

- Uma sujeição de todas as Reuniões Ministeriais Sectoriais às regras do Quadro Orientador dos Regimentos Internos das Reuniões Ministeriais, adotado em 2009, o qual poderia porventura ser aperfeiçoado;
- Uma melhoria significativa do acompanhamento do Secretariado Executivo e do CCP dos projetos de Cooperação desenvolvidos a nível sectorial;
- Uma maior regularidade das reuniões dos Pontos Focais de Cooperação;
- E um reforço da coordenação entre os Pontos Focais de Cooperação e as respetivas administrações (responsáveis pelas diferentes áreas sectoriais). Já uma abordagem mais radical

poderia passar por uma eliminação da distinção atualmente existente entre a Cooperação desenvolvida a nível sectorial e aquela que é levada a cabo pelo Secretariado Executivo, sob monitorização dos Pontos Focais e com recurso às verbas do Fundo Especial, mediante uma total uniformização de regras e procedimentos. Em ambos os casos porém, uma maior coordenação afigura-se indispensável.

### b) Promoção e Difusão da Língua Portuguesa

Já nesta área uma abordagem corajosa da problemática do IILP parece-nos incontornável, pesem embora as dificuldades envolvidas. Uma solução suscetível de ser equacionada, sendo também prática e económica, seria uma transferência do IILP para o edifício da sede da CPLP, hipótese que tem sido aventada pelo SE. Uma maior proximidade do IILP ao Secretariado Executivo permitiria, desejavelmente, colmatar algumas das suas mais graves insuficiências. Um IILP forte será a base indispensável a uma Política de Língua forte, de que a CPLP tanto carece.

### c) Cooperação Interparlamentar

Uma dinamização desta vertente tão desaproveitada da ação da CPLP deveria passar antes de mais pelo restabelecimento dos contactos diretos e da cooperação entre a AP e o Secretariado Executivo, indispensáveis a uma coordenação que permita potenciar todas as virtualidades do diálogo interparlamentar.

### 3) Conclusões

O início de um processo de reflexão sobre o futuro da CPLP é incontornável. No interesse da Organização, haverá vantagens em assegurar-se que esse exercício se mantenha dentro de limites razoáveis e produza efeitos concretos. Para que tal suceda, a existência de um mandato político inequívoco e o estabelecimento de uma metodologia de trabalho clara serão indispensáveis. A atual arquitetura institucional da CPLP garante já os pressupostos necessários à expansão e desenvolvimento da Organização. Assim, mais do que alterações de fundo, serão necessários ajustamentos naquelas áreas em que se têm registado maiores fragilidades (vg Língua), ou em que as estruturas existentes se têm mostrado insuficientes face a uma forte dinâmica de crescimento (vg Cooperação). Tratar-se-á assim sobretudo de reforçar os alicerces da CPLP, preparando-a para o futuro.



# A IMPORTANTE CONQUISTA DA MAIORIDADE

A CPLP tem, no âmbito interno, tem contribuído para o aprofundamento dos valores da paz, da democracia e do Estado de direito

**N**o nosso percurso de vida, o marco de 18 anos de idade, mais do que uma simples comemoração, representa a importante conquista da maioria acompanhada de acrescidas responsabilidades. Na vida de uma organização internacional, 18 anos de existência tem um significado simbólico que convida a um olhar retrospectivo, para se aquilatar os progressos registados e proceder-se à sempre aconselhável redefinição do rumo a seguir, na expectativa legítima de se fazer ainda mais e melhor.

Quando, em Julho de 1996, os Estados-membros, instituíram, em Lisboa, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, estavam traduzindo a vontade dos respectivos povos em aprofundar a amizade mútua, assim como o desejo de ver reforçadas a concertação político diplomática e a cooperação económica e cultural entre os Estados.

Olhando para os 18 anos percorridos, ousou afirmar que existem motivos de grande orgulho, apesar de reconhecer que ainda existem objectivos fulcrais por atingir e que irremediavelmente precisam de o ser, para que se cumpra o desiderato dos povos dos distintos Estados-membros que, expectantes, aguardam o dia em que passarão a vivenciar em plenitude o sentimento de pertença a um espaço comum.

Com efeito, a despeito da sua relativa juventude, a CPLP tem, no âmbito interno, contribuído para o aprofundamento dos valores da paz, da democracia e do Estado de direito; e no plano internacional, tem conquistado relevância, respeito e credibilidade, representando de certa maneira um veículo de projecção internacional dos Estados que a integram e um instrumento de afirmação e defesa dos seus interesses. A adesão de Observadores Associados (Senegal, Guiné Equatorial e Ilhas Maurícias) e Consultivos, assim como as manifestações de interesse já registadas para a obtenção destes estatutos por parte de nações e organizações que reconhecem o valor estratégico da organização, constituem, a nosso ver, o

corolário deste crescente respeito e credibilidade internacional de que goza a nossa Organização.

Após a adesão natural da República Democrática de Timor Leste em 2002, facto marcante da Organização, hoje a CPLP se prepara para receber a República da Guiné Equatorial que legitimamente solicitou a passagem de Observador para Membro efectivo, facto que nós, São Tomé e Príncipe, ansiamos que aconteça durante a Cimeira de Díli. Por outro lado, ao longo dos 18 anos, assistiu-se igualmente à diversificação dos temas tratados no âmbito da cooperação e da concertação político-diplomática, com a participação crescente de variados sectores dos espaços que compõem a comunidade. Com efeito, se, nos primeiros anos, a atuação da CPLP foi naturalmente dominada por actividades em torno da defesa e promoção da língua portuguesa, seu substrato original, ao longo do percurso, outros temas foram, felizmente, sendo agregados aos debates, conferindo à Organização maior vitalidade.

Hoje, impõe-se que, ao mesmo tempo que se mantém a acutilância e a eficácia na prossecução do objectivo de promoção e difusão da língua portuguesa, se canalize esforços no sentido de se conferir maior dinâmica às acções de cooperação em variadíssimos sectores, desde a educação até à agricultura, passando pela cultura e o desporto, a saúde, a justiça e administração pública, transportes, entre outros. Maior intervenção da CPLP, nestes domínios, por via de acção directa e da dinamização da cooperação intracomunitária, concorrerá, sem dúvida alguma, para melhorar o quotidiano de franja considerável de cidadãos dos Estados-membros, sobretudo daqueles que, lamentavelmente, ainda desconhecem a existência da Organização.

De facto, os Estados-membros e o Secretariado Executivo devem evidenciar esforços no sentido de garantir a visibilidade interna (nos Estados-membros) da Organização, sobretudo pela via de realização de actividades que sejam reveladoras da sua utilidade e pertinência, divulgando não apenas as realizações, mas também as ideias



Luís Guilherme D'Oliveira Viegas,  
Embaixador de São Tomé e Príncipe  
em Lisboa e junto da CPLP

e metas prosseguidas. Se assim procedermos, teremos de certeza uma CPLP mais próxima dos seus cidadãos, nomeadamente da juventude, e apropriada por estes. Neste sentido, no momento em que se assiste ao processo de passagem da presidência da Organização de Moçambique para Timor-Leste é justo reconhecer e enaltecer os esforços empreendidos pela presidência moçambicana da CPLP no sentido de privilegiar acções de cooperação para a satisfação do Objetivo de Desenvolvimento do Milénio de erradicação da fome e da extrema pobreza. A despeito deste reconhecido esforço, é forçoso constatar que muito resta por fazer, pelo que a CPLP deverá prosseguir o seu comprometimento com a satisfação dos ODM em geral, e em particular o da erradicação da pobreza, assim como o de combate às doenças infecciosas pandémicas.

Em guisa de conclusão, é judicioso dizer-se que por mais que se empenhe na promoção da cooperação efectiva entre os Estados-membros e na pretendida apropriação da CPLP pelos cidadãos, os resultados logrados estarão sempre aquém dos desejados e possíveis enquanto não se conseguir ultrapassar, sem complexos, a questão da livre circulação de pessoas e bens que, como se sabe, é um factor inibidor da aproximação entre povos. Agindo assim, estaremos de certeza a honrar os trabalhos dos visionários que estiveram na génese da criação da Organização, como o embaixador José Aparecido de Oliveira que merece o nosso eterno reconhecimento. Portanto, a CPLP atinge a maioria, mas ainda assim, ela continua a necessitar da abnegada dedicação de todos os intervenientes, os Estados-membros e o Secretariado Executivo, para que seja, como é nosso desejo, um actor e parceiro cada vez mais importante e influente na arena internacional.

# DINAMIZAR A ATIVIDADE

## ACORDOS, PROTOCOLOS E CONVÉNIOS

Ao longo dos seus 18 anos de existência, a CPLP tem vindo a celebrar vários acordos, protocolos e convénios de forma a dinamizar a atividade da CPLP e os seus oito Estados-membros, a Sociedade Civil e Organizações Internacionais



Embaixador Murargy assina memorando de entendimento com Taleb Rifai, Secretário-Geral da Organização Mundial de Turismo, em Dezembro de 2013, concretizando, na prática, o plano de ação da reunião de Ministros de Turismo da CPLP.

### ACORDOS INTRA CPLP

- » Acordo de Cooperação Consular entre os Estados-membros da CPLP
- » Acordo de Cooperação entre Estados-membros da CPLP sobre o Combate ao HIV/SIDA
- » Acordo de Cooperação entre os Estados-membros sobre o Combate à Malária/Paludismo
- » Acordo de Cooperação entre os Estados-membros da CPLP nos domínios cinematográfico e audiovisual
- » Acordo de Cooperação entre Governos Integrantes da CPLP para Redução da Demanda, Prevenção de Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas
- » Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Estados-membros da CPLP
- » Acordo de Cooperação no domínio da Juventude e do Desporto
- » Acordo Geral de Cooperação no âmbito da CPLP
- » Acordo sobre a Concessão de Vistos para Estudantes Nacionais de Estados-membros da CPLP
- » Acordo sobre a Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas
- » Acordo sobre a concessão de Visto Temporário para tratamento médico a cidadãos da CPLP
- » Acordo sobre o estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e Saída para o Atendimento de Cidadãos da CPLP
- » Acordo sobre o estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para a Instrução de Processos de Visto de Curta Duração
- » Acordo sobre o estabelecimento da Sede da CPLP em Portugal
- » Acordo sobre a Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à emissão e renovação de autorizações de residência para os cidadãos da CPLP
- » Acordo sobre a Supressão de Vistos e Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço, entre os Governos dos Estados-membros da CPLP
- » Convenção de Cooperação Técnica entre as Administrações Aduaneiras dos Países de Língua Oficial Portuguesa
- » Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre os Estados de Língua Oficial Portuguesa em Matéria de Luta contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas
- » Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre os Estados de Língua Oficial Portuguesa para Prevenção, Investigação e Repressão das Infracções Aduaneiras
- » Convenção sobre Auxílio Judiciário em matéria Penal entre os Estados-membros da CPLP
- » Convenção sobre Extradicação entre os Estados-membros da CPLP
- » Convenção sobre o Centro Regional de Excelência em Administração Pública
- » Convenção sobre o Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial
- » Convenção sobre transferência de pessoas condenadas entre os Estados-membros da CPLP
- » Declaração Constitutiva da CPLP
- » Estatutos da CPLP
- » Estatuto do Centro de Análise Estratégica
- » Estatuto do Fórum dos Parlamentos dos Países de Língua Oficial Portuguesa
- » Instrumento que cria uma Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional dos Países de Língua Portuguesa
- » Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa
- » Protocolo de Cooperação entre a CPLP e o Fórum Empresarial de Língua Portuguesa - FELP
- » Protocolo de Cooperação entre os Países de Língua Portuguesa no domínio da Segurança Pública
- » Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
- » Revisão dos Estatutos do IILP
- » Resolução de Revisão dos Estatutos da CPLP
- » Resolução sobre o Estabelecimento da Assembleia Parlamentar da CPLP (Revisão dos Estatutos da CPLP)
- » Resolução sobre o Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa
- » Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

## ACORDOS ENTRE A CPLP E ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL

- » Acordo de Cooperação com o Fórum da Lusófia
- » Acordo de Cooperação com a Fundação BIAL
- » Acordo de Cooperação com o Instituto Camões
- » Acordo de Cooperação com o Instituto de Investigação Científica e Tropical - IICT
- » Adenda ao Protocolo de Cooperação entre o Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT).
- » Carta de Intenções de Instituto Camões e do Instituto Superior Politécnico de S. Tomé e Príncipe, sob o Alto Patrocínio da CPLP
- » Protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa e a Biblioteca Museu República e Resistência
- » Protocolo com a Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento
- » Protocolo com a Ordem dos Médicos Dentistas de Portugal e o Conselho Federal de Odontologia do Brasil
- » Protocolo de Cooperação com a Escola Superior de Educação da Guarda
- » Protocolo de Colaboração com a MPCI - Marketing, Publicidade e Comunicação na Internet, Lda.
- » Protocolo de Cooperação com a Rádio Renascença
- » Protocolo de Cooperação com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo e Fundação Roberto Marinho
- » Protocolo de Cooperação com a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
- » Protocolo de Cooperação Cultural entre a MUNICIPALIA e o Secretariado Executivo da CPLP
- » Protocolo Geral de Cooperação Académica, Científica e Cultural entre a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e o Secretariado Executivo da CPLP
- » Protocolo de Cooperação entre a CPLP e o Instituto Politécnico da Guarda

## ACORDOS ENTRE CPLP E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

- » Acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO
- » Acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO
- » Acordo com a União Latina
- » Acordo de Cooperação Base com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI
- » Acordo de Cooperação com a Organização Internacional das Migrações - OIM
- » Acordo de Cooperação com a União Económica e Monetária da África Ocidental - UEMAO
- » Acordo com o Alto Comissariado da Nações Unidas para os Direitos do Homem - ACNUDH
- » Acordo de Cooperação entre a CPLP e a CNUCD (UNCCD) (em inglês)
- » Acordo de Cooperação entre a CPLP e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) sobre Desenvolvimento Rural
- » Acordo de Cooperação entre o Secretariado da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação em Países Afectados por Seca Grave e/ou Desertificação, particularmente em África e o Secretariado Executivo da CPLP
- » Acordo de Cooperação entre o Secretariado Executivo da CPLP e a Unidade Portuguesa da Rádio Nações Unidas
- » Acordo sobre o Programa de Cooperação Técnica com a FAO (Propriedade, Ordenamento e aspetos legais)
- » Complemento adicional ao Programa de Cooperação CPLP/UNCTAD, com a participação do SEBRAE RS
- » Convénio com a Organização dos Estados Ibero- Americanos para a Educação, Ciência e Cultura
- » Convénio Operacional CPLP/ UNCTAD/Empretec
- » Memorando de Entendimento entre a Comissão Europeia e a CPLP
- » Memorandum de Entendimento com a Organização Internacional do Trabalho - OIT
- » Programa de Cooperação com a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD
- » Protocolo de Cooperação com a Associação das Universidades da Língua Portuguesa - AULP
- » Protocolo de Cooperação com a Open City International Foundation - FOCA
- » Protocolo de Cooperação com a Organização Internacional do Trabalho - OIT
- » Protocolo de Cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO
- » Protocolo de Cooperação com a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa
- » Resolução de atribuição do Estatuto de Observador à CPLP na Assembleia-Geral das Nações Unidas
- » Resolução de Cooperação entre a CPLP e a Organização das Nações Unidas + Anexo (em inglês)
- » Termos da Colaboração da CPLP, como Centro Colaborador do Programa da Nações Unidas contra o HIV/SIDA - UNAIDS
- » União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo- Asiáticas
- » Memorando de Entendimento entre a UNITAR e a CPLP
- » Acordo entre o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem e a CPLP
- » Memorando de Entendimento entre a CPLP e a Organização Mundial do turismo (OMT)





# CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA CPLP ABERTO AO PÚBLICO

O ex-Secretário Executivo Domingos Simões Pereira inaugurou a 5 de Maio de 2012, Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, o Centro de Documentação da Organização, situado no Palácio Conde de Penafiel, na presença dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores da CPLP, entre outros distintos convidados



O Centro de Documentação da CPLP tornou-se uma realidade com a mudança da sede da Organização, em Novembro de 2011. Dando resposta à necessidade de criar um espaço que reunisse informação capaz de fazer face às crescentes demandas inerentes ao crescimento que a CPLP tem vindo a conhecer. Esse crescimento está ligado ao alargamento do leque de áreas de atuação da Comunidade, não apenas no plano da cooperação intergovernamental setorial, mas também no domínio da sociedade civil. O espólio bibliográfico inicialmente disponível era, na sua maioria, constituído por ofertas e documentação acumulada ao longo dos quinze anos de vida da CPLP. Esse espólio tem aumentado, consideravelmente, graças à colaboração de instituições e organismos, parceiros da CPLP, que se disponibilizaram a doar obras de interesse relevante para a constituição do fundo documental do Centro.

O Centro de Documentação da CPLP destina-se preferencialmente, pela especificidade do seu

fundo documental, a utilizadores que necessitem de informação especializada sobre os Estados-membros da CPLP, a partir da década de 90 (designadamente a partir de 1996). A documentação disponibilizada abrange as áreas das Ciências Sociais, Humanas e Naturais. O centro de documentação da CPLP tem o seu fundo em livre acesso, organizado e estruturado por áreas temáticas, tendo como referência os três grandes pilares norteadores da actividade da Organização: concertação político-diplomática; ação cultural e Língua Portuguesa e; cooperação multilateral entre os Estados-membros.

#### DESTINATÁRIOS:

- Estudantes do ensino secundário
- Estudantes do ensino superior
- Professores
- Mestrandos e doutorandos
- Investigadores
- Interessados nos vários domínios da cultura

Saiba mais em [www.cplp.org/documentacao](http://www.cplp.org/documentacao)

# ARQUIVO HISTÓRICO

O Arquivo do Secretariado Executivo da CPLP tem vindo a ter um papel fundamental na salvaguarda do seu acervo e património documental, desde a fundação da Organização, em 1996

**C**om as atividades desenvolvidas ao longo destes dezoito anos e no âmbito do aumento crescente do volume de documentos produzidos e recebidos, a sua estrutura está constituída por três grandes áreas: arquivo corrente, intermédio e histórico ou definitivo. São essas estruturas e essas relações que evidenciam, representam e se tornam visíveis na recuperação de informação para o bom funcionamento da Organização, envolvendo todos os Estados-membros da Comunidade. Este histórico revela um fundo arquivístico rico em conteúdos, documentos

autênticos e únicos, cujo valor probatório e memória institucional foram conservados e baseados nas diretrizes do Conselho Internacional de Arquivos.

Os documentos existentes no Arquivo Histórico, numa perspetiva futura, poderão servir de pesquisa para os investigadores e historiadores, para um trabalho sólido e credível sobre a CPLP - com um Plano de Classificação orgânica e funcional elaborado e baseado em seções documentais existentes na Organização em conceitos arquivísticos de qualidade, na sua identificação e preservação.

Levando em conta os desafios das novas

tecnologias em arquivos enquanto sistema de informação, foi implementado em 2013, no SECPLP, O Gestor Documental em suporte digital que permite, criar, registar, encaminhar, classificar e arquivar toda a tramitação e a desmaterialização documental no SECPLP. No entanto, quando se defende uma visão integrada dos arquivos e tendo já em consideração a gestão de documentos eletrónicos, ainda há muito por fazer nos acervos documentais do SECPLP, tais como: Guia Digital de Arquivo Histórico e Catálogo da CPLP que são documentos de descrição dos acervos documentais ao nível de fundo e estrutura interna.



*Georgina Benrós de Mello, Diretora-geral da CPLP, e Rosa Maria Cruz Pais, Responsável do Arquivo Interno da CPLP.*

## CAPÍTULO III

---

# A ATUAÇÃO COMUNITÁRIA COOPERAÇÃO EM TODOS OS DOMÍNIOS





# COOPERAÇÃO EM TODOS OS DOMÍNIOS

O vetor da Cooperação em todos os domínios sempre foi muito importante no processo de consolidação da CPLP, pautando-se por um crescente conjunto de atividades desenvolvidas para dotar a nossa Comunidade de uma renovada capacidade de intervenção

**E**ste domínio, um dos grandes eixos de actuação da CPLP, aposta numa maior apropriação das iniciativas de cooperação por parte dos Estados-membros, cabendo-lhes a iniciativa de propor e desenvolver projectos de cooperação, no quadro da Comunidade, por forma a consumir-se o verdadeiro sentido da cooperação, constante dos textos fundadores da nossa Organização. O Secretariado Executivo da CPLP, com base na reforma aprovada pela VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Bissau, procedeu à contratação por concurso público de um Diretor de Cooperação. Desta forma, estão criadas as condições para reforçar a possibilidade de apresentação

◆ O pilar da Cooperação em todos os domínios tem vindo a ser fortalecido desde a fundação da CPLP



de propostas pelo Secretariado Executivo, bem como o acesso a financiamentos de projetos concedido por entidades externas no âmbito de protocolos já assinados – como é o caso da FAO e da Comissão Europeia.

No início de 2012, entrou em vigor o novo Regimento do Fundo Especial da CPLP e foi apresentado o novo livro “Reunião dos Pontos Focais de Cooperação”, o qual se oferece como um renovado esforço dos Pontos Focais de Cooperação (PFC) e do Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP) para dotar a Organização de instrumentos que sistematizem os procedimentos e metodologias que vêm sendo aprimorados e introduzidos no funcionamento da Comunidade desde a VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em 2006, em Bissau.

No âmbito da Presidência Moçambicana em Exercício (2012/2014), foi criado o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP), o qual permite um decisivo impulso na prossecução da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP e o incremento da capacidade estratégica e de diálogo político da Comunidade com outros atores internacionais.

Paralelamente, o acompanhamento e monitorização das atividades constantes do Plano Indicativo de Cooperação (PIC) permite observar um grau de eficiência e eficácia bastante satisfatório. Ao verificar-se um crescente aumento dos montantes constantes do PIC e um incremento da participação dos Estados-membros na Cooperação Comunitária é possível concluir que a aprovação da “Nova visão estratégica de cooperação para a CPLP” e do processo de Revisão do Fundo Especial da CPLP, respetivamente pelos XIV e XVI Conselhos de Ministros da CPLP, em julho de 2009 e 2011, foram passos acertados no fortalecimento do pilar Cooperação da nossa Comunidade.

Sendo a Cooperação Técnica para o Desenvolvimento essencial para a prossecução dos objectivos da CPLP, a Cimeira de Maputo enaltece a importância deste Pilar, evidenciando a necessidade de reforçar as capacidades humanas, técnicas e financeiras desta área, para que disponha de meios sustentáveis para o acompanhamento do crescente número de matérias que lhe vem sendo cometidas, permitindo uma intervenção técnica complementar e sinérgica, alinhada com a dos Estados-membros no reforço das suas capacidades para a prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. De entre inúmeras iniciativas e atividades, vamos neste subcapítulo elencar, somente, algumas das mais significativas.

### **AGENDA DO DESENVOLVIMENTO PÓS-2015**

A Conferência Internacional “O Futuro da Agenda Global de Desenvolvimento: Visões para a CPLP”, decorrida em outubro de 2013, em Lisboa, na Gulbenkian, contou com a participação de um vasto leque de personalidades do mundo académico e institucional e constituiu um momento de inspirada partilha de experiências e análises sobre os constrangimentos e oportunidades da futura agenda de desenvolvimento no espaço da CPLP. A diversidade dos participantes espelhou a multiplicidade de perspetivas e olhares deste espaço, contribuindo para enriquecer o conhecimento sobre os desafios comuns e específicos que enfrentamos.

Organizada pela Fundação Gulbenkian, entidade com o estatuto de Observador Consultivo da CPLP, ao longo das diferentes intervenções dos oradores convidados destacou-se a necessidade de transformações profundas e o enfoque nas questões das desigualdades no centro dos desafios do desenvolvimento. Outros aspetos referidos foram a necessidade de usar os indicadores

de forma crítica, com profundidade analítica, não apenas como meras estatísticas. A ideia de apropriação da agenda do desenvolvimento por parte de todos os atores interessados, cidadãos, sociedade civil, fundações e setor público e privado foi consensual.

Após este evento, a CPLP não podia deixar de aprofundar o tema, sendo objeto de resolução do XVIII Conselho de Ministro, em julho de 2013. Nesta ocasião, os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores reafirmam o objetivo de harmonização das ações de cooperação, que constam da Resolução sobre a “Cooperação na CPLP- Uma Visão Estratégica de Cooperação pós Bissau”, aprovada pela XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, na Cidade da Praia, em 2009.

Esta tutela nos Estados-membros realça a importância do reforço da participação da CPLP no seio dos principais fora internacionais e sublinha os progressos alcançados na concretização de alguns dos ODM, que importa sustentar, e a necessidade de impulsionar a concretização dos restantes Objetivos. Assim, tendo presente a reflexão em curso sobre a Agenda para o Desenvolvimento pós 2015, decidiram desenvolver os esforços necessários para a concretização dos ODM nos Estados-membros da CPLP e contribuir para a consolidação ao nível global dos progressos em torno desses Objetivos, recomendando o acompanhamento, pelo Secretariado Executivo, das discussões, conclusões e decisões da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Agenda do Desenvolvimento pós 2015, trazendo-as para o esforço de diálogo a promover em sede das Reuniões Ministeriais Setoriais, do Comité de Concertação Permanente e da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, com vista a obter uma convergência de posições sobre a Agenda do Desenvolvimento pós 2015.



XVIII Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, em 2009, sob coordenação de Portugal



XIV Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, em 2007, sob coordenação da Guiné-Bissau



Personalidades e especialistas das mais diversas debateram os desafios comuns a enfrentar no futuro



# DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS EM SAÚDE NA CPLP

Na vila do Estoril, em Lisboa, Portugal, nasceu um dos mais emblemáticos projetos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde



Os Ministros da Saúde aprovaram o Plano Estratégico em 2009 no Estoril

**N**o âmbito dos compromissos assumidos na I Reunião de Ministros da Saúde da CPLP, realizada em 2008, em Cabo Verde, esta II Reunião adotou o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS) da CPLP para o período de 2009/2012. É uma forte estratégia da CPLP, ao apostar na Saúde enquanto fator essencial ao Desenvolvimento, consolidando a óbvia ligação entre a adequada preparação dos profissionais deste domínio e a qualidade dos cuidados prestados. Esta inovadora estratégia no cenário internacional captou, desde cedo, o interesse dos atores-chave, tal como constata o sucesso da mesa-redonda realizada com parceiros, em ainda no ano de 2009. Para tal, muito contribuiu a introdução de uma prática e lógica de cooperação Norte-Sul-Sul, reconhecida como um exemplo de boas práticas por instituições com o Banco Mundial e a Comissão Europeia.

O PECS assenta em sete eixos estratégicos, a partir dos quais foram definidos projetos prioritários. Todos eles partilham da orientação comum: são conduzidos sob o signo da capacitação dos recursos humanos em Saúde, uma orientação

transversal ao PECS, fundamentada no Eixo 1: Formação e Desenvolvimento da Força de Trabalho em Saúde, um eixo desenvolvido em grande parte com recursos disponibilizados pelo Banco Mundial.

A cooperação técnica em saúde da CPLP deixa uma “marca estruturante”, contrária à abordagem tradicional de “projetos e programas verticais”. O PECS-CPLP - para não reforçar a desfragmentação - define Redes de Instituições Estruturantes dos Sistemas Nacionais de Saúde, cujos componentes constituem os locais privilegiados onde a maioria das ações de cooperação se prevê possa ser implementada. Consideram-se como principais, as Redes de: (I) Institutos Nacionais de Saúde Pública (RINSP), (II) Escolas Nacionais de Saúde Pública (RENSP), (III) Escolas Técnicas em Saúde (RETS) e (IV) Centros Técnicos de Instalações e Manutenção de Equipamentos (CTIME) A Rede de Escolas Técnicas de Saúde da CPLP (RETS CPLP), constituída em dezembro de 2009, no Rio de Janeiro, sublinha com evidência o carácter estruturante que desempenham as escolas formadoras de trabalhadores técnicos em saúde para o Sistema de Saúde – isto, sob coordenação

da Fundação Oswaldo Cruz (a Fiocruz, encarregue da assessoria técnica do PECS e observador consultivo da CPLP) através da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

A Rede de Institutos de Saúde Pública, constituída em 2011, em Bissau, é outro exemplo importante do PECS, ao promover o fortalecimento das respostas e soluções estratégicas dos Sistemas de Saúde Pública dos seus Estados-membros. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) foi designada como Secretário da RINSP-CPLP para o período até 2014.

Por consenso, decidiu-se a promoção da advocacia e o apoio à criação de Institutos Nacionais de Saúde (INSP) nos Estados-membros da Rede que ainda não dispõem dessa estrutura.

É o caso de São Tomé e Príncipe, onde ultimamente esforços nas constituições de um Instituto Nacional de Saúde em São Tomé e Príncipe e das redes de Escolas de Saúde Pública e dos Centros de Instalação e Manutenção de Equipamentos. Nesta matéria, realça-se um importante início de execução em Moçambique, com o objetivo de implantar um CTIME piloto e demonstrativo para a CPLP.





O Plano Estratégico para a Cooperação em Saúde na CPLP contempla, ainda, o fortalecimento das Redes Estruturantes com a institucionalização da Rede de Escolas Nacionais de Saúde Pública (RENSP). O início da preparação a formalização da RENSF como parte do PECS/CPLP decorreu em setembro de 2013, sob coordenação da Fundação Oswaldo Cruz/Brasil e em estreita articulação com o Secretariado Executivo da CPLP, tendo-se procedido à realização de uma missão de reconhecimento às instituições locais de Angola e Moçambique - para fazer um diagnóstico da situação das escolas naqueles países. Dando, também, continuidade às missões de visita da RENSF/CPLP a São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné Bissau - para ampliar a visão da situação da formação em saúde pública na CPLP e poder preparar um Plano de Ação conjunto - anteviu-se a formalização de uma RENSF na CPLP com propostas concisas, objectivas e compartilhadas de actividades já nos primeiros meses de 2014.

Como complemento a estas Redes de Instituições Estruturantes dos Sistemas Nacionais de Saúde, surgem as redes temáticas de investigação, as quais dão suporte técnico-científico aos Ministérios da Saúde e às redes de instituições, congregando competências disponíveis nos Estados-membros. Merecem especial destaque a Rede de Investigação e Desenvolvimento em Saúde da CPLP Malária (RIDESMAL) e a Rede de Investigação e Desenvolvimento em Saúde da CPLP em IST, VIH e SIDA (RIDES IST SIDA CPLP).

Para além das redes estruturantes, um outro projecto relevante inserido no PECS também está relacionado com a capacitação dos recursos humanos em Saúde. Com instalações sedeadas no Instituto Internacional da Língua Portuguesa, o Centro de Formação Médica Especializada da CPLP, conhecido pela sigla CFME, foi inaugurado no dia 29 de outubro de 2010.

Com a presidência rotativa da CPLP a cargo de Angola, a cerimónia inaugural foi muito concorrida, tendo estado presentes altas personalidades dos governos da CPLP e diversas entidades ligadas à área da Saúde, os bastonários das Ordens dos Médicos dos países de Língua Portuguesa, inúmeras organizações da Sociedade Civil e Organizações Internacionais, entre elas a União Europeia - entidade financiadora de parte do projecto. A recente avaliação do cumprimento das metas do PECS 2009 - 2012, realizada em Lisboa em abril de 2013, reflectiu o consenso sobre os

importantes avanços alcançados no período. Assim, o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP é uma realidade e contribui para o reforço dos Sistemas de Saúde, para a garantia do acesso universal a cuidados de saúde de qualidade!

Como pode ser verificável, a cooperação é parte indissociável da política externa dos Estados modernos e um dos pilares da CPLP desde a sua fundação. As assimetrias entre os Estados-membros, tanto pelas dimensões das economias como pelos níveis de desenvolvimento, têm motivado uma forte procura de programas de cooperação. Identificada a Saúde como fundamental para estruturar o Desenvolvimento, a concepção de uma estratégia conjunta para esta área foi fixada como primordial.

Baseado na necessidade de minimizar a fragmentação existente no plano das cooperações entre os países da CPLP, o PECS-CPLP afirmou, assim, a necessidade de uma formatação de projetos sistemáticos e sinérgicos que envolvam todos os países membros e que possa responder a questões abrangentes por intermédio de cooperação solidária, multilateral, em vez da bilateral.

“É importante que seja mapeado um directório de competências e potencialidades, que envolva todos os países membros, nos quais o rol de qualificações locais possa compor uma Rede Colaborativa, complementar e integradora das iniciativas das redes acima citadas”, indica o documento aprovado na Praia.

O processo de elaboração deste importante plano prosseguiu a um ritmo acelerado, tendo os responsáveis pela Saúde nos Estados-membros da CPLP realizado, ainda em setembro de 2008, uma reunião extraordinária no Brasil para avaliar o processo de elaboração do PECS-CPLP. A II

Reunião de Ministros da Saúde da CPLP realizou-se a 15 de maio de 2009, no Estoril, tendo sido precedida pela IV Reunião do Grupo Técnico Responsável pela Elaboração do PECS-CPLP. No final dos trabalhos, os ministros da CPLP com a pasta da Saúde adoptaram o PECS-CPLP, um compromisso colectivo de cooperação estratégica entre os Estados-membros neste sector de desenvolvimento social, decorrentes da Declaração de Praia (abril de 2008), do Comunicado Final do Rio de Janeiro (setembro de 2008) e do diálogo estabelecido entre os Estados-membros da CPLP a nível do Grupo Técnico responsável pela elaboração do PECS: integrado por peritos designados pelos Ministérios da Saúde sob coordenação do Secretariado Executivo da CPLP e com apoio técnico da Fundação Oswaldo Cruz e do Instituto de Higiene e Medicina Tropical.

## SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA

O I Fórum Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho da CPLP decorreu a 18 de setembro de 2013, no Centro de Conferências Joaquim Chissano, em Maputo. Esta iniciativa ambicionou a partilha de experiências para dar a conhecer as diversas realidades nacionais, quer em termos de legislação existente quer em termos das práticas nacionais e estatísticas, bem como a divulgação de experiências e de casos de sucesso no âmbito da SHST. A segurança e higiene são duas actividades intimamente relacionadas, com o objectivo de garantir condições de trabalho capazes de manter um nível satisfatório de saúde dos trabalhadores. Com a realização deste Fórum, garante-se contribuir para a troca de boas práticas e o intercâmbio entre os Estados-membros da CPLP, resultando na optimização dos processos nacionais, redução de acidentes de trabalho, o controlo dos factores



As redes estruturantes dinamizam o II PECS-CPLP



◆ Fórum ambicionou a partilha de experiências para dar a conhecer realidades nacionais

de risco que possam prejudicar o sistemas de cada país.

Em fevereiro de 2014, por ocasião da III Reunião de Ministros da Saúde, foi anunciada a intenção de dar continuidade e sustentabilidade à execução do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS/CPLP), no período de 2014 a 2016. Para promover a implementação deste Plano de Ação do PECS/CPLP no período de 2014 a 2016, devem ser concretizadas inúmeras acções, entre as quais a promoção internacional da cooperação em saúde da CPLP junto dos principais parceiros de desenvolvimento, o reforço da operacionalidade e coordenação na execução do PECS/CPLP 2009/2016 e o gradual alinhamento do PECS/CPLP 2009/2016 com as prioridades nacionais dos Estados-membros.

A par do fortalecimento dos mecanismos de monitorização, avaliação e auditoria do PECS/CPLP 2009/2016 devem ser introduzidas no PECS/CPLP 2009/2016 de novas dinâmicas de trabalho, nomeadamente, o estabelecimento: de um Grupo de Trabalho para estudar a articulação das redes temáticas com as redes estruturantes da CPLP; da Rede de Instituições de Regulação e Inspeção da Saúde da CPLP; da Rede de Enfermagem das Associações e Ordens; da Rede de Investigação e Desenvolvimento em Saúde da Tuberculose; da Rede de Faculdades de Medicina da CPLP e da Rede de Plantas Medicinais da CPLP. Paralelamente, aponta-se a criação de: um Grupo de Trabalho em telemedicina ou teleconsulta; um Grupo de Trabalho sobre mecanismos de comunicação entre entidades responsáveis pela vigilância epidemiológica e pela resposta rápida a epidemias e desastres e; de um Grupo de Trabalho sobre mecanismos financiadores do PECS-CPLP.

## PLANO ESTRATÉGICO DE COOPERAÇÃO EM SAÚDE (PECS)

### Eixos Estratégicos

Com base nas diretrizes, nas informações partilhadas no decorrer das reuniões do Grupo Técnico e nas informações recolhidas após consultas aos Estados-membros da CPLP, foram identificados sete eixos estratégicos:

- 1) Formação e Desenvolvimento da Força de Trabalho em Saúde;
- 2) Informação e Comunicação em Saúde;
- 3) Investigação em Saúde;
- 4) Desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde;
- 5) Vigilância Epidemiológica e Monitorização da Situação de Saúde;
- 6) Emergências e Desastres Naturais;
- 7) Promoção e Proteção da Saúde.

### Projetos Prioritários

Os projetos do PECS/CPLP foram identificados, tendo como base de implementação as estruturas competentes dos Ministérios da Saúde dos Estados-membros da CPLP.

Neste âmbito, os seguintes projetos foram considerados prioritários dentro dos sete eixos de intervenção em cima identificados:

#### Eixo 1:

- Criação da Rede Observatório de Recursos Humanos em Saúde da CPLP
- Estruturação da Rede de Escolas Técnicas de Saúde da CPLP
- Estruturação da Rede de Escolas Nacionais de Saúde Pública da CPLP
- Formação Médica Especializada nos Países de Língua Portuguesa;

#### Eixo 2:

- Criação do Portal CPLP/Saúde;

#### Eixo 3:

- Fortalecimento da Investigação Científica em Saúde Pública na CPLP;

#### Eixo 4:

- Centros Técnicos de Instalação e Manutenção de Equipamentos (CTIME);

#### Eixo 5:

- Monitorização e Avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio na CPLP;

#### Eixo 7:

- Comunidades Saudáveis: Implantação de projetos-piloto nos países da CPLP.



◆ III Reunião de Ministros da tutela anuncia continuidade e sustentabilidade do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP





# O CENTRO DE FORMAÇÃO MÉDICA ESPECIALIZADA



◆ Simões Pereira, José Van-Dunen e Basílio Mosso Ramos inauguram Centro de Formação Especializada para Médicos CFME: Secretariado Executivo acordou com Governo cabo-verdiano e IILP a instalação do CFME na Casa Cor de Rosa



A estrutura da Organização tem evoluído ao longo dos seus dezoito anos de existência

O Centro de Formação Médica Especializada (CFME) abriu as portas em outubro de 2010, na Cidade da Praia, em Cabo Verde, na presença do Ministro da Saúde de Angola, José Van-Dunen, do Ministro de Estado e da Saúde de Cabo Verde, Basílio Mosso Ramos, do ex-Secretário Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, de Bastonários das Ordens dos Médicos dos Países de Língua Portuguesa, de representantes dos Estados-membros, de diversas organizações da Sociedade Civil e do tecido empresarial. Nascido no quadro do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP), o CFME teve como entidades executoras uma parceria entre a Comunidade Médica da Língua Portuguesa (CMLP), que o identificou, e o Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP) que, até à interrupção da sua atividade, em setembro de 2013, o operacionalizou. Em 15 de junho de 2007 foi assinado, entre a CMLP, o SECPLP e o Governo de Cabo Verde, um acordo para a criação do CFME. Este acordo foi complementado por um protocolo assinado entre a CMLP e o IILP que disponibilizou parte

das suas instalações para a realização das ações de formação no âmbito do CFME. Os principais critérios na seleção da localização deste primeiro centro de formação foram a localização geográfica de Cabo Verde e as necessidades já associadas a bons serviços hospitalares. A finalidade foi a de criar um espaço lusófono, nas dimensões discentes e docentes, para a formação contínua e especializada de médicos oriundos dos diversos Estados-membros da CPLP. Em consonância com o Acordo sede assinado, o CFME é uma Agência Especializada da CPLP estabelecida com os seguintes objetivos, entre outros:

- Realizar ações de formação dos profissionais de saúde da CPLP sobre as melhores práticas médicas, quanto a diferentes especialidades e adaptadas aos seus contextos específicos;
- Desenvolver iniciativas concertadas com diferentes entidades que operem na área da saúde e da investigação médica na CPLP no sentido de promover a renovação contínua dos conteúdos programáticos dos cursos a realizar no Centro;

- Constituir-se como um observatório da aplicação das políticas de saúde da CPLP, como um pólo atrator de médicos, investigadores e outros profissionais da área da medicina, no sentido de poder contribuir para informar os decisores políticos, mormente a Reunião do Conselho de Ministros da CPLP;
- Reforçar, pela informação e formação, a capacidade de resposta das instituições de saúde da CPLP aos crescentes desafios da Comunidade na área da saúde

A primeira ação de formação do Centro, em "Saúde Materna, Infantil e Juvenil", em 2011, foi a formação em "Infeciologia" e a ação de formação em "Saúde Pública" em março de 2011. Ainda em 2011, verificaram-se ações nos domínios da "Hipertensão Arterial" e do "Tratamento da Ferida e da Dor". O curso Forgest, do Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) de Portugal, decorreu ainda novembro de 2010 e, logo depois, o curso sobre "Gestão e Avaliação de Projetos em Saúde", uma parceria do Ministério brasileiro da Saúde, com a cooperação alemã, a ONUSIDA e o Secretariado Executivo da CPLP.



# TURISMO FACILITA DESENVOLVIMENTO

O Turismo possui o potencial para contribuir de maneira decisiva para a redução da pobreza

**A** VII Reunião dos Ministros do Turismo da CPLP decorreu em março de 2013, em Maputo. esta ocasião, foi definido um plano concreto de ação para o Turismo na CPLP.

As geografias turísticas dos nossos países e o trabalho conjunto vão ganhar uma nova plataforma: um portal de turismo na CPLP, na Internet. A par deste instrumento, que ambiciona também contribuir para dar maior visibilidade ao património, físico e cultural, material e imaterial, bem como aos locais de interesse nos nossos Estados-membros, estamos também a agilizar o Plano Estratégico de Cooperação em Turismo.

Vamos, assim, observar a interligação entre setores, a sustentabilidade, a ética e os melhores princípios para definir uma Visão e Estratégia comuns. Na base deste plano, a 2 de março de 2012, na Sede da CPLP, foi constituído o Secretariado Técnico Permanente do Turismo, tendo por base a Declaração da VI Reunião de Ministros do Turismo da CPLP (maio de 2010, em São Paulo) e o Regimento Interno da Reunião Ministerial do Turismo. Nesta ocasião, foram aprovadas as principais linhas de ação: Aprofundamento do relacionamento entre a CPLP e a Organização Mundial de Turismo; Dinamização de uma página internet sobre Turismo, no portal da CPLP; Elaboração de um Plano Estratégico de Cooperação da CPLP para o Setor do Turismo. Neste seguimento, a VII Reunião Ministerial do Turismo, decorrida em Maputo, em 2013, aprova o Plano de Ação para o período 2013-2014, sob a coordenação de Moçambique, cujas principais ações são:

- a.** Assinatura do Memorando de Entendimento entre a Organização Mundial do Turismo e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- b.** Definição de áreas prioritárias para o Plano Estratégico de Cooperação em Turismo da CPLP;
- c.** Dinamização do Portal de Turismo da CPLP;
- d.** Proposta de inclusão da língua portuguesa como língua oficial da OMT;
- e.** Criação de uma Rota Turística da CPLP;
- f.** Análise da proposta de participação da CPLP na Feira Internacional de Artesanato de Lisboa.



◆ *O Turismo contribui para a redução da pobreza, afirma o Embaixador Murargy, no Fórum de Negócios e Investimento em Turismo*

Pouco depois, em dezembro de 2013, na sede da CPLP, tem lugar o ato de assinatura do Memorando de Entendimento entre a CPLP e a Organização Mundial de Turismo, cumprindo-se assim uma das decisões da VII Reunião de Ministros do Turismo da CPLP, tendo ficado as duas Organizações comprometidas a cooperar em torno de objetivos comuns nos vários domínios do Turismo. A 11 de março de 2014, realizou-se à margem da Bolsa de Turismo de Lisboa, na sede da CPLP, a III Reunião dos Pontos Focais do Turismo. É feito um balanço das atividades e um novo planeamento

de atividades a desenvolver até à VIII reunião da tutela que deverá ter lugar, em Díli, no primeiro trimestre de 2015, sob presidência timorense. Ainda à margem na BTL, em março de 2014, realiza-se o I Fórum de Negócios e Investimento em Turismo, atividade promovida numa parceria entre a OMT, a CPLP e Secretaria de Estado de Turismo de Portugal. Neste Fórum, o Secretário Executivo da CPLP, embaixador Murade Murargy, afirmou que “no quadro da Comunidade, a nossa CPLP, o turismo possui o potencial para contribuir de maneira eficaz e decisiva para redução da pobreza, abrindo novas e promissoras fontes de emprego para as populações. Isto, ao mesmo tempo que facilita o desenvolvimento regional e local, proporcionando um acesso mais generalizado das populações às infra-estruturas básicas”.



# ESTRATÉGIA PARA OS OCEANOS É IMPORTANTE PARA A COMUNIDADE

Os Estados-membros da CPLP estão unidos por uma mesma língua e uma extensa base cultural, distribuídos pelos principais canais de comunicação de maior fluxo a nível mundial, dos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico

**S**e a superfície do planeta Terra é coberta por mar em aproximadamente 71 por cento, 90 por cento do comércio mundial é realizado pela via marítima, constituindo a via mais económica de transporte de bens e mercadorias. Tendo em conta que 80 por cento das regiões mais prósperas do mundo têm acesso ao mar, o Conselho de Ministros da CPLP, onde os Estados-membros têm este elo comum e factor de ligação, a 2 de novembro de 2007, considerou que os oceanos constituem uma fonte de recursos fundamental para o desenvolvimento sustentável e para a economia destes países, particularmente para as comunidades costeiras que deles dependem directamente, para além como fator de projecção de interesses no mundo. Neste enquadramento da cooperação multilateral da CPLP, a gestão adequada dos recursos contribui para a estabilidade das nações e para o fortalecimento das relações entre os países que a constituem, sendo que a elaboração de uma estratégia conjunta que constitui um instrumento indispensável na definição da política dos oceanos da CPLP, surgindo como um processo natural



 *1ª Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar decorreu em Oeiras em 2010*

e necessário de assunção e consolidação de objetivos comuns da maior importância para o desenvolvimento sustentável. No ano de 2008, durante a VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade, decorrida em Lisboa, sob os auspícios da presidência portuguesa, os oito Estados-membros endossaram a decisão do Conselho de Ministros, no sentido de apoiar a coordenação de posições em fora da Comunidade Internacional, acompanhar as ações para a gestão sustentável dos oceanos,

a criação de um Centro de Estudos Marítimos da Comunidade, uma plataforma de partilha de informação e conhecimento do mar. A Estratégia da CPLP para os Oceanos está fundada nas políticas nacionais dos países da Comunidade, assente numa visão comum de união pela lusofonia, tendo em conta a diversidade de realidades existentes entre os diferentes Estados-membros, a nível económico-social e geográfico. Esta visão e concertação comuns poderá constituir uma ampla oportunidade para uma cooperação internacional em domínios essenciais para o desenvolvimento sustentável das actividades ligadas ao mar. Deste modo, a elaboração de uma estratégia dos oceanos tornou-se fundamental para o tratamento transversal e integrado dos diversos assuntos e actividades, de acordo com o imperativo da intersectorialidade da Comunidade. A Estratégia da CPLP para os Oceanos está assente nos pilares do princípio do desenvolvimento sustentável, a nível ambiental, social e económico. Os Estados-membros da CPLP decidiram que é estratégico promover os princípios estabelecidos na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar para contribuir para uma melhor gestão e desenvolvimento sustentável dos oceanos,



através da aplicação da abordagem multissetorial (incluindo as abordagens de defesa, ambiental, científica, tecnológica, social e económica) e da cooperação internacional, promovendo a constituição de áreas marinhas protegidas nos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nos Estados-membros da CPLP. A promoção de medidas de compreensão e de adaptação à mudança do clima nas regiões costeiras contribuem também para o reforço de uma rede de recursos humanos capacitada para desenvolver uma política de oceanos integrada e promover medidas de aproveitamento económico dos recursos marinhos, incluindo o encorajamento de parcerias empresariais.

### ÁREAS DE POTENCIAL COOPERAÇÃO

A presente Estratégia elege como áreas prioritárias a da concertação no plano internacional, Conhecimento, Proteção do Meio Ambiente, Ordenamento do Espaço Marítimo, Segurança e vigilância Marítima, Extensão da Plataforma Continental, Fundos Marinhos (“Área”), Biotecnologias, Clusters marítimos, Energias, Pesca e Aquicultura, Actividade portuária, Transportes e Construção, desmantelamento e reparação naval e Turismo.

No quadro da concertação político-diplomática no plano internacional, um dos eixos da vocação da CPLP, a Comunidade valoriza o mecanismo das Reuniões de Ministros da CPLP responsáveis pelos Assuntos do Mar tendo em vista a impressão de uma voz ativa nos fora internacionais que abordam questões relacionadas com os oceanos. No âmbito do Conhecimento, destaca-se a importância da investigação, do conhecimento técnico científico neste domínio, para além da partilha de dados e informação e da formação dos recursos humanos ligados ao mar para o desenvolvimento de projetos de concertação no plano internacional, nomeadamente no processo de extensão da plataforma continental, a afirmação da cultura e identidade marítima da CPLP, entre outros.

No âmbito da Declaração do Milénio da Organização das Nações Unidas (ONU), designadamente a Meta correspondente ao desenvolvimento sustentável, os Estados-membros comprometeram-se a reforçar o domínio da Proteção do Ambiente quando se aborda os assuntos do mar.

Assim, o esforço de cooperação pauta-se pelo desenvolvimento de medidas de compreensão e de adaptação à mudança do clima nas regiões costeiras, por facilitar a implementação da Gestão Integrada de Áreas Marinhas e Costeiras no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica, e pelas ações de prevenção da poluição marinha, nomeadamente no âmbito da Convenção Internacional de Prevenção e Combate à Poluição Marinha.

Para uma maior sustentabilidade e implementação das políticas públicas do mar, o ordenamento do espaço marítimo revela-se uma ferramenta de governação essencial para permitir a optimização do desenvolvimento de uma economia marítima sustentável, preservação e melhoria da gestão do meio marinho, cooperação entre os países na gestão dos oceanos e das zonas costeiras, o desenvolvimento de atividades marítimas através da partilha de conhecimentos e o aproveitamento de experiências nacionais, na elaboração de planos de ordenamento.

A interligação de sistemas de controlo, de acompanhamento e de informação tornam-se também essenciais para assegurar a segurança e vigilância marítima. Estas atividades correspondem a diversas questões relevantes para os países da Comunidade, onde podemos incluir a busca e o salvamento marítimo, a monitorização meteorológica das áreas oceânicas, a luta contra a pesca ilegal, o tráfico de seres humanos, o contrabando, o tráfico de estupefacientes e o combate ao crime organizado em geral, para as quais é necessário procurar soluções em conjunto. A partilha de informações e dados, neste contexto, revela-se de crucial importância.

A extensão da plataforma continental dos países da CPLP constitui para a Organização um objetivo comum, pelas potencialidades que encerra.

A preparação deste processo de submissão, por se constituir em operação complexa e dispendiosa, está a ser realizado mediante um esforço conjunto. Recordar-se que a Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU sobre o Direito do Mar estipulou até ao ano de 2013/14

a aprovação das candidaturas dos seus Estados-membros.

Nesta medida, a exploração científica é uma ques-

tão central para o aprofundamento do conhecimento dos recursos naturais existentes, especificamente a questão dos Fundos Marinhos, assim como a aplicação das biotecnologias marinhas que constituem um ramo em forte expansão, para o qual se prevê um elevado potencial.

Quanto aos recursos exploráveis no campo energético que advêm do espaço marítimo, contabilizam-se as renováveis como as marés, as ondas, a biomassa marinha e a energia térmica e eólica offshore, que poderão constituir uma alternativa às energias derivadas de hidrocarbonetos.

Já no contexto dos recursos biológicos, a Estratégia aposta na promoção da pesca, considerada de grande importância social e económica para os países da Comunidade, que vai da pesca artesanal à industrial, mesmo a desportiva, considerada hoje uma área em franco crescimento. Ao nível da sustentabilidade, a aquicultura representa uma oportunidade que se desenha de forma cada vez mais dinâmica. A cooperação entre os Estados-membros reflecte-se na formação do capital humano e na investigação científica, na troca de experiências e boas práticas.

Nas zonas costeiras, a opção pela visão integrada da criação do cluster marítimo lusófono permitirá por sua vez, impulsionar a dinamização do setor marítimo, abrangendo as áreas científicas, económica, social e cultural, o que representa um objetivo ambicioso da Comunidade e uma oportunidade que poderá revelar-se vantajosa.

Deste modo, a atividade portuária, o desenvolvimento dos transportes marítimos, da construção, do desmantelamento e a reparação navais, apresentam um “mar” de oportunidades e de potencialidades para o conjunto dos países da CPLP.

Associado às áreas costeiras, o setor do Turismo é um campo em expansão global, nomeadamente pela dinamização de atividades relacionadas com o ecoturismo, ecoturismo marítimo, a náutica de recreio e desportiva no espaço lusófono. A cooperação concertada neste domínio é determinante, por ser significativo o retorno e mais-valias para o desenvolvimento económico e cultural dos países desta Comunidade.

A Estratégia da CPLP para os Oceanos ao materializar-se com a criação do Centro de Estudos Marítimos da CPLP, do Atlas dos Oceanos





da Comunidade, a Extensão da Plataforma Continental e Programas Associados, Estudos de Viabilidade Económica dos Recursos Naturais e Projeção Internacional da CPLP, irá de encontro às políticas nacionais dos Estados-membros, assente numa visão comum de união pela lusofonia.

### **ESTRATÉGIA DA CPLP PARA OS OCEANOS DESDE A I REUNIÃO DE MINISTROS**

Na sequência do endosso da Estratégia na Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, os Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP aprovaram a Estratégia e as iniciativas específicas tendo em vista a implementação pelos Estados-membros da Comunidade. Esta primeira reunião, decorrida em março de 2010, no Forte de São Julião da Barra em Oeiras, Portugal, foi marcada pelo esforço de concertação nos processos de extensão da plataforma continental e da investigação científica e protecção ambiental; pela criação de uma Feira do Mar da CPLP, de progra-

mas de pesquisa referentes aos fundos marinhos. Merece destaque, o projecto pedagógico para a mobilização de professores, alunos e sociedade civil para a importância dos Assuntos do Mar como tema de afirmação da cultura e identidade marítima da CPLP, bem como iniciativas no âmbito da Segurança e da vigilância marítima e a criação do Atlas dos Oceanos da CPLP.

O ex-secretário executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira esteve presente nesta Reunião Formal dos Ministros do Mar da CPLP que foi presidida pelo então Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar de Portugal, Marcos Perestrello. Nesta reunião foi aprovada a Estratégia da CPLP para os Oceanos, assim como algumas iniciativas específicas para a concretização da mesma.

A 10 de maio de 2012, na Sede da CPLP, foi constituído o Secretariado Técnico Permanente dos Assuntos do Mar, tendo por base a Declaração da I Reunião Ministros dos Assuntos dos Mares (março 2010, Oeiras), a Estratégia

da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para os Oceanos, e o Regimento Interno da Reunião Ministros dos Assuntos dos Mares, documentos aprovados na mesma reunião.

A II Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, teve lugar em Luanda, no dia 1 de junho de 2012, uma ocasião na qual foi exortado aos Estados-membros que renovem o seu compromisso com a Estratégia dos Oceanos da CPLP, implementando as iniciativas aprovadas.

São medidas significativas que refletem a importância de articular a área dos Oceanos com outras áreas setoriais da CPLP, como foi assumido na V Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP, realizada em maio de 2012, onde se assume a Gestão dos Oceanos, a Economia Azul e a Cooperação Internacional neste domínio, um tema prioritário debatido na Conferência do Rio+20.

A III Reunião de Ministros dos Assuntos dos Mar deve decorrer ainda em 2014.



# TRABALHO E SOLIDARIEDADE SÃO PRIORIDADES

Esta área está muito desenvolvida, com articulações com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e outras entidades, existindo um Centro de Informação e Intercâmbio sobre Extensão da Proteção Social (CIPS), projetos no campo do combate ao Trabalho Infantil e na área dos Direitos Humanos de Pessoas com Deficiência



◆ XII Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais foi subordinada à temática dos “Desafios na protecção social para alcançar a segurança alimentar e nutricional”.



**P**ara reforçar esta linha de atuação, a XII Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais (RMTAS) da CPLP realizou-se de 23 a 25 de abril de 2013, em Maputo, Moçambique. Esta reunião ministerial setorial foi subordinada à temática dos “Desafios na Protecção Social para alcançar a Segurança Alimentar e Nutricional”, tendo o debate sido centrado em torno de assuntos relativos ao “Balanço de Execução da Declaração e Plano de Acção da XI RMTAS de Luanda”, ao ponto de situação e desafios no âmbito do Centro de Informação em Protecção Social (CIPS), à apresentação sobre os avanços em matéria de Luta contra o Trabalho Infantil nos países da CPLP e à preparação para a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil no Brasil, entre outros.

Os ministros da tutela reafirmaram, nesta ocasião, compromisso com o reforço do direito humano à alimentação no quadro jurídico interno dos Estados-membros, reconhecendo o seu papel na erradicação da fome e da pobreza na CPLP, através do contínuo aprofundamento da concertação política e diplomática e da cooperação em todos os domínios, nomeadamente através do contributo dos respetivos planos nacionais de protecção social.

Igualmente, ficou fixada a prossecução de uma estratégia de protecção social em articulação com outros setores complementares, tais como a educação, a saúde e a agricultura que permita maximizar o seu impacto positivo sobre a segurança alimentar e nutricional e implementar medidas, a nível da protecção social, que possam lidar, com alguma previsibilidade, em situações de maior risco e vulnerabilidade de pobreza, bem como em situações de emergência e de fome, estando acessível a todos que venham a precisar de assistência através de um plano de contingência financeira. Paralelamente, os ministros reconheceram o seu comprometimento de continuar a desenvolver ações com vista a garantir uma protecção social sustentável que responda, de forma efetiva, aos desafios que se impõem, nomeadamente na concessão de prestações de direito e resposta às carências sociais. Os esforços dos Estados-membros na adoção de políticas públicas tendentes à criação e consolidação de sistemas de protecção



◆ *Dia Mundial Contra a Trabalho Infantil celebrado pela CPLP, em parceria com a OIT*

social, de acordo com a Declaração de Maputo, devem ter em consideração as necessidades básicas em matéria de segurança social, em linha com o conceito de Piso Protecção Social aprovado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Não esquecendo o objetivo da CPLP de promover e divulgar a Língua Portuguesa, os ministros incitam a desenvolverem-se esforços, em estreita articulação com o Conselho de Ministros da CPLP, para a adoção da Língua Portuguesa como idioma de trabalho ou oficial das organizações multilaterais das quais os Estados-membros da CPLP fazem parte, designadamente no quadro da OIT.

Os responsáveis dos Estados-membros da CPLP com a tutela do trabalho e assuntos Sociais anunciam, ainda, a vontade política para, de forma coordenada, continuar a reforçar políticas e programas que visem a extensão da protecção social e o combate contra o trabalho infantil no es-

paço comunitário e internacional, através da sua intervenção no contexto mais amplo do trabalho e assuntos sociais. Neste âmbito, reconheceram a visibilidade alcançada pelas campanhas televisivas conjuntas da CPLP e Escritório da OIT - Lisboa, de 2011, 2012 e 2013, no Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, celebrado a 12 de junho.

As últimas reuniões ministeriais da CPLP realçam o fato de os problemas na área laboral estarem correlacionados com as políticas sociais adoptadas pelos países. A aposta passa, desde a reunião de Luanda, em 2011, pela consolidação da formação profissional como meio privilegiado de qualificação e de valorização do capital humano e ainda como elemento fundamental do desenvolvimento Estados-membros, observando-se que o grau de qualificação do capital humano deve ser uma das variáveis determinantes no processo de competitividade económica e da produtividade. Para tal, reafirma-se também a importância da



troca de conhecimentos e experiências das fontes de informação do mercado do trabalho. Na globalidade, a adoção de medidas nos planos supracitados contribuirão para o desenvolvimento social e económico.

AXI Reunião de Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, realizada no em março de 2011, em Luanda, foi efetivamente um sucesso. As ministras e os ministros detentores de uma das mais importantes tutelas nos Estados-membros da CPLP debateram e trocaram experiências nos domínios da formação profissional e da integração social. A décima primeira reunião de ministros de Trabalho e Assuntos Sociais da Comunidade, antecedida nos dois dias imediatamente anteriores por reuniões ao nível técnico, culminou com um pacote de medidas concretas para responder às necessidades do mercado de emprego e que promovam a integração social dos cidadãos dos respectivos países.

#### OCOMBATE AO TRABALHO INFANTIL

A CPLP juntou-se à Organização Internacional do Trabalho (OIT) para assinalar o dia 12 de junho como “Dia Internacional Contra o Trabalho Infantil”. A associação da CPLP a esta campanha resultou de uma resolução dos ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP que decidiram na reunião de Luanda intensificar os esforços conjuntos para a Prevenção e a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil no espaço da comunidade. No âmbito da CPLP, os avanços verificados no Combate ao Trabalho Infantil têm sido consubstanciados na partilha de conhecimentos e boas práticas, no despertar de consciências e na cooperação entre os países envolvidos, assim como a CPLP e outras organizações internacionais.

A aprovação pela XI Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, em março de 2011, em Luanda, de uma Resolução sobre a Prevenção e a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil na CPLP vem concretizar um avanço substancial na luta pela erradicação deste problema. Paralelamente, para despertar consciências, a CPLP associou-se à OIT, desde 2011, no contexto do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, através da produção, em Língua Portuguesa, de um spot televisivo difundido nos países africanos membros da CPLP através da RTP África, RTP Informação e RTP Internacional; Os Encontros Sub-regionais Tripartidos sobre



*Pontos Focais do Centro de Informação e Proteção Social reúnem em Abril de 2014 para discutir disseminação e intercâmbio de informação*

Trabalho Infantil, no espírito da cooperação sul-sul/triangular, EUA-Brasil-OIT, decorridos em Brasília (2010), Maputo (2010), Luanda (2011), Praia (2012) e São Tomé (2012) têm vindo a garantir o alinhamento internacional com as melhores práticas. Nesta senda, o Seminário Internacional sobre o Trabalho Infantil nos Países de Expressão Portuguesa foi realizado em Luanda, a 17 e 18 de maio de 2011.

As Reuniões de Pontos Focais da CPLP para a área do Trabalho Infantil vêm consolidar a rede de responsáveis nacionais por esta área, ao mesmo tempo que a ratificação pelos Estados-membros da CPLP da Convenção n.º 182 da OIT sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil e da Convenção n.º 138 da OIT sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego (faltando Timor-Leste, na última) garante a aplicação das melhores práticas internacionais nesta matéria. A incidência de atividades da CPLP na área do Combate ao Trabalho Infantil intensificou-se desde 2006, data em que o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal (através do PETI - Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil), a OIT (através de Lisboa e com a assistência do IPEC - International Programme on the Elimination of Child Labour / Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil) e o Secretariado Executivo da CPLP, organizaram a Conferência «Combate à Exploração do Trabalho Infantil no Mundo de Língua Portuguesa». Sob o lema «O nosso trabalho é estudar», reuniram, assim, em Lisboa, delegações de todos os Estados-membros da CPLP, chefiadas pelos (as) respetivos (as) Ministros (as) do Trabalho e dos Assuntos Sociais. Este foi momento especialmente significa-

tivo, uma vez que foi assinado uma Declaração Política conjunta, afirmando o combate à exploração do trabalho infantil. Paralelamente aos trabalhos da Conferência, um grupo de jovens de cada Estado-membro da CPLP, no passado crianças vítimas de trabalho infantil, apresentou igualmente a sua Declaração conjunta. No seguimento desta iniciativa, organizou-se uma mesa redonda que decorreu paralelamente à 95ª CIT (Conferência Internacional do Trabalho) na qual os (as) Ministros (as) do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP tiveram a oportunidade de apresentar, no Palácio da Nações em Genebra, as conclusões da Conferência. Esta mesa redonda contou com a participação dos delegados dos parceiros sociais, consolidando assim um dos compromissos firmados na Declaração. Este Plano de Ação preparado na Conferência viria a ser adotado na VII Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, que teve lugar em Bissau, a 4 e 5 de setembro de 2006, tendo como eixos prioritários a Informação, troca de experiência e trabalho em rede, as Campanhas conjuntas de sensibilização, a Harmonização de metodologias e a cooperação técnica e formação.


Uma das primeiras iniciativas diz, precisamente, respeito a este último ponto e passou pela organização de uma sessão formativa, em Turim (11 a 15 de dezembro de 2006), subordinada ao tema: «Combate ao Trabalho Infantil nos Países de Língua Portuguesa». Esta iniciativa resultou de uma parceria entre o IPEC, o Centro de Formação da OIT de Turim e os Escritórios da OIT do Brasil e de Lisboa, com apoio dos Governos do Brasil e de Portugal e com o alto patrocínio do Secretariado Executivo da CPLP.



Oito anos após estes primeiros passos, a CPLP apresenta desenvolvimentos significativos. A última reunião ministerial marcou um momento de clara consolidação do tema no contexto da CPLP, tendo os ministros reiterado veemente a prioridade na erradicação do trabalho infantil no conjunto da CPLP, reconhecendo os esforços conjuntos que vêm sendo desenvolvidos com a OIT. Assim, comprometem-se a realizar, em cada Estado membro, com o apoio do Brasil, uma “Caravana dos Cataventos” baseada na metodologia do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC) da OIT e continuar a apoiar outras iniciativas alusivas ao Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, como por exemplo o lançamento dos fascículos dos estudos comparativos sobre trabalho infantil realizado na CPLP, dando visibilidade a essas ações numa mesa redonda paralela à CIT.

No âmbito internacional, a CPLP participou, entre 9 de outubro de 2013, na III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, realizada em Brasília, ocasião em que se apresentou uma Declaração Conjunta da CPLP. Neste documento, a Comunidade reiterou o seu compromisso com a erradicação do trabalho infantil no espaço da CPLP e consequente aplicação universal dos normativos constantes das Convenções Internacionais da OIT sobre o Trabalho Infantil, ao mesmo tempo que enfatiza o empenho na gradual institucionalização, em todo o espaço da CPLP, de canais regulares de participação dos parceiros sociais, combinados com os mecanismos consagrados de representação política, enquanto instrumento para o aprofundamento dos esforços com vista à eliminação das piores formas de trabalho infantil. A estratégia da CPLP para combater o Trabalho Infantil tem demonstrado ser vencedora, com diversos progressos já concretizados. No contexto da Comunidade, assinala-se a ratificação por todos os EM da CPLP, da Convenção n.º 182 da OIT sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil e a quase plena ratificação da Convenção n.º 138 da OIT sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego; A aprovação pela XI Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, realizada em março de 2011, em Luanda de uma Resolução sobre a Prevenção e a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil na CPLP; A associação da CPLP à OIT, desde 2011, no contexto do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil através da produção, em Língua Portuguesa, de um spot televisivo e outros materiais formativos difundi-



 *CPLP e OIT lançam, em parceria, documentário sobre o Trabalho Infantil*

dos em toda a CPLP, bem como a produção de um importante documentário sobre o trabalho infantil no contexto dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), e a participação nos Encontros sub-regionais tripartidos.

A CPLP pode também destacar-se de outros contextos regionais, exemplificando a sua experiência, ao “abordar o tema de forma transversal, promovendo a coordenação e a complementaridade desta temática com outras políticas sectoriais”, sublinha o Director de Cooperação da CPLP, Manuel Clarote Lapão, e “promover o papel institucional do diálogo social entre os Governos e os parceiros sociais (A CPLP dispõe de um Fórum da Sociedade Civil, da Confederação Empresarial da CPLP e de uma Comunidade Sindical), e ao trabalhar em rede, promovendo o diálogo e articulação os Pontos Focais para o Trabalho Infantil da CPLP e os Pontos Focais de Cooperação dos respetivos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e Pontos Focais da Proteção Social”.

### **CONVENÇÃO MULTILATERAL DE SEGURANÇA SOCIAL**

A XI RMTAS da CPLP, realizado em março de 2011, em Luanda, Angola, designou um Grupo de Trabalho integrado por Angola, Brasil, Moçambique e Timor-Leste, especificamente incumbido da tarefa de colher junto aos demais Estados-membros da CPLP contribuições e sugestões para o

aprimoramento do texto de Acordo Multilateral de Previdência Social da CPLP com o objetivo de promover a ampliação da cobertura de proteção social ao trabalhador migrante no âmbito da Comunidade. O mandato do Grupo Técnico previa que a tarefa atribuída fosse concluída a tempo da assinatura do referido instrumento multilateral durante a XII RMTAS, decorrida em 2013, em Maputo. A XII RMTAS decidiu participar e acompanhar a negociação do Acordo Multilateral de Previdência Social, sob a coordenação do Ministério da Previdência Social da República Federativa do Brasil. Assim, conforme deliberação da XII RMTAS, realizou-se em setembro de 2013 uma reunião técnica, em Lisboa, que discutiu os pontos pendentes do Acordo Multilateral de Previdência Social da CPLP com vista a garantir a assinatura do Acordo durante a realização da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil que teve lugar em outubro de 2013, em Brasília, no Brasil. Estima-se que este Acordo seja assinado, ainda, durante 2014. À semelhança de outras convenções internacionais, será necessário, após da assinatura do documento referido, submetê-lo à discussão nas respetivas assembleias parlamentares e apenas entrará em vigor quando três Estados Partes tenham depositado na sede da CPLP, junto do seu Secretariado Executivo, os respetivos instrumentos de aprovação, ratificação ou aceitação.

#### **Saber mais:**

**Trabalho Infantil** – [www.cplp.org/trabalho.infantil](http://www.cplp.org/trabalho.infantil)  
**CIPS** – [www.extensao-protecsocial.com](http://www.extensao-protecsocial.com)  
**Inspeção Trabalho** – [www.inspecttrabalho-cplp.com](http://www.inspecttrabalho-cplp.com)



# DIREITOS HUMANOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A promoção dos direitos humanos e da democracia no mundo e no espaço da CPLP é uma das metas da Comunidade desde a sua fundação

**T**endo os Estados-membros ratificados a maioria dos Tratados e Convênios internacionais sobre os direitos humanos no âmbito das Nações Unidas a ação da CPLP neste domínio tem sido centrado em acções de pedagogia e divulgação e de apoio a elaboração da legislação pertinente.

Em novembro de 2006, o Secretario Executivo da CPLP assinou um Protocolo de entendimento com a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o qual permite aos Estados-membros que a solicitem beneficiar da cooperação técnica da ONU em matérias relacionadas com a promoção da educação em matéria de direitos humanos e a produção de material de ensino e formação em português.

As Conferências de Chefes de Estado e de Governo e os Conselhos de Ministros da CPLP têm dedicado uma atenção permanente e crescente aos direitos humanos e aprovado uma série de resoluções específicas neste domínio. De destacar a resolução da Cimeira de Maputo, de 2000, sobre políticas do género e a promoção da mulher. Nesta ocasião, a eleição da brasileira Dulce Pereira para o cargo de secretária-executiva teve um significado altamente simbólico e durante o seu mandato Dulce Pereira organizou a primeira reunião das mulheres da CPLP e participou ativamente nos vários fora internacionais sobre a defesa e promoção dos direitos das mulheres. A resolução do Conselho de Ministros da CPLP (Coimbra, 2003) sobre abolição da pena de morte, que inclui uma referência ao combate contra as formas mais violentas de exploração das crianças (trabalho infantil, comércio sexual e crianças soldados). É de destacar também a cooperação entre instituições dos Estados que ocupam lugares cimeiros na promoção e defesa do Estado de Direito, Justiça, boa governação, transparência



Manual “Comprender os Direitos Humanos em Língua Portuguesa” lançado em Maputo em 2013

e combate a corrupção e abusos de poderes tais como os Supremos Tribunais de Justiça, os Tribunais de Contas e os Procuradores-Gerais.

A Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República Federativa do Brasil (SEDH/PRB), em visita realizada ao Secretariado Executivo da CPLP, em 2009, introduziu, pela primeira vez, o tema dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência.

No seguimento desta visita, no âmbito da XVIII Reunião dos Pontos Focais de Cooperação (RPFC), em março de 2009, a CPLP manifestou a sua vontade concretizar “projetos intracomu-

nitários na área da educação para os Direitos Humanos, com base na experiência brasileira e adequada ao contexto específico de cada Estado-membro, tendo em vista o fortalecimento da Comunidade neste domínio”.

Entretanto, em dezembro de 2010, o SECPLP voltou a receber uma missão da SEDH/PRB que propôs a apresentação à RPFC de um Programa de Cooperação, no âmbito da CPLP, baseado na promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência, o qual poderia vir a contemplar o intercâmbio de experiências no que diz respeito ao planeamento, troca de informações, formação de recursos humanos e compartilhamento de práticas. Para materializar esta iniciativa, a SEDH/PRB propunha-se organizar, no segundo semestre de 2011, no Brasil, um encontro técnico e político





com a presença de representantes governamentais responsáveis pelas políticas e programas relacionados com pessoas com deficiência nos Estados-membros da CPLP.

O Seminário realizou-se entre 25 e 27 de outubro de 2011, na Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República Federativa do Brasil. A Agenda dos trabalhos dividiu-se em três grandes painéis: Painel 1: Um debate académico sobre realidades ligadas a temas como: Educação inclusiva; Empregabilidade; Acessibilidade Arquitetónica e Urbanística; Acessibilidade Tecnológica; Painel 2: Um apresentação das boas-práticas e desafios de cada Estado membro na promoção dos direitos das pessoas com deficiência, e; Painel 3: Identificação dos conteúdos de um possível Programa de Cooperação da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa com foco na promoção dos direitos das pessoas com deficiência, e, se possível, com a indicação dos mecanismos para implementação do Programa e dos parâmetros para apresentação de projetos no âmbito de seus objetivos.

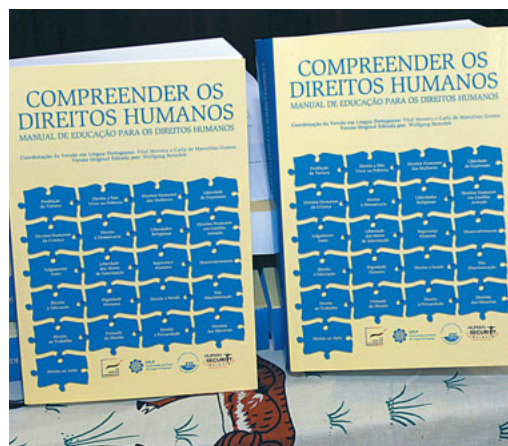
Para dar continuidade aos compromissos assumidos na reunião de Pontos Focais de Cooperação e à XVI Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em Luanda, a 22 de julho de 2011, foi formulada uma proposta de Programa de Cooperação da CPLP em direitos humanos das pessoas com deficiência, com o objetivo de subsidiar as decisões a serem tomadas face aos resultados do evento realizado.

Já durante a XXVI Reunião Ordinária de Pontos Focais de Cooperação da CPLP, realizada em Lisboa, entre 4 e 6 de março de 2013, foi aprovado o projecto de “Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP”. Esta iniciativa foi apresentada pelo próprio Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SNPD), da Presidência da República Federativa do Brasil, Antônio José do Nascimento Ferreira, o qual lembrou que “os direitos das pessoas com deficiência como um tema prioritário e que tal motivou que o Brasil realizasse, em outubro de 2012, um encontro com os Pontos Focais que tratam deste tema provenientes de todos os países da CPLP, conforme deliberado pelo Conselho de Ministros da CPLP, de julho de 2011.

O Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa, em colaboração com a Direção de Co-

operação do SE CPLP está a articular a definição de um cronograma para arrancar com a atividade, em 2014, em três Estados-membros, tendo sido já indicados para tal Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Ainda sobre esta temática, o Director de Cooperação da CPLP, Manuel Clarote Lapão, participou no seminário “Pobreza e Direitos Humanos”, organizado pela Plataforma Portuguesa das ONGD, em abril de 2013, na Assembleia da República Portuguesa, discorrendo sobre o tema “A pobreza enquanto violação dos Direitos Humanos”. Em maio de 2013, a CPLP e o Provedor de Justiça de Portugal promoveram e organizaram o I Encontro de Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH) da CPLP, nos dias 27 e 28 de maio, na Sede da CPLP, em Lisboa. No primeiro dia do evento, o Secretário Executivo, Murade Murargy, esteve presente na Sessão de Abertura do Seminário “Promoção e Proteção dos Direitos Humanos nos Estados-membros da CPLP”, aberto ao público, e na apresentação do estudo Compreender os Direitos Humanos – Manual de Educação para os Direitos Humanos. O encerramento da sessão esteve a cargo do então Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Morais Leitão, em representação do ex-Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros do Governo de Portugal, Paulo Portas. No segundo dia de trabalhos, 28 de maio, decorreu o I Encontro de Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH) dos Estados-membros da CPLP. Participaram os Provedores de Angola, Moçambique, Portugal, Timor-Leste, o Procurador dos Direitos do Cidadão do Brasil, um representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUD), os Presidentes das Comissões Nacionais para os Direitos Humanos de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, e o vice-Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos de Portugal.



## COMPREENDER OS DIREITOS HUMANOS

A CPLP lançou a versão em Língua Portuguesa da obra “Compreender os Direitos Humanos – Manual de Educação para os Direitos Humanos”, no âmbito do Fórum Mundial de Direitos Humanos, no dia 12 de dezembro de 2013, em Brasília.

Este lançamento teve como parceiros o Lus Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal) e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal (Brasil). Lembra-se que esta obra, da autoria original de Wolfgang Benedek, é essencialmente dirigido a todos os Países de Língua Portuguesa e inclui uma seção com referências bibliográficas e informação institucional relativa aos Estados-membros da CPLP.

Em 2013, a obra foi também lançada em Maputo, no dia 17 de julho, na Universidade Eduardo Mondlane, por ocasião do Conselho de Ministros. Nesta cerimónia esteve presente o Vice-ministro da Justiça de Moçambique, Alberto Nkutumula.

O Manual Compreender os Direitos Humanos foi traduzido para língua Portuguesa com o apoio da CPLP que patrocinou também a sua primeira edição em Portugal. A CPLP financiou ainda uma edição especial do Manual, lançado no Fórum Mundial de Direitos Humanos (Brasília, dezembro de 2013). O Manual compreender os direitos humanos resulta de um trabalho de mais de 40 peritos e instituições provenientes de todo o mundo e foi coordenado sob orientação “European Training and Research Centre for Human Rights and Democracy” em Graz. Este Manual reflete a diversidade de perspetivas sobre direitos humanos embora mantendo o princípio da sua universalidade.

◆ Apresentação da Campanha para a Eliminação de todas as formas de violência contra as Mulheres” decorreu na Sede da CPLP em Lisboa



# ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

O Secretário Executivo da CPLP, com o apoio do Governo de Portugal, assinalou o Dia Internacional para a “Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres” com o lançamento de uma campanha conjunta, em novembro de 2013, a replicar em todos os Estados-membros, sob o lema «contra a violência eu dou a cara»

**A** Campanha para a “Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres” surge após a resolução do XVIII Conselho de Ministros da CPLP, de 18 de julho de 2013, decorrido em Maputo, o qual reafirma os compromissos internacionalmente assumidos – relativos à promoção e respeito pelos direitos humanos das mulheres, incluindo em matéria de Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres – e reitera a Convenção da ONU sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e as resoluções da Assembleia Geral da ONU sobre a intensificação dos esforços para eliminar todas as formas de violência contra as mulheres. A campanha de sensibilização conjunta sobre a eliminação da violência contra as mulheres em todos os países da CPLP foi lançada em simultâneo em todos os Estados-membros, no dia 25 de novembro de 2013.

A estratégia para a Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher beneficia, assim, desta ação concreta para alcançar as suas finalidades. Recordemo-nos que, desde a Conferência de Chefes de Estado e de Governo em Maputo no ano de 2000, há cerca de 13 anos, que a CPLP afirmou a necessidade de incorporar a dimensão

da igualdade e equidade de género no planeamento, na elaboração, na execução, no acompanhamento e na avaliação da legislação e de todas as políticas globais e sectoriais.

O Plano Estratégico para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres na CPLP, previsto na Resolução de Lisboa, em 2010, exprime esta vontade política. A Igualdade e Equidade de Género é, assim, um domínio essencial na ação política da CPLP, de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e os compromissos assumidos no concerto internacional pelos nossos Estados-membros na Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres. **Saber mais:** [www.naovienciacontramulheres.cplp.org](http://www.naovienciacontramulheres.cplp.org)







# COMBATE AO TRÁFICO DE SERES HUMANOS



O combate ao tráfico de Seres Humanos é uma preocupação dos Estados-membros da CPLP e, como tal, da própria organização

◆ Ação de formação de formadores, em setembro de 2012, capacita especialistas da Administração Interna

**E**m parceria com o Ministério da Administração Interna de Portugal, foi realizada, em setembro de 2012, uma ação de formação de formadores no combate ao Tráfico de Seres Humanos, iniciativa promovida pelo Observatório de Tráfico de Seres Humanos deste ministério português.

A iniciativa juntou cerca de 30 participantes dos Estados-membros da CPLP e foi avaliada muito positivamente, perspetivando-se, nesse momento, a possibilidade de replicar a formação em diferentes países da Comunidade. A formação no combate ao tráfico de Seres Humanos insere-se no objetivo de cooperação, em particular nos domínios da justiça e segurança, uma vez que a CPLP procura estimular a “cooperação entre os seus membros com o objetivo de promover as práticas democráticas, a boa governação e o respeito pelos Direitos Humanos. O combate ao tráfico de Seres Humanos insere-se não



◆ Ex-Secretário Executivo Domingos Simões Pereira esteve presente na sessão de abertura do curso

apenas no respeito pelos Direitos Humanos, como é uma importante questão de justiça e segurança.

Na XIII Reunião de Ministros da Justiça da CPLP, em maio de 2013, foi aprovado o instrumento enquadrador, denominado “Plano de Ação de Lisboa relativo à instituição de

medidas comuns de Prevenção e de Combate ao Tráfico de Seres Humanos”.

As Ações de Formação de Formadores sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Profissionais do Sistema de Justiça Penal pretendem dar resposta a uma multiplicidade de desafios. Têm por objetivo mais imediato responder às lacunas de capacidade dos profissionais do sistema de justiça penal que trabalham para prevenir e combater o tráfico de Seres Humanos, proteger e apoiar as vítimas, e cooperar de forma eficaz entre si no decorrer da sua atividade.

Recordemo-nos que a problemática do tráfico de Seres Humanos está, também, relacionada com questões de género, dado o elevado número de casos de exploração sexual e de vítimas do sexo feminino. Neste sentido, é um fenómeno que se insere no “Plano Indicativo de Cooperação (PIC) para o Médio Prazo”, que prevê que os seus projetos integrem “temáticas transversais, tais como a Violência de Género”.



Uma mensagem:



CPLP

**CONTRA A  
VIOLÊNCIA  
EU DOU  
A CARA**

**DIGA NÃO**

A TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.

Junte-se a este movimento em:

[www.naovienciacontramulheres.cplp.org](http://www.naovienciacontramulheres.cplp.org)





# PROJETO CAPOEIRA

Formação Técnico-Profissional que valoriza a transmissão de diversos conceitos ligados à Educação e para a Cidadania

O projeto Capoeira em São Tomé e Príncipe é uma iniciativa do Instituto Raízes do Brasil, em parceria com a ABC e CPLP. O Diretor de Cooperação da CPLP, Manuel Clarote Lapão, esteve em São Tomé por diversas ocasiões onde presenciou a dinâmica dos diversos núcleos de capoeira espalhados por S. Tomé, tendo existido a oportunidade de se assistir a inúmeras aulas e iniciativas.

Para além da capacitação técnica em capoeira, verificam-se momentos pedagógicos que valorizam a transmissão de diversos conceitos ligados à Educação para a Cidadania. Realça-se a “grande importância que esta iniciativa assume para juventude santomense enquanto projeto formativo integral para a inclusão e cidadania. É igualmente de enaltecer a visibilidade que a CPLP recolhe junto desta faixa de população e a esperança depositada na organização para dar continuidade a esta iniciativa”, salienta Manuel Clarote Lapão. Recordemo-nos que este projeto foi aprovado na XXIV Reunião de Pontos Focais de Cooperação, de fevereiro/março de 2012, em Lisboa, dando continuidade às atividades de Capoeira que já



As aulas de capoeira valorizam a transmissão de conceitos de educação para a cidadania

havam sido iniciadas pela Associação Raízes do Brasil em São Tomé e Príncipe. A evolução do projeto permite observar os benefícios trazidos pela prática da capoeira tais como: a diminuição da evasão escolar, diminuição do consumo de álcool, melhoria dos princípios da cidadania, maior inclusão social, entre outros. Estes relatórios destacam ainda as mudanças de comportamento verificadas nos beneficiários. Durante o trimestre de fevereiro a maio de

2013, as aulas foram ministradas por uma professora, o que produziu um impacto positivo no incremento da participação de mulheres nas aulas e contribuiu para o reforço da sua valorização pessoal. Entre setembro e dezembro de 2013, o projeto observou um período sem acompanhamento direto de um professor brasileiro. Para o mesmo foi indicado um coordenador local, escolhido de entre os instrutores santomenses. Esse período teve como finalidade proporcionar uma avaliação dos princípios baseados no trabalho em grupo, cooperativismo e organização, com intenção de preparar os beneficiários para darem sequência às atividades quando o projeto for finalizado. Depois de oito trimestres com a presença de professores brasileiros, o projeto encontra-se numa fase de transição, em que não há professor no terreno e as aulas são lecionadas pelos instrutores santomenses. As autoridades santomenses e os beneficiários do projeto que destacam a importância do projeto na alteração de comportamentos e na forma como os alunos mais avançados conseguem transmitir exemplos positivos (role-models) para os restantes.

# SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL É PRIORIDADE

Maputo, a pérola do Índico, em julho de 2012, acolheu a IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, sob o lema “Os Desafios da Segurança Alimentar e Nutricional”.

A campanha “Juntos Contra a Fome!” foi lançada em Maputo à margem de uma Reunião Extraordinário do Conselho de Ministros da CPLP



É com os pressupostos de uma cooperação com vantagens mútuas, baseado em estímulos positivos que juntem os pontos fortes da cooperação Norte-Sul, utilizando o “saber-fazer”, as tecnologias adequadas ao contexto dos parceiros, que nasce a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP). Depois da ESAN-CPLP ser apresentada em 18 de outubro de 2011, à 37.ª Sessão do Comité Mundial de Segurança Alimentar, e o posterior reconhecimento deste instrumento

por parceiros de desenvolvimento como a União Europeia, confirmou-se a máxima prioridade política dada pela CPLP à luta contra a fome e a malnutrição bem como ao fortalecimento da governança da segurança alimentar e nutricional. Assim, na cimeira de Maputo, em 2012, foi fixado o lema de “Os Desafios da Segurança Alimentar e Nutricional” ambicionando “Uma Comunidade de países com um capital humano saudável e ativo, livre da fome e da pobreza, num quadro de realização

progressiva do direito humano à alimentação adequada e respeito pela soberania nacional”.

Para dar corpo a esta estratégia, foi aprovada a constituição do Conselho de Segurança Alimentar da Comunidade, o CONSAN-CPLP, enquanto plataforma ministerial e de multi-atores para a coordenação das ações desenvolvidas na área de segurança alimentar e nutricional e assessoria aos Chefes de Estado e de Governo da CPLP.





## A Visão

Uma Comunidade de países com um capital humano saudável e ativo, livre da fome e da pobreza, num quadro de realização progressiva do direito humano à alimentação adequada e respeito pela soberania nacional.

### O OBJETIVO GLOBAL

Com base no Direito Humano à Alimentação Adequada, contribuir para a erradicação da fome e da pobreza na Comunidade, através do reforço da coordenação entre os Estados-membros e da maior governança das políticas e programas setoriais de segurança alimentar e nutricional.

### ÁREAS ESTRATÉGICAS DE COORDENAÇÃO E INTERVENÇÃO

Três grandes áreas de intervenção comuns foram acordadas, com variados planos de ação:

#### 1 – Fortalecimento da governança da segurança alimentar e nutricional

Estruturas de governança coordenadas a nível nacional e regional com a participação dos atores relevantes, deverão apoiar a implementação e fornecer contributos para a Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

#### 2 – Promoção do acesso e utilização dos alimentos para melhoria dos modos de vida dos grupos mais vulneráveis

Os Estados-membros darão prioridade e apoio imediato aos grupos mais vulneráveis, comunidades rurais, particularmente mulheres, crianças e jovens.

#### 3 – Aumento da disponibilidade de alimentos com base nos pequenos produtores.

Promoção de maior investimento na agricultura e acesso seguro aos recursos naturais focando os pequenos agricultores. Incluirá a identificação, sistematização e melhoria da tecnologias sociais adaptadas. Este eixo de ação visa contribuir para ampliar as dietas locais, reduzir a vulnerabilidade e promover o desenvolvimento territorial.

tarem atual e recomendam uma reorganização institucional e uma hierarquização de programas e investimentos com base em novos modelos para a governabilidade da segurança alimentar e nutricional.

Durante a IX CCEG da CPLP, em Maputo, realizou-se a I reunião do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSANCPLP), “plataforma ministerial e multi-atores constituída para a coordenação das políticas e programas desenvolvidas na área de segurança alimentar e nutricional e para a assessoria à Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP no que diz respeito à Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade,” com a presença de representantes de todos os Estados-membros e também dos participantes indicados pelos mecanismos da sociedade civil, setor empresarial e universidades, os quais fizeram recomendações à cimeira da CPLP.

### JUNTOS CONTRA A FOME

Um importante avanço nesta estratégia foi o lançamento da Campanha “Juntos Contra a Fome”, aprovada no XVIII Conselho de Ministros da CPLP, realizado a 18 de julho de 2013, em Maputo e oficialmente lançada, a 20 de fevereiro de 2014, em ato prévio à abertura da XII Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP, presidido pelo Primeiro-ministro da República de Moçambique, Alberto Vaquina.

O direito à alimentação adequada é um direito humano fundamental e a sua garantia é imprescindível para ser cumprido o primeiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. No entanto, esta ainda não é uma realidade para muitos milhões de pessoas no mundo e, particularmente, para cerca de 28 milhões de pessoas no espaço da CPLP.

A Campanha “Juntos Contra a Fome!” é uma iniciativa da CPLP, realizada em parceria com Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), desenvolvendo “uma metodologia baseada e adaptada do modelo da Campanha TeleFood Special Fund estabelecida pela FAO em 1997, com o objetivo central de angariação de fundos para a viabilização dos compromissos da Comunidade com a erradicação da fome nos seus Estados-membros, reforçando a implementação da ESAN-CPLP e consagração do Direito Humano à Alimentação Adequada”, sublinha o Diretor de Cooperação da CPLP, Manuel Clarote Lapão.



Simões Pereira apresenta ESAN na FAO em 2011 (à esquerda). Em 2012, Maputo acolheu os trabalhos preparatórios para o estabelecimento do Conselho de Segurança e Nutricional da CPLP (à direita)

Com a «situação de alguns países a poder agravar-se pelas actuais restrições orçamentais decorrentes da crise financeira global assim como pela redução dos recursos colocados à disposição pela cooperação internacional, agravam-se, também, as desigualdades em termos de distribuição de direitos, até porque, nas últimas décadas, assistiu-se à complexificação dos factores que impedem a concretização do direito humano à alimentação. São eles, entre outros, a fragilidade dos mecanismos de go-

vernabilidade adequados aos novos desafios, a crescente crise financeira e económica global, o acentuar da volatilidade dos preços dos alimentos, a redução do investimento na agricultura, os impactos das alterações climáticas, as novas tendências demográficas e de urbanização acelerada e as conseqüentes e crescentes preocupações com a sustentabilidade dos recursos naturais e a problemática energética. Factores que, conjuntamente, conformam e amplificam a crise do modelo de desenvolvimento alimen-

Pretende-se a constituição de um Fundo com o objetivo de melhorar a segurança alimentar e nutricional e as condições de vida das famílias e comunidades rurais.

Com os recursos financeiros angariados com a Campanha, que complementarão aqueles que os nossos Estados-membros deverão oficialmente disponibilizar no âmbito das respetivas políticas públicas para o setor, pretendem-se desenvolver atividades que promovam o investimento na agricultura familiar sustentável e a proteção social da larga camada de pessoas afetadas pela fome nos Estados-membros da Comunidade.

A Campanha “Juntos contra a Fome!”, procura tornar visível a realidade de uma insegurança alimentar que afeta cerca de 28 milhões de pessoas dos 250 milhões de pessoas que fazem parte dos países da CPLP, e despertar nos cidadãos o apoderamento da informação sobre um direito que a todos é exigido, apelando para a contribuição para um fundo que permitirá a implementação imediata de projetos de apoio às comunidades mais vulneráveis.

A Campanha “Juntos Contra a Fome!” é, assim, uma iniciativa de mobilização abrangente da sociedade da CPLP, que pretende contribuir para a meta definida pelas Nações Unidas de erradicação definitiva da fome até 2025.

## OUTROS AVANÇOS

### **IV Reunião de Pontos Focais de Segurança Alimentar, 16 de outubro 2012, em Roma.**

A reunião dos Pontos Focais da ESAN-CPLP, teve como objetivo apreciar e aprovar a proposta do Plano de Trabalho e os resultados esperados da coordenação do Secretariado Técnico da ESAN - CPLP, no período compreendido entre 2012 e 2014.

**Estudo sobre Agricultura Familiar, com apoio a FAO, novembro 2012.** Consulta por meio discussão pública “online” sobre a contribuição da agricultura, pesca e aquacultura familiares, nos Estados-membros, realizada entre outubro e novembro de 2012. No conjunto dos Estados-membros (tendo em conta as suas diferentes realidades), os produtores familiares agrícolas representam mais de 75 por cento das explorações agrícolas e ocupam menos de 6 por cento da área agrícola total utilizada.



◆ “A Campanha Juntos Contra a Fome” beneficia da associação de padrinhos à causa

### **Reunião da Comissão instaladora do Grupo Trabalho de Agricultura Familiar (GTAF), 11 a 15 de novembro de 2012, em Portalegre, com apoio do FIDA e FAO.**

Uma delegação com representantes dos países da CPLP, participou dos trabalhos da XVIII Reunião Especializada Sobre Agricultura Familiar (REAF) no MERCOSUL, tendo discutido possibilidades de cooperação entre os países da CPLP e os do Mercosul. Foi particularmente discutida a possibilidade de intercâmbios para “identificação, cadastro e desenvolvimento de políticas públicas para apoio aos pequenos produtores agrícolas”.

**O Secretário Executivo da CPLP reúne com o DG FAO, José Graziano, no dia 21 de maio de 2013, em Genebra.** O Secretário Executivo da CPLP, embaixador Murade Murargy, debateu as melhores formas de estreitar relações entre a CPLP e a FAO, através de eventuais novos instrumentos para fortalecer o diálogo político, a coordenação de iniciativas e o desenvolvimento de mecanismos de participação.

**O Secretário Executivo da CPLP, recebe em audiência a Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP (REDSAN\_CPLP), dia 15 outubro 2013.** Por ocasião da VI reunião da REDSAN-CPLP, 14 a 16 de outubro em Lisboa, esta rede da Sociedade Civil teve a oportunidade de apresentar as suas preocupações com a ESAN-CPLP bem como reivindicações concretas e imediatas para a sua implementação.

**IV Simpósio sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento Sustentável no âmbito da CPLP.** Esta iniciativa foi promovida pelo Governo da República de Cabo Verde, entre os dias 13 e 16 novembro de 2013, na cidade da Praia. A iniciativa pretendeu mobilizar e promover a discussão e ação, entre académicos, cientistas e cidadãos para darem a sua



◆ Primeiro-Ministro de Timor-Leste, Xanana Gusmão, junta-se à campanha

contribuição e conhecimento para a melhoria da situação alimentar de muitas regiões, em especial do “Espaço CPLP”

### **IV Reunião do STP SAN CPLP, na Cidade da Praia, entre 13 e 14 de novembro de 2013.**

A IV Reunião do Secretariado Técnico Permanente de Segurança Alimentar Nutricional da CPLP, decorreu na Cidade da Praia, entre 13 e 14 de novembro de 2013, à margem do IV Simpósio sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento Sustentável no âmbito da CPLP.

### **Programa de Cooperação Técnica com a FAO: TCP/FAO/CPLP. A 6 de março é assinado, entre a CPLP e a FAO, um Programa de Cooperação Técnica com a FAO.**

Este projeto pretende fortalecer o diálogo político, a coordenação de iniciativas e o desenvolvimento de mecanismos de participação. Com esta iniciativa, ambiciona-se contribuir de forma decisiva para a capacitação institucional e o fortalecimento de capacidades dos diversos atores envolvidos na implementação da ESAN-CPLP.

**I Reunião do Grupo de Trabalho sobre Agricultura Familiar do CONSAN-CPLP.** Tal como previsto no 12º artigo dos Estatutos do CONSAN, o Grupo de Trabalho sobre Agricultura Familiar, é parte fundamental para o processo de implementação da ESAN, e particular no seu eixo 3 “Aumento da produção com base nos pequenos agricultores”.

### **II Reunião do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP.**

Enquanto plataforma para a coordenação das ações desenvolvidas pelos Estados-membros nesta área e órgão consultivo da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, a próxima reunião deverá acontecer em Díli, no âmbito da X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

### **Saber mais:**

[www.juntoscontraafome.cplp.org/](http://www.juntoscontraafome.cplp.org/)  
[www.cplp.org/seguranca.alimentar](http://www.cplp.org/seguranca.alimentar)



# CPLP NAS ESCOLAS, EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA

A Reunião de Pontos Focais para o Programa CPLP nas Escolas decorreu entre os dias 13 e 15 de Janeiro de 2014, na Sede da CPLP

O programa CPLP nas Escolas insere-se dentro de um contexto positivo na lógica das atuais metodologias de “Educação para o Desenvolvimento” ou “Educação para a Cidadania”, este programa pretende contribuir para a realização do Objetivo do Milénio 8 (ODM8), que especifica a criação de uma parceria mundial para o desenvolvimento, com base na constituição de parcerias e interações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, através da promoção da educação para o desenvolvimento. A plena operacionalização do Programa CPLP nas Escolas ambiciona metas concretas, “favorecendo a inter-relação social e cultural que promova na CPLP uma cidadania global responsável, mobilizando o público-alvo para as prioridades do desenvolvimento humano sustentável que se colocam à CPLP”, sublinha o Diretor de Cooperação da CPLP, Manuel Clarote Lapão. Mais especificamente, o objetivo específico deste projeto passa por implementar o Programa nos diferentes Estados-membros da CPLP, junto de Escolas piloto identificadas, incentivando a aproximação das gerações mais jovens da CPLP entre si, permitindo-lhes trocar informações e partilhar experiências, para que se construam e solidifiquem pontes entre os países da CPLP nos domínios da justiça, equidade e solidariedade. A Universidade de Aveiro é o parceiro para a implementação do projeto, designadamente, para o desenho e programação de uma plataforma online de suporte ao projeto. A plataforma foi apresentada na primeira



*Pontos Focais debatem operacionalização de programa que projecto cidadania global responsável*



Reunião de Pontos Focais para o Programa CPLP nas Escolas, em janeiro de 2014, onde estiveram presentes todos os PF à excepção de Moçambique e da Guiné-Bissau. O lançamento do Programa CPLP nas Escolas nos restantes Estados-membros, na sua Fase I, deverá ser acompanhado por uma efetiva implementação do projeto e da plataforma interativa online, a qual vai permitir aos alunos trocar e partilhar conteúdos. O Programa contará, ainda, com uma importante componente de sensibilização e de dinamização das crianças para a importância do desenvolvimento sustentável e do conhecimento intercultural. Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe indicaram as escolas que deverão ser abrangidas pelo Programa. Prevê-se que o projeto possa ser implementado, nesta fase piloto, em todos os Estados-membros até ao final de 2014.

# 1.ª CONFERÊNCIA DE GOVERNO ELETRÓNICO

Os Governos devem ser líderes nos processos de transformação que as TIC estão a introduzir nas nossas sociedades

**A** 1.ª Conferência CPLP de Governo Eletrónico decorreu no dia 29 de novembro de 2013, no auditório da Torre do Tombo, em Lisboa. Esta conferência, organizada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Agência para a Modernização Administrativa (AMA, IP) e a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI), teve como tema “Governança Inteligente para Liderar o Futuro”. A 1.ª Conferência de Governo Eletrónico surge tendo em conta o potencial de cooperação por explorar nos domínios Governo Eletrónico nos países da CPLP e contou com a presença do Secretário Executivo da CPLP, embaixador Murade Murargy, e dos responsáveis pelos organismos públicos competentes pelas áreas de governo eletrónico e tecnologias de informação e comunicação (TIC) dos Estados-membros. Membros de organismos públicos e peritos na área de governo eletrónico da CPLP, bem como

representantes da Comissão Europeia e da Organização das Nações Unidas, apresentaram as boas práticas e casos de estudo de implementação de projetos e serviços eletrónicos. Estiveram, também, presentes muitos outros profissionais das áreas de governo eletrónico e tecnologias de informação. Hoje em dia não é suficiente que os governos se adaptem à mudança, é crucial que sejam também líderes nos processos de transformação que as Tecnologias da Informação e da comunicação estão a introduzir nas nossas sociedades e na modernização do Estado, rumo a uma administração pública mais eficiente e com melhores serviços públicos. Na véspera desta 1.ª Conferência decorreu a Reunião de Pontos Focais de Governo Eletrónico da CPLP, um encontro à porta fechada que antecedeu a Conferência pública. Neste encontro técnico participaram os dirigentes das instituições públicas dos Estados-membros da CPLP responsáveis por implementar medidas e estra-

tégias de modernização do Estado, com base nas Tecnologias de Informação e Comunicação. Ao longo de um dia, em Lisboa, representantes de instituições governamentais dos países da CPLP apresentaram boas práticas, casos de estudo e debater sobre os desafios de um mundo cada vez mais global, digital e transparente, de forma que, em conjunto, possam promover uma “Governança Inteligente para Liderar o Futuro”.

OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA 1.ª CONFERÊNCIA CPLP DE GOVERNO ELETRÓNICO FORAM:

- Criar um espaço de discussão e diálogo em torno do governo eletrónico;
- Impulsionar a partilha de experiências e encontrar colaborações proveitosas entre os presentes;
- Promover o surgimento de novos projetos conjuntos entre os diversos Estados-membros.

Leia as intervenções em: [www.egov2013.cplp.org](http://www.egov2013.cplp.org)

Conferência para apresentação de boas práticas e casos de estudo de implementação de serviços eletrónicos



 **governo eletrónico**  
CONFERÊNCIA - CPLP - COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA  
LISBOA, 29 DE NOVEMBRO DE 2013





VIII Reunião  
de Directores  
das Alfândegas  
da CPLP em  
Outubro de 2013  
em Dili

Grupo de Trabalho de Alto Nível  
reuniu em Abril de 2014 em Maputo



# ALFÂNDEGAS ESTREITAM COOPERAÇÃO

Em debate, esteve o Programa PICAT IV - Triénio 2013-2015, os Pontos Fortes e Pontos Fracos da Execução do Programa PICAT Aduaneiro, o Projeto PROLIP, nomeadamente, o representante da CPLP na OMA e a tradução de Documentos de Trabalho da OMA

**A** Sessão Solene de Abertura da XXVIII Reunião do Conselho contou com a presença do Director-Geral dos Serviços Corporativos, do Ministério das Finanças, José António Fátima Abílio, que a presidiu, em representação de S.Ex.<sup>a</sup> a Ministra das Finanças, Maria Emília Pires, da Diretora-Geral das Alfândegas de Timor-Leste, Brígida da Silva, do Secretário-Geral da Conferência, Francisco Curinha, do Representante da Organização Mundial das Alfândegas (OMA), Santos Mussamo, dos três novos Directores Nacionais das Alfândegas de Timor-Leste – o Director Nacional de Operações, Julião José Ximenes, a Diretora Nacional de Conformidade Comercial, Filomena Lay, e o Director Nacional de Administração, Armindo dos Santos, das Delegações das Administrações Aduaneiras da CPLP, bem como de diversas entidades públicas e privadas convidadas e de funcionários aduaneiros. Paralelamente, em cima da mesa esteve, igualmente, o Grupo de Trabalho da Convenção de Quioto Revista, a Pauta Aduaneira/SIGIP, as questões relativas ao Grupo de Tra-

balho do Sistema Harmonizado, o “Corredor do Lobito”, a “Janela única para o Comércio Externo” e o desenvolvimento da página na Internet das Alfândegas da CPLP. Isto, para além da temática da “Gestão Coordenada de Fronteiras”, “Valor Aduaneiro” e o financiamento do Programa PICAT IV.

## **GRUPO DE TRABALHO DE ALTO NÍVEL**

Decorreu em Maputo, em Moçambique de 8 a 11 de abril de 2014, a 9.<sup>a</sup> Reunião do Grupo de Trabalho de Alto Nível (GTAN).

Esta reunião tem como principal objetivo avaliar a execução do Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica (PICAT) e acompanhar as decisões tomadas nas Reuniões do Conselho de Directores-Gerais das Alfândegas da CPLP.

Da Agenda de Trabalhos faziam parte, entre outros, temas o recente Acordo de Facilitação do Comércio, a Convenção de Quioto Revista, o Site das Alfândegas da CPLP, as Convenções Aduaneiras celebradas no âmbito da CPLP, o Memorando de Entendimento Antifraude entre as Alfândegas da CPLP, a Ética nas administrações, os Impos-



tos Especiais sobre o Consumo, bem como outros temas associados à modernização das Alfândegas que os diversos representantes das Administrações Aduaneiras julgaram de interesse levar ao conhecimento da comunidade aduaneira lusófona.

A cerimónia de abertura foi presidida pelo Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, Rosário Fernandes, tendo contado com a presença do Diretor-Geral das Alfândegas e do Diretor-Geral dos Impostos, e de outras individualidades convidadas.

Do Francisco Curinha, na qualidade de Secretário-Geral da Conferência, e da representante da Autoridade Tributária e Aduaneira de Portugal Paula Raposo, que em nome de todas as delegações, agradeceu o acolhimento da administração de Moçambique. Contou, igualmente, com a presença dos representantes das restantes Administrações Aduaneiras de língua oficial portuguesa. Esta ação realizou-se no âmbito do Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica com as Alfândegas da CPLP (PICAT IV Aduaneiro) e foi coordenada pela Direção de Serviços de Cooperação e Relações Institucionais.

### ESTREITAR A COOPERAÇÃO

Com as novas exigências da globalização e a consequente necessidade quer de reorganizar as Instituições Aduaneiras e prepará-las para os novos desafios, quer fortalecer os conhecimentos comuns, as diversas Administrações Aduaneiras da CPLP consideraram importante dispor de uma ferramenta que permita o rápido acesso à informação e a

interação entre elas. A ideia da construção de um "Sítio" exclusivamente dedicados às Alfândegas de Língua Portuguesa foi surgindo e na XXI Conferência de Diretores-Gerais das Alfândegas da CPLP, que teve lugar no Lobito, Angola, de 9 a 12 de outubro de 2006, a sua criação foi aprovada por unanimidade.

As Alfândegas têm novos desafios, nomeadamente, o facto de todos procurarem utilizar com a máxima eficácia todos os instrumentos criados e disponibilizados pela Organização Mundial da Alfândegas (OMA) sem que possa haver qualquer atraso na sua adequação ou desvios na sua implementação.

A cooperação aduaneira teve um carácter pioneiro nos países da Comunidade de Língua Portuguesa. Não obstante, durante praticamente 20 anos, essa cooperação decorreu de forma bastante discreta e sempre com carácter bilateral, à excepção das reuniões anuais dos Diretores-Gerais das Alfândegas. Na XVII Conferência que decorreu no Recife, Brasil, em novembro de 2001, os Diretores-Gerais já reconheciam a necessidade de encarar a cooperação aduaneira como uma matéria relevante no relacionamento entre as diversas Instituições Aduaneiras. Reconheceu-se, então, que era necessário um instrumento que contribuísse para o aprofundamento do relacionamento interinstitucional no plano técnico, de ação coordenada dos Países-membros nas organizações internacionais e de reforço da difusão da Língua Portuguesa.

Na XVIII Conferência, que se realizou na Cidade da Praia, Cabo Verde, em novembro de 2002, foi decidido, pelos Diretores-Gerais,

criar um Grupo de Trabalho de Alto Nível para elaborar um Programa de Cooperação e Assistência Técnica em Matéria Aduaneira. Este Grupo de Trabalho reuniu-se em Maputo, Moçambique, em maio de 2003 e, tendo por base as necessidades de assistência técnica apresentadas pelas diversas Delegações presentes, reflectiu sobre a cooperação pretendida para o futuro.

Concluiu-se, então, que se pretendia um programa integrado (com ações transversais que interessassem a todas as Administrações Aduaneiras), plurianual (3 anos) e em várias fases (para permitir que se fosse, ao longo das diferentes etapas, identificando novas áreas de intervenção). Após a análise dos contributos e propostas apresentadas pelas Delegações presentes na citada reunião do Grupo de Trabalho de Alto Nível foram identificadas, para uma primeira fase, três áreas de intervenção: Harmonização Normativa; Modernização das Alfândegas; Formação e Capacitação.

Foi, assim, elaborado o Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica (PICAT), para o período de 2004/2006. O PICAT foi aprovado na XIX Conferência de Diretores-Gerais das Alfândegas dos Países da CPLP, realizada em Maputo, Moçambique, de 18 a 20 de fevereiro de 2004.

Desde então, o PICAT tem evoluído cronologicamente, adaptando-se às exigências de crescimento dos Estados-membros da CPLP.

**Saber mais:** <http://alfandegas.cplp.org>



## CAPÍTULO III

---

# A ATUAÇÃO COMUNITÁRIA AÇÃO CULTURAL E LÍNGUA PORTUGUESA

A Língua Portuguesa está de boa saúde e o número de lusófonos e lusógrafos está a crescer rapidamente no espaço da CPLP e no mundo. Nos Estados membros da Comunidade, os progressos da escolarização e do combate ao analfabetismo faz regredir a percentagem da população que não tem o português, pelo menos, como segunda língua



O Secretariado Executivo organizou, em 2012, um colóquio sobre bens culturais e mobilidade de criadores e de investigadores no domínio da cultura e das artes

# PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA E DA CULTURA

No mundo, o número de falantes de Língua Portuguesa aumenta pelo efeito conjugado do crescimento demográfico da maioria dos países membros da Comunidade e da difusão do ensino da Língua Portuguesa em países estrangeiros da América Latina, Europa, África e Ásia. A vitalidade e o prestígio internacional da Língua Portuguesa são ilustrados por plêiades de escritores e artistas, populares e eruditos, cuja fama ultrapassa de longe o espaço da CPLP, ou mesmo o contexto regional. Uma apropriação criativa e descomplexada da “língua comum” por jovens novelistas, poetas e cantores africanos está a enriquecer o património cultural de todos e a fazer aumentar a diversidade de falas, sotaques, modismos e gírias, o que é próprio a toda a língua viva. Este saudável dinamismo é, no entanto, ainda contrariado pela existência de duas normas ortográficas oficiais, uma no Brasil e outra nos restantes países de Língua Portuguesa. A CPLP está, desde a sua fundação, empenhada na resolução desta situa-

ção, a qual acarreta problemas importantes tanto ao nível interno da própria Comunidade como para o cabal desenvolvimento das suas ações em prol da divulgação e afirmação internacional da Língua Portuguesa e da indústria editorial e cultural dos Países-membros (edição de dicionários, manuais e livros didáticos, renovação de bibliotecas, cinema e audiovisual, e Internet). Com a entrada em vigor do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e o funcionamento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, o caminho está a ser percorrido paulatinamente. As Nações Unidas declararam o decénio 2005-2014 como a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, iniciativa ambiciosa e complexa, cujo objetivo global consiste em integrar os valores inerentes ao desenvolvimento sustentável nas diferentes formas de aprendizagem, com vista a fomentar as transformações necessárias para uma sociedade mais justa e sustentável para todos. A CPLP partilha deste desígnio, baseado na visão de que todos tenham a oportunidade de aceder a uma educação e

adquirir valores que fomentem práticas sociais, económicas e políticas de sustentabilidade, na esperança de que as gerações futuras saibam compatibilizar as necessidades humanas com o uso sustentável dos recursos, superando assim os efeitos perversos que vão desde a destruição ambiental até à manutenção/agravamento da pobreza. Em matéria de defesa e promoção da Língua Portuguesa, o Secretariado Executivo tem canalizado insistentemente a ideia de que é preciso dotar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (ILLP), de uma dimensão adequada ao papel que esta instituição da CPLP está vocacionada a desempenhar.

## OPERACIONALIZAÇÃO DO FUTURO

A Direção de Ação Cultural e da Língua Portuguesa foi criada em 2011, com a finalidade de dotar o Secretariado Executivo da CPLP de uma maior capacidade de coordenação para implementar as ações e os projetos de cooperação multilateral relativos às áreas da Direção, que





derivam dos documentos deliberativos dos Órgãos de Direção e Execução da CPLP (Conferência de Chefes de Estado e de Governo; Conselho de Ministros e Reuniões Ministeriais Setoriais das áreas da Cultura, da Educação, do Ensino Superior e da Ciência e da Tecnologia). Compete, assim, à Direção de Ação Cultural e da Língua Portuguesa assegurar a execução das orientações superiores na área da cooperação cultural e em matéria de Língua Portuguesa, educação, ciência e tecnologia. Para a prossecução dos seus objetivos, a Direção de Ação Cultural e da Língua Portuguesa contempla três grandes áreas de intervenção:

- Ligação ao IILP e Difusão da Língua;
- Projetos Culturais, Eventos Desportivos e Recreativos;
- Educação, Ciência e Tecnologia.

De acordo com os Estatutos da CPLP, são objetivos da CPLP a «cooperação em todos os

Organização dos Estados Americanos (OEA), a União Africana (UA), a Organização dos Estados IberoAmericanos (OEI), Fundações e ONGs, entre outras entidades e instituições.

Tem, igualmente, sido feito um esforço consistente e adequado para dar a conhecer, em cada Estado-membro, a realidade e a cultura dos restantes, como forma de reforçar o conhecimento mútuo no seio da Comunidade. A CPLP é, assim, uma realidade que se afirma não só institucionalmente a nível dos Estados, mas também através da multiplicação de iniciativas multilaterais de caráter cultural.

### O INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA

Órgão da CPLP desde 2005, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) tem por objetivos a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e

to, apesar do interesse reiterado por todos os Estados-membros da CPLP. A assinatura do Acordo Sede em 2004, a nomeação do Dr. Manuel Brito-Semedo (Cabo Verde) para primeiro Diretor Executivo do IILP e a inauguração da “Casa Cor-de-Rosa”, um edifício do Século XVIII, recuperado pelo Instituto Camões com fundos do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) marcaram o arranque da instalação efectiva do IILP. A sede foi inaugurada em Janeiro de 2005 e o Conselho de Ministros da CPLP (Luanda, 2005) deu um passo decisivo no sentido da superação dos problemas com a alteração dos Estatutos do IILP, a sua integração como um dos órgãos da CPLP e a revisão das quotas dos Estados membros.

Na VI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo (Bissau, 2006) a angolana Amélia Mingas foi nomeada para o cargo de Diretora

Pontos Focais da Cultura reunidos na sede da CPLP em Dezembro de 2013



Director Executivo do IILP toma posse em Outubro de 2010 na sede da CPLP



domínios, inclusive os da educação [...], ciência e tecnologia [...] cultura» (artigo 4.º) e a «promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional da Língua Portuguesa». Atendendo ao documento orientador da estratégia de cooperação da CPLP «Cooperação na CPLP – Uma visão estratégica de cooperação Pós-Bissau» (XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, Cidade da Praia, 2009; VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, Luanda, 2010), a prossecução destes objetivos deve assentar na cooperação multilateral, segundo o quadro intracomunitário e o quadro externo de cooperação com outros atores multilaterais. No âmbito das actividades de promoção da diversidade cultural, o Secretariado Executivo tem desenvolvido, ao longo destes 18 anos, parcerias com entidades dos países da CPLP, organismos internacionais em que os Estados membros da Comunidade participam, como a

difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fora internacionais. A sua história começa oficialmente em 1989 quando os sete países de expressão portuguesa se reuniram em São Luís do Maranhão e decidiram a sua criação. Para muitos, a iniciativa do então-Presidente José Sarney marcou o efetivo arranque da CPLP. Contudo, o Instituto só se tornaria realidade mais de 10 anos depois, na VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP (São Tomé, 1999), que levou à aprovação dos Estatutos do IILP e à escolha de Cabo Verde para a instalação da sua sede, em 2002. O início da vida do IILP foi atribulado, marcado pela alternância de fases de dinamismo e de quase paralisação devidos ao atraso na ratificação do Acordo Ortográfico de 1990, e problemas crónicos de financiamen-

Executiva do IILP. Na VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em 2010, em Luanda, foi nomeado como Diretor Executivo, empossado em outubro de 2010, por dois anos, e reconduzido na cimeira de Maputo de 2012 por mais dois, o linguista brasileiro Gilvan Müller de Oliveira. Segundo os atuais Estatutos, o IILP goza de autonomia científica e administrativa mas deve tomar em consideração na prossecução dos seus objetivos – quer entre os Estados membros, quer no plano internacional –, as orientações dos órgãos deliberativos da CPLP bem como a diversidade cultural dos países que a constituem e as respectivas políticas linguísticas, educativas e culturais. Os seus órgãos diretivos são o Presidente, o Secretariado Executivo e o Conselho Científico, constituído por representantes de todos os Estados-membros.

**A** Comunidade de Países da Língua Portuguesa – CPLP começa seu processo de criação em novembro de 1989, no Brasil, precisamente na cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão. Nesse momento, houve o primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos sete países que a compõe - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, a convite do então presidente brasileiro, José Sarney. Nesse momento, foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), cujo objetivo é a promoção e difusão do idioma comum da Comunidade. Em 17 de julho de 1996 é criada a CPLP, tendo por missão o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os países membros. Para o fortalecimento e cooperação entre os países integrantes, a CPLP tem como objetivos gerais:

- A concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional;
- A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- A materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

Estes objetivos, por si só, demonstram a importância da criação da CPLP.

No que se refere à cooperação internacional da Comunidade, o governo brasileiro, por meio do Ministério da Educação (MEC), assumiu o compromisso de uma integração internacional no campo da educação. Assim, deu-se início ao processo de criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Em 2010 é sanciona-



NILMA LINO GOMES  
Reitora Pro-Tempore da Universidade da Integração  
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

## CPLP, COOPERAR E INTEGRAR

da a Lei 12.289, de 20 de julho de 2010, que dispõe sobre a criação da Unilab.

Para atender aos objetivos propostos da CPLP, a Unilab, por meio de sua missão institucional, propõe-se a formar recursos humanos, vinculada a promover a integração entre o Brasil e os demais países membros da CPLP, especialmente entre os africanos.

No contexto de internacionalização do Ensino Superior, os cursos ofertados pela Unilab visam atender, preferencialmente, as áreas de interesse mútuo entre o Brasil e demais membros da CPLP. Assim, as áreas identificadas foram a formação de professores, desenvolvimento agrário, gestão, saúde pública e engenharias.

Visando ainda promover a cooperação Sul-Sul, a Unilab em parcerias com as demais instituições públicas dos países membros da CPLP

instituiu a Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (Ripes). Projeto coordenado pela Unilab e apresentado na XXV Reunião de Cooperação de Pontos Focais da CPLP, em julho de 2012, realizada na cidade de Maputo-Moçambique. Visa promover, de maneira articulada e continuada, o intercâmbio de conhecimento, a mobilidade acadêmica com qualidade e a formação de docentes, discente e técnico-administrativos para o desenvolvimento de seus países.

Assim, a consolidação da Unilab no cenário internacional, na perspectiva da cooperação Sul-Sul, e seu compromisso com a Ripes, constituem uma ponte solidificada no compromisso científico, cultural, social e ambiental; capaz de contribuir no fortalecimento de um intercâmbio internacional, como se propõe a CPLP.





# COOPERAÇÃO MULTILATERAL NOS DOMÍNIOS DA EDUCAÇÃO, PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

A importância da cooperação multilateral no domínio da Educação enquanto desígnio estratégico para a CPLP

**A** Educação é um dos fatores mais importantes para a transformação das sociedades, pois o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências técnicas permite às populações a melhoria da qualidade de vida. Cidadãos mais informados tendem a fazer melhores escolhas e profissionais mais qualificados tendem a contribuir melhor para o desenvolvimento económico, social e político dos seus Estados tornando possível a erradicação da pobreza, a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e a garantia da prosperidade das gerações presentes e futuras.

A Declaração Constitutiva da CPLP (Lisboa, 1996) indicava como objetivo “dinamizar e aprofundar a cooperação no domínio universitário, no da formação profissional e nos diversos setores da investigação científica e tecnológica com vista a uma crescente valorização dos seus recursos humanos e naturais, bem como promover e reforçar as políticas de formação de quadros”. Deste modo, é notória a importância da cooperação multilateral no domínio da Educação enquanto desígnio estratégico para a CPLP. Tendo como eixos transversais a qualificação de quadros a nível da docência e da investigação (II Conferência de Chefes de Estado da CPLP, Praia, 1998) e a otimização dos sistemas de ensino dos oito Estados-membros, bem como as estratégias de promoção e difusão do ensino da LP no espaço da CPLP, conforme previsto no Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa (VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP – Luanda,



Na 2.ª Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Internacional foram dados passos importantes

2010), a ação da CPLP no domínio da Educação assenta nas seguintes temáticas:

- a) Ensino e Formação em Língua Portuguesa, com especial enfoque na alfabetização de crianças, jovens e adultos e na difusão do uso das novas tecnologias de informação e comunicação;
- b) Dinamização da Rede de Formação Contínua de Professores da CPLP;
- c) Desenvolvimento de modalidades de Ensino à Distância;
- d) Ensino Profissional, que se apresenta como fundamental para a preparação de técnicos de nível médio;
- e) Promoção do Ensino das Ciências e da Matemática, nomeadamente através das “Olimpíadas da Matemática da CPLP”;
- f) Criação de cátedras de Literatura e de História nas instituições de ensino superior dos Estados-membros.

A ação da CPLP em matéria de Educação assume uma abordagem pelos direitos, sendo enquadrada, conforme mencionado, pelas deliberações dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, bem como pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio – nomeadamente garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo do ensino primário – e também pelo compromisso de Dakar: Educação para Todos (2000), que visa: i) estender e melhorar a proteção e educação integral da primeira infância; ii) acesso de todas as crianças ao ensino primário, gratuito e de qualidade; iii) velar pelas necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos; iv) aumentar o número de adultos alfabetizados; v) suprimir as disparidades de género no ensino primário e secundário; vi) melhorar todos os aspetos qualitativos da educação. Visando a definição de metas e prioridades para

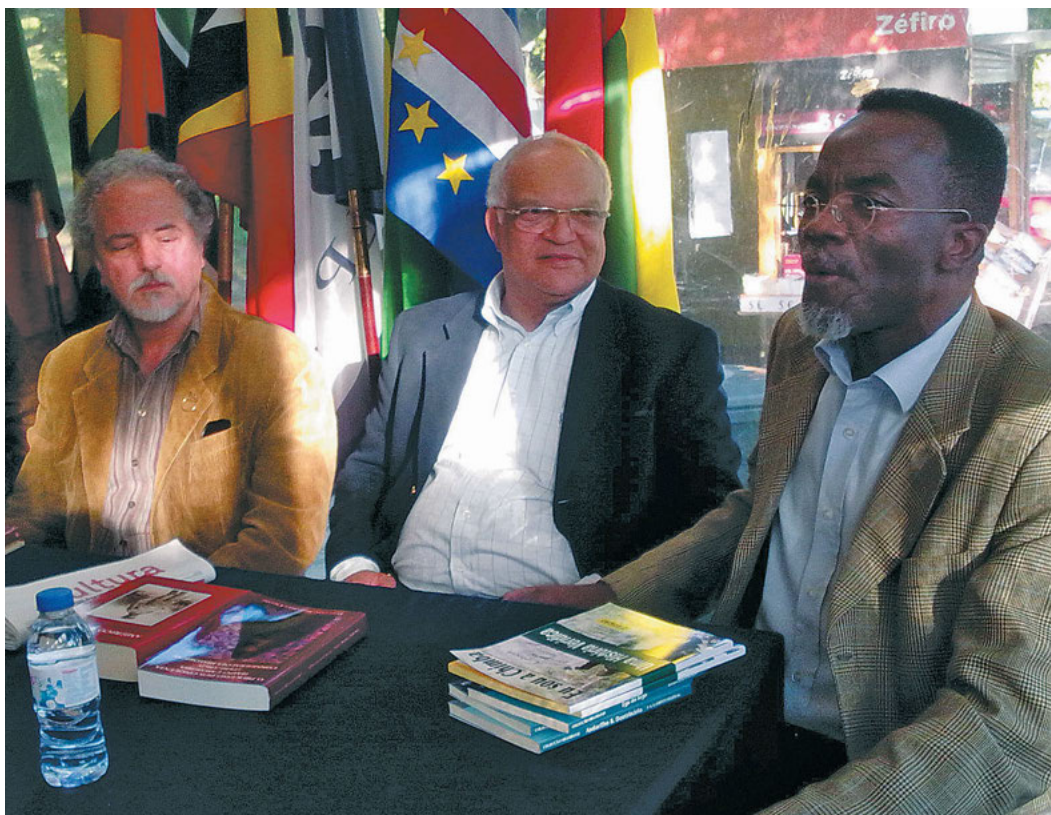
ação em matéria de Educação, até 2020, a VIII Reunião de Ministros da Educação da CPLP mandou o Secretariado Executivo da CPLP para a elaboração da proposta de Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Educação da CPLP e respetivo Plano de Ação (2015-2020), em estreita articulação com os Pontos Focais da Educação e os Peritos Nacionais designados pelos Estados-membros.

## PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

O impacto das línguas na identidade, comunicação, integração social, educação e desenvolvimento faz delas elementos fundamentais e estratégicos para todos os povos do mundo. Há, por isso, uma consciência cada vez maior de que as línguas desempenham um papel vital para o desenvolvimento ao garantir a diversidade cultural e o diálogo intercultural, bem como para o alcance de uma educação para todos, a construção de sociedades de conhecimento inclusivo, a participação consciente na esfera pública e o exercício pleno da cidadania, a preservação do património cultural e a mobilização da vontade política de implementar os benefícios da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

A Declaração Constitutiva da CPLP reafirma o peso da Língua Portuguesa como «meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que a falam e de projeção internacional dos valores culturais, numa perspetiva aberta e universalista». A Língua Portuguesa é igualmente reconhecida como «instrumento de comunicação e de trabalho nas organizações internacionais e permite a cada um dos países, no contexto regional próprio, ser o intérprete de interesses e aspirações que a todos são comuns».

Atualmente, as dimensões geopolítica e geoeconómica conferem à Língua Portuguesa um potencial, cada vez maior no plano da correlação com outras línguas dominantes em outros espaços linguísticos, por força dos indicadores de crescimento económico de alguns dos Estados-membros da CPLP, bem como da contribuição para os esforços de concertação político-diplomática no sistema internacional. A adoção do Plano de Ação de Brasília para a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa, na VIII Conferência de Chefes de Estado e de



◆ Luis Kandjimbo, Director de Acção Cultural e Língua Portuguesa da CPLP, com escritores na Feira do Livro de Lisboa

Governo da CPLP, realizada em Luanda, em 2010, permitiu a criação de um instrumento que pudesse constituir a base de atuação nesta matéria. Foram identificadas como prioridades: I) a implementação da Língua Portuguesa nas organizações internacionais; II) a promoção da Língua Portuguesa, nomeadamente através do ensino da língua no espaço da CPLP e do seu fortalecimento como língua estrangeira; III) a implementação do Acordo Ortográfico, que privilegia a existência de terminologias científicas e técnicas harmonizadas em todo o espaço da CPLP; IV) a difusão pública, através da produção e disseminação de conteúdos audiovisuais em Língua Portuguesa; V) a importância e especificidade das diásporas, que são muitas vezes os embaixadores da Língua Portuguesa fora da Comunidade; VI) e a participação da sociedade civil, na concretização das metas já referidas. Tendo em conta o valor económico da Língua Portuguesa, a II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, realizada em Lisboa em 2013,

consensualizou o texto do Plano de Ação de Lisboa (PALis), para a promoção e difusão da Língua Portuguesa. O PALis, em conjunto com o Plano de Ação de Brasília, adotado em 2010, define estratégias globais para a promoção e a difusão da Língua Portuguesa, deu ênfase aos temas da Língua Portuguesa na ciência, inovação e economia criativa, além de ter aprofundado outros temas anteriormente tratados pela Conferência de Brasília. Desta forma, recomendou a ação da CPLP nos seguintes eixos: ciência e inovação; empreendedorismo e economia criativa; ensino da Língua Portuguesa dentro do espaço da CPLP e em países estrangeiros; uso da Língua Portuguesa nas organizações internacionais; cooperação entre Estados-membros e ação articulada junto das diásporas.

Na XII Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, que decorreu em Maputo a 20 de fevereiro de 2014, foi aprovado o Projeto de Resolução sobre o Plano de Ação de Lisboa, que decidiu “aprovar e recomendar à X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da



CPLP, em Díli, a adoção do “Plano de Ação de Lisboa”.

O reconhecimento do potencial da Língua Portuguesa nestes dois domínios encontra-se reforçado na aprovação de dois instrumentos fundamentais para a consolidação da nossa organização: I) o Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, a implementar entre 2014 e 2020, aprovado na VI Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, que teve lugar a 14 e 15 de Abril, em Maputo; II) o Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP, a operacionalizar no período de 2014-2020, aprovado na IX Reunião de Ministros da Cultura da CPLP, que ocorreu em Maputo, a 10 e 11 de Abril.

À luz das determinações estatutárias, a implementação dos eixos mencionados conta com a ação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), instituição da CPLP que tem como objetivos «a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fora internacionais», segundo o artigo 9.º dos Estatutos da CPLP. Destacam-se da atividade mais recente do IILP sobre esta matéria, a construção do Portal do Professor de Português como Língua Estrangeira (<http://www.ppple.org>), e do Vocabulário Ortográfico Comum, através da integração dos Vocabulários Ortográficos Nacionais (em fase de desenvolvimento).

Ao longo dos 18 anos de existência, a CPLP tem procurado estruturar-se para responder a novas exigências, situações e dinâmicas dos nossos Estados-membros, num mundo em constantes mutações desde 1996, ano da criação da CPLP. De igual forma, o contexto de globalização no qual interagirmos tem apelado ao estabelecimento de novas redes e de parcerias genuínas e que permitam alcançar objetivos concretos. Para a promoção e difusão da Língua Portuguesa ao nível internacional, a CPLP estabeleceu ainda uma cooperação multilateral com os espaços francófono e hispanófono, no âmbito dos Três Espaços Linguísticos, que atua desde 2001 em prol do multilinguismo, do plurilinguismo e da intercompreensão entre as línguas latinas. Atualmente, as organizações parceiras são a

Secretária-Geral Ibero-americana (SEGIB) e a Organização Internacional da Francofonia (OIF). Este fórum de cooperação conta ainda com a participação da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEIECC), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e da Organização Árabe para a Educação, Ciência e Cultura (OAECC/ALECSO).

### **PORTAL DO PROFESSOR**

O Portal do Professor de Português ([www.ppple.org](http://www.ppple.org)) tem avançado muito em 2014 com o trabalho de 18 professores timorenses da Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL) e do Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDEPE), que preparam as primeiras 45 unidades didáticas, em três níveis de proficiência, para a integração ao Portal.

Timor-Leste é o quinto país da CPLP a aprontar unidades para este projeto comum de disponibilização de recursos didáticos para professores de português como língua não-materna, juntando-se a Angola, Brasil, Moçambique e Portugal com unidades que refletem diversos aspetos da vida cultural, bem como diferenciados usos da Língua Portuguesa no país. Com a contribuição timorense, o Portal atinge o número de 155 unidades disponíveis.

O Portal do Professor de Português Língua Estrangeira é uma plataforma on-line, que tem como objetivo central oferecer à comunidade de professores e interessados em geral, recursos e materiais para o ensino e a aprendizagem do português como língua estrangeira. O Portal é concebido, desenvolvido, alimentado e gerido de forma multilateral, funcionando como instrumento de cooperação linguístico-cultural entre os Estados-membros CPLP. Desse modo, o PPPLE terá um papel muito importante para as estratégias de promoção, difusão e projeção do português no mundo, criando um sistema internacionalizado de gestão do ensino de PLE.

O IILP foi mandatado pelo Plano de Ação de Brasília para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa (PAB), formulado durante a I Conferência Internacional sobre o Futuro do Português no Sistema Mundial, realizada em março/abril de 2010 na capital brasileira. O Plano atribuiu ao IILP “a tarefa de criar uma Plataforma comum na internet, relativa ao ensino do

português” e para esse fim foi estabelecido um acordo de cooperação técnica com a Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (SIPLÉ), para a identificação de especialistas dos diversos países que integram a comunidade da CPLP, para o planeamento e o desenvolvimento do Portal, juntamente com as Comissões Nacionais e o corpo técnico do IILP.

### **CULTURA E DESENVOLVIMENTO NA AGENDA PÓS-2015**

A IX Reunião de Ministros da Cultura da CPLP decorreu entre 10 e 11 de abril, em Maputo, estando presente o Diretor de Ação Cultural e Língua Portuguesa, Luís Kandjimbo, em representação do Secretário Executivo, Embaixador Murade Murargy

Nesta reunião ministerial, foi realizada a Avaliação do Grau de Implementação das Deliberações Constantes na Declaração Final da VIII Reunião dos Ministros da Cultura da CPLP, decorrida em 2012, em Luanda. Na ordem de trabalhos constaram, ainda, o debate ministerial sobre a “Cultura e Desenvolvimento na Agenda da ONU Pós-2015” e a aprovação da Resolução da CPLP sobre Cultura e Desenvolvimento na Agenda da ONU Pós-2015. No final da reunião, foi aprovado o Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP.

Enquanto organização que opera num contexto globalizado, a CPLP procura incluir na sua atuação os princípios do debate das Nações Unidas sobre a Agenda para o Desenvolvimento pós-2015. Com respeito pelas idiossincrasias e com apropriação nacional, espera-se que a Agenda pós-2015 seja capaz de estabelecer metas universais, concretas e monitorizáveis, para a erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável até 2030. Perante este novo quadro, os Estados-membros e a Organização enfrentam, igualmente, desafios.

Com países a refletir uma crescente importância internacional, tanto geopolítica, como geoeconómica, a CPLP pode desempenhar um papel multilateral fundamental na concertação de estratégias e parcerias em torno de eixos centrais como a Saúde, a Segurança Alimentar, a Sociedade do Conhecimento e a promoção do Desenvolvimento Sustentável.

A VIII Reunião de Ministros da Cultura da CPLP realizou-se no ano de 2012, em Luanda.

# ACORDO ORTOGRÁFICO HARMONIZA GRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

O Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa já foi ratificado por todos os Estados-membros, com exceção de Angola e Moçambique, onde se encontra ainda em processo de ratificação pelos seus parlamentos nacionais

O Acordo Ortográfico é um tratado internacional que tem como objetivo criar uma ortografia única para o português a ser usada por todos os países que têm este idioma como língua oficial. Foi assinado em Lisboa, a 16 de dezembro de 1990, pelos Governos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Timor-Leste aderiu ao Acordo em 2004.

Recorde-se que, em Março de 2008, foi aprovado o Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa pela Assembleia da República Portuguesa, constando da respetiva Resolução uma Declaração que refere que (...) “no prazo limite de seis anos após o depósito de ratificação deste Segundo Protocolo Modificativo, a ortografia dos novos atos, normas, orientações, documentos provenientes de entidades públicas, de bens culturais, bem como de manuais escolares e outros recursos didático-pedagógicos, ou que venham a ser objeto de revisão, reedição, reimpressão ou de qualquer outra forma de modificação, independentemente do seu suporte, deve conformar-se às disposições do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”.

A unificação proposta foi fruto de um longo trabalho desenvolvido pela Academia das Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira das Letras e introduz alterações na forma de escrita de apenas 1,6 por cento do vocabulário oficialmente usado em Portugal e de 0,5 por cento no Brasil.

O processo de convergência teve início em 1924 e levou a um acordo preliminar em 1931. Contudo, os vocabulários que se publicaram, em 1940 em Portugal, e em 1943 no Brasil, continham ainda algumas di-

vergências. Em 1943, realizou-se em Lisboa uma Convenção que deu origem ao Acordo Ortográfico de 1945, que tomou forma de lei em Portugal, mas não foi ratificado pelo Congresso Brasileiro.

Em 1971, um novo acordo entre Portugal e o Brasil eliminou os acentos gráficos responsáveis por 70 por cento das divergências entre as duas ortografias oficiais.

Em 1973, recomeçaram as negociações e, em 1975, as duas Academias chegaram a um novo acordo que não teve, apesar de tudo, efeitos legais.

Em 1986, o Presidente brasileiro José Sarney tentou resolver o assunto e promoveu um encontro dos sete países de língua oficial portuguesa, no Rio de Janeiro. Neste encontro foi aprovado um acordo ortográfico que, mais uma vez não foi por diante devido a questões levantadas por Portugal e pelo Brasil.

Em 1990, foi feita nova reunião em Lisboa e lavrado um novo Acordo Ortográfico que acolhia muitas das críticas feitas à proposta anterior.

O “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)” previa no seu artigo 3.º a sua entrada em vigor a 1 de janeiro de 1994, após a ratificação por todos os Estados signatários. A entrada em vigor não pode ter lugar a data prevista porque, entretanto, só três países tinham ratificado o Acordo (Portugal, 1991, Brasil, 1995 e Cabo Verde).

Na II Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (Cidade da Praia, 1998) foi assinado um “Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa” que retirou do texto original a data para a sua entrada em vigor, mas mantinha a exigência da ratificação por todos os signatários do Acordo de 1990. Apenas os Parlamentos do





Brasil, Portugal e Cabo Verde ratificaram o Protocolo.

Na V Cimeira da CPLP (São Tomé, 2004) foi aprovado um “Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico” que, para lá de permitir a adesão de Timor-Leste previa que fosse suficiente a ratificação do novo documento para que o Acordo de 1990 entrasse em vigor.

O Brasil ratificou o “Segundo Protocolo Modificativo”, em 2004, Cabo Verde, em 2006 e São Tomé e Príncipe, em 2006, ratificou de uma assentada o Acordo de 1990 e os dois Protocolos Modificativos. Estavam cumpridos os requisitos formais para a entrada em vigor do Acordo, mas esta continua em suspenso porque Portugal ainda não ratificou o Segundo Protocolo e os restantes membros da CPLP consideram inconveniente avançar sem a sua participação. Isto porque o “Português de Portugal” é a língua oficial reconhecida por importantes instâncias internacionais que incluem o idioma português com língua oficial ou de trabalho (União Europeia e União Africana, entre outras).

A elaboração do Vocabulário Ortográfico Comum que, segundo o Acordo de 1990, deveria estar concluída a 1 de janeiro de 1993 e entrar em vigor antes do Tratado está agora a ser ultimada, depois da I Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em 2009, ter apontado o caminho operacional.

Além da expansão e do fortalecimento da cooperação educacional em Língua Portuguesa, a aprovação do Acordo Ortográfico é condição essencial para a definição de uma política linguística de bases comuns.

### VOCABULÁRIOS ORTOGRÁFICOS NACIONAIS E VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO COMUM

O Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC) é muito mais do que uma lista de palavras, ou do que um grande banco das palavras da Língua, a que se aplicam as regras decorrentes de uma ortografia, neste caso, as da nova ortografia comum.

Em primeiro lugar, o VOC é um instrumento comum para a política da Língua, construído pelos países que têm o português como

língua oficial. Ele positiva, desta forma, o ideal da CPLP de uma língua comum, comum não só no seu uso, mas também na sua produção, isto é, na gestão dos recursos que garantem usos cada vez mais diversificados, nos novos ambientes do ensino digital e de outras novas tecnologias.

Em segundo lugar, o VOC é uma base de dados digital disponível gratuita e universalmente para os cidadãos, acessível pela Internet, com aproximadamente 250 mil entradas e mais de dois milhões de formas ortográficas, realizada segundo os últimos avanços da lexicografia, composto por um vocabulário etiquetado que permite saber, entre outras coisas, o uso atestado de cada uma das palavras em cada país, possibilitando

visualizar que palavras são comuns a todos os países e que palavras ocorrem em que país ou países especificamente.

Pela sua natureza multifuncional e pelos desdobramentos que gera, o VOC é um importante insumo para a criação da futura geração de terminologias técnicas e científicas, conforme o espírito do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

O processo de construção do VOC foi dividido em duas partes. A primeira parte, que permitiu criar o protótipo desta plataforma, entregue na Conferência de Lisboa de 2013 ([www.conferencialp.org](http://www.conferencialp.org)), consiste na junção ou unificação dos vocabulários ortográficos nacionais (VON) do Brasil e de Portugal produzidos nos últimos anos. Essa primeira parte configura uma verdadeira Memória Lexicográfica do Português, conformada pela junção do léxico das bases de dados de Portugal e do Brasil num instrumento único, feito com critérios e etiquetas comuns.

Idealmente, no entanto, o VOC deve VON para os vários países que aplicam o Acordo Ortográfico, pelo que importa em vários casos construir de raiz, pela primeira vez, um vocabulário próprio, seguindo no entanto uma metodologia comum. Esse trabalho está em curso em vários Estados-membros e o VOC, nesta primeira versão, integra já, de forma inédita, os primeiros dados de Moçambique e de Timor-Leste. Os VON estão a ser executados seguindo critérios comuns de fiabilidade em termos da origem dos textos a servirem como corpus de extração, seguindo os mesmos procedimentos de compilação e conformando corpora de dimensões comparáveis em termos de número de entradas.

A segunda parte do VOC, desenvolvida a partir do modelo apresentado, será entregue na X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, a realizar em Díli, em 2014, e integrará os VON prontos à data, previsivelmente seis, com a adição aos quatro agora integrados dos VON de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, em fase adiantada de execução.

Com o VOC, a Língua Portuguesa passará a contar com um instrumento totalmente novo e com uma gestão inovadora e democrática do léxico da Língua.

**Saber Mais:** <http://iilp.cplp.org/voc/>



◆ *Embaixador Faizal Cassam, de Moçambique, na 2.ª Conferência Internacional de Língua Portuguesa*



◆ *ILLP está a ultimar o Vocabulário Ortográfico Comum*


# CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR SÃO ESTRATÉGICOS

O Desenvolvimento da CPLP e dos Estados-membros que a compõem não pode deixar de lado a essência da evolução social e económica, a qual implica reconhecer o papel de relevo da cooperação nos domínios da Educação e da Formação Profissional, do Ensino superior, da Ciência e da Tecnologia



**N**o dealbar de novos tempos, o acesso ao conhecimento, através da educação, da formação profissional, das instituições de ensino superior, dos centros de investigação que apostam na ciência, na tecnologia e na inovação, consiste num caminho incontornável para o desenvolvimento das sociedades e nações. Estes domínios são fundamentais para o crescimento económico, para a redução das desigualdades, para a coesão social e para melhoria das condições de vida e do bem-estar social dos cidadãos dos Estados-membros da CPLP.

Tendo em conta o papel de língua estratégica de comunicação internacional que o nosso idioma comum assume no mundo, os projetos que incidem na produção, circulação, disseminação e apropriação do conhecimento científico e tecnológico em Língua Portuguesa permitem destacar a utilidade técnica da partilha de conhecimento científico dos Estados-membros da CPLP, criando e fortalecendo as condições para a afirmação do conhecimento científico na CPLP e nas redes internacionais. O papel estratégico e a relevância atribuída à Ciência e Tecnologia e ao Ensino Superior

 *Ministros da Ciência e da Tecnologia em Reunião Extraordinária reforçam multilateralidade*

no espaço da CPLP e no contexto globalizado, assente cada vez mais na sociedade do conhecimento, traduzem o reconhecimento do potencial da ligação entre a qualificação científica e tecnológica de recursos humanos e as estratégias de crescimento económico e desenvolvimento social sustentado. A transversalidade do ensino superior a todas as áreas que concorrem para a inclusão





social, redução das desigualdades e melhoria das condições de vida dos cidadãos da CPLP, as aspirações da sociedade civil quanto aos contributos da ciência e a dimensão social e humana reconhecida nestes setores constituem vetores estratégicos para a mudança social.

Na CPLP, a vontade conjunta de cooperação multilateral entre os Estados-membros alicerça-se nos objetivos comuns e nas especificidades existentes nos subsistemas de ensino superior e nas políticas de ciência e tecnologia de cada estado membro. Por este motivo, na última Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, que teve lugar em Maputo, a 14 e 15 de Abril de 2014, foi aprovado o Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP e respetivo Plano de Ação, para o período de 2014 a 2020. Através deste documento estratégico orientador – o qual assenta no princípio da multilateralidade e com o reconhecimento das especificidades dos Estados-membros da CPLP a fazer parte integrante dos eixos estratégicos pretende-se contribuir para a transformação dos Estados-membros da CPLP, com incidência na implementação de seis eixos estratégicos:

- I - Espaço do Ensino Superior da CPLP;
- II - Mobilidade de estudantes, docentes e investigadores da CPLP;
- III - Promoção da qualidade do ensino superior no espaço da CPLP;
- IV - Espaço de Ciência e Tecnologia da CPLP;
- V - Programas Comuns de Investigação, Inovação e Formação Avançada da CPLP;
- VI - Espaço de Inovação da CPLP.

Assim, na CPLP, acredita-se que os processos de Desenvolvimento dos Estados-membros encontram-se associados à criação de redes de ensino e de investigação, à promoção de ações conjuntas para a qualificação académica, científica e tecnológica de recursos humanos, e ao intercâmbio de conhecimento científico, através da mobilidade de estudan-

tes, docentes, investigadores e quadros técnicos e superiores das Instituições de Ensino Superior e de Investigação.

A estes fatores, acresce a incontornável ligação entre a qualificação científica e tecnológica de recursos humanos e as estratégias de crescimento económico e desenvolvimento social sustentado, ao nível social, cultural, económico e ecológico. Isto, não esquecendo o estreitamento de laços entre comunidades educativa, académica, científica, tecnológica e empresarial.

Com o advento das novas tecnologias, o aproveitamento deste potencial não deve ser esquecido. Nesta senda, impõe-se, igualmente, o desenvolvimento de projetos multilaterais que incidam na procura de soluções sustentáveis para problemas concretos associados às condições de existência (como a alimentação, a segurança e a saúde) e à qualidade de vida (nomeadamente o bem-estar físico, psicológico e social) dos cidadãos dos Estados-membros da CPLP. Paralelamente, não se esquece a integração e afirmação da nossa Comunidade, multilateral, em organizações e redes sub-regionais, regionais e internacionais de que os Estados-membros da CPLP fazem parte.

Desta forma, consubstancia-se uma estratégia fundamental para estes domínios, sublinhando-se a aposta no investimento na educação, na ciência, na tecnologia, na inova-

ção e na formação graduada e pós-graduada de recursos humanos, para que estes desenvolvam competências.

Com esta atuação, ambiciona-se contribuir para a erradicação da pobreza, para a melhoria da segurança alimentar e nutricional, para o aumento da energia e da eficiência energética, para o combate a doenças, para a melhoria da educação, para a proteção do ambiente, a redução das desigualdades, a inclusão social e a garantia da prosperidade das gerações presentes e futuras, entre outros aspetos que contribuem igualmente para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos dos Estados-membros da CPLP.

A estratégia da Comunidade passa, então, pelo desenvolvimento de esforços para a criação de redes da CPLP de investigação, ciência, tecnologia, inovação e mobilidade de investigadores, docentes, estudantes e quadros técnicos.

A participação das instituições de ensino superior e de investigação da CPLP em programas relevantes de outras comunidades de países e em redes internacionais é preponderante e deve-se encorajar a edificação de “espaços” do ensino superior, da ciência e tecnologia e da inovação da CPLP, em articulação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, no quadro da Agenda Global para o Desenvolvimento Pós-2015, através de sinergias com a UNESCO e outras organizações regionais e internacionais.



Pontos Focais para o Ensino Superior,  
Ciência e Tecnologia reúnem pela terceira vez

# TRÊS ESPAÇOS LINGUÍSTICOS: O PORTUGUÊS, O ESPANHOL E O FRANCÊS UNIDOS A FAVOR DA DIVERSIDADE CULTURAL

**C**ongregando a CPLP, a Organização Internacional da Francofonia (OIF), Secretariado-Geral Ibero-americano (SEGIB), Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e União Latina (UL), tendo como observador habitual a Organização Árabe para a Educação, Cultura e Ciência (ALECSO). Treze anos depois do seu primeiro encontro em Paris, em 2001, o Secretário Executivo, Murade Murargy, participou num encontro de Secretários-Gerais e Executivo dos Três Espaços Linguísticos, a 11 de dezembro de 2013, na capital francesa. Este encontro serviu para debater os “Três Espaços Linguísticos e a Globalização”, sendo assinada uma Declaração para o reforço da cooperação na promoção do multilinguismo, na presença das línguas na internet, na promoção e preservação da Diversidade Cultural, no papel das línguas enquanto motor de ciência e inovação, bem como do valor económico das línguas e do potencial das indústrias criativas. Nesta senda, a Diretora-Geral da CPLP, Georgina Benrós de Mello, visitou Clément Duhaime, Administrador da Organização Internacional da Francofonia (OIF), em abril de 2014, em Paris. Os objetivos deste encontro de trabalho prenderam-se com o estreitar das relações entre as duas organizações, nomeadamente em termos de cooperação, tendo em vista direções estabelecidas em conversações passadas, assim como a potencialidade de troca de experiências entre a OIF e a CPLP, uma vez que a partilha de Estados-membros destas duas organizações cria um contributo singular que beneficia esta troca. Devido à sua enorme potencialidade, os Três Espaços Linguísticos, também constaram na ordem de trabalhos. No ano de 2008, proclamado Ano Internacional dos Idiomas pela Organização das Nações Unidas, os Três Espaços Linguísticos reiteraram o vínculo com o princípio do multilinguismo. Reunidos no dia 21 de abril de 2008, em Lisboa, na presença do então Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Luís Fonseca, relativamente à intercompreensão das línguas

Secretários Gerais e Executivos dos Três Espaços Linguísticos (TEL) têm vindo a reunir-se anualmente, procurando consolidar a diversidade cultural e linguística no mundo



Os três espaços linguísticos reiteraram o vínculo com o princípio do multilinguismo em 2008

latinas, considerando que a Diversidade Cultural e linguística é uma das riquezas fundamentais do património da Humanidade e que o seu respeito constitui um elemento necessário das políticas de desenvolvimento, os TEL concordam na necessidade de encorajar a diversidade linguística, desde a infância, a fim de criar condições para a formação do cidadão plurilingue. As delegações das Organizações presentes neste encontro recomendaram a difusão das decisões acima mencionadas junto dos órgãos especializados, bem como a sua introdução nos programas escolares dos diferentes sistemas educativos, procurando a divulgação das abordagens plurilingues nas escolas e a formação de educadores especialistas nos métodos de intercompreensão. No que se refere ao plurilinguismo, reafirmaram a vontade comum de incentivar os países membros a ratificarem a Convenção da UNESCO sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais. Igualmente, confirmaram a intenção de colaborar com a UNESCO no sentido de promover o Ano Internacional dos Idiomas.

As delegações presentes reiteraram também o compromisso de respeitar a Agenda de Túnis a favor da Sociedade da Informação e, principalmente, a sua Grande Orientação C8 “Diversidade e Identidade Culturais, Diversidade Linguística e Conteúdos Locais” que recomenda a criação de terminologias, dicionários, tesouros e ferramentas de tradução automatizada, para facilitar a todos a compreensão, a expressão e a transmissão de conhecimentos. Desta forma, comprometeram-se a reunir uma equipa de especialistas para elaborar um projeto de criação de um instrumento comum de enriquecimento, coleta, harmonização e difusão terminológica. No domínio das indústrias culturais, tendo em vista a Resolução sobre a Diversidade Cultural, assinada a 20 de outubro de 2006, em Paris, os TEL têm vindo a ser unânimes em enfatizar a relevância e atualidade do tema. Consideraram, ainda, a importância da criação de mecanismos para a elaboração de políticas culturais harmonizadas e o aprofundamento da pesquisa e da cooperação, sobretudo, nas áreas das novas tecnologias ponderando a sua rápida evolução. Os Secretários-Gerais e Executivos celebraram a mobilização, nos últimos anos, das respetivas organizações em apoio à Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Fizeram um pedido, em 2011, aos Estados e Governos que ainda não ratificaram a referida Convenção, para que a ratifiquem com vistas ao fortalecimento da cooperação internacional na aplicação, particularmente, através do fundo internacional para a Diversidade Cultural. Afirmaram sua determinação a um melhor uso efetivo do espanhol, do francês e do português dentro do sistema das Nações Unidas e nas distintas organizações internacionais, regionais e sub-regionais.





# DIA DA LÍNGUA E DA CULTURA NA CPLP

5 de maio tem vindo a ser comemorado anualmente no Espaço da CPLP com eventos culturais e de reflexão

**E**sta data é oficialmente assinalada na sequência da Resolução da XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, de 2 de julho de 2009, sobre a instituição do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP em que faz “recomendar aos Estados-membros, às instituições da CPLP, aos Observadores Associados e Consultivos e às diásporas dos países da CPLP, a comemoração do Dia da Língua Portuguesa, tendo em vista a sua afirmação crescente nos Estados-membros e na comunidade internacional”. Por iniciativa de Portugal, que assumia a presidência da CPLP em 2009, realizou-se a “1ª Semana Cultural da CPLP”, de 4 a 14 de maio, em Lisboa. Desde então, têm sido organizados espaços de reflexão sobre metas e temas específicos da agenda comum e uma programação dedicada às diversas vertentes da expressão cultural características dos povos da nossa Comunidade, sempre em torno do Dia 5 de maio, O Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP.



# I EDIÇÃO DOCTV CPLP

Programa de fomento à produção de documentários nos países da CPLP e Macau fomenta a circulação de obras audiovisuais em Língua Portuguesa no mundo

Uma rede que interligou profissionais dos aparelhos da tutela da Cultura dos Estados-membros com institutos públicos de cinema e diretores de televisão nacionais. A estes juntaram-se os autores vencedores, numa aliança que culmina numa série de nove documentários imperdíveis, ricos em diversidade cultural e desempenho profissional. Como não podia deixar de ser, foram transmitidos em horário nobre em diversas televisões e repetidos diversas vezes até à data. O lançamento do concurso Internacional de Seleção de Projetos de Documentário para o I Programa DOCTV CPLP - Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) decorreu a 6 de abril de 2009. A seleção do projeto vencedor em cada um dos Estados-membros da CPLP e em Macau decorreu da realização deste concurso, cujas inscrições estiveram abertas a autores independentes dos países aderentes entre Abril Maio de 2009. O I Programa DOCTV CPLP foi aprovado na Reunião Extraordinária dos Ministros da Educação e da Cultura da CPLP, que teve lugar em Lisboa, em 14 e 15 de novembro de 2008, constituindo um projeto pioneiro, na medida em que assenta numa operação em rede realizada simultaneamente em todos os países aderentes, aliada ao papel de promoção da Língua e da Cultura das populações de expressão portuguesa.

O projeto reúne o Ministério da Cultura e/ou Autoridade Nacional de Cinema e a Emissora Pública de Televisão de cada país participante – que compõem assim o respetivo Pólo Nacional – e assenta em três componentes fundamentais: formação de profissionais, produção de nove projetos de documentário selecionados, um por país, e difusão televisiva da totalidade dos documentários, em todos os países. O DOCTV CPLP pretende ainda ser um estímulo ao intercâmbio

cultural e económico entre os povos da CPLP, à implantação de políticas públicas integradas de fomento à produção e teledifusão de documentários e contribuir para a difusão da produção cultural da CPLP no mercado mundial. O SE da CPLP integrou os trabalhos, onde se incluíram a implantação e manutenção da Unidade Técnica, custeio e apoio da infra-estrutura jurídica e administrativa necessária para o funcionamento da Unidade Técnica, produção e contratação dos serviços de apoio para a realização do Encontro de Planeamento Executivo, entre outros.

## Rede DOCTV CPLP

### ANGOLA

Instituto Nacional de Cinema/Ministério da Cultura

TPA - Televisão Pública de Angola

### BRASIL

Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura

ABEPEC - Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais

IRDEB - Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia

TV Cultura

EBC - Empresa Brasil de Comunicação

OLHARES  
REVELANDO  
A COMUNIDADE  
DOS PAÍSES DE  
LÍNGUA PORTUGUESA



PAÍS	PROJETO	AUTOR
Angola	Nos trilhos da Angola contemporânea	Miguel Grangeia
Brasil	Além mar, da prisão ao mundo	Matias Mariani
Cabo Verde	Eugénio Tavares - O coração do poeta	Júlio Silvão Tavares
Guiné-Bissau	O rio Cacheu	Domingos Sanca
Moçambique	Timbila e marimba chope	Aldino Languana
Portugal	Boba li qui terra	Filipa Jardim Reis
São Tomé e Príncipe	Tchiloli "Identidade de um povo"	Felisberto Branco
Timor-Leste	Uma Lulik	Victor de Sousa Pereira
RAEM	O restaurante	Fernando Eloy





#### **CABO VERDE**

Ministério da Cultura

RTC - Radiotevisão Caboverdiana

#### **GUINÉ-BISSAU**

Instituto Nacional de Cinema e Audiovisual

TGB - Televisão da Guiné-Bissau

#### **MOÇAMBIQUE**

Instituto Nacional do Audiovisual e Cinema

TVM - Televisão de Moçambique

#### **PORTUGAL**

Instituto do Cinema e do Audiovisual

RTP - Rádio e Televisão de Portugal

#### **SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Ministério da Educação e Cultura

TVS - Televisão de São Tomense

#### **TIMOR-LESTE**

Secretaria de Estado da Cultura

RTTL - Rádio e Televisão de Timor-Leste

#### **MACAU**

Instituto Internacional de Macau (Observador Consultivo CPLP)

TDM - Teledifusão de Macau



Os Ministros da Educação e da Cultura, ou os seus representantes, de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, reunidos em Lisboa, em Novembro de 2008, decidem assim assinar os Termos de Adesão à Rede DOCTV e aprovar a implementação e execução, a partir de Janeiro de 2009, do primeiro Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (DOCTV CPLP).

Anteriormente, a primeira reunião técnica do projeto DOCTV CPLP tinha-se realizado nos dias 30 e 31 de outubro de 2008, na Sede do Secretariado Executivo, em Lisboa. O I Programa de Fomen-

to à Produção e Teledifusão do Documentário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (DOCTV CPLP) foi preparado em conjunto por todos os participantes com o objetivo de ser submetido a aprovação pelos Ministros da Cultura da CPLP, na sua próxima reunião Extraordinária, prevista para 14 e 15 de novembro próximos, em Lisboa.

O I Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário da CPLP inspira-se e replica os paradigmas de política pública do Programa DOCTV, realizado no Brasil e também na América Latina, pelos Ministérios da Cultura em associação com as redes públicas de televisão. O DOCTV considerou o papel estratégico da parceria entre

o cinema e a televisão e, neste contexto, as parcerias prioritárias no campo da produção e difusão de documentários. Como objetivo geral, este programa pretende activar um vasto programa de fomento à produção de documentários nos países da CPLP e em Macau, criando e integrando diferentes pólos nacionais de produção e difusão e fomentando a circulação do audiovisual de Língua Portuguesa no mundo. Os agentes operacionais do projeto nos Países-membros da CPLP e em Macau serão os órgãos governamentais, realizadores e produtores independentes e operadores públicos de televisão. Nesta primeira reunião técnica participarão representantes de Angola (TPA), Brasil (Ministério da Cultura, IRDEB, TV Brasil e TV Cultura), Cabo Verde (IPC - Instituto de Promoção Cultural e RTCV), Guiné-Bissau (Instituto Nacional de Cinema e RTGB), Moçambique (Instituto Nacional de Audiovisual e Cinema e TVM), Portugal (Ministério da Cultura, Instituto de Cinema e Audiovisual e RTP), São Tomé e Príncipe (TVS) e Macau (TDM). Um dos temas em discussão durante a realização da VII Reunião de Ministros da Cultura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Lisboa (Portugal), foi a segunda edição do Programa de Fomento à Produção e Teledifusão de Documentários – DOCTV CPLP. Porém, a segunda edição ainda não arrancou. Os constrangimentos financeiros internacionais não deixaram de afetar os Estados-membros da CPLP: Os investimentos financeiros do DOCTV CPLP vieram do Brasil e de Portugal. A primeira edição do DOCTV CPLP captou cerca de um milhão de euros, cerca de R\$ 3 milhões. Na IX Reunião dos Ministros da Cultura (2014, Maputo), a segunda edição do DOCTV CPLP voltou a ser considerada uma ação prioritária no âmbito da cooperação cultural multilateral na CPLP.





Ulpiano Bezerra de Menezes, conferencista convidado, no uso da palavra, durante a sessão de abertura



## MUSEUS DA CPLP REÚNEM-SE PARA INTENSIFICAR COOPERAÇÃO

Os Museus são importantes para conservação da memória e do património coletivos, assim como para a troca de informações e planeamento de atividades comuns

O VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa, que ocorre após 11 anos de intervalo, foi organizado pela Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Museus (ICOM na sigla em Inglês), em parceria com a Comissão Nacional Brasileira da mesma entidade e com o apoio da CPLP, da Fundação Oriente e da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA). O Conselho Internacional de Museus é uma Organização não-governamental criada em 1946 por profissionais da área, e constitui atualmente uma rede de quase 30.000 membros em nível mundial, distribuídos por 117 Comissões Nacionais e 31 Comissões Regionais. Entre as suas atribuições e atividades destacam-se a cooperação e o intercâmbio profissionais, a sensibilização e divulgação dos museus, a formação profissional, a promoção da ética profissional dos museus e a preservação do património e combate ao tráfico ilícito da propriedade cultural. Esta organização

dispõe de estatuto consultivo no Conselho Econômico e Social da ONU e mantém relações formais com a UNESCO, para cujo programa de museus colabora de forma essencial. Tem sede em Paris, dentro das instalações da UNESCO, onde também se encontra o seu Centro de Documentação.

O VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa contou com a



Aspeto geral da assistência durante uma das sessões de trabalho

participação de profissionais e autoridades dos oito países da CPLP, bem como de Macau e Goa. Teve por objetivo sobretudo a troca de informações sobre a realidade de cada um dos países e comunidades de Língua Portuguesa, bem como o planeamento de atividades comuns. A cooperação, com efeito, foi um dos eixos condutores do encontro, e as Comissões Nacionais de Brasil e Portugal mostraram-se dispostas a auxiliar na constituição de Comissões Nacionais nos outros países lusófonos e na formação de profissionais desses países.

As possibilidades de cooperação entre a CPLP e o ICOM são auspiciosas. Trata-se de um setor importante para a conservação da memória e do património, possibilitando ao mesmo tempo uma desejada maior interação com a sociedade civil. A cooperação nessa área possibilitaria, ademais, a formação de quadros profissionais museológicos em países altamente necessitados, como é o caso de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.



Curso de Aperfeiçoamento para Técnicos de Futebol da CPLP contou com 40 treinadores participantes



## O DESPORTO NA CPLP

É inegável a força que o desporto tem nas sociedades atuais e, não será certamente novidade para ninguém, o desporto faz bem, não só à saúde física, mas também à mente

O desporto é um fenómeno com enorme incidência económica, social e educativa e é nesse âmbito que a maior parte dos governos mundiais destaca o desporto numa das suas áreas políticas ligadas à juventude e educação. Com a CPLP não é excepção. Cada vez mais, na vida do dia-a-dia, são visíveis manifestações de apreço pelo desporto, quer no número de programas desportivos que vai aumentando, quer na quantidade de ginásios que vai abrindo, quer na publicidade que utiliza cada vez mais o desporto para vender uma imagem saudável de um produto. É, também, nesse espírito que a CPLP desenvolve cada vez mais atividades de cooperação relacionadas com a prática e aprendizagem do desporto, ambicionando estreitar os laços que unem os Estados-membros entre si e,

também, os da Comunidade a países terceiros. Mesmo antes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa existir formalmente, já eram realizados os Jogos Desportivos. Este Campeonato foi instituído em 1990, através do Acordo Multilateral de Cooperação assinado em Lisboa pelos Estados de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Nessa ocasião, o Brasil participou somente como observador. A iniciativa tinha como meta garantir o convívio desportivo entre as várias nacionalidades e fortalecer a comunidade de Língua Portuguesa. Hoje, os participantes representam os oito Estados-membros e, de dois em dois anos, um dos países integrantes da Comunidade fica responsável por sediar os jogos que acontecem desde 1992. Assim, Portugal acolheu a primeira edição dos jogos da CPLP em 1992; a Guiné-Bissau sediou em 1995; a terceira edição deu-se em 1997 em Maputo, Moçambique; Cabo Verde organizou os quartos Jogos em 2002; e a quinta edição ocorreu em 2005, em Angola. De 26 de julho a 01 de agosto de 2008, decorreu a VI Edição dos Jogos Desportivos da CPLP, no Rio de Janeiro (Brasil). A sétima edição dos Jogos da CPLP decorreu em Maputo, Moçambique, entre os dias 29 de julho e 7 de agosto de 2010, e os VIII Jogos Desportivos

da CPLP decorreram entre 7 e 15 de julho de 2012, em Mafra.

Os Jogos Desportivos da CPLP são um dos eventos-chave da Conferência de Ministros Responsáveis pela Juventude e pelo Desporto da CPLP (adiante designada Conferência) e constituem um dos principais instrumentos da cooperação multilateral no domínio do Desporto desta organização governamental que engloba Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Este evento é restrito a Delegações Sub 16 nas modalidades de Andebol, Atletismo, Basquetebol, Futebol e Ténis, e Sub 20 no Desporto Adaptado (Atletismo PPD – T12 e T13). O Voleibol de Praia, a título experimental, realizou-se no escalão de Sub 17 nos Jogos de 2012. As modalidades e os países participantes têm vindo a aumentar desde a primeira edição, sendo que os primeiros Jogos com os oito países da CPLP foram em 2008, no Rio de Janeiro, data em que Timor-Leste se estreou no evento.

A organização dos Jogos segue um esquema de rotatividade pré-definido na V Reunião da Conferência (Benguela, 10 de junho de 2011), mas a decisão de Portugal acolher a VIII Edição, em 2012, ocorreu na IV Reunião da Conferência, a 1 de julho de 2010, em Maputo.

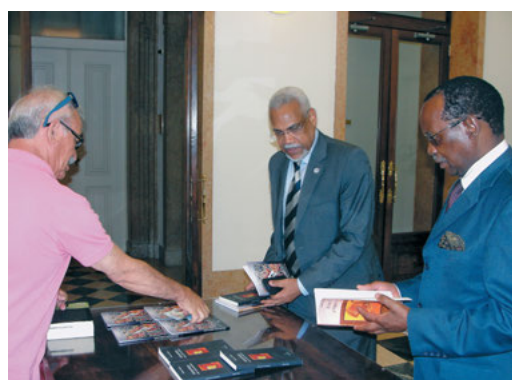
Desde então, outras iniciativas foram desenvolvidas para ir ao encontro destes objetivos como a criação da Escola Internacional de Futebol dos Países de Língua Portuguesa, por exemplo, ou, os Jogos da Lusofonia, organizados pela ACOLOP.

No caso da Escola de Futebol a adesão foi imediata. Sedeada em Brasília, o primeiro curso arrancou a 18 de março de 2008, com base no Termo de Cooperação Técnica assinado entre o Ministério do Desporto do Brasil e a Universidade de Brasília, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores. O projeto da fundação da Escola de Futebol foi apresentado aos Ministros e Secretários do Desporto dos países da CPLP por ocasião da realização dos “V Jogos Desportivos da CPLP”, realizados em agosto de 2005, em Angola. A proposta de criação desta escola foi efetuada pelo presidente da Federação Moçambicana de Futebol, Faizal Sidat, em maio de 2005.



## A CPLP APOIA CULTURA

A quinta edição do Festival de Cinema Itinerante da Língua Portuguesa (FESTin) decorreu entre os dias 2 a 9 de abril de 2014, no cinema de São Jorge, em Lisboa



Como tem acontecido desde a primeira edição, a CPLP apoia a realização deste evento da sétima arte. O FESTin nasceu em 2010 com o objetivo de celebrar e fortalecer a cultura lusófona através do cinema, num ambiente de partilha, intercâmbio e inclusão social. Na sequência do apoio concedido à edição de 2010 do festival internacional de cinema “DoCLisboa”, a CPLP tem apoiado as edições anuais deste festival de cinema documental. Esta iniciativa é importante porque vai difundir conteúdos importantes para a promoção da ação cultural da CPLP, ao mesmo tempo que vai dotar a organização de credibilidade ao associar-se a um dos maiores e mais reputados festivais de cinema documental da Europa. A CPLP também tem apoiado o Movimento Cultural Internacional de Culturas Línguas e Literaturas Neolatinas - Movimento Festlatino, o qual já organizou mais de uma dúzia de encontros internacionais, em

◆ *A Comunidade tem vindo a promover a diversidade das expressões culturais consubstanciadas em exposições, seminários, colóquios e outros eventos*

oito países, nomeadamente na Argentina, em Macau - China, Espanha, em França, Moçambique, Portugal, na Roménia e no Uruguai. O Movimento Festlatino tem por objetivo divulgar a Língua e a Cultura dos Países de Língua Portuguesa. Para além do lançamento de inúmeros livros com o apoio da CPLP, conta-se, ainda, a participação do Secretário Executivo e funcionários do Secretariado Executivo em diversos encontros, seminários e colóquios de âmbito cultural nestes dezoito anos de existência da nossa Comunidade. Isto, para além do apoio a exposições de artistas plásticos e a eventos cénicos. Paralelamente, as representações dos Estados-membros junto da CPLP também têm vindo a organizar uma série de eventos culturais, reforçando e consolidando uma atitude de defesa e promoção da diversidade de expressões culturais, como ainda é exemplo o apoio ao Festival Internacional de Cinema “ Migração e Interculturalidade” em 2013, em Ponta Delgada, Açores.



## CAPÍTULO III

---

# A ATUAÇÃO COMUNITÁRIA CONCERTAÇÃO POLÍTICA-DIPLOMÁTICA

Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique e Presidente, em exercício, do Conselho de Ministros da CPLP reúne na sede em Maio de 2014 com Embaixador Murary e representantes dos Estados Membros



# CONCERTAÇÃO POLÍTICO-DIPLOMÁTICA CONSOLIDA DINAMISMO

A CPLP consagra, nos seus Estatutos, a concertação Político – Diplomática entre os seus membros como um dos objectivos gerais da organização

**N**a realidade, toda a actividade da CPLP é orientada pelos seus Estados-membros, que concertam posições pelo menos uma vez por mês nas reuniões ordinárias do Comité de Concertação Permanente. Naturalmente, a concertação político-diplomática assume-se como um dos vectores de actuação da CPLP com maior dinamismo, apesar de muitas das medidas e posições comuns adoptadas não serem divulgadas

por causa das suas características diplomáticas. Conjugam esforços e coordenam ações políticas e diplomáticas tendo como objectivo o maior benefício para a Comunidade e para todos os seus membros foi, desde o início, o grande objectivo da CPLP, não sendo por acaso que a criação do Comité de Concertação Permanente antecedeu a Conferência Constitutiva. O contexto internacional na altura da constituição da CPLP era caracterizado pelo fim da guerra fria



e da bipolarização do mundo. Ao nível interno, os nossos países enfrentavam desafios que revestiam-se de características muito distintas: Angola encontrava-se num contexto de guerra e o Brasil fazia face às dificuldades impostas pela crise financeira como resultado da introdução do plano real. Cabo Verde lançava as bases para a afirmação da democrática pluripartidária e a Guiné-Bissau vivia uma experiência democrática dinâmica antes de mergulhar na presente era de conflitos. Moçambique recém-saído da guerra procurava estruturar-se, ensaiando os primeiros passos de democracia multipartidária e Portugal enfrentava os desafios da integração europeia. São Tomé e Príncipe conservava a estabilidade democrática não obstante a ocorrência de alguns episódios de conflitos a nível institucional e, como comecei por referir, Timor-Leste lutava heroicamente pela afirmação da sua autodeterminação.





As próprias características atuais da CPLP, formada por um conjunto de Estados espalhados por quatro continentes e já integrados noutras organizações obrigam a um trabalho permanente de diálogo, troca de informações e coordenação de iniciativas e ações para que a Comunidade seja mais do que a soma aritmética das suas componentes. Senão, vejamos, os países da CPLP, integrados nos seus respectivos grupos regionais – Portugal na União Europeia, os cinco PALOP na União Africana, a Guiné-Bissau na UEMOA e CEDEAO, o Brasil no Mercosul, Cabo Verde na CEDEAO, São Tomé e Príncipe na CEAC, Timor-Leste em vias de inserção na ASEAN e Moçambique e Angola na SADC (Angola também na CEAC) – embora alinhados com os princípios e objectivos assumidos regionalmente, o que comporta oportunidades, estão apostados em absorver as evidentes sinergias do espaço CPLP. O quadro da concertação é definido pelos princípios livremente aprovados pelos Estados-membros, a independência e igualdade de soberania, a não ingerência nos assuntos internos e defesa da integridade territorial, a reciprocidade e respeito pelos compromissos internacionais assumidos e pelos objectivos comuns aceites: promoção da Paz, Democracia, Direitos Humanos, Desenvolvimento e Justiça Social.

O objecto da concertação é, então, encontrar formas eficazes de avançar na promoção dos valores defendidos sem atropelar os princípios estabelecidos. As vantagens da CPLP como espaço de diálogo e discussão, em relação a outros tipos de associações de Estados, compensam em larga medida as limitações auto-impostas. Cada país pode expressar livremente os seus pontos de vista, sem formalismos nem necessidade de intérpretes. Ninguém corre o risco de ser julgado sem ser ouvido: não se trata de vencer ou impor, mas de compreender e convencer. Vantagens valiosas quando se trata de estados jovens, como a maioria dos membros da Comunidade, com instituições ainda frágeis e curta experiência democrática, e todos eles sequiosos e merecedores de maior visibilidade e afirmação internacional devido a percursos que consolidam o crescimento económico e social. Discretamente, a CPLP tem-se revelado útil nas situações de crise ou de conflito por que tem passado alguns dos seus membros desde a sua criação, potenciando e dando cobertura a intervenções que não teriam sido aceites se empreendidas de forma unilateral, ou ajudando a estabelecer pontes com outras organizações internacionais ou regionais, dotadas de maiores meios de acção, no sentido de mobilizar apoios ou de evitar sanções. O caso mais paradigmático é

o de Timor-Leste, uma preocupação da CPLP já na sua fundação. Assunto especialmente sensível para Angola, Moçambique e Portugal, a questão da autodeterminação de Timor-Leste fora sempre foi primordial. Assim, uma delegação da Resistência Timorense tomou a palavra na Conferência Constitutiva e os Chefes de Estado e de Governo se comprometeram a promover ações concertadas para a “obtenção de uma solução justa, global e internacionalmente aceitável para a questão de Timor-Leste”. A primeira missão de observação da CPLP foi enviada a Díli na altura da realização do referendo organizado pela ONU, em Agosto de 1999. Todos os actos eleitorais realizados nos PALOP e em Timor-Leste desde a criação da CPLP contaram com a presença de observadores internacionais, incluídas missões da Comunidade. Os valores da promoção da Paz, Democracia e do Estado de Direito têm, efectivamente, vindo a pautar a atuação da CPLP. Um outro exemplo surgiu por altura da tentativa de golpe de Estado em São Tomé e Príncipe, em Julho de 2003, quando o Conselho de Ministros da CPLP, reunido na altura perto de Coimbra (Portugal) viveu “em tempo real” o desenrolar dos acontecimentos e conseguiu ajudar o representante do governo saotomense a mobilizar os apoios diplomáticos que permitiram o regresso do Presidente Fradique de Menezes ao seu país e a reposição da normalidade institucional. O processo de paz em Angola decorreu noutros moldes, com intervenção direta das Nações Unidas na condução das negociações entre o Governo angolano e a UNITA (até 1998), e Portugal como membro da “troika” de observadores (com os Estados Unidos e Rússia). Nem por isso a CPLP deixou de acompanhar, com solidariedade, a situação e as políticas de reconciliação e reconstrução pós-bélica dessa altura. Se boa parte dos (escassos) meios da CPLP foram canalizados para ações de apoio a alguns dos seus membros, não desviaram a atenção da organização da meta principal, que consiste em promover o conjunto na cena internacional, com interven-



◆ *Secretário Executivo e representantes dos Estados Membros reúnem-se com o Embaixador Roberto Azevedo, candidato a DG da OMC*

ções, propostas e projetos comuns, na medida do possível, inovadores. Desta forma, a CPLP estabeleceu acordos e parcerias com várias instituições e organizações internacionais e “frentes comuns” para apoiar a candidatura de Estados-membros ou personalidades desses países a altos cargos internacionais. Os êxitos alcançados devem-se, em primeiríssimo lugar, aos méritos próprios dos candidatos, mas não é despidendo o apoio que cada um arrecadou graças às diplomacias dos restantes membros da Comunidade. No concerto internacional, não se pode deixar de sublinhar o “contributo para a eleição do professor José Graziano, brasileiro, para Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), assim como da cabo-verdiana Helena Semedo para o cargo de Diretora-Geral adjunta. De igual forma, sublinho, ainda, a eleição do Embaixador Roberto Azevedo, do Brasil, para o cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), cujo mandato contribuirá para dar maior visibilidade à CPLP, para a revitalização do papel da OMC como principal fórum de negociações do comércio mundial”, observa o SE CPLP, embaixador Murade Murargy. Paralelamente, a criação de “grupos da CPLP” agrupando os embaixadores e representantes permanentes dos países-membros em todas aquelas capitais e sedes de organismos internacionais nas quais pelo menos três forem residentes, acordada na Cimeira de São Tomé, favorece a unidade de acção e agiliza a intervenção da Comunidade a favor dos seus objectivos. A CPLP goza, hoje, de maior prestígio e projecção internacional e tem suscitado maior interesse junto de instituições da sociedade civil e de países terceiros que pretendem obter o Estatuto de Observador Associado ou Consultivo da CPLP. Através da CPLP, “temos conseguido alargar o espaço de relacionamento entre os nossos países como, também temos podido redimensionar e ampliar a nossa presença no mundo inteiro”, sublinha o embaixador Murade Murargy. A falta de contiguidade geográfica e a inserção dos nossos países em diferentes regiões do mundo, a visibilidade e reconhecimento na arena internacional, a existência de uma extensa área marítima, o considerável potencial económico e estratégico representado pelo mar, as perspectivas favoráveis no domínio energético, o perfil etnográfico variado e a diversidade cultural que caracterizam o espaço da CPLP, mais do que desafios, constituem um importante património comunitário que deve ser continuamente valorizado e potenciado em benefício da Comunidade. Um caminho a ser efectuado em concertação.

# GRUPOS CPLP DÃO VISIBILIDADE INTERNACIONAL

**O**s denominados “Grupos CPLP” são constituídos por um mínimo de três Representantes dos países da Comunidade junto a Governos estrangeiros ou a organizações internacionais e têm como objectivos coordenar posições relativamente a interesses comuns, assegurar a representação da CPLP em conferências, seminários e reuniões internacionais, efectuar diligências conjuntas, quando aplicável, intercambiar informações sobre a realidade política e governamental do país onde se encontrem, apoiar a realização de eventos organizados no âmbito da CPLP e divulgar as atividades e realizações da própria organização. Nas capitais dos países membros, com excepção de Lisboa, por ser a sede da organização, os Grupos em pauta devem igualmente acompanhar os programas de cooperação em vias de implementação, bem como apresentar sugestões nesse sentido, com o apoio do ponto focal para a cooperação respectivo.

Os Grupos CPLP devem, em princípio, ser coordenados pelo Representante diplomático do país que esteja no momento na presidência em exercício da Comunidade. Caso o país em questão não disponha de Missão diplomática residente, a coordenação do Grupo será decidida por consenso entre os países membros representados, sempre rotativa. É de se notar que a criação destes Grupos, ademais das incumbências específicas que lhe são atribuídas, possibilita ainda o estabelecimento de laços pessoais extremamente proveitosos para os objectivos da CPLP. Das reuniões periódicas, previstas em princípio trimestralmente, e extraordinárias, compete ao Coordenador do Grupo CPLP elaborar um relatório, a ser enviado ao país que detenha a Presidência pro tempore e ao Secretariado Executivo da CPLP.

Existem, no momento, cerca de quarenta Grupos CPLP regularmente constituídos, que atuam com

Durante a X Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em Luanda em julho de 2005, os Estados-membros aprovaram uma Resolução que criou os chamados “Grupos CPLP”

relativa autonomia, atendendo às circunstâncias dos países ou organizações internacionais juntos aos quais estejam acreditados e aos meios de que dispõem.

As suas atividades têm sido diversificadas, ambicionando, por exemplo, concertar apoios na ONU a favor dos países membros, acompanhar programas da UNESCO para a protecção do património cultural dos países de Língua Portuguesa, sensibilizar as agências da FAO com relação a programas alimentares, apoiar junto à União Europeia a implementação de ajuda ao desenvolvimento aos países membros africanos e Timor-Leste, promover a utilização do português no mundo e como língua de trabalho nas organizações internacionais.

A par dessas iniciativas de carácter específico, os Grupos CPLP têm promovido eventos de cariz cultural, como apresentações musicais, desportivas e literárias, mostras de cinema e de fotografia,

feiras de livros e conferências sobre aspetos da realidade dos países lusófonos, com repercussão positiva junto às sociedades locais, contribuindo assim para a promoção de uma política cultural comum da Comunidade.

Um bom exemplo, é a comemoração do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, celebrado a 5 de maio um pouco por todo o mundo. A constituição dos Grupos CPLP tem demonstrado um enorme dinamismo. Estão formalmente constituídos os Grupos CPLP, por exemplo, em Adis Abeba, Argel, Berlim, Bruxelas, Buenos Aires, Budapeste, Cairo, Dacar, Díli, FAO (Roma), Genebra, Haia, Harare, Havana, Jacarta, Jerusalém, Londres, Luanda, Madrid, Maputo, Moscovo, Nairobi, Otava, Praia, Rabat, República Democrática do Congo (RDC), Roma, São Tomé, Telavive, Tóquio, Varsóvia e Viena, entre outras capitais mundiais e organizações internacionais.

## REPRESENTAÇÃO DA CPLP EM DÍLI

A assinatura do acordo para o estabelecimento da representação em Díli, Timor-Leste, decorreu em 2012, no dia 5 de maio - Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, na sede da Comunidade, na presença do ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste, Zacarias Albano da Costa, e do ex-Secretário Executivo, Domingos Simões Pereira. Em fase de construção, deve ser inaugurada em julho, por ocasião da XCCEG, devendo “constituir um passo em frente em termos de reforço institucional e modelo para a abertura de outras representações da CPLP noutros Estados-membros, constituindo um instrumento de apoio ao reforço da capacidade de interação entre a CPLP e Timor-Leste”, sublinha o embaixador Murargy.







# OBSERVAÇÃO ELEITORAL PARA GARANTIR DEMOCRACIA

Estas Missões têm assumido um papel cada vez mais relevante ao nível internacional, baseando-se nos melhores procedimentos para garantir a transparência e a justiça dos escrutínios

**A** CPLP já detém um património assinalável no domínio da observação eleitoral. A CPLP realizou missões de observação ao referendo sobre a autodeterminação de Timor-Leste, às eleições para a Assembleia Constituinte e às eleições presidenciais em Timor-Leste (agosto de 1999, agosto de 2001, abril de 2002); às eleições autárquicas, presidenciais e legislativas em Moçambique (novembro de 2003 e dezembro de 2004); às eleições legislativas e presidenciais na Guiné-Bissau (março de 2004 e julho de 2005); às eleições legislativas e presidenciais em São Tomé e Príncipe (março - abril e julho de 2006); às eleições parlamentares (junho de 2007) e eleições presidenciais em Timor-Leste (abril de 2007 e maio de 2007); às eleições legislativas em Angola (setembro de 2008); às eleições presidenciais na Guiné-Bissau (1.ª e 2.ª voltas, em julho 2010); às eleições presidenciais, legislativas e para as Assembleias Provinciais em Moçambique (outubro de 2009); às eleições legislativas (agosto de 2010) e presidenciais (julho de 2011) em São Tomé e Príncipe e às primeira e segunda voltas das eleições presidenciais em Timor-Leste (março e abril de 2012), bem como às legislativas

de julho de 2012. A CPLP enviou, também, uma MOE à primeira volta das eleições presidenciais na Guiné-Bissau, em março de 2012, e às Eleições Gerais em Angola, em agosto de 2012. Este ano, regista-se a MOE às eleições gerais na Guiné-Bissau (abril de 2014) e à segunda volta das eleições presidenciais (maio de 2014).

As Missões de Observação Eleitoral da CPLP baseiam-se nos melhores procedimentos; as suas missões baseiam-se nos melhores procedimentos, em que o observador eleitoral é descrito como mera testemunha do processo eleitoral, tendo por função observar, anotar e sugerir, não devendo em circunstância alguma mediar o processo eleitoral, sob pena de colocar em risco o princípio de não ingerência. As missões de observação eleitoral da CPLP integram um representante do Secretariado Executivo e representantes dos Estados-membros, à excepção do país onde se realizam as eleições, procurando-se que a sua composição seja heterogénea, incluindo parlamentares, diplomatas, peritos em eleições, universitários, juristas, e outros profissionais, de modo a permitir um conhecimento alargado sobre os diferentes tipos de escrutínio e sobre os mecanismos eleitorais.

Os observadores têm como mandato testemunhar o processo eleitoral, o escrutínio e o apuramento dos resultados, competindo à missão emitir parecer sobre a credibilidade do processo eleitoral, em função de critérios relativos à transparência, ao carácter democrático da eleição, à aplicação da lei eleitoral e aos procedimentos exigíveis. A observação eleitoral, propriamente dita, tem um conjunto de regras básicas de atuação que, para além da observação nas secções eleitorais das condições efetivas de votação, deve incluir o acompanhamento da fase pré-eleitoral, incluindo a campanha eleitoral, e o estabelecimento de contactos junto das instituições encarregues da realização das eleições, de organizações da sociedade civil, com pessoas e organismos das diversas esferas de actividades do país, e a realização de Missões de Avaliação Preliminar caso as condições vigentes o exijam. Um exemplo «extra Espaço da CPLP» do prestígio internacional da CPLP nesta matéria veio do Zimbabué: a organização recebeu em fevereiro de 2008 um convite do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Zimbabué para observar as eleições gerais de março de 2008 que teve de declinar por não poder garantir a correcta preparação da missão num espaço de tempo tão curto.

# ESTABILIDADE NA GUINÉ-BISSAU CONTA COM EMPENHO DA CPLP

**A** CPLP saudou, com satisfação, o povo da Guiné-Bissau, as forças políticas e os candidatos eleitorais pela sua participação serena, cívica e ordeira nas eleições legislativas e presidenciais de 13 de abril de 2014 e na segunda volta presidencial de 18 de maio de 2014.

A CPLP não deixou, nesta ocasião, de afirmar a postura construtiva das forças de defesa e segurança da Guiné-Bissau durante todo o processo eleitoral, realçando a importância do respeito pela ordem democrática, no novo período histórico que se inaugura no país. Nesta ocasião, a Comunidade exortou as autoridades saídas das presentes eleições e todas as forças políticas e o conjunto da sociedade guineense ao diálogo, com vista a promover a coesão e unidade nacional, essenciais para a paz efetiva e progresso económico e social da Guiné-Bissau. Naturalmente, a CPLP reitera a sua plena disponibilidade para prestar o apoio necessário à estabilidade duradoura da Guiné-Bissau, em concertação com os atores políticos, sociedade guineense e parceiros sub-regionais, regionais e internacionais do país.

Em relação à Guiné-Bissau, também membro de uma organização sub-regional, a Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), com Estados maioritariamente francófonos e anglófonos, e da União Africana, o papel mediador da CPLP tem sido mais notável. Na cimeira da Cidade da Praia de 17 de julho de 1998, os Chefes de Estado e de Governo “condenaram inequivocamente a rebelião militar” contra o regime do Presidente Nino Vieira e “apelaram ao restabelecimento da ordem constitucional”. O Grupo de Contacto então constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos restantes sete estados e coordenado por Cabo Verde contribuiu decisivamente para o cessar-fogo e a solução negociada do conflito no quadro da CEDEAO. Desde então, a CPLP continuou empenhada na preparação das eleições e voltou a desenvolver as suas missões de mediação e estabilização nas sucessivas crises políticas e militares que sacudiram Bissau até a atualidade. Antes das últimas eleições gerais, realizadas este ano de 2014, foi enviado um representante Espe-

Desde 1998, que a CPLP assumiu o seu papel de defesa das instituições democráticas na Guiné-Bissau, tendo sempre pautado a sua atuação pela Defesa do Estado de Direito

cial para a Guiné-Bissau, o brasileiro Carlos Moura. Recordemo-nos que chegou a ser criada uma representação permanente da CPLP em Bissau em 2005, previamente às eleições, (encerrada em 2006, após a cimeira de Bissau) que assegurava a ligação com as agências da ONU e a sociedade civil. Sublinha-se, ainda, a Admissão na Agenda da Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas da Guiné-Bissau. Nesta senda, todos os Estados-membros e o Secretariado Executivo da CPLP integraram os trabalhos da Comissão de Consolidação da Paz (CCP) na sua configuração para a Guiné-Bissau, que vem reunindo desde 21 de janeiro de 2008, sob a presidência da Representante Permanente do Brasil junto das Nações Unidas. No quadro da CPLP, esta necessidade de aprofundar a cooperação entre organizações internacionais no âmbito de medidas de carácter preventivo para fazer face às crises e situações de maior tensão tornou-se manifesta com a situação crónica de instabilidade na Guiné-Bissau. Se, em 1998, a CPLP assumiu o seu papel de defesa das instituições democráticas neste Estado-membro da CPLP, mesmo aconteceu nas seguintes perturbações à ordem constitucional, tendo sempre a CPLP pautado a sua atuação pela Defesa do Estado de Direito. Um posicionamento partilhado com parceiros internacionais, recordando, por exemplo, o Grupo Internacional de Contato para

a Guiné-Bissau. A atual ação concertada das Nações Unidas, da União Africana, da CPLP e da CEDEAO, também da Organização Internacional da Francofonia, tem sido determinante no quadro da resolução da instabilidade na Guiné-Bissau. Para a estabilidade neste país, nos debates entre organizações internacionais e as autoridades guineenses estão temas importantes como, por exemplo, o respeito pelos pleitos eleitorais, os problemas económicos e financeiros com que a Guiné-Bissau se vê confrontada, a reforma do sector de defesa e segurança e o tráfico de drogas e criminalidade transnacional. De acordo com o Embaixador Murargy, “estamos consciente que as eleições são o primeiro passo para a normalização da Ordem Constitucional na Guiné-Bissau mas, sabemos todos, que elas só serão úteis se a Comunidade Internacional ajudar aquele país na criação de condições necessárias para enfrentar, com sucesso, os desafios de estabilidade política, condição essencial para o desenvolvimento nacional”. Contanto com o contributo inequívoco da CPLP e dos seus Estados-membros bilateralmente, a Guiné-Bissau assume-se atualmente como o país da Comunidade com maior número de crises internas, com um grau de instabilidade e de subdesenvolvimento associado, facto que continua a constituir um dos principais desafios no futuro próximo.



XII Conselho Extraordinário de Ministros recebeu relatórios do representante Especial da CPLP para a Guiné-Bissau, do Representante Especial do Secretário-Geral da ONU e do Representante da União Africana na Guiné-Bissau





Organização  
Internacional  
do Trabalho



CPLP



**ELIMINAR O TRABALHO INFANTIL!**



Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil

**12 DE JUNHO DE 2014**



# ADESÃO DA GUINÉ EQUATORIAL COMO MEMBRO DE PLENO DIREITO

**N**esta importante reunião, o Conselho de Ministros tomou a decisão de recomendar à próxima Conferência de Chefes de Estado e de Governo, a realizar em Díli, a adesão da Guiné Equatorial como membro de pleno direito da CPLP.

Após a apresentação do relatório pelo Secretário Executivo, bem como a intervenção do Ministro das Relações Exteriores e Cooperação da Guiné Equatorial, Agapito Mba Mokuy, o Conselho de Ministros registou, com agrado, os avanços recentes ocorridos na implementação do Programa de Adesão, encorajando o país candidato a consolidar esses passos, de modo a garantir a obtenção de resultados efetivos e que se projetem no futuro.

Os Ministros congratularam-se, em particular, com o anúncio da adoção de uma moratória da pena de morte, com efeitos imediatos, medida que permitirá à Guiné Equatorial aproximar-se, muito significativamente, do núcleo de princípios fundamentais em que assenta a CPLP.

Recordemo-nos que a República da Guiné Equatorial foi admitida como Observador Associado da CPLP na VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Julho de 2006, em Bissau. Em junho de 2010, a Guiné Equatorial solicitou formalmente a sua adesão como membro de pleno direito da CPLP. Nesta ocasião, afirmou o seu compromisso em adoptar os princípios orientadores da Comunidade, constantes do art. 5.º dos Estatutos da CPLP, nomeadamente: a igualdade soberana dos Estados-membros; a não ingerência nos assuntos internos de cada Estado-membro; respeito pela sua identidade nacional; a reciprocidade de tratamento; o primado da paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da justiça social.

Tendo em consideração o pedido formal da Guiné Equatorial, na VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, reunida em Luanda, a 23 de julho de 2010, “decidiu-se abrir negociações relativas ao processo de adesão, conforme as normas estatutárias da organização”, mandatan-

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores da CPLP reuniram-se em Sessão Extraordinária, sob a Presidência de Moçambique, em Maputo, no dia 20 de fevereiro 2014



*XII Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em fevereiro de 2014, Maputo*

do a Presidência em Exercício e o Secretariado Executivo da CPLP para elaborar um Programa de apoio às reformas a concretizar pela Guiné Equatorial, para dar pleno cumprimento às disposições estatutárias da CPLP, particularmente no que respeita à adopção e utilização efectiva da Língua Portuguesa. Em cumprimento da Cimeira de Luanda, o Secretariado Executivo da CPLP e representantes do Governo da Guiné Equatorial efetuaram duas rondas de negociações, em dezembro de 2010 e março de 2011, tendo acordado num Programa

de Adesão e respectivos Planos de Acção para a integração da Guiné Equatorial como membro de pleno direito da Comunidade.

O Programa contempla cinco eixos estratégicos, consolidados em Planos de Acção, sendo: Eixo 1 – Plano de Acção para a adoção e a utilização da língua portuguesa na Guiné Equatorial; Eixo 2 – Plano de Acção para o acolhimento e implementação do acervo comunitário; Eixo 3 – Plano de Acção para a reabilitação da memória histórica e cultural; Eixo 4 – Plano de Acção de Comunicação Institucional; e Eixo 5 – Plano de Acção para a Promoção e Integração da Sociedade Civil nas atividades da CPLP.

Desde então, deslocaram-se a Malabo, Guiné Equatorial, diversas missões da CPLP, onde se



incluem visitas oficiais do Secretário Executivo, embaixador Murade Murargy, bem como do ex-Secretário Executivo, Domingos Simões Pereira, com a finalidade de debater com as autoridades do país a implementação do programa de adesão traçado pelas autoridades da Guiné Equatorial. Nestas discussões, ficou assente que a adesão deveria basear-se num Roteiro mais pragmático, a delimitar clara e estrategicamente as ações julgadas mais prioritárias e cuja realização, no curto prazo. Assim, acordou-se um Plano de Adesão mais pragmático para execução pela Guiné Equatorial e que assenta em quatro áreas críticas de concentração:

- (i) Difusão e ensino da língua portuguesa;
- (ii) Ação e promoção cultural;
- (iii) Questões de governação; e,
- (iv) Financiamento do Plano de Adesão,

que deverá prever a sua provisão pela Guiné Equatorial, com o concurso técnico, material e operacional da CPLP e Estados-membros. Como não podia deixar de ser, a Língua Portuguesa é hoje uma das três línguas oficiais da Guiné Equatorial a par do Espanhol e do Francês. Com vista a fomentar o uso da língua é necessário tempo de aprendizagem e prática de uso, pelo que já foi firmado um convénio de cooperação técnica entre a Guiné Equatorial e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILLP), com vista a implementação de um Plano de Ação da difusão da Língua Portuguesa naquele país no período 2012-2020.

Sendo a Língua Portuguesa muito importante, a CPLP também “deve ir para além da Língua, deve concentrar esforços na cooperação económica e empresarial, social e política, contribuindo

para a evolução dos nossos países e, mesmo, da situação internacional”, sublinhou o Embaixador Murargy, numa evidência clara dos benefícios mútuos que esta adesão pode trazer à organização, Estados-membros e ao país que solicita a sua adesão. A “admissão da Guiné Equatorial na CPLP é, de fato, uma questão estratégica para a grande maioria dos Estados-membros por se tratar de uma questão de Estado. A sua entrada poderá reforçar a capacidade de cooperação entre os nossos países nos vários domínios”, sublinha o Secretário Executivo da CPLP.

No espírito do estreitamento de laços e em alusão ao cumprimento do Programa de Adesão, verificou-se a abertura de uma Embaixada em Portugal e a indicação de que a Guiné Equatorial irá prosseguir com a abertura de representações diplomáticas em todos os Estados-membros da CPLP e o desejo manifestado, também, em acolher as Embaixadas dos Estados-membros da CPLP na capital equato-guineense.

A CPLP, desde a sua criação, previu o alargamento a outros membros como, aliás, ficou devidamente salvaguardado no artigo 6.º dos Estatutos, ao estabelecer que qualquer Estado que use o português como língua oficial poderá tornar-se membro da CPLP mediante a adesão sem reserva dos Estatutos. Não devemos “perder de vista que a ideia que sempre norteou a criação da CPLP é a partilha do passado histórico comum e afinidade cultural centrada, sem dúvida, na Língua Portuguesa”, recordou o embaixador Murargy.

Foi nesse espírito que na II.ª Cimeira de Chefes de Estado e do Governo, decorrida na Cidade da Praia, em julho de 1998, foi criado o Estatuto

de Observador e, em 2005, foram estabelecidas as categorias de Observador Associado e de Observador Consultivo. A Guiné Equatorial foi um dos dois primeiros Estados, juntamente com República da Ilha Maurícia, a ser aceite como Membro Observador Associado da CPLP, em julho de 2006.

É no quadro da partilha desse passado histórico comum e afinidade cultural, que a Guiné Equatorial entendeu solicitar o Estatuto de Membro pleno da CPLP. A Guiné Equatorial tem, no seu território, o crioulo de base portuguesa Fá d’Ambô, originário da ilha de Bioko que foi uma colónia portuguesa até ao ano de 1778. Há uma parte da população que fala este crioulo de base portuguesa, como em São Tomé e Príncipe, na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, ou seja, um contexto linguístico-cultural para a proximidade da Guiné Equatorial ao mundo da Língua Portuguesa.

Recordemo-nos que o segundo ou novo Tratado de El Pardo, assinado em 11 de março de 1778 pelo rei espanhol D. Carlos III e a rainha portuguesa D. Maria I, veio clarificar o Tratado de El Pardo, de 1761, o qual vinha revogar o Tratado de Madrid, de 1750, sendo que este último substituíra o Tratado de Tordesilhas - um acordo que vinha sendo ignorado pelos colonos. Neste novo documento, Portugal cedeu a Espanha as ilhas de Ano Bom, Formosa e parte da costa do Golfo da Guiné, que fazem parte da Guiné Equatorial. Em troca, os portugueses tinham direito a uma expansão territorial no domínio da América Latina, aumentando o tamanho e o posicionamento estratégico da sua colónia brasileira.



Ministro das Relações Exteriores e Cooperação da Guiné Equatorial, Agapito Mba Mokuy, no XII Conselho de Ministros, em 2014, Maputo



Ministro das Relações Exteriores da Guiné Equatorial, Pastor Micha Bilee, em 2009, na sede da CPLP



# DEFESA E SEGURANÇA SÃO PRIORIDADES

A vertente de Defesa na CPLP iniciou-se na 1.ª Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP, em 1998, dois anos depois da assinatura do Acto Constitutivo

**N**um mundo em convulsão permanente ditada pela globalização assiste-se à formalização da Cooperação Técnico Militar através de um Protocolo, em 2006. Desde então, têm-se vindo a fortalecer o diálogo sobre as dinâmicas da segurança e da defesa, ponderando a sua interligação. Como principais instrumentos, surge o emanado e operacionalizado pelas Conferências de Chefe de Estado e de Governo, pela Reunião dos Ministros de Defesa, pela Reunião de General Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), pelo Fórum de Defesa da CPLP, pelo Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da CPLP (SPAD), pelo Centro de Análise Estratégicas para Assuntos de Defesa da CPLP (CAE/CPLP), pelos Exercícios Militares da Série "Felino"; pelo Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa (PCDD); pelas Reuniões dos Directores Gerais de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED) e, pela Reunião dos Directores dos Serviços de Informações Militares (DSIM). Isto, não esquecendo que a cooperação em matéria de Segurança e Defesa

no seio da CPLP deve ter em conta os compromissos assumidos pelos Estados-membros que decorrem da sua integração em organizações internacionais e regionais com políticas de segurança e defesa próprias. Portugal participa activamente em missões militares fora das suas fronteiras na qualidade de membro da NATO e da União Europeia. O Brasil tem vários acordos de cooperação com os países das suas fronteiras terrestres, nomeadamente os membros do Mercosul (Mercado Comum do Sul). Os PALOP, na qualidade de membros da União Africana, estão comprometidos com a resolução do Conselho de Segurança da organização no sentido de consolidar uma força africana de paz. Em consequência a cooperação militar e de segurança pública no âmbito da CPLP, optou-se por privilegiar as ações de apoio à reorganização das forças armadas nos Estados-membros em situações pós-bélicas, a elaboração da legislação adequada, e a preparação para intervenções de manutenção da paz, prevenção de conflitos e ações humanitárias em caso de catástrofes.

## SECRETARIADO PERMANENTE DE ASSUNTOS DE DEFESA

Na Declaração Final da II Reunião dos Ministros da Defesa, em 1999, foi constituído o Secretariado Permanente de Assuntos de Defesa da CPLP, ficando sediado em Lisboa. No ano seguinte, deu-se o início das suas actividades nos domínios da segurança e da defesa da CPLP, tendo em vista a cooperação multilateral, no quadro da globalização.

## PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA DEFESA

O "Protocolo de Cooperação dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa" foi assinado em Cabo Verde, na 9.ª Reunião de Ministros da Defesa da CPLP, em setembro de 2006. Este protocolo veio consubstanciar os compromissos assumidos na 6.ª Reunião de Ministros da Defesa da CPLP, realizada em S. Tomé, em maio de 2003 e após deliberação na VII Reunião de Ministros da Defesa, realizada em Bissau, em 31 de maio e 1 de junho de 2004. Este protocolo tem como objetivo a promoção e facilitação da cooperação entre os Estados-membros no domínio da defesa através



da sistematização e clarificação de algumas ações a empreender, nomeadamente, a criação de uma plataforma comum de partilha de conhecimentos de Defesa Militar, a promoção de uma política comum de cooperação nas esferas da Defesa e Militar e o desenvolvimento das capacidades internas para o fortalecimento das Forças Armadas dos países da CPLP. É um instrumento para a manutenção da paz e da segurança.

## **EXERCÍCIOS FELINO DESENVOLVEM COOPERAÇÃO MILITAR**

No decorrer da 1.ª Reunião de Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas dos Países de Língua Portuguesa, que decorreu em Luanda, Angola, em maio de 1999, foi aceite a proposta apresentada por Portugal para se realizarem exercícios militares anuais sobre a égide da CPLP, cujo objectivo seria adestrar uma força multinacional capaz de operar nos mais diversos cenários e conduzir operações de natureza especial, tendo como base o mesmo denominador comum: a Língua Portuguesa. O exercício FELINO, inserido na série de exercícios militares conjuntos e combinados desenvolvidos no âmbito da cooperação técnico-militar com a CPLP, tem por objetivo garantir e manter a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados-membros da CPLP e o treino para o emprego das mesmas em operações de paz e de assistência humanitária, sob a égide das Nações Unidas. Resultado da decisão dos Ministérios da Defesa dos países da CPLP.

A concertação para o desenvolvimento do setor da defesa e segurança na CPLP, no respeito pelo quadro constitucional dos Estados-membros é condição para o aprofundamento do desenvolvimento da estabilidade e geração de condições para a prosperidade económico-social dos países, num ambiente de confiança.

Neste âmbito, os Exercícios Militares Conjuntos e Combinados da Série “Felino”, desenvolvidos no âmbito da cooperação técnico-militar, têm a finalidade de permitir a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados-membros da Comunidade e o treino para o emprego das mesmas em operações de paz e de assistência humanitária, sob a égide da Organização das Nações Unidas, respeitadas as legislações nacionais.

Recorde-se que com este tipo de exercício pretende-se de entre os diversos objetivos definidos, incrementar a interoperabilidade ao nível dos procedimentos e doutrina das Forças Armadas dos Estados-membros da CPLP.

Os exercícios Felino realizam-se desde o ano de 2000, em regime de rotatividade pelos diferentes países da CPLP. Nos dois primeiros anos decorre-

ram em Portugal, a edição de 2002 realizou-se no Brasil, Moçambique acolheu as operações no ano de 2003, Angola em 2004, Cabo Verde em 2005, Brasil organizou a edição de 2006 e São Tomé e Príncipe a de 2007. Os exercícios voltaram a Portugal em 2008, onde pela primeira vez participou um contingente de efectivos das FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), destacando a presença da Componente Naval e do Exército e em 2009 realizaram-se em Moçambique, tal como em 2012. As Forças Armadas dos Estados-membros da CPLP participaram no exercício “Felino 2010”, a realizado em março de 2011, na região de Cabo Ledo, província do Bengo, em Angola. Os exercícios decorreram no Brasil, em 2013 e, em 2014, vão acontecer em Timor-Leste. Para preparar este acontecimento, os representantes dos Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas dos Estados-membros participaram na “Conferência Inicial de Planeamento do Exercício Conjunto e Combinado FELINO 14”, realizada de 26 a 29 de março de 2014, em Timor-Leste. A XVI Reunião de Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizou-se nos dias 9 e 10 de abril do ano corrente, em Lisboa.

## **O CENTRO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA**

Tendo como base a emenda efectuada aos Estatutos da CPLP e movidos pela vontade colectiva de reforçar os laços de cooperação no domínio da defesa face às mudanças impostas pela conjuntura internacional os Ministros da Defesa da CPLP, reunidos em Lisboa, em 2002, acordaram a criação do Centro de Análise Estratégica para os Assuntos de Defesa da CPLP (CAE/CPLP).

O CAE/CPLP é constituído por uma Estrutura Permanente sediada na cidade de Maputo (Moçambique) e por Núcleos Nacionais Permanentes nos restantes Estados-membros da CPLP.

## **MARINHAS COOPERAM NOS MARES**

Os Comandantes das Marinhas e Guardas Costeiras dos países integrantes da CPLP têm vindo a discutir estratégias para intensificar a cooperação e garantir a segurança marítima das nossas nações. O III Simpósio das Marinhas da CPLP, o fórum mais importante entre as Marinhas de Língua Portuguesa sobre assuntos ligados ao mar, realizou-se na cidade do Rio de Janeiro, na Escola de Guerra Naval (EGN). O II Simpósio das Marinhas dos Países de Língua Portuguesa foi realizado em junho de 2010, em Luanda Angola, sob o tema “As Marinhas e os desafios do Século XXI”. Neste terceiro simpósio, as principais ameaças à segu-

rança dos mares CPLP foram elencadas e são, atualmente, o avanço da pirataria no Golfo da Guiné e a falta de preparação de alguns países da CPLP para enfrentar isso. Esta é uma das constatações do III Simpósio das Marinhas da CPLP, entre vários pontos relacionados com a segurança marítima nas águas jurisdicionais de cada país. O evento girou, sobretudo, em torno de uma questão central: como as marinhas mais desenvolvidas, como a do Brasil e a de Portugal, podem ajudar as demais da Comunidade a enfrentar as atuais ameaças.

## **SEGURANÇA COM COOPERAÇÃO REFORÇADA**

A promoção da Cooperação entre as Forças e os Serviços de Segurança dos Estados-membros, especialmente nas áreas de investigação criminal, combate à imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos, entre outras, tem vindo a ser reforçada no seio da CPLP. Considerando uma sociedade global e globalizante e que enfrentamos fenómenos criminais de natureza transnacional, é entendimento que a cooperação policial internacional constitui uma ferramenta fundamental para consolidar os mecanismos de prevenção e combate face a novos desafios securitários. Assim, no âmbito da Administração Interna, considera-se que o reforço e a consolidação dos atuais mecanismos eminentemente bilaterais poderão permitir uma evolução para a criação de mecanismos de cooperação de natureza multilateral. Nos termos da Declaração de Maputo, tem-se verificado um esforço comum na área da pesquisa e da troca permanente de informações policiais entre os Estados-membros, dinamizando a inteligência policial no espaço da CPLP e promovendo a cooperação e pesquisa no domínio policial, é entendimento que se, considerando-se que a utilização do sítio do Conselho de Chefes de Polícia da CPLP será uma ferramenta potencializadora deste esforço de pesquisa conjunta. A 10ª vai acontecer em Timor-Leste.

## **PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS**

Assumindo-se o compromisso de dinamizar a troca de experiências e de boas práticas durante as situações de emergência complexas, por forma a dotar os intervenientes de práticas reais, no âmbito dos principais riscos existentes nos Estados-membros, ambiciona-se a operacionalização da “Plataforma da Redução de Riscos e Desastres da CPLP”, devendo, atualmente, cada Estado-membro realizar consultas internas e comentários a serem apresentada à IV Reunião dos Ministros do Interior e da Administração Interna da CPLP, a realizar brevemente.

# MOBILIDADE DE PESSOAS AVANÇA NA CPLP

Diversos acordos para facilitar a mobilidade de diversas categorias profissionais entre os Estados-membros da Comunidades já estão em vigor

**A** Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, que se realizou logo a seguir, aprovou a supressão dos vistos para portadores de Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço (PADIMs).

Em termos de circulação de pessoas, os Estados-membros da CPLP produziram já um apreciável conjunto de instrumentos facilitadores. Em 2002, em Brasília, os Estados-membros assinaram: O Acordo Sobre a Concessão de Vistos de múltiplas entradas para determinadas categorias de pessoas; o Acordo sobre a Concessão de Visto Temporário para tratamento médico a cidadãos da CPLP; o Acordo sobre a isenção de Taxas e Emolumentos devidos à emissão e renovação de autorizações de residência para os cidadãos da CPLP, o Acordo sobre o Estabelecimento de requisitos comuns para a Instrução de Processos de Visto de curta duração e o Acordo sobre o estabelecimento de balcões específicos nos postos de entrada e saída dos aeroportos para o atendimento de cidadãos da CPLP.

Pouco depois, em 2007, por proposta de Angola, foi rubricado o Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes nacionais dos Estados-membros da CPLP. Considerando que os estudantes constituem um segmento importante da Comunidade, merecedor de enquadramento jurídico próprio e que a mobilidade estudantil contribui para a integração dos povos e para o dinamismo e consolidação da Comunidade, o Conselho de Ministros reconhece, assim, a necessidade de regulamentação específica, no âmbito da circulação, quer para aqueles cidadãos que assumem a condição de estudante, quer quanto aos requisitos para a atribuição de tal condição.



A estes acordos, junta-se o Acordo de Cooperação Consular entre os Estados-membros da CPLP entrou em vigor dia 1 de maio de 2014, devido à ratificação de Portugal do mesmo, sendo este o terceiro Estado-membro da CPLP a ratificar este Acordo.

O primeiro Estado-membro a ratificar o Acordo foi Moçambique a 16 de junho de 2010 e Timor-Leste a 22 de junho de 2011. O presente Acordo estabelece as condições em que qualquer das Partes assegurará, na medida das suas possibilidades e nos limites do disposto no presente Acordo, a assistência e protecção consular aos cidadãos nacionais, bem como a defesa dos interesses das demais Partes, nos locais onde estas últimas não disponham de posto consular ou equivalente acessível.

Em matéria da Circulação, importa apostar numa vasta divulgação dos Acordos sobre Circulação de Pessoas nos Países da CPLP,

começando pelos assinados em Brasília, em 2002, e ao seu melhor cumprimento por parte dos serviços nacionais responsáveis. O Projeto de Acordo sobre a Concessão de Visto de Estudante, apresentado pela delegação de Angola, deverá ser uma realidade dentro em breve, estando actualmente os serviços nacionais responsáveis dos Estados-membros da CPLP a estudar as suas implicações técnicas.

Desde o início, a vontade de respeitar as legislações nacionais e as limitações impostas

Reunião de Altos Funcionários da Administração Interna dos Países da CPLP em abril de 2014



pela integração dos Estados-membros em espaços supranacionais tem balizado a atuação da CPLP. Não tem sido fácil compatibilizar, neste domínio, os princípios básicos da CPLP – respeito da soberania dos Estados, não ingerência nos assuntos internos, reciprocidade – com as legítimas ou pelo menos compreensíveis expectativas dos cidadãos dos países membros.

É, ainda, mais difícil gerir estas expectativas no contexto de uma realidade em rápida evolução a nível global, evolução caracterizada pela emergência de grandes problemas contemporâneos e transnacionais em consequência do terrorismo internacional, tráfico de drogas, imigração clandestina, criminalidade violenta.

A mudança dos fluxos migratórios dentro do espaço da CPLP transformou países tradicionalmente geradores de elevados números de emigrantes em países de acolhimento e trânsito de imigrantes, muitos deles em situação irregular. A CPLP, dentro do princípio da não ingerência, tem tentado assumir um papel mais ativo perante os obstáculos levantados pelos Estados-membros à liberdade de circulação, residência e trabalho dos imigrantes de outros países da Comunidade.

A existência de acordos não impediu que continuem a registar-se problemas ao nível da sua incorporação na legislação nacional dos Estados-membros, da sua regulamentação e interpretação pelas administrações e serviços competentes. Em regra geral, os Estados optam muitas vezes pela via bilateral para a resolução de diferendos e tensões, na base do princípio de reciprocidade. Com efeito, desde 1971, Portugal e Brasil assinaram o Tratado sobre Igualdade de Direitos e Deveres que conferia aos portugueses residentes no Brasil o direito de votar e serem eleitos nos órgãos do poder local e de ocupar algumas funções públicas. A CPLP enfrenta, assim, o “desafio da mobilidade, escolhido pelo impacto direto no quotidiano dos cidadãos dos Estados-membros e, consequentemente, pelo seu contributo potencial para a interiorização do sentimento de pertença a Comunidade, dando substância e conteúdo à CPLP dos cidadãos”, sublinhou o embaixador Murade Murargy na Sessão de Abertura da Reunião de Altos Funcionários dos Ministérios do Interior e da Administração Interna, realizado de 8 a 10 de abril de 2014, na Sede da CPLP. Esta reunião constatou que os Acordos de



Brasília estão a ser implementados pelos Estados-membros, embora em distintos estágios e medidas. Constatou-se, igualmente, que a exceção é o “Acordo de Visto de Múltiplas Entradas para determinadas categorias de pessoas”. Assim, recomendou-se o redobrar dos esforços no sentido da implementação cabal dos compromissos assumidos no Acordo sobre Estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e de Saída para o Atendimento de Cidadãos da CPLP e, em relação ao Acordo de Visto de Múltiplas Entradas para determinadas categorias de pessoas, a reunião recomenda à Reunião Ministerial do Interior e Administração Interna para considerar a submissão do assunto ao Conselho de Ministros da CPLP. Sobre o Acordo de Visto Estudante da CPLP (Lisboa, 2007), apenas Timor-Leste depositou instrumento de ratificação, aguardando-se o mesmo pelos demais Estados-membros. Por outro lado, no âmbito da Cidadania, a CPLP já reiterou o apoio de princípio ao Projeto de Convenção Quadro relativa ao “Estatuto do Cidadão da CPLP”, que poderá vir a ser adotado cumpridas que estejam as reformas e formalidades legais em cada Estado-membro. Recomendou ao Secretariado Executivo que, em consulta com os Estados-membros, elabore uma listagem de direitos políticos, económicos e sociais cuja aplicação esteja em consonância com os atuais ordenamentos jurídicos e que possam vigorar numa fase intermédia até a adoção

da Convenção Quadro.

O Grupo de Trabalho Alargado sobre Cidadania e Circulação considerou que a elaboração de um Estatuto de Cidadão da CPLP será um elemento facilitador da integração das comunidades migrantes e da circulação entre os Estados-membros, contribuindo para o sentimento de pertença à Comunidade e para a concretização dos objetivos que estão na origem da sua fundação.

Em 1997, Cabo Verde incorporou na sua legislação o “Estatuto de Cidadão da CPLP” que confere aos nacionais dos restantes países da Comunidade direitos cívicos ativos e passivos ao nível autárquico. O projeto de Convenção-Quadro relativa ao Estatuto de Cidadão Lusófono acabou por não avançar, até à data. Em julho de 2006, o Colóquio “Migrações e Políticas de Desenvolvimento no quadro da CPLP” realizado em Lisboa, relançou o debate público e apontou pistas para uma paulatina e concertada harmonização das políticas de emigração.

Foi, nesta altura, atualizada a proposta de criação de um Observatório dos Fluxos Migratórios da CPLP, já aprovada na cimeira de Maputo, em 2000, tendo sido assinado um acordo de Cooperação entre o Secretariado Executivo da CPLP e o Bureau da Organização Internacional das Migrações (OIM) das Nações Unidas. Atualmente, o sítio na Internet do Observatório dos Fluxos Migratórios da CPLP está em fase de desenvolvimento, entre o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras



Conselho de Ministros aprova, 2007, acordo sobre Convenção de Vistos para estudantes

de Portugal e o Secretariado Executivo da nossa organização.

“Todos temos a consciência que será necessário dar passos adicionais para que sejam encontradas formas de tornar mais desimpedida a circulação no espaço da CPLP, observou o Embaixador Luís Fonseca, antigo Secretário Executivo da CPLP, realçando que muito há ainda a fazer “quanto à atribuição de direitos específicos aos cidadãos que se encontrem no espaço da Comunidade num país que não o seu”. É possível aos Estados “encontrar um denominador comum de direitos a serem atribuídos aos nossos cidadãos, partindo do que já existe por força de acordos internacionais ou procurando alargar, até onde for possível, à escala da Comunidade, os direitos já reconhecidos aos cidadãos através de acordos bilaterais entre Estados da CPLP”, avançou o Embaixador Luís Fonseca durante o seu mandato.

## ACORDOS EM VIGOR

### Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas

Os cidadãos de um dos países da CPLP, portadores de passaporte comum válido que sejam homens e mulheres de negócios, profissionais liberais, cientistas, investigadores/pesquisadores, desportistas, jornalistas e agentes de cultura/ artistas, ficam habilitados a vistos para múltiplas entradas em qualquer dos outros Estados-membros da Comunidade, com a duração mínima de um ano. A permanência no território de qualquer um dos Estados-membros não poderá, salvo regime mais favorável previsto em legislação interna, ser superior a 90 dias consecutivos por semestre em cada ano civil.

### Estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para a Instrução de Processos de Vistos de Curta Duração

A emissão de vistos de curta duração a cidadãos nacionais de qualquer outro Estado-membro deverá ser efetuada no mais curto espaço de tempo, não devendo ultrapassar o prazo máximo de sete dias. Na instrução dos processos de visto de curta duração (trânsito, turismo, e negócios) não serão exigidos outros documentos além dos seguintes: duas fotografias iguais, tipo passe (3X4) a cores; documento de viagem com validade superior em, pelo menos três meses à duração de estada prevista; prova de meios de subsistência; bilhete de passagem de ida e volta; certificado internacional de imunização (vacinação).

### Estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e Saída para o atendimento dos Cidadãos da CPLP

Ficou fixado o estabelecimento de balcões específicos nos principais postos de entrada e saída, sujeitos a controlo, para o atendimento de cidadãos dos Estados-membros da CPLP.

### Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico dos Cidadãos da CPLP

Os países da CPLP outorgarão reciprocamente aos seus cidadãos vistos temporários, de múltiplas entradas, para tratamento médico. O visto terá validade até dois anos, a critério da autoridade consular, passível de prorrogação por um período mínimo de um ano.

### Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à Emissão e Renovação das Autorizações de Residência para Cidadãos da CPLP

Os cidadãos dos Estados-membros, residentes nos outros Estados-membros, estão isentos do pagamento de taxas e emolumentos devidos na emissão e renovação de autorizações de residência, com exceção dos custos de emissão de documentos. Considerando que um dos objetivos da constituição da CPLP é o de promover, sem prejuízo dos compromissos internacionais assumidos pelos Estados-membros, medidas visando a resolução dos problemas enfrentados pelas comunidades imigradas no espaço da CPLP, bem como a coordenação e o reforço da cooperação no domínio das políticas de imigração.

### Acordo de Cooperação Consular

Na medida das possibilidades garante-se a assistência e proteção consular aos cidadãos nacionais dos Estados-membros nos locais onde estes últimos não disponham de posto consular ou equivalente acessível.

### Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes nacionais dos Estados-membros da CPLP

Os Estados-membros da CPLP decidem adotar normas comuns para a concessão de vistos para estudantes nacionais dos Estados -membros da CPLP.



## CAPÍTULO III

---

# A ATUAÇÃO COMUNITÁRIA COOPERAÇÃO ECONÓMICA

# APROFUNDAMENTO DA COOPERAÇÃO NO SETOR DAS FINANÇAS

O Secretário Executivo da CPLP, embaixador Murade Murargy, esteve presente na III Reunião de Ministros das Finanças marcada por duas sessões temáticas.

O primeiro tema foi subordinado à “Crise Financeira Mundial: Opções de Investimento Público e Privado para a Promoção do Crescimento Económico na CPLP e o segundo tema, versou sobre a “Gestão Sustentável de Recursos Naturais, seu impacto na Receita do Estado”. Além deste debate sobre opções de investimento público e privado para a promoção do crescimento económico da comunidade (considerando a actual conjuntura económica mundial), a gestão dos recursos naturais e a distribuição da riqueza também estiveram em debate na III Reunião da tutela das Finanças. Com os Estados-membros a quererem evitar a dupla tributação dentro da comunidade, incentivando o ambiente de negócios entre a lusofonia, os Ministros das Finanças da CPLP aprovaram ainda em Maputo uma proposta de criação de um fórum de gestão de tesouro e de dívida pública, que deverá aconselhar os países da comunidade lusófona sobre questões de endividamento. Recordemo-nos que a II Reunião Ministerial sectorial das Finanças, realizada em maio de 2011, em Luanda, teve por objetivo analisar a conjuntura marcada pela crise financeira internacional, que afectou negativamente o crescimento económico dos países da CPLP, apresentar medidas para mitigar os efeitos económicos da crise, para minorar os impactos sociais registados e adoptar políticas de concertação para relançar o ambiente económico-financeiro e ampliar, aprofundar e facilitar a cooperação económica e empresarial no espaço CPLP. De salientar, os Estados-membros da CPLP reconheceram a importância do relançamento da negociação de convenções bilaterais para evitar a dupla tributação no seio da Comunidade através de um modelo consensual e mostraram-se empenhados em incrementar a cooperação técnica na área das finanças públicas. Os Ministros das Finanças da CPLP reuniram-se pela segunda vez para debater questões como a “Consolidação da estabilidade financeira e recuperação económica dos países da CPLP, em

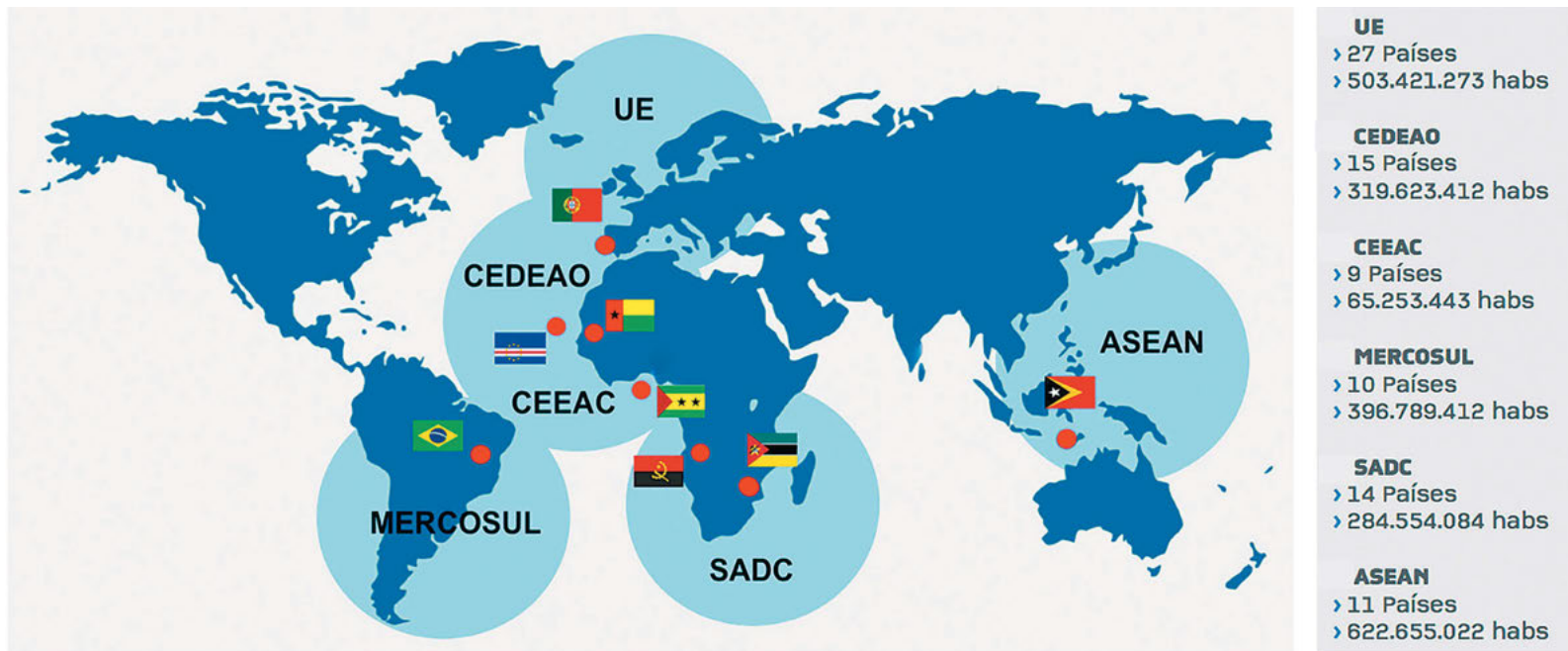


## A III Reunião de Ministros das Finanças da CPLP decorreu a 21 de fevereiro de 2014, no Hotel Polana, em Maputo

período pós crise” e os “Acordos para evitar a dupla tributação no seio da Comunidade”. Assim, a II Reunião Ministerial sectorial das Finanças realizada em maio de 2011, teve por objetivo analisar a conjuntura marcada pela crise financeira internacional, que afectou negativamente o crescimento económico dos países da CPLP, apresentar medidas para mitigar os efeitos económicos da crise, para minorar os impactos sociais registados e adoptar políticas de concertação para relançar o ambiente económico-financeiro e ampliar, aprofundar e facilitar a cooperação económica e empresarial no espaço CPLP. Os países da CPLP concordaram ainda em elaborar uma estratégia de apoio ao desenvolvimento económico nos Estados-membros, particularmente, no que respeita aos países menos avançados, no âmbito do compromisso assumido na Declaração sobre a Solidariedade na Diversidade da XI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP. De salientar, os Estados-membros da CPLP reconheceram a importância do relançamento da negociação de convenções bilaterais para evitar a dupla tributação no seio da Comunidade através de um modelo consensual e mostraram-se empenhados em incrementar a cooperação

técnica na área das finanças públicas. A II Reunião de Ministros das Finanças da CPLP contou com a presença do Diretor-Geral da CPLP, Hélder Vaz Lopes, em representação do Secretário Executivo da Comunidade e decorreu em Talatona, Luanda, Angola. Em junho de 2009, decorreu a I Reunião de Ministros das Finanças da CPLP. O debate desta reunião centrou-se em torno de dois temas fundamentais: “A crise financeira e os seus efeitos na economia dos países da CPLP” e “Os países da CPLP no contexto da arquitetura financeira internacional”. Durante o almoço, os Ministros debateram a temática das Alterações Climáticas e Finanças Públicas. Esta I Reunião de Ministros das Finanças contou com o apoio do Secretariado Executivo da CPLP, tendo sido considerada, por todos os presentes, como o passo impulsionador para uma colaboração que se pretende regular e permanente entre Ministros das Finanças da CPLP. Com a institucionalização das Reuniões Ministeriais de Finanças ao nível da CPLP pretendeu-se reafirmar e concretizar os objetivos políticos da Comunidade, colocando a cooperação económica e financeira entre os Países membros como mais um meio de promoção do desenvolvimento das nossas sociedades.





Fonte: Confederação Empresarial da CPLP

**S**ob coordenação da ministra do Comércio de Angola, Maria Idalina Valente, os responsáveis por esta tutela nos países da CPLP sublinharam a urgência na articulação de ações das entidades públicas para ampliar, aprofundar e facilitar a cooperação económica e empresarial no espaço da CPLP, através do incremento do comércio, do investimento e de parcerias, assegurando uma maior inclusão e interação dos agentes económicos e das economias dos Estados-membros.

A base da cooperação no domínio do Comércio e Investimento assenta na dinamização de uma série de ações com o objetivo de desenvolver o comércio intra-CPLP e cooperar no sentido de potenciar as oportunidades decorrentes da presença de Estados-membros em diversas comunidades económicas regionais.

Merece especial destaque a focalização da cooperação económica e empresarial em “clusters” e setores de desenvolvimento de interesse comum aos Estados-membros da CPLP, designadamente: Conhecimento (Investigação e Desenvolvimento); Novas Tecnologias; Agricultura e Desenvolvimento Rural; Infra-estruturas; Mar e Recursos Naturais, e; Energia e Turismo. Igualmente, impõe-se a implementação de medidas que permitam ultrapassar as dificuldades estruturais no desenvolvimento do Comércio e Investimento em quatro vertentes fundamentais, que constituirão os eixos de cooperação económica na CPLP:

(i) Melhoria do ambiente de negócios para a promoção do comércio;

## INSTITUÍDA REUNIÃO DOS MINISTROS DO COMÉRCIO

Os Ministros do Comércio dos Estados-membros da CPLP reuniram-se pela primeira vez em maio de 2012, em Luanda

- (ii) Melhoria do ambiente de negócios para o investimento;
- (iii) Capacitação institucional e empresarial, e;
- (iv) Melhoria dos mecanismos de financiamento.

Relativamente à Promoção do Comércio, os Ministros referem a necessidade de adotar medidas no sentido de se desenvolverem parcerias de complementaridade com vista a potenciar as capacidades produtivas para o reforço da oferta nos respetivos mercados regionais. Fica, ainda, fixada a elaboração de um plano de ação nos domínios da metrologia, normalização e qualificação (pilares da qualidade), visando o reforço da cooperação nesta área.

A Promoção do Investimento não ficou esquecida, observando-se as vantagens da replicação de

melhores práticas intra Comunidade, a importância de apoiar os esforços da CPLP com vista à facilitação da circulação e fixação de empresários e investidores dos Estados-membros, e a necessidade de estimular as sinergias entre as Agências Nacionais de Comércio e Investimento dos Estados-membros.

A capacitação Institucional e empresarial assume, naturalmente, um cariz fundamental. Nesta senda, os Ministros apelam para a influência positiva de ações como fomentar a educação para o empreendedorismo ou reforçar a formação ao nível das PME.

Em matéria de Financiamento, importa promover a troca de experiências entre os Países da CPLP em matérias ligadas à partilha de riscos e encorajar, onde for necessário, a criação de instrumentos nacionais para dar resposta a dificuldades de acesso a capitais pelas PME. Desta forma, impõe-se a avaliação da possibilidade de criação de um Fundo de Investimento, aproveitando sinergias de Instituições existentes, e a prossecução de medidas concretas para a promoção de uma maior segurança jurídica, celeridade administrativa e condições de concorrência, compatíveis com os níveis de desenvolvimento dos Estados-membros.

# A CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DA CPLP



Esteve presente, desde a fundação da CPLP, a noção de que o desenvolvimento das relações comerciais e económicas entre os Países-membros era um fator essencial para o fortalecimento dos laços entre povos e sociedades civis

**N**a fundação da CPLP ficou assente que a criação do chamado “quarto pilar” da Comunidade não se poderia sobrepor aos condicionalismos criados pelas políticas económicas dos Estados-membros e a sua integração em organizações regionais e sub-regionais. Assim, a iniciativa de procurar sinergias e circuitos de cooperação deveria pertencer aos agentes económicos e as suas associações. Após uma série de encontros, dinamizados pela Organização Não Governamental ELO (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, de Portugal) e da realização de vários fora de empresários, ficou decidida a criação do Conselho Empresarial da CPLP, aprovada mas não tutelada pelos órgãos deliberativos da Comunidade. Na sequência da decisão do Conselho de Ministros da CPLP, reunido em julho de 2002, em Brasília, foi constituído com sede em Lisboa o Conselho Empresarial da CPLP, tendo a respectiva escritura sido outorgada na sede da CPLP em 4 de junho de 2004 pelas seguintes Associações: Associação Industrial de Angola (Angola), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Brasil), Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento (Cabo Verde), Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura da Guiné-Bissau (Guiné-Bissau), Associação Industrial de Moçambique (Moçambique), ELO- Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação (Portugal), Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços de São Tomé e Príncipe (São Tomé e Príncipe) e Associação Nacional dos Empresários de Timor-Leste (Timor-Leste).

O Conselho Empresarial obteve o estatuto de Observador Consultivo da CPLP, atribuído pelo Conselho de Ministros, em julho de 2006, por ocasião da primeira atribuição deste estatuto pela CPLP. A 22 de março de 2010, foi outorgada a escritura de alteração integral dos estatutos do Conselho Empresarial da CPLP transformando-o em Confederação Empresarial. Sem fins lucrativos, pretende promover a dinamização das relações entre empresas e entidades suas representantes no âmbito espacial da lusofonia, com o fim de se constituir como um instrumento privilegiado da contribuição dos seus associados para o desenvolvimento, o crescimento e o bom funcionamento das economias no sistema económico mundial, a promoção das actividades privadas e o reforço da confiança entre todos os parceiros económicos e instituições de financiamento dos Estados-membros da CPLP e, ainda, a erradicação da pobreza, a promoção do desenvolvimento sustentável e a diminuição das assimetrias entre os países da CPLP. Assim, a Confederação Empresarial da CPLP (CE-CPLP) assume-se, indubitavelmente, como uma organização que tem por intuito o desenvolvimento da cooperação entre estruturas de representação associativa dos países-membros da CPLP, de forma a criar as condições para o desenvolvimento de negócios no quadro dos espaços económicos onde estão inseridos os países daquela comunidade. A CE-CPLP desenvolve a sua atividade em quatro setores de atividade: Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, sendo a génese da CE-CPLP a criação de novas oportunidades de negócios e desenvolvimento do empresariado dentro do espaço da CPLP. Tendo como missão criar uma rota de investimentos dentro dos países-membros da CPLP, estimulando a cooperação e parceria entre instituições dos Estados-membros da CPLP, a CE-CPLP está a consolidar os contributos para facilitar e fortalecer as relações empresariais entre associações e entidades dos países filiados

à Confederação Empresarial da CPLP, incrementando os negócios, importações e exportações nos espaços económicos onde estes países estão inseridos. Deve ser enaltecido a criação de fóruns para a partilha de informação, troca de experiências e transmissão de boas práticas, trazendo à Comunidade maior capacidade de resposta aos problemas dos Estados-membros, como foi exemplo o I Encontro Económico Empresarial Público-Privado realizado a 17 de julho de 2013, em Maputo. Um outro exemplo, foi a realização, a 2 de junho de 2014, do 1.º Encontro de Bancos, Seguradoras e Instituições Financeiras dos Países da CE-CPLP, com o apoio do SE CPLP, do Millennium BCP e da SOFID. O encontro conta com as presenças distintas personalidades, entre as quais o embaixador Murade Murargy. Este evento contou, ainda, com a participação de entidades bancárias e seus supervisores, seguradoras e instituições bancárias dos países que compõem a CE-CPLP, tais como Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Para o evento, foram também convidadas instituições da Guiné Equatorial (que se tornou Associada da CE-CPLP a 4 de junho), de Marrocos, da China e do Senegal. Na senda de acompanhar a abertura ao mundo da CPLP, também a CE-CPLP vai dando passos na mesma direção. A Guiné Equatorial formalizou o pedido de adesão à CE-CPLP através de duas das suas Câmaras. A representar pela primeira vez este país na CE-CPLP, estão as Câmaras Oficiais de Comércio, Agrícola e Florestal de Bioko e Rio Muni, representadas pelos respectivos Presidentes em carta enviada à CE-CPLP. A Guiné Equatorial torna-se, assim, o nono país representado na CE-CPLP. As primeiras diligências para a adesão começaram com a celebração de Protocolos de Parceria com estas entidades a 17 de julho de 2013, por altura do 1.º Encontro Económico Empresarial Público-Privado da CPLP, em Maputo.



# IMPORTÂNCIA DA CPLP

Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Foi a língua que os uniu e motivou a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nascida a 17 julho de 1996, que atinge este ano a maioridade com 18 anos de vida

**A** CPLP tem como propósito fortalecer-se e expandir-se através das potencialidades e riquezas que se encontram na diversidade destes oito Estados-membros que a constituem.

Todos eles têm uma ligação entre si: a língua portuguesa como língua oficial, e têm como missão respeitar a igualdade soberana entre os Estados-membros, a não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado, o respeito pela sua identidade nacional, a luta pela Paz, a Democracia, o Estado de Direito, os Direitos Humanos, a Justiça Social, o respeito pela sua integridade territorial, a promoção do desenvolvimento, a cooperação mutuamente vantajosa e, por fim, a criação de projetos de apoio à promoção e difusão da língua portuguesa. São estes os princípios fundamentais pelos quais a CPLP se rege.

Atualmente, ainda não estão a ser exploradas todas as oportunidades e recursos provenientes destes oito Estados-membros, mas é esse o objetivo e todos os trabalhos conduzem a esse propósito.

A importância da CPLP reside no facto de esta pegar nos elementos que não estão a ser devidamente valorizados pelas nossas estruturas, chamar a atenção para o seu valor e potencial e responsabilizar as entidades competentes para o fazer.

É aqui que as novas tecnologias da informação e da comunicação entram e têm um papel fundamental, no reforço da aproximação das comunidades e numa maior rapidez e eficiência no que diz respeito à realização de negócios, encontros, parcerias e numa melhor comunicação entre os povos.

Muitos afirmam que a comunidade lusófona poderá estar a isolar-se do resto do mundo, excluindo-se e afastando-se da realidade atual, a de que vivemos num mundo cada vez mais global. Mas a verdade é que estamos a falar de um conjunto de países que se espalham por quatro continentes,



 *Salimo Abdula, Presidente da Confederação Empresarial da CPLP*

dispõem de uma população que ultrapassa os 255 milhões de pessoas, têm uma língua comum e culturas que, embora com as suas particularidades, dispõem de numerosas comunidades distribuídas pelo mundo e nos países mais desenvolvidos. É o caso do Brasil, inserido no continente americano e no Mercosul (Mercado Comum do Sul).

Portugal, por exemplo, está na origem do próprio processo de Globalização, como país pertencente à União Europeia, oferecendo a todos os países da CPLP uma porta de entrada que permite uma maior aproximação ao espaço económico europeu. No continente africano, temos a Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe,

Cabo Verde e futuramente a Guiné Equatorial, e, finalmente, Timor-Leste no continente asiático. Uma esfera de influência que se alarga ainda aos países observadores e territórios parceiros (Senegal, Ilhas Maurícias, Goa, Marrocos, Macau e China) e se estende a organizações económicas regionais como a CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, a ASEAN – Associação das Nações do Sudoeste Asiático, a SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e a CEEAC – Comunidade Económica dos Estados da África Central.

Assim, a CPLP prova o intuito de obter uma comunidade aberta, robusta e unida, que acolhe de braços abertos a adesão de novos países. O grande desafio da CPLP será, então, o de fomentar as especificidades de cada Estado-membro, ao mesmo tempo que cria uma identidade própria que a distinga no contexto do funcionamento da economia global.

Neste momento a economia da CPLP vale 4% do produto interno bruto (PIB) mundial, mas podia mais do que duplicar esse valor, se não existissem tantas barreiras legais e aduaneiras e se fosse potenciada a livre-circulação de pessoas, bens, capitais e serviços na nossa comunidade.

O desafio aqui é transformar um espaço que tem sido predominantemente político num organismo mais económico, no qual as suas riquezas naturais e posicionamento geo-estratégico sejam bem articulados entre todos os protagonistas políticos e governos dos seus países, no sentido de se tornar numa comunidade dinâmica e criadora de riqueza, gerando mais e melhores oportunidades de negócios para os empresários lusófonos.

A promoção do diálogo inter-cultural é sem dúvida um dos pontos cruciais para a realização dos objetivos da CPLP que percebe que as várias culturas do mundo constituem património comum da humanidade e devem ser reconhecidas e consolidadas em benefício das gerações presentes e futuras.

# ESTREITAR LAÇOS COM O FÓRUM MACAU

As sinergias entre a CPLP e outras Organizações Internacionais têm vindo a ser aprofundadas ao longo dos anos



Um Secretário Executivo da CPLP participou pela primeira vez num encontro do Fórum Macau, em 2013. Foi o embaixador Murade Murargy que, em missão à 4.ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau), realiza esta aproximação institucional inédita. O SE CPLP participou no Jantar da 4.ª Conferência Ministerial e Comemoração do 10.º Aniversário do Fórum Macau, subordinado ao tema “Novo Ciclo, Novas Oportunidades” e organizado pelo Ministério do Comércio da China e Governo da Região Administrativa Especial de Macau. Neste jantar oficial de boas-vindas aos participantes, em que estiveram presentes, entre outras, as seguintes individualidades chinesas: vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Estado, Wang Yang, vice-presidente da CCPPC, Edmund Ho, Chefe do Executivo, Chui Sai On, Ministro do Comércio, Gao Hucheng, e pelo diretor do Gabinete de Ligação do Governo Central na RAEM, Bai Zhijian. No caso dos Estados-membros da CPLP, as delegações ao Fórum Macau foram chefiadas pelo Primeiro-Ministro da Guiné Bissau, Rui Barros, pelo vice-presidente brasileiro, Michel Temer, pelo vice-Primeiro-Ministro de Portugal, Paulo Portas, pelo vice-Primeiro-Ministro de Timor-Leste, Fernando La Sama de Araújo, pelo Ministro angolano da Justiça e Direitos Humanos, Rui Mangureira, pelo Ministro cabo-verdiano do Turismo, Humberto Santos Brito, e pelo Ministro moçambicano dos Negócios

Estrangeiros e Cooperação, Oldemiro Balói. No discurso de boas-vindas, Gao Hucheng sublinhou as relações de cooperação frutuosas alcançadas desde o estabelecimento do Fórum, sob os “princípios de benefícios multilaterais e complementaridade”. O Chefe do Executivo da RAEM, Chui Sai On, lembrou que ao longo dos últimos dez anos, desde a primeira edição da Conferência Ministerial do Fórum em 2003, a cooperação económica, comercial e multilateral, no âmbito do Fórum, tem registado um progresso muito encorajador. Desde o estabelecimento da “Região Administrativa Especial de Macau, os princípios “um País, dois sistemas” e “Macau governado por suas gentes” com alto grau de autonomia têm sido prosseguidos plenamente e a Lei Básica da RAEM tem sido aplicada com rigor”, sublinhou Chui Sai On, referindo que “assente no passado e perspectivando o futuro, Macau irá continuar a otimizar as suas potencialidades, empenhando-se, por um lado, na construção de um centro mundial de turismo e lazer, e, por outro, na melhoria da sua função de plataforma, com o objetivo de impulsionar a cooperação económica e comercial entre o Interior da China, Macau e os Países de Língua Portuguesa”.

O SE CPLP esteve presente na sessão de abertura da 4.ª Conferência Ministerial, a qual foi aberta com a intervenção do vice-Primeiro-Ministro chinês, Wang Yang, e dos chefes de delegação dos Estados-membros da CPLP. No seu discurso de abertura, Wang Yang discorreu sobre o tema “Criar em conjunto um maravilho-

so futuro de cooperação e ganho mútuo entre a China e os países lusófonos”, assinalando que desde o estabelecimento do Fórum de Macau, a cooperação económica e comercial entre a China e os países de Língua Portuguesa têm-se aprofundado.

O Secretário Executivo da CPLP (SE CPLP) participou, ainda, na mesa-redonda “Caminho da Internacionalização”, organizada pelo semanário português “Expresso”, com o apoio da Caixa Geral de Depósitos (CGD), no dia 4 de novembro, na Residência Oficial do Cônsul Geral de Portugal em Macau. O evento foi subordinado ao tema “Relações comerciais Portugal-China e o posicionamento estratégico de Macau”, com moderação de Ricardo Costa, Diretor do Expresso e Miguel Pacheco, Diretor de Novos Negócios do português Grupo Impresa.

A convite da Fundação Rui Cunha, o Secretário Executivo, embaixador Murade Murargy, deu ainda uma palestra sobre a CPLP, perante a diáspora dos Países Língua Portuguesa em Macau, no dia 4 de novembro. A palestra foi moderada pelo co-apresentador do programa “Sociedade das Nações” da Sic-Notícias, Nuno Rogeiro.

Numa missão repleta de eventos e acontecimentos, evidencia-se, por último, o encerramento pelo embaixador Murade Murargy do V Seminário “O Papel de Macau no Intercâmbio Sino-Luso-Brasileiro”, decorrido no Instituto Internacional de Macau (IIM), membro Observador Consultivo da CPLP, no dia 6 de novembro.



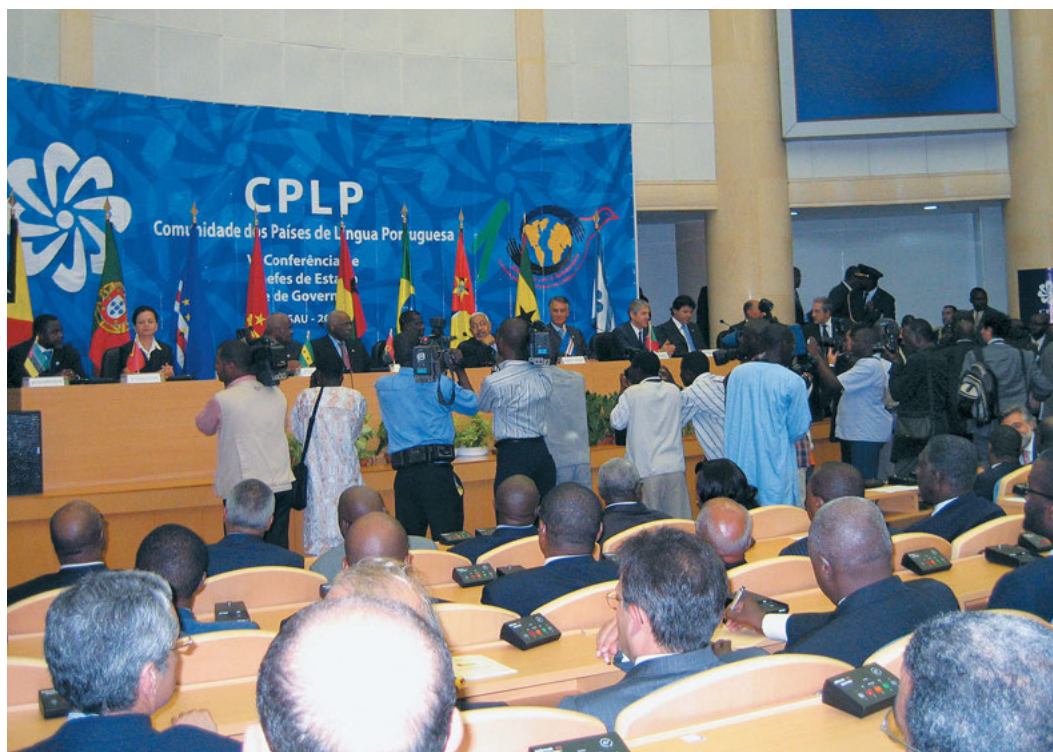
## CAPÍTULO III

---

# A ATUAÇÃO COMUNITÁRIA ABERTURA INSTITUCIONAL

# O ESTATUTO DE OBSERVADOR ASSOCIADO

Desde a fundação da CPLP, tem-se vindo a evidenciar o desejo de alargar as colaborações extracomunitárias



**N**esse espírito, foi criado o Estatuto de Observador na IIª Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Julho de 1998, na Cidade da Praia. Em 2005, no Conselho de Ministros da CPLP, reunido em Luanda, foram estabelecidas as categorias de Observador Associado e de Observador Consultivo. A criação do estatuto de Observador Associado abriu uma janela de oportunidade para o eventual ingresso de Estados ou regiões lusófonos que pertencem a Estados terceiros, mediante acordo com os Estados-membros. Os Estados que pretendam adquirir o Estatuto de Observador Associado, têm de partilhar os respetivos princípios orientadores da CPLP, designadamente, no relativo à promoção das práticas democráticas, à boa governação e ao respeito dos direitos humanos. Devem, igualmente, prosseguir, através dos seus programas de governo, objetivos idênticos aos da Organização, mesmo que, à partida, não reúnam as condições necessárias para serem membros de pleno direito da CPLP.

As candidaturas deverão ser devidamente fundamentadas de modo a demonstrar um interesse real pelos princípios e objetivos da CPLP. Serão apresentadas ao Secretariado Executivo que, após apreciação pelo Comité de Concertação Permanente, as encaminhará para o Conselho de Ministros, o qual recomendará a decisão final a ser tomada pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo. Os Observadores Associados beneficiarão dessa qualidade a título permanente e poderão participar, sem direito a voto, nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo, bem como no Conselho de Ministros, sendo-lhes facultado o acesso à correspondente documentação não confidencial, podendo ainda apresentar comunicações desde que devidamente autorizados. Poderão ser, ainda, convidados para Reuniões de carácter técnico. Qualquer Estado-membro poderá, caso o julgue oportuno, solicitar que uma Reunião tenha lugar sem a participação de Observadores. A qualidade de Observador Associado ou Consultivo pode ser retirada, temporária ou

definitivamente, sempre que se verifiquem alterações às condições que recomendaram a sua concessão. A decisão final caberá ao órgão que decidiu a respetiva admissão, com base em proposta do Secretariado Executivo e após apreciação pelo Comité de Concertação Permanente. Neste contexto, no XIº Conselho de Ministros, reunido em Bissau, em Julho de 2006, foi recomendada a atribuição do Estatuto de Observador Associado à República da Guiné Equatorial e à República da Ilha Maurícia, passando estes a gozar dos direitos enumerados no artigo 7º dos Estatutos. O Senegal recebeu esse mesmo Estatuto durante a Conferência de Chefes de Estado e de Governo que se realizou a 25 de Julho de 2008, em Lisboa. Desde então, diversos Estados soberanos manifestaram a intenção de obter o Estatuto de Observador Associado. A X Conferência de Chefes de Estado e de Governo, prevista para Julho de 2014, em Díli, pode trazer novidades nesta matéria.





# REPÚBLICA DA GUINÉ EQUATORIAL

- ◆ **Designação Oficial:** República da Guiné Equatorial
- ◆ **Chefe de Estado:** Teodoro Obiang Nguema Mbasogo (desde 03 de Agosto de 1979)
- ◆ **Primeiro-ministro:** Miguel Abia Biteo Borico
- ◆ **Capital:** Malabo, cerca de 100 mil Habitantes.
- ◆ **Outras cidades importantes:** Bata.
- ◆ **Religião:** Maioritariamente católica (88,8 por cento da população). 4,6 por cento da população tem religiões tribais. Já o islamismo representa apenas 0,5 por cento da população, enquanto que os ateus representam 5,9 por cento do povo.
- ◆ **Línguas Oficiais:** Castelhana, Francesa e a Língua Portuguesa
- ◆ **Unidade monetária:** Franco CFA.

# REPÚBLICA DA ILHA MAURÍCIA

- ◆ **Designação Oficial:** República da Maurícia
- ◆ **Capital:** Port Louis, cerca de 150 mil Habitantes.
- ◆ **Outras cidades importantes:** Fond du Sac, Moka.
- ◆ **Línguas Oficiais:** Inglesa
- ◆ **Unidade monetária:** Rupia mauricana.



# REPÚBLICA DO SENEGAL



- ◆ **Designação oficial:** República do Senegal
- ◆ **Capital:** Dakar
- ◆ **Outras cidades importantes:** Thiès, Kolda, Bignona, Saint-Louis, Kédougou, Tambacounda, Nayé, Podor
- ◆ **Línguas oficiais:** Francesa
- ◆ **Unidade monetária:** Franco CFA

# O ESTATUTO DE OBSERVADOR CONSULTIVO

A vontade de abertura ao mundo e de aproximação entre os povos manifestada na fundação da CPLP tem-se confirmado ao longo dos últimos dezoito anos



Ex-Director Geral da CPLP, Helder Vaz, e Director de Cooperação, Manuel Clarote Lapão, coordenam a VII Reunião com OC

**A** importância das organizações da Sociedade Civil é reconhecida pelos principais órgãos da CPLP, os quais, a seu respeito, têm adotado diversas decisões com vista à integração deste enorme potencial na dinâmica de Desenvolvimento da Comunidade.

AXIV Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, na Cidade da Praia, em 20 de Julho de 2009, aprovou, via Resolução, o Regulamento dos Observadores Consultivos da CPLP que, entre várias matérias, opera uma revisão da tramitação para os pedidos de concessão da categoria e, noutra linha, estabelece os mecanismos da cooperação dos Observadores, entre si e com a CPLP.

Recordemo-nos que, o Estatuto de Observador foi criado na IIª Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Julho de 1998, na Cidade da Praia. Em 2005, no Conselho de Ministros da CPLP, reunido em Luanda, foram estabelecidas as categorias de Observador Associado e de Observador Consultivo (OC).

No espírito da Resolução aprovada pela XIV

Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, na Cidade da Praia, em Julho de 2009, que criou o Regulamento dos Observadores Consultivos da CPLP, o Secretariado Executivo (SE) da CPLP desenrolou, desde 2006, encontros anuais com as instituições às quais foi concedido este Estatuto.

A troca de informações entre as entidades com o estatuto de OC e o SE CPLP cresceu exponencialmente, tal como se pode observar um estreitar de relações entre estas. Conforme refere o Secretário Executivo da CPLP, embaixador Murade Murargy, “estou certo que a intervenção e a ação conjunta dos OC serão motores para um diálogo mais aberto e pluralista sobre os desígnios da CPLP”.

Para alargar a dimensão relacionada com a implementação de projetos no âmbito da CPLP, o cofinanciamento de programas, projetos e ações e comparticipação financeira dos OC CPLP em iniciativas em torno dos objetivos da CPLP, a organização iniciou, em 2013, no quadro da VII Reunião do SE CPLP com os Observadores Consultivos da CPLP, um exercício

que conduziu à constituição de Comissões Temáticas nos seguintes domínios:

- Promoção e Difusão a Língua Portuguesa;
- Saúde;
- Educação, Ciência e Tecnologia;
- Ambiente;
- Assuntos Culturais;
- Segurança Alimentar e Nutricional;
- Direito e Justiça.

Neste encontro, foi possível “promover-se uma nova dinâmica de trabalho com os Observadores Consultivos, baseada num processo mais produtivo, de troca mútua de informação, com maior precisão, a partir do trabalho em Comissões temáticas”, sublinhou o Diretor de Cooperação da CPLP, Manuel Clarote Lapão. Registe-se que o relacionamento mais ativo com OC se tem historicamente circunscrito aos OC que atuam no domínio da saúde, de que a Fiocruz e o IHMT são os exemplos mais paradigmáticos, com intensa colaboração no respectivo Plano Estratégico de Cooperação temático. Também no domínio da juventude,



com o Fórum da Juventude da CPLP, a “colaboração tem sido atuante e estável”, afirma o Diretor de Cooperação da CPLP.

Nos últimos anos, a dinâmica de alguns OC tem-se intensificando com um conjunto de ações pontuais realizadas em parceria, merecendo destaque as iniciativas da Fundação Calouste Gulbenkian, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Abraço, Sociedade de Geografia de Lisboa, Mares Navegados, Confederação Sindical dos Países de Língua Portuguesa e Fundação do Eduardo Santos – FESA.

Após a constituição das CT, merece registar um incremento de colaboração com o Observatório da Língua Portuguesa, a Associação de Universidade de Língua Portuguesa – AULP, a Confederação Empresarial da CPLP, a União das Misericórdias, a Confederação da Publicidade dos Países de Língua Portuguesa – CPPLP, a União de Advogados de Língua Portuguesa, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e a Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD). O tipo de ações desenvolvidas com estes observadores, tem “passado muito pela divulgação e informação de temas constantes da agenda da CPLP, com particular destaque para o trabalho que vem sendo desenvolvido no quadro da Língua Portuguesa e a promoção de temas ligados aos Direitos Humanos”, clarifica Manuel Clarote Lapão.

Estão, atualmente, em funcionamento as seguintes Comissões Temáticas:



#### **PROMOÇÃO E DIFUSÃO A LÍNGUA PORTUGUESA**

- 1) Fundação Calouste Gulbenkian
- 2) Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- 3) Observatório da Língua Portuguesa
- 4) Instituto Internacional de Macau
- 5) Associação de Universidade de Língua Portuguesa - AULP
- 6) Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento - FLAD
- 7) Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia
- 8) Fundação Roberto Marinho
- 9) Confederação Empresarial da CPLP

#### **SAÚDE**

- 1) Médicos do Mundo
- 2) Instituto Marquês de Valle Flôr
- 3) Fundação Calouste Gulbenkian
- 4) AMI
- 5) Abraço
- 6) Fundação do Eduardo Santos - FESA
- 7) Associação Saúde em Português
- 8) Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
- 9) Instituto de Higiene e Medicina Tropical
- 10) Fórum das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha
- 11) Comunidade Médica de Língua Portuguesa
- 12) União das Misericórdias

#### **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

- 1) Fundação Champalimaud
- 2) Universidade Lusófona
- 3) Associação de Universidades de Língua Portuguesa
- 4) Fundação do Eduardo Santos - FESA
- 5) Fundação para a Divulgação de Tecnologia de Informação
- 6) Fundação Roberto Marinho
- 7) Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- 8) Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento - FLAD
- 9) Comissão Inter Países/Países de Língua Oficial Portuguesa - CIP/PLOP (Rotarianos)
- 10) Confederação da Publicidade dos Países de Língua Portuguesa – CPPLP
- 11) Fundação Roberto Marinho
- 12) Instituto de Higiene e Medicina Tropical
- 13) Sociedade de Geografia de Lisboa
- 14) Fórum da Juventude da CPLP
- 15) Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

#### **AMBIENTE**

- 1) Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia
- 2) Instituto de Higiene e Medicina Tropical
- 3) Fórum das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha

#### **ASSUNTOS CULTURAIS**

- 1) Mares Navegados
- 2) Fundação Agostinho Neto
- 3) Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- 4) Sociedade de Geografia de Lisboa
- 5) Fundação Roberto Marinho
- 6) Instituto de Higiene e Medicina Tropical
- 7) Fórum das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha
- 8) Associação dos Ex-Deputados da Assembleia da República (AEDAR)

#### **SEGURANÇA ALIMENTAR**

- 1) Associação Saúde em Português
- 2) Instituto Marquês de Valle Flôr
- 3) Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia
- 4) Instituto de Higiene e Medicina Tropical
- 5) Fórum das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha
- 6) Associação Mares Navegados

#### **DIREITO E JUSTIÇA**

- 1) União de Advogados de Língua Portuguesa
- 2) Centro de Conciliação e Mediação de Conflitos - Concórdia
- 3) União Internacional de Juizes de Língua Portuguesa - UIJLP
- 4) Associação dos Ex-Deputados da Assembleia da República (AEDAR)
- 5) Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
- 6) Fórum da Juventude da CPLP
- 7) Fórum das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha

# OBSERVADORES CONSULTIVOS

## ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

**Objetivos:** A Academia Brasileira de Letras é uma instituição que foi fundada a 20 de julho de 1897 e tem por fim o cultivo da língua e a literatura nacional. **Sítio:** <http://www.academia.org.br/>

## AMI-ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL

**Objetivos:** A AMI é uma ONG com estatuto jurídico de Fundação, provada, apolítica e sem fins lucrativos. Desde a sua fundação pelo Dr. Fernando Nobre, em 5 de dezembro de 1984, a AMI assumiu-se como uma organização humanitária inovadora em Portugal, destinada a intervir rapidamente em situações de crise e emergência, tendo o Homem como centro de todas as suas preocupações. A AMI tem sobretudo como objetivo lutar contra a pobreza, a exclusão social, o subdesenvolvimento, a fome e as sequelas da guerra, em qualquer parte do Mundo. **Sítio:** <http://www.fundacao-ami.org/ami/matriz.asp>

## ASSOCIAÇÃO "ABRÇO" (ASSOCIAÇÃO DE APOIO A PESSOAS COM VIH/SIDA)

**Objetivos:** "ABRÇO" é uma Instituição Particular de Solidariedade Social e Organização Não-Governamental de Desenvolvimento, sem fins lucrativos, que presta serviços na área da problemática do VIH/SIDA. Foi constituída por escritura pública em junho de 1992, formalizando e dando continuidade ao trabalho de um pequeno número de voluntários que, desde dezembro de 1991, prestava apoio psicológico, social e material a seropositivos internados na Unidade de Doenças Infecciosas e Parasitárias do Hospital Egas Moniz, e tentava melhorar as condições hospitalares." **Sítio:** <http://www.abraco.org.pt/>

## ASSOCIAÇÃO "MARES NAVEGADOS"

**Objetivos:** A Associação Mares Navegados tem por objetivo a consultoria, organização e divulgação de eventos culturais, nas áreas das artes plásticas, cinema, dança, desporto, literatura, música e teatro, tais como conferências, cursos, espetáculos, exposições, festivais, oficinas de seminários e articulação junto de entidades públicas e privadas, com recurso aos sistemas audiovisuais, informáticos e novas tecnologias e atividade primordial no intercâmbio no mundo de Língua Portuguesa com especial foco nas relações lusobrasileiras. **Sítio:** <http://www.maresnavegados.pt/>

## ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA - AULP

**Objetivos:** "A Associação das Universidades de Língua Portuguesa (A.U.L.P.) visa promover a cooperação entre as Universidades e Instituições de Ensino Superior e de Investigação que dela sejam membros." **Sítio:** <http://www.aulp.org/>

## ASSOCIAÇÃO DOS COMITÉS OLÍMPICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA-ACOLOP

**Objetivos:** A Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Oficial Portuguesa (ACOLOP) é uma organização desportiva não-governamental. Foi criada em Lisboa a 8 de junho de 2004, com o objetivo de integrar os países e regiões de Língua Portuguesa pelo desporto. É reconhecida oficialmente pelo Comité Olímpico Internacional (COI). Foi fundada pelos Comitês Olímpicos Nacionais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Timor-Leste, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial, cuja língua oficial é o espanhol e participa como membro associado. Mais tarde, a Índia (a Associação Olímpica de Goa) e Sri Lanka foram admitidos como membros associados com base nas suas relações históricas com Portugal. **Sítio:** <http://acolop.org/>

## ASSOCIAÇÃO DOS EX-DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (AEDAR)

**Objetivos:** A associação tem como objetivo promover e consolidar as relações entre os ex-Deputados da Assembleia da República. **Sítio:** <http://aedar.blogspot.pt/>

## ASSOCIAÇÃO SAÚDE EM PORTUGUÊS

**Objetivos:** A Associação de Profissionais de Cuidados de Saúde Primários dos Países de Língua Portuguesa, "Saúde em Português", é constituída por associados de todos os países de Língua Portuguesa e tem como objetivo a promoção, divulgação e aplicação dos cuidados de saúde nos países de Língua Portuguesa; a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres; e a promoção da inclusão social. **Sítio:** <http://www.saudeportugues.pt/>

## CENTRO DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS (CONCÓRDIA)

**Objetivos:** A CONCÓRDIA é uma associação, sem fins lucrativos, constituída por escritura de 18 de Fevereiro de 2003, com o objetivo de promover Centros de Conciliação e Mediação de Conflitos e outros modos alternativos de resolução de conflitos. **Sítio:** <http://www.concordia.com.pt/>

## CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS (UNIVERSIDADE DE COIMBRA)

**Objetivos:** O Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra é um Laboratório Associado do MCE, desde 2002, vocacionado para a investigação e formação avançada nas diversas áreas das ciências sociais e humanas. Dirigido desde a sua fundação (1978) por Boaventura de Sousa Santos, o CES conta hoje com 122 investigadores, 48 investigadores associados, 53 investigadores em pós-doutoramento e 64 investigadores juniores. Muitos dos investigadores desenvolvem a sua atividade a tempo inteiro no Centro, combinando os restantes a investigação com a docência (maioritariamente nas Faculdades de Economia, Letras e Ciências e Tecnologias) ou com outras atividades profissionais. Entre o corpo de investigadores do CES encontram-se sociólogos, economistas, juristas, antropólogos, historiadores, especialistas das áreas da educação, da literatura, da cultura e das relações internacionais, geógrafos, arquitetos, engenheiros ou biólogos. **Sítio:** <http://www.ces.ucp/>

## CÍRCULO DE REFLEXÃO LUSÓFONA

**Objetivos:** Discute questões estratégicas da Lusofonia.

## COMISSÃO INTERPAÍSES/PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

### - CIP/PLP FUNDAÇÃO ROTARIANOS SÃO PAULO

**Objetivos:** A Comissão InterPaíses/ Países de Língua Oficial Portuguesa tem como objetivo desenvolver a integração de rotarianos de países e áreas de Língua Portuguesa para a promoção da paz e da compreensão mundial, por meio de estímulos para a consequente implementação de projetos e programas de caráter cultural, educativo, económico e social. **Sítio:** [http://www.frsp.org/CIP\\_PLP/index.php](http://www.frsp.org/CIP_PLP/index.php)

## COMUNIDADE MÉDICA DE LÍNGUA PORTUGUESA

**Objetivos:** Considerando as ligações históricas, culturais e linguísticas que unem os respetivos povos e a crescente circulação de médicos entre uns países e outros, conscientes das diferenças existentes em termos de formação profissional médica e procurando consolidar as relações de amizade e solidariedade. **Sítio:** <http://www.cmedlp.org/>

## COMUNIDADE SINDICAL DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

**Objetivos:** "Como Organizações Sindicais representativas dos trabalhadores dos nossos Países empenhar-nos-emos no desenvolvimento da CPLP, valorizando o que nos é comum e que resulta de uma convivência secular - uma Língua, uma História, uma Comunidade - no respeito pela diversidade dos nossos Estados e das nossas culturas."

**Sítio:** <http://csplp.org/>

## CONFEDERAÇÃO DA PUBLICIDADE DOS PAÍSES

### DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPPLP)

**Objetivos:** A CPPLP tem como objetivo principal promover o entendimento e a cooperação para o desenvolvimento entre os seus membros, através de iniciativas de caráter económico-empresarial, científico, tecnológico, cultural e social no âmbito dos setores da publicidade e da comunicação. **Sítio:** <http://www.cpplp.org/>

## CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DA CPLP

**Objetivos:** A Confederação Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CE-CPLP), fundada em Lisboa no dia 4 de junho de 2004, é uma organização que tem por intuito o desenvolvimento da cooperação entre estruturas de representação associativa dos Países-membros da CPLP, de forma a criar as condições para o desenvolvimento de negócios no quadro dos espaços económicos onde estão inseridos os países da nossa comunidade. **Sítio:** <http://www.cecplp.org/>

## CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE DOS ESTADOS BRASILEIROS

### FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA

**Objetivos:** A Faculdade de Direito é um centro de criação, transmissão e difusão da cultura e da ciência, no domínio das disciplinas jurídicas e das demais disciplinas com estas conexas. **Sítio:** <http://www.fd.lisboa.pt/>

## FÓRUM DA JUVENTUDE DA CPLP

**Objetivos:** O Fórum de Juventude da CPLP é a entidade que congrega os organismos coordenadores das organizações não governamentais de juventudes dos Estados membros da Comunidade. Constituem fins do Fórum, manter e aprofundar os laços de fraternidade, a cooperação, a solidariedade e o diálogo intercultural entre os jovens lusófonos, bem como, a promoção dos direitos humanos, do desenvolvimento e da interdependência na CPLP. **Sítio:** <http://fjcpplp.wordpress.com/> (não é actualizado desde 2009)

## FÓRUM DAS SOCIEDADES NACIONAIS DA

### CRUZ VERMELHA DE LÍNGUA PORTUGUESA

**Objetivos:** No mundo atual os desafios humanitários são cada vez mais prementes e a cooperação torna-se cada vez mais indispensável na resolução dos problemas globais. É convicção do Fórum SNLP que a categoria de Observador Consultivo da CPLP permitirá um maior acompanhamento das decisões tomadas pela CPLP, nomeadamente no que se refere às questões humanitárias e de desenvolvimento.

## FUNDAÇÃO AGOSTINHO NETO

**Objetivos:** Nosso objetivo é promover a pesquisa e divulgação da vida e da obra do Dr. António Agostinho Neto; Promover atividades para melhorar o bem-estar e a condição dos angolanos; A promoção da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura, para incentivar a criação e a inovação, de todo o tipo e sob todas as formas, e a investigação científica e tecnológica. **Sítio:** <http://www.agostinhoneto.org/>

## FUNDAÇÃO CARLOS ALBERTINO VEIGA

**Objetivos:** "A FUNDAÇÃO CARLOS ALBERTINO VEIGA traduzindo o espírito social e construtivo do patriarca da família, pretende institucionalizar o espírito empreendedor, solidário e indutor da liberdade e dos direitos fundamentais dos cidadãos. A FUNDAÇÃO pretende alcançar os seguintes objetivos ao serviço da população e do País:

1. Promoção do desenvolvimento humano e social dos mais carenciados
2. Promoção de iniciativas que consolidem os valores que de uma sociedade civil forte, livre e democrática
3. Promoção de novas tecnologias na sociedade cabo-verdiana."

**Sítio:** <http://fundacaocarlosveiga.org/>

## FUNDAÇÃO AMILÍCAR CABRAL

**Objetivos:** O GRUPO DOS AMIGOS DA FUNDAÇÃO AMILÍCAR CABRAL, se propõe a de refletir e debater a cultura na óptica de estado, inserida no contexto do desenvolvimento económico e social, apoiando-se em instrumentos de política nacional e internacional, através da produção de eventos e expressões culturais, partilhando as grandes questões da nossa época com o público interessado. **Sítio:** <http://blogfac.wordpress.com/>

## FUNDAÇÃO BIAL

**Objetivos:** Criada em 1994, a Fundação Bial tem como objetivo primordial o incentivo do estudo científico do Homem, tanto do ponto de vista físico como espiritual, distinguindo, apoiando e promovendo o trabalho e o esforço de todos aqueles que procuram trilhar novos passos no caminho da Investigação, da Ciência e do Conhecimento. **Sítio:** [http://www.bial.com/pt/fundacao\\_bial.11/a\\_fundacao.15/a\\_fundacao.a36.html](http://www.bial.com/pt/fundacao_bial.11/a_fundacao.15/a_fundacao.a36.html)

## FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

**Objetivos:** A Fundação Calouste Gulbenkian é uma instituição portuguesa de direito privado e utilidade pública, cujos fins estatutários são a Arte, a Beneficência, a Ciência e a Educação. **Sítio:** <http://www.gulbenkian.pt/Institucional/pt/Homepage>

## FUNDAÇÃO CHAMPALIMAUD

**Objetivos:** A Fundação Champalimaud apoia a investigação em áreas de ponta. Tem como prioridade estimular descobertas que beneficiem as pessoas, bem como patrocinar novos padrões de conhecimento. A Fundação Champalimaud apoia, ainda, a investigação nas ciências médicas e aposta na investigação translacional com impacto direto na saúde e no bem-estar das pessoas. **Sítio:** <http://www.fchampalimaud.org/>

## FUNDAÇÃO EDUARDO DOS SANTOS-FESA

**Objetivos:** A FESA foi fundada a 29 de março de 1996 e tem como objetivo auxiliar os poderes públicos a amenizar o sofrimento das populações menos favorecidas de Angola. É uma instituição apartidária de caráter técnico, científico, cultural e social. **Sítio:** <http://www.fesa.ao/fundacao/apresentacao.htm>

## FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO

**Objetivos:** A FLAD, criada em 1985, é uma instituição portuguesa, privada e financeiramente autónoma. Pretende contribuir para o desenvolvimento de Portugal, através do apoio financeiro e estratégico a projetos inovadores e através do incentivo à cooperação entre a sociedade civil portuguesa e a americana. **Sítio:** <http://www.flad.pt/>

## FUNDAÇÃO LUSO-BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNDO DE LÍNGUA PORTUGUESA

**Objetivos:** A Fundação Luso-Brasileira é uma instituição portuguesa de direito privado, dotada de personalidade jurídica que tem por finalidade promover ou apoiar iniciativas de carácter cultural, educativo, científico, empresarial e assistencial, a concretizar em Portugal, no Brasil e nos restantes países e territórios de língua oficial portuguesa. **Sítio:** <http://www.fund-luso-brasileira.org/>

## FUNDAÇÃO D. MANUEL II

**Objetivos:** A Fundação Dom Manuel II é uma instituição particular, sem fins lucrativos, de assistência social e cultural, com ações no território português, nos países lusófonos, e nas comunidades portuguesas em todo o mundo. É uma instituição de nacionalidade portuguesa de carácter perpétuo e dotada de personalidade jurídica. A Fundação Dom Manuel II desenvolveu projetos com: Dempo Foundation, AMI, Fundação Sousa Pedro, Diocese de Baucau, Diocese de S. Tome e Príncipe, Fundação Oureana, Fundação Aljubarrota, Premio Infante Dom Henrique, The Bamboo Foundation entre outras. **Sítio:** <http://www.casarealportuguesa.org/dynamicdata/funda.asp>

## FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES

**Objetivos:** Constituída em 12 de setembro de 1991, a Fundação Mário Soares é uma instituição de direito privado e utilidade pública sem fins lucrativos, ligada à pessoa do ex-Presidente da República Portuguesa, Mário Soares. Tendo como matriz a personalidade e a vida do Dr. Mário Soares, esta Fundação adotou um modelo organizativo aberto e flexível, capaz de gerar iniciativas e projetos que alcançam diversificados e vastos públicos, influenciando de modo continuado no debate de ideias e valores e na procura de caminhos para a afirmação de uma cidadania contemporânea. **Sítio:** <http://www.fmssoares.pt/>

## FUNDAÇÃO NOVO FUTURO (FNF)

**Objetivos:** Fundação Novo Futuro, em São Tomé Príncipe, abriu o seu primeiro Centro de Acolhimento para Crianças desfavorecidas de S. Tomé no dia 1 Junho 2004.

## FUNDAÇÃO ORIENTE

**Objetivos:** A Fundação Oriente, constituída em 18 de março de 1988, é uma pessoa colectiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica e sem fins lucrativos. A Fundação Oriente tem como objetivos a realização e o apoio a iniciativas de carácter cultural, educativo, artístico, filantrópico e social, a levar a cabo sobretudo em Portugal e em Macau. Dentro destes objetivos, a Fundação procura fomentar a continuidade e incrementar o reforço das ligações históricas e culturais entre Portugal e os países do Extremo Oriente, prosseguindo simultaneamente esforços tendentes a uma estreita cooperação com as comunidades macaenses espalhadas pelo Mundo. **Sítio:** <http://www.foriente.pt/>

## FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCruz

**Objetivos:** A FIOCruz, criada em 25 de maio de 1900, tem como objetivo promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, ser um agente da cidadania. A Fundação, vinculada ao Ministério da Saúde, abriga igualmente atividades que incluem o desenvolvimento de pesquisas; a prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais de referência em saúde; a fabricação de vacinas, medicamentos, reagentes e kits de diagnóstico; o ensino e a formação de recursos humanos; a informação e a comunicação em saúde, ciência e tecnologia; o controle da qualidade de produtos e serviços; e a implementação de programas sociais. **Sítio:** <https://portal.fiocruz.br/>

## FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE

**Objetivos:** A FDC é uma organização civil, fundada em 1990, sem filiação partidária, que visa congregar forças de todos os setores da sociedade na realização de um ideal de desenvolvimento, democracia e justiça social. Esta Fundação surge da convicção de que a pobreza não é uma fatalidade. É fruto de um complexo mecanismo de marginalização e exploração dos mais desfavorecidos; de uma fraca divulgação de conhecimentos científico e técnico e de tecnologias apropriados; de um sistema de acesso a recursos dificilmente aproveitado pelas camadas sociais que não beneficiam de educação e enquadramento nas instituições formais da sociedade e da economia. Este conjunto de fatores, condicionado negativamente a atitude do Homem perante a Natureza e a Vida, também impede que ele utilize em benefício próprio e de forma sustentável, os recursos que já são disponíveis. Este obstáculos estruturais e psicológicos constituem as raízes da pobreza que a FDC visa combater. **Sítio:** <http://www.fdc.org.mz/>

## FUNDAÇÃO PORTUGAL-ÁFRICA

**Objetivos:** A Fundação Portugal África (FPA) foi constituída no Porto a 9 de janeiro de 1995. Tem por fim contribuir para a realização e incremento de ações de carácter cultural e educacional a desenvolver em Portugal e em África, designadamente junto dos PALOP, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre Portugal e os países africanos, numa perspectiva de progresso e de projeção para o futuro. Neste âmbito, a FPA contribui ativamente para o desenvolvimento endógeno daqueles países mediante, nomeadamente, a concessão de apoios documentais e financeiros à realização de estudos ou trabalhos sobre África de Língua Portuguesa, a promoção e estímulo à formação de quadros, incluindo, quando a esta, variadas formas de contacto profissional prolongado com empresas de reconhecida qualidade de organização e gestão, e o fomento de iniciativa e capacidades empresariais. **Sítio:** <http://www.fportugalafrica.pt/>

## FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

**Objetivos:** A Fundação Roberto Marinho, com sede no Rio de Janeiro, é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, de duração indeterminada. A Fundação foi constituída em 30 de dezembro de 1977 e declarada de Utilidade Pública Federal em 1980. A FRM tem como objetivos a assistência, execução, promoção e apoio a ações nos campos cultural, educacional, social, filantrópico, comunitário, recreativo e científico-tecnológico no Brasil. **Sítio:** <http://www.frm.org.br/>

## INSTITUTO DE HIGIENE E MEDICINA TROPICAL

**Objetivos:** O Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) é uma Unidade Orgânica da Universidade Nova de Lisboa (UNL), com tutela do Ministério da Ciência Inovação e Ensino Superior. O IHMT caracteriza-se pelo seu carácter científico de Formação pós-graduada, Investigação e Cooperação para o Desenvolvimento. O IHMT foi criada em 24 de abril de 1902 por Carta de Lei do Rei D. Carlos, então denominado por Escola de Medicina Tropical. **Sítio:** <http://www.ihmt.unl.pt/>

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB)

**Objetivos:** O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB tem como objetivo coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos, adaptados às conjunturas nacionais e internacionais, necessários para a His-

tória e a Geografia do Brasil, abarcando igualmente as demais Ciências Sociais. **Sítio:** <http://www.ihgb.org.br/>

## INSTITUTO INTERNACIONAL DE MACAU

**Objetivos:** O Instituto Internacional de Macau é uma ONG com a natureza jurídica de pessoa coletiva de direito privado de carácter associativo e sem fins lucrativos. A instituição prossegue objetivos académicos, científicos e culturais. **Sítio:** <http://www.iimacau.org.mo/>

## INSTITUTO MARQUÊS DE "VALLE FLÔR"

**Objetivos:** O IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) que acredita no esforço conjunto dos milhões de pessoas que em todo o Mundo procuram promover o desenvolvimento junto das populações mais carenciadas. **Sítio:** <http://www.imvf.org/>

## MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL

**Objetivos:** A Associação Médicos do Mundo é uma Organização Não Governamental de ajuda humanitária e de cooperação para o desenvolvimento, sem filiação partidária ou religiosa. O nosso trabalho assenta no direito fundamental de todos os seres humanos terem acesso a cuidados de saúde, independentemente da sua nacionalidade, religião, ideologia, raça ou possibilidades económicas. **Sítio:** <http://www.medicosdomundo.pt/pt>

## OBSERVATÓRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA

**Objetivos:** Centramos a nossa intervenção nos países de Língua Portuguesa e assumimos como missão a promoção do desenvolvimento socioeconómico e cultural. **Sítio:** <http://www.observatorio-lp.sapo.pt/pt>

## ORGANIZAÇÃO PARAMÉDICOS DE CATÁSTROFE INTERNACIONAL

**Objetivos:** A Paramédicos de Catástrofe Internacional - PIC, reúne profissionais de saúde, e outros voluntários em diferentes áreas de actuação. A PIC leva socorro às populações em perigo, em qualquer parte do mundo, às vítimas de catástrofe de origem natural ou humana e de situações de conflito, sem qualquer discriminação racial, religiosa, filosófica ou política. **Sítio:** <https://www.facebook.com/ParamedicosCI>

## REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA

**Objetivos:** O Real Gabinete Português de Leitura, com sede no Rio de Janeiro, é uma instituição de direito privado sem fins lucrativos. O Real Gabinete Português de Leitura (adiante RGPL), foi fundado em 14 de Maio de 1837, com a denominação de Associação Gabinete Português de Leitura. Assume a sua denominação actual a 12 de Setembro de 1906, na sequência de Decreto do Rei D. Carlos de Portugal. A Instituição foi igualmente agraciada com algumas das mais altas condecorações conferidas pelo Estado Português. O RGPL foi reconhecido como Instituição de Utilidade Pública Estadual (1949); de Utilidade Pública Federal (1970); e como Entidade de Fins Filantrópicos (1975). **Sítio:** <http://www.realgabinete.com.br/>

## SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

**Objetivos:** A Sociedade de Geografia de Lisboa é uma sociedade científica criada em Lisboa no ano de 1875 com o objetivo de promover e auxiliar o estudo e progresso das ciências geográficas e correlativas. **Sítio:** <http://www.socgeografalisboa.pt/>

## UNIÃO INTERNACIONAL DE JUÍZES DE LÍNGUA PORTUGUESA

**Objetivos:** Ao pensar esta União de juizes do espaço lusófono pretendeu-se estabelecer uma instituição de natureza privada, constituída por prazo indeterminado, sem fins lucrativos, nem propósitos de actividades políticas, e articulada como a estrutura internacional de cooperação entre as acima indicadas associações de juizes constituídas nos países e territórios autónomos de língua oficial portuguesa. A UIJLP propõe-se contribuir para a promoção dos valores do Estado democrático de direito no espaço dos países e territórios autónomos de Língua Portuguesa, mediante o exercício da função jurisdicional orientada, entre outros valores, pela justiça, pela defesa dos direitos humanos e dos direitos fundamentais no quadro do direito internacional e das constituições respectivas, pela igualdade, pelo pluralismo, pela solidariedade e pela qualidade na prestação dos serviços de justiça. **Sítio:** <http://www.uijlp.org/sobre.asp>

## UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

**Objetivos:** A missão da UMP é ser o instrumento promotor, quer dos valores e atividade das Misericórdias Portuguesas na sociedade portuguesa, quer do movimento das Misericórdias no plano europeu, mundial e da cultura e civilização portuguesas e lusófonas. **Sítio:** <http://www.ump.pt/>

## UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS

**Objetivos:** A União das Mutualidades Portuguesas, constituída em 1984, é uma associação mutualista de grau superior, que congrega as associações mutualistas nacionais, com o objetivo de as promover e representar junto das entidades públicas, privadas e sociais, definindo as orientações estratégicas e as linhas gerais de direção do Movimento Mutualista, no âmbito das suas finalidades estatutárias, como também, se assume como parceira no Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, participando em representações nacionais e internacionais. **Sítio:** <http://www.mutualismo.pt/>

## UNIÃO DOS ADVOGADOS DE LÍNGUA PORTUGUESA - UALP

**Objetivos:** A União dos Advogados de Língua Portuguesa (UALP), órgão executivo de cooperação entre as Ordens, Instituições e Associações profissionais dos advogados dos países de língua e cultura jurídica lusófona. Integram a UALP a Ordem dos Advogados da Angola, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Ordem dos Advogados de Cabo Verde, a Ordem dos Advogados da Guiné-Bissau, a Associação dos Advogados de Macau, a Ordem dos Advogados de Moçambique e a Ordem dos Advogados Portugueses.

**Sítio:** [http://www.aa.pt/conteudos/temas/lista\\_temas.aspx?dc=31060](http://www.aa.pt/conteudos/temas/lista_temas.aspx?dc=31060)

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP

**Objetivos:** A UNICAMP, com sede na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, foi criada em dezembro de 1962. É uma instituição estadual de ensino superior, com autonomia didática, científica, administrativa, financeira e disciplinar. **Sítio:** <http://www.unicamp.br/unicamp/>

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA

**Objetivos:** A Universidade Federal da Bahia, criada em abril de 1946, é uma instituição pública de ensino superior, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, que detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-científica. **Sítio:** <https://www.ufba.br/>

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-UNIRIO

**Objetivos:** a UNIRIO foi criada a 5 de junho de 1979 e tem como objetivo produzir e disseminar o conhecimento nos diversos campos do saber, contribuindo para o exercício pleno da cidadania mediante formação humanística, crítica e reflexiva, consequentemente preparando profissionais competentes e actualizados para o mundo do trabalho presente e futuro. **Sítio:** <http://www.unirio.br/>

## UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

**Objetivos:** A Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, é a maior instituição de Ensino Superior Particular e Cooperativo em Portugal e está integrada no maior grupo de ensino de Língua Portuguesa, o Grupo Lusófona. **Sítio:** <http://www.ulusofona.pt>





O Embaixador Luis Fonseca foi a última personalidade a ser nomeada Embaixador da Boa-Vontade da CPLP

## EMBAIXADORES DE BOA-VONTADE

**N**a VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (Bissau, 2006) foram também nomeados os primeiros Embaixadores de Boa-Vontade da CPLP que, segundo o regulamento aprovado, são designados para um mandato de dois anos e devem ser personalidades de mérito reconhecido e que se distinguiram na promoção dos valores defendidos pela CPLP. As personalidades escolhidas foram três antigos Chefes de Estado, Jorge Sampaio (Portugal), José Sarney (Brasil)

e Joaquim Chissano (Moçambique). Um primeiro-ministro e um ministro, Fernando Van-Dunen (Angola) e Albertino Bragança (São Tomé e Príncipe); o músico Martinho da Vila (Brasil) e Gustavo Vaz da Conceição, presidente da Federação Angolana de Basquetebol e membro do Comité Olímpico de Angola.

No XV Conselho de Ministros, de 22 de Julho de 2010, em Luanda, foi nomeado o embaixador Luís Fonseca, ex-Secretário Executivo da CPLP.



### PRÉMIO JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

A CPLP lançou o Prémio José Aparecido de Oliveira, em 2012, para o qual são elegíveis personalidades ou instituições cujo contributo seja considerado relevante no âmbito da materialização dos princípios, valores e objetivos da CPLP. Os candidatos ao Prémio podem ser propostos pelos Estados-membros, Observadores Associados e Observadores Consultivos. O Prémio José Aparecido de Oliveira foi atribuído na primeira edição ao Ex-Presidente do Brasil, Lula da Silva. A decisão consensual saiu da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada a 20 de julho de 2012, em Maputo, uma vez que o Prémio JAO pretende distinguir aqueles que empenhadamente ousem assumir uma “herança sem preço” e queiram continuar a ter a “Glória de Servir” através da defesa, valorização e promoção dos princípios, valores e objetivos da CPLP. O Regulamento do Prémio José Aparecido de Oliveira foi aprovado através de uma resolução da XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, realizada a 22 de julho de 2011, em Luanda.

# SOCIEDADE CIVIL DA CPLP REUNIDA EM FÓRUM

Outra manifestação da Sociedade Civil em torno dos objetivos da nossa organização, para além dos Observadores Consultivos, é o Fórum da Sociedade Civil da CPLP

O I Fórum da Sociedade Civil da CPLP realizou-se entre 28 e 30 de setembro de 2011, no Palácio do Planalto, na cidade de Brasília, contando com a participação de representantes da sociedade civil e do governo de todos os Estados-membros da CPLP. A iniciativa de realização deste I Fórum resultou da recomendação do Conselho de Minis-

tros da CPLP, de julho de 2008, seguindo-se à reunião preparatória realizada em Salvador, entre 4 e 6 de novembro de 2009, e posterior reunião do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em Luanda, no dia 22 de julho de 2010, que reiterou a recomendação de 2008. O Fórum procurou estimular a participação social como um dos pilares essenciais para a consolidação da CPLP, identificando propostas da sociedade civil sobre a cooperação para o desenvolvimento económico, social e cultural entre os Estados-membros. Foi aprovada uma metodologia que passou pela eleição de dois membros de cada Comissão Nacional para comporem uma “Comissão Provisória”. Esta “Comissão” ficou encarregada de consensualizar o documento entre a Sociedade Civil dos Estados tendo em mente a sua aprovação comunitária e definição dos mecanismos de governança do Fórum, particularmente, a preparação das fases seguintes.

Espera-se que a realização do II Fórum da Sociedade Civil, criando um espaço permanente de diálogo e integração entre governo e sociedade civil, permita o reforço da participação social na CPLP e a institucionalização do Fórum como um importante mecanismo de cooperação da Sociedade Civil na CPLP. Assim, em julho de 2013, no quadro do XVIII Conselho de Ministros, foi aprovada uma Resolução sobre o I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, para retomar os resultados do I Fórum, nomeadamente, a aprovação dos seus mecanismos de governação e efetiva institucionalização do Fórum. O SE CPLP, em setembro de 2013, enceta uma consulta aos Estados-membros para reunir representantes na “Comissão Provisória”. O II Fórum da Sociedade Civil deve acontecer brevemente.





# OBSERVADORES CONSULTIVOS REALIZAM CONFERÊNCIAS SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA

O Secretário Executivo, embaixador Murade Murargy, participou nas conferências subordinadas aos temas “Língua Portuguesa, Sociedade Civil e CPLP” e “Promoção e Difusão da Língua Portuguesa”, que se realizaram em outubro de 2013, na Universidade do Algarve, em abril de 2014, na Universidade de Aveiro, respetivamente

**A**s iniciativas foram organizadas pela Comissão Temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa dos Observadores Consultivos da CPLP e refletem “uma maior aproximação da CPLP à sociedade civil e para uma reflexão aberta e dinâmica sobre um tema que a todos diz respeito: a nossa Língua Portuguesa”, afirma o Secretário Executivo da CPLP, embaixador Murade Murargy. Mobilizar a sociedade civil para a defesa e promoção da Língua Portuguesa foi o grande objetivo da primeira conferência, acolhida na Universidade do Algarve. A segunda conferência, versou sobre a relevância da Língua Portuguesa no contexto mundial, a qual tem um crescente reconhecimento como um idioma estratégico de comunicação e um fator gerador de novas oportunidades empresariais.

De entre as conclusões das conferências, merece especial destaque a relevância de mobilizar e envolver a Sociedade Civil na promoção, valorização e divulgação da Língua Portuguesa. No objetivo de promoção e divulgação da Língua Portuguesa deve ser atribuída especial atenção aos contextos sociais e culturais em que o ensino e aprendizagem das línguas em Português acontecem. Isto significará que a Língua, entendida como expressão da essência de um povo, como património histórico, deve ser ensinada e aprendida com especial ponderação dos contextos e atenta escolha dos fins e das abordagens para ser ensinada e aprendida.

Existe interesse em identificar e registar casos exemplares de cooperação solidária em que a Língua Portuguesa foi veículo agregador de



◆ Conferência Língua Portuguesa, Sociedade Civil e CPLP realizada em Outubro de 2013 na Universidade do Algarve

vontades e gerador de plataformas de atores da sociedade civil. O mundo económico e dos negócios emergiu como relevantíssima plataforma para a promoção, valorização e difusão da Língua Portuguesa, identificando-se oportunidades, forças e fraquezas a considerar para se promover trabalho concertado e sustentável.

A Língua Portuguesa e os seus usos em contextos que têm particular focagem na comunicação e publicação científicas devem merecer adequada atenção. Se é verdade que as comunidades científicas mais prestigiadas entre pares usam o Inglês como veículo privilegiado, merecerá atenta

consideração a referência feita às recomendações da Associação de Universidades Europeias para se adotarem outras línguas, com incidência nos sistemas de indexação de revistas científicas.

O “impacto das línguas na identidade, comunicação, integração social, educação e desenvolvimento faz delas elementos fundamentais e estratégicos para todos os Povos do mundo”, sublinhou o embaixador Murade Murargy na Conferência de Aveiro. Referindo-se à importância do Ensino da Língua Portuguesa dentro do espaço da CPLP e em países estrangeiros, o embaixador Murargy salienta que “deve tornar-se essencial a criação de um sistema de certificação comum; uma forte aposta no uso das novas tecnologias de informação e comunicação; a formação de professores de Língua portuguesa e o apoio à sua mobilidade dentro e fora do espaço da Comunidade”.

Assim, na conferência de Aveiro, concluiu-se que para a Língua Portuguesa ser Língua de Ciência tem de se produzir ciência em português e do nosso idioma comum. Paralelamente, realçou-se a validade da ideia de um Espaço CPLP de Ensino Superior, com mobilidade de estudantes e docentes. Sem negar a utilização do inglês, a Língua Portuguesa é relevante para a criação de conhecimento, fazendo sentido a sua utilização como Língua Global. Falar no Vocabulário Ortográfico Comum é um bom exemplo. Por último, realça-se a intervenção do Secretário da Academia Galega de Língua Portuguesa de apresentação da Iniciativa Legislativa Popular «Valentín Paz-Andrade» para o aproveitamento da Língua Portuguesa e vínculos com a Lusofonia, recentemente aprovada por unanimidade no Parlamento da Galiza.





**N**o âmbito da preparação do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS-CPLP), o apoio no âmbito da Saúde requeria, como ponto prioritário, um plano estratégico que exigia o conhecimento exaustivo das necessidades e potencialidades existentes no seio da Comunidade, incluindo as que os atores da sociedade civil desenvolvem e propiciam com os seus projetos, programas e experiência própria no terreno. O Fórum da Sociedade Civil da CPLP sobre Saúde Pública realizou-se em julho de 2008, à margem da VII Conferência de Chefes de Estado da CPLP, por iniciativa de Jorge Sampaio, embaixador da Boa Vontade da CPLP para questões da Saúde e enviado Especial das Nações Unidas para a Luta contra a Tuberculose. O encontro teve o intuito de reafirmar o interesse em aprofundar a concertação político-diplomática, com vista a conferir maior expressão aos interesses e necessidades comuns dos Estados-membros no seio da Comunidade e destacar, de entre os objetivos que orientam a criação da CPLP, a importância da promoção da cooperação em todos os domínios, particularmente no da Saúde. Atendendo ao papel estruturante da Sociedade Civil na relação entre a CPLP e os seus

## FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL DA CPLP SOBRE SAÚDE PÚBLICA

*A Cooperação em Saúde no espaço CPLP é uma das áreas com maior potencialidade de desenvolvimento, podendo dar um contributo relevante para responder aos enormes desafios enfrentados pelos Estados-membros nesse domínio*

Estados-membros, o ex-Presidente da República Portuguesa, e Presidente Fundador da nossa organização, entendeu de maior utilidade proceder a uma troca de pontos de vista, experiências e boas práticas no âmbito da CPLP no plano genérico do combate às três grandes pandemias sobre as quais incidem os Objetivos

de Desenvolvimento do Milénio n.º 6. Este Fórum reuniu um vasto leque de representantes da sociedade civil dos países de Língua Portuguesa, vocacionados para a área da saúde pública, pertencentes a organizações não governamentais (ONG), grupos de ativistas, organizações de mulheres e de jovens, organizações religiosas, associações profissionais, sindicatos, movimentos sociais, associações empresariais e empresas, bem como Fundações, Universidades, Institutos académicos e de investigação que integram designadamente a rede de observadores consultivos da CPLP. Foram também convidados a participar representantes oficiais e membros dos Governos da CPLP, do Secretariado Executivo da CPLP assim como [da União Africana], da OMS, do Fundo Global para o HIV, TB e Malária, da UNTAID, da ONUSIDA e da STOP TB Partnership.



# A JUVENTUDE É O FUTURO

**A** Declaração Constitutiva da CPLP indica, como um dos seus propósitos, Incentivar e promover o intercâmbio de jovens, com o objetivo de desenvolver ações de formação e troca de experiências através da implementação de programas específicos, particularmente, no âmbito do ensino, da cultura e do desporto.

É preciso reconhecer que o mundo de hoje coloca grandes desafios às gerações mais jovens e às gerações vindouras. Em todo o mundo, “assistimos ao aumento das desigualdades entre ricos e pobres, com particular incidência sobre as populações mais jovens, arrastando para a exclusão e a pobreza, uma percentagem elevada de jovens”, recorda o Diretor de Cooperação da CPLP, Manuel Clarote Lapão. Face a esta realidade, cabe aos jovens um papel determinante na identificação de constrangimentos ao pleno exercício do seu papel e na procura de soluções que alterem esta realidade. No contexto da CPLP, a Juventude tem sido uma área à qual vem sendo dedicada uma atenção especial em termos de cooperação, tendo já sido efetuadas seis Conferências de Ministros responsáveis pela Juventude da CPLP, criado o Fórum da Juventude da CPLP, aprovado o Plano Estratégico da Juventude da CPLP e iniciado o debate para a aprovação de uma Carta da Juventude da CPLP. Como tal, os jovens da CPLP têm estado muito ativos na construção das políticas de juventude da Comunidade. Foram os Jovens que conceberam e propuseram o já aludido Plano Estratégico. Como tal, a CPLP possui na sua agenda importantes desafios, muito impulsionados pelas dinâmicas dos Jovens da CPLP.

A CPLP, enquanto instituição, deverá fortalecer o papel institucional da juventude, criar o ambiente propício para a sua realização e fortalecer os instrumentos institucionais que permitam a fruição dos seus direitos. Entre outros aspetos a considerar, deverão ser tidas em linha de conta a partilha de boas práticas em termos de políticas de juventude entre os Estados-membros da CPLP, nomeadamente, no que tange à coordenação do trabalho juvenil global em domínios como: Políticas de emprego e habitação; Empreendedorismo jovem; Participação dos jovens nos processos de tomada de decisão; Desenvolvimento e reconhe-

Conferência  
“Jovens da CPLP”  
na sede da Comunidade em 2013



A CPLP fortalece o papel da Juventude consolidando instrumentos institucionais

cimento do trabalho juvenil na vida democrática; Formação, capacitação e desenvolvimento de competências; Direito dos jovens, educação para os Direitos Humanos, cooperação inter-regional e internacional e cidadania global.

Para consolidar esta atuação, nos últimos três anos, a CPLP tem procurado participar ativamente nas seguintes atividades:

- Assembleias Gerais do Fórum da Juventude da CPLP;
- Diferentes edições das Universidades Africanas de Juventude e Desenvolvimento;
- Diferentes edições das Escola de Jovens Líderes da CPLP;
- Conferência “Jovens da Lusofonia”, 16 de janeiro de 2013;
- Seminário Ibero-americano e Lusófono de Jovens Líderes “Inovação, Emprego e Empreendedorismo”, 13 de maio de 2013;
- Fórum Intercultural Cidadania Democrática e Cultura de Paz: Jovens como promotores da compreensão intercultural, 6 de maio de 2013.

Estes eventos têm permitido registar, entre outras conclusões, o “reconhecimento de que os jovens da CPLP podem atuar como agentes positivos da mudança social, do progresso económico e da inovação tecnológica no contexto comunitário”, salienta o Diretor de Cooperação, enaltecendo a “visão dos jovens para o «Plano Estratégico para a Juventude da CPLP»” e a importância da realidade heterogénea e multidimensional da

Juventude no seio da Comunidade bem como as preocupações e aspirações que assumem com um cariz de grande transversalidade.

No quadro da Reunião de Ministros da Juventude e Desportos da CPLP, o SECPLP tem participado ativamente nos debates em torno do tipo de implementação que se pretende para o “Plano para a Juventude da CPLP”, das modalidades para a adoção da “Carta da Juventude” e da metodologia a desenvolver para o processo de harmonização da Reunião de Ministros da Juventude e Desportos da CPLP com os procedimentos gerais e quadro orientador destes encontros da tutela.

Em termos do PIC, no quadro da sua execução, haverá que registar, incontornavelmente, intervenções em atividades como a Escola de Jovens Líderes da CPLP, o ODM – Desafio universitário; o Portal da Conexão Lusófona; A “Conferência Infanto-Juvenil – Vamos Cuidar do Planeta: uma Contribuição ao Programa de Educação Ambiental da CPLP” e os Projetos em São Tomé e Príncipe de “Capoeira: Formação Técnico-profissional e Cidadania” e de “Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato”. Os principais objetivos deste último projecto relacionam-se com a capacitação de empreendedores aprendizes e profissionais santomenses em empreendedorismo social, bem como transferir para esses empreendedores os conhecimentos de produção em papel artesanal, tingimento vegetal, bordado, modelagem corte e costura.

# ALGUMAS REDES NO ESPAÇO CPLP

Diversas organizações e associações de jovens, religiosas, profissionais, sindicais, empresariais, Fundações, Universidades, académicas e de investigação, entre outras, têm-se agrupado em Redes para alavancar a cooperação e a concretização de sinergias

- ◆ Arquivos Nacionais de Língua Portuguesa
- ◆ ASGPLP - Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa
- ◆ Associação das Fundações dos Países de Língua Portuguesa
- ◆ Associação de Reguladores de Comunicações e Telecomunicações da CPLP (ARCTEL)
- ◆ Associação de Reguladores de Energia dos Países de Língua Oficial Portuguesa
- ◆ Associação de Saúde Mental dos Países de Língua Oficial Portuguesa (ASMELP)
- ◆ Associação dos Bombeiros da CPLP
- ◆ Associação dos Economistas de Língua Portuguesa
- ◆ Associação dos Farmacêuticos de Língua Portuguesa
- ◆ Associação dos Jornalistas de Língua Portuguesa
- ◆ Associação dos Portos dos Países de Língua Portuguesa
- ◆ Autoridades Cinematográficas dos Países de Língua Portuguesa
- ◆ A Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Oficial Portuguesa (ACOLOP)
- ◆ Aliança das Agências de Informação de Língua Portuguesa
- ◆ Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)
- ◆ Biólogos da CPLP
- ◆ Chefes das Polícias da CPLP
- ◆ Chefes de Estado-Maior General da CPLP
- ◆ Comissão Mista de Cooperação Técnica, Científica e Cultural dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa
- ◆ Confederação de Publicidade dos Países de Língua Portuguesa
- ◆ Confederação de Treinadores da CPLP
- ◆ Confederação dos Profissionais de Recursos Humanos de Língua Portuguesa
- ◆ Confederação Imobiliária de Língua Oficial Portuguesa (CIMLOP)
- ◆ Congresso das Secretárias dos Países da CPLP
- ◆ Conselho de Diretores de Polícia Judiciária e de Investigação Criminal da CPLP
- ◆ Conselho Internacional dos Arquitetos de Língua Portuguesa (CIALP)
- ◆ Comissão InterPaíses/Países de Língua Oficial Portuguesa-CIP/PLP / Fundação dos Rotarianos de São Paulo
- ◆ Comunidade das Autoridades da Aviação Civil Lusófonas (CAACL)
- ◆ Comunidade Médica de Língua Portuguesa
- ◆ Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa
- ◆ Confederação da Publicidade dos Países de Língua Portuguesa
- ◆ Confederação Empresarial da CPLP
- ◆ CONSUMARE – Organização Internacional de Associações de Consumidores de Língua Portuguesa
- ◆ Diretores de Estradas dos Países de Língua Portuguesa (DEPLP)
- ◆ Diretores Nacionais dos Serviços de Migração e Fronteiras da CPLP
- ◆ Entidade Reguladora para a Comunicação Social dos Países e Territórios de Língua Portuguesa (ERC)
- ◆ Entidades Responsáveis pelo Controlo Civil das Forças de Segurança nos Países de Língua Portuguesa
- ◆ Escola Internacional de Futebol dos Países de Língua Portuguesa
- ◆ Especialistas de História da CPLP
- ◆ Federação dos Jornalistas de Língua Portuguesa
- ◆ Fórum da Juventude da CPLP
- ◆ Fórum de Mulheres Empresárias da CPLP
- ◆ Fórum dos Presidentes dos Parlamentos de Língua Portuguesa
- ◆ Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça da CPLP
- ◆ Fórum Empresarial da CPLP
- ◆ Fórum para Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa
- ◆ Fórum Permanente dos Arquivos Nacionais de Língua Portuguesa
- ◆ Governadores dos Bancos Centrais dos Países da CPLP
- ◆ Imprensas Oficiais de Língua Portuguesa
- ◆ Instituições CPLP ligadas à Deficiência da Visão
- ◆ Institutos de Administração Pública e equivalentes dos Países de Língua Portuguesa
- ◆ Jogos da Lusofonia
- ◆ Jogos Desportivos da CPLP
- ◆ Jovens Criadores da CPLP
- ◆ Liga dos Estudantes Universitários de Língua Oficial Portuguesa (LEUPLOP)
- ◆ Observatório dos Fluxos Migratórios da CPLP
- ◆ Organismos de Fiscalização das Atividades Económicas dos Países da CPLP
- ◆ Organização das Instituições Supremas de Controlo da CPLP
- ◆ Rádios comunitárias da CPLP
- ◆ Rede CPLP Ambiente e Território
- ◆ Rede CPLP de Investigação e Desenvolvimento
- ◆ Rede CPLP HIV/SIDA
- ◆ Rede de Centros Técnicos de Instalações e Manutenção de Equipamentos (CTIME)
- ◆ Rede de Cooperação Judiciária
- ◆ Rede de Enfermagem da CPLP
- ◆ Rede de Escolas Técnicas de Saúde da CPLP
- ◆ Rede de Escolas Técnicas em Saúde (RETS)
- ◆ Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública (RINSP)
- ◆ Rede de Mulheres Parlamentares do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa
- ◆ Rede DOCTV- CPLP
- ◆ Rede ePORTUGUESe
- ◆ Rede da CPLP para o Ordenamento do Território e o Desenvolvimento Urbano
- ◆ Rede de Investigação e Desenvolvimento em Saúde
- ◆ Rede Escolas Nacionais de Saúde Pública (RENSP)
- ◆ Técnicos da CPLP sobre a problemática dos Livros Escolares e Materiais Didáticos
- ◆ Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa
- ◆ União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA)
- ◆ União de Médicos Escritores e Artistas Lusófonos (UMEAL)
- ◆ União dos Bombeiros dos Países de Língua Portuguesa (UBPLP)
- ◆ União Internacional dos Juizes de Língua Portuguesa (UIJLP)
- ◆ União Advogados Língua Portuguesa (UALP)





# MOMENTOS CPLP

**D**e entre diversos eventos institucionais, realça-se o “Momento CPLP”. Esta é a designação criada para os eventos multidisciplinares que a CPLP já realizou em São Tomé (outubro 2009) e em Bissau (dezembro 2009 e dezembro de 2010).

Nesta matéria, para criar espaços de aquisição de conhecimento mútuo, durante o período dos eventos, o Secretariado Executivo e as autoridades dos países em causa desenvolveram programa diversos, que contemplaram eventos culturais, desportivos e científicos, ao mesmo tempo que se organizaram iniciativas

para debater estratégias de cooperação para o Desenvolvimento nos setores da Educação, da Saúde, da Economia, entre outros, no espaço da Comunidade. No âmbito do décimo aniversário da sua Independência, Timor-Leste promoveu um “Momento CPLP”, em julho de 2012.





# OS MEDIA EM LÍNGUA PORTUGUESA



*Simões Pereira  
presidiu ao acto  
de fundação  
da Federação dos  
Jornalistas de  
Língua Portuguesa*

No contexto da constituição formal da CPLP, os Media não ficaram esquecidos. No relatório final da Primeira Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, a Comunicação Social foi referida pela sua importância no processo de desenvolvimento

**N**o ano de 1996, registaram-se os primeiros avanços no caminho para uma Comunicação Social que defenda os laços que unem os nossos oito países, consubstanciados nos objetivos fundadores da CPLP, com a criação da Aliança das Agências de Informação de Língua Portuguesa. Esta rede tem nos seus objetivos cooperar através de diferentes iniciativas, como a formação e capacitação de recursos humanos, a partilha de conteúdos e ajudas técnicas especializadas. No âmbito da realização do último encontro, em

2013, os Secretários-gerais da LUSA, ANGOPE e INFORPRESS foram recebidos pelo SE CPLP, embaixador Murade Murargy, com o objetivo de criar uma plataforma de partilha de conteúdos na internet. Numa altura em que todos os países que integram a CPLP deram passos substanciais para a ativação de entidades reguladoras autónomas e realizaram ou já realizaram processos de reforma das televisões públicas, transformando-as em serviços públicos de televisão, urge sublinhar que, nestes 18 anos, muitas sinergias foram também observadas em parcerias entre Órgãos de Comunica-



ção Social privados no espaço da CPLP.

O movimento de criação de redes foi consolidado. Anteriormente, em dezembro de 2009, o ex-Secretário Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, participou na sessão pública de anúncio da criação da Federação de Jornalistas de Língua Portuguesa na sede do Sindicato dos Jornalistas de Portugal. Antes deste momento, o ex-SE CPLP já se tinha reunido com representantes de algumas destas agências. O ato foi patrocinado pela CPLP e teve como anfitrião o Sindicato dos Jornalistas de Portugal, tendo participado os representantes do Sindicato dos Jornalistas de Angola, Associação dos Jornalistas Económicos de Angola, Federação Nacional de Jornalistas (Brasil), Sindicato dos Jornalistas Profissionais de S. Paulo (Brasil), Sindicato dos Jornalistas Profissionais do estado da Baía (Brasil), Associação dos Jornalistas de Cabo Verde, Sindicato dos Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social da Guiné-Bissau, Sindicato Nacional de Jornalistas (Moçambique), Sindicato dos Jornalistas (Portugal) e o Sindicato dos Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social de S. Tomé e Príncipe. Os membros continuaram a aderir, desde então A Associação de Imprensa Portuguesa e Inglesa de Macau (AIPIM), a Associação Campineira de Impren-

◆ Assembleia Constitutiva da Federação de Jornalistas de Língua Portuguesa

sa (ACI), a Associação Paulista de Jornalistas (APJORN) e a Associação de Profissionais de Comunicação/Bauru (APROCOM) são os novos membros da FJLP. Esta adesão formal ocorreu na Assembleia Geral da FJLP, realizada na Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China no dia 9 de dezembro. Nesta segunda reunião magna da FJLP – entidade criada em Lisboa, em dezembro de 2009, por organizações de jornalistas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe – foi feito o balanço da atividade desenvolvida no último ano, aprovado o plano de atividades para 2012 e definidas estratégias para a consolidação e desenvolvimento da Federação. A Assembleia decidiu lançar, em 2012, o Prémio Internacional de Jornalismo de Língua Portuguesa da FJLP, assim como desenvolver esforços no domínio da formação dos jornalistas – avançando designadamente com a realização de cursos para formadores –, e criar um sítio na Internet para a divulgação da Federação e promoção do intercâmbio de ideias e experiências.

## SEMINÁRIO SOBRE COBERTURA ELEITORAL

O SE CPLP, a Comissão Nacional da UNESCO em Portugal, o Gabinete para os Meios de Comunicação Social de Portugal (GMCS) e o Centro Protocolar de Formação Profissional de Jornalismo (CENJOR) organizam um “Seminário sobre Cobertura Eleitoral”, de 4 a 9 de Junho de 2009, em Lisboa. Foram beneficiários dez jornalistas dos países africanos membros da CPLP. Esta capacitação em cobertura jornalística de eleições desenvolveu-se através de um programa intensivo ministrado no CENJOR, culminando com o acompanhamento de ações de encerramento da campanha e com a cobertura do acto eleitoral das Eleições Europeias desta altura. Foram abordadas as questões deontológicas na cobertura eleitoral, a relação entre as eleições, os meios de comunicação e o enquadramento legal da campanha e da cobertura jornalística, o papel das agências e gabinetes de comunicação na estratégia e condução da campanha eleitoral, a cobertura eleitoral na televisão, as queixas, a igualdade de candidaturas e o esclarecimento dos cidadãos, a cobertura eleitoral na rádio e na imprensa e o acompanhamento de ações de encerramento de campanha eleitoral. O módulo das Missões de Observação Eleitoral (MOE CPLP) foi dado pelo Secretariado Executivo da CPLP. Depois de observadas as eleições, terminou esta iniciativa com a perspectiva dos Partidos: a campanha eleitoral e as relações com os meios de comunicação e os jornalistas (por elementos dos serviços de comunicação e relação com os média de partidos políticos).







# CRIAÇÃO DE UMA TELEVISÃO CPLP

Projeto para dar a conhecer a realidade da Organização e dos seus Estados-membros

**A** ideia de criar um canal de televisão acessível em todos os Estados-membros e diásporas com conteúdos sobre a dinâmica e os objetivos da CPLP, sobre a realidade dos nossos países e a diversidade cultural, sempre esteve presente. Mas, o primeiro passo formal foi dado

pelo ex-Secretário Executivo, embaixador Luís Fonseca, em articulação com a UNESCO e Comissão Nacional Portuguesa da UNESCO organizam um encontro entre as televisões públicas dos Estados-membros. Os representantes dos operadores públicos de televisão (OPTV), nomeadamente, da Televisão Pública de Angola (TPA),



◆ Régie para circuito fechado de vídeo e emissões on-line

da Radiobrás / TV Brasil, Rádio Televisão Cabo-verdiana (RTC), Rádio Televisão da Guiné-Bissau (RTGB), Televisão de Moçambique (TVM), Rádio e Televisão de Portugal (RTP), Televisão Santomense (TVS) e Rádio Televisão de Timor-Leste foram os participantes na mesa-redonda “Para uma Plataforma de Partilha de Conteúdos entre

Operadores Públicos de Televisão dos Países da CPLP”, realizada entre os dias 5 e 7 de março de 2007, pela UNESCO, Secretariado Executivo da CPLP e Comissão Nacional Portuguesa de UNESCO, em Lisboa, Portugal.

No encontro de 2007, promovido pelo Secretariado Executivo da CPLP, UNESCO e Comissão Nacional Portuguesa de UNESCO, pretendia-se identificar as necessidades e potencialidades dos OPTV e a efetiva institucionalização de uma rede de partilha de conteúdos audiovisuais. No cenário ótimo, ambicionava-se a assunção da vontade de criar uma TV CPLP, entre pares. Os OPTV reafirmaram e reforçaram o compromisso para uma colaboração multilateral, mas descartaram, na altura, a possibilidade de criação de uma TV CPLP a breve trecho.

Os responsáveis dos OPTV CPLP apelaram para que se proceda à análise das assimetrias existentes nos conteúdos e tecnologias disponíveis. Identificaram-se, assim, incapacidades em matéria de digitalização dos processos de produção, de formação e capacitação dos profissionais e da conservação e preservação dos arquivos audiovisuais.

Mais tarde, os Ministros da Educação e da Cultura, ou os seus representantes, de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe, e Timor-Leste reunidos na cidade de Lisboa, nos dias 14 e 15 de Novembro de 2008, decidem exortar o Secretariado Executivo a trabalhar com os Estados-membros na criação de comissões nacionais para desenvolverem uma TV comum na Internet, a partir da contribuição de todos esses Estados.

Na conferência de imprensa da VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em 2010, o Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, confirma o interesse em avançar com o projeto de uma televisão da CPLP brevemente, depois de, em 2008, o primeiro-ministro português, José Sócrates, ter referido o mesmo aos jornalistas na cimeira de Lisboa.

## VÍDEO EM SISTEMA FECHADO E ONLINE

Desde há cerca de dois anos, que o Secretariado Executivo da CPLP dotou-se de capacidade de registo audiovisual, um projeto que ambiciona aumentar a comunicação e divulgação das atividades da CPLP em todos



os seus vetores de atuação, colmatando entraves colocados pela distância geográfica, através da cedência de conteúdos aos Órgãos de Comunicação Social nos Estados membros e da transmissão, via Internet, de uma emissão de 24 horas por dia. Esta emissão online de conteúdos institucionais, operacional durante o segundo semestre de 2014, ambiciona, assim, produzir conteúdos institucionais temáticos de qualidade e promover o amplo acesso a estes conteúdos pelos cidadãos dos Estados-membros através da sua visualização no Portal da CPLP e nas redes sociais.

O reforço da Visibilidade da Cooperação na CPLP, no seguimento das questões levantadas na XXIV RPFC e ratificadas pela 151.ª Reunião do Comité de Concertação Permanente da CPLP, ganha um novo instrumento importante. Com a capacidade de registar em vídeo e transmitir ao vivo as sessões de abertura, encerramento e conferências de imprensa dos órgãos da CPLP, assim como das suas atividades em geral e das iniciativas organizadas por outras instituições com o Apoio Institucional da CPLP, a nossa mensagem vai penetrar melhor nos diversos grupos-alvo.

Em fase de ultimateção, nesta data, está o desenvolvimento de um espaço virtual de acesso às imagens registadas (dois servidores residentes no SE CPLP), sendo que o SE

CPLP vai estabelecer contactos com todas as entidades elegíveis, i.e., Televisões Públicas e Privadas, do espaço intra-CPLP e extra-CPLP assim como com as webtv de referência na Internet, para informar da possibilidade de efetuar o descarregamento dos conteúdos institucionais supracitados e da sua livre utilização e consequente disseminação. A este movimento de cedência de conteúdos junta-se, então, a transmissão ao vivo pela Internet de todos os eventos elegíveis realizados na sede da CPLP ou em outro local, desde que existam condições de acesso à Internet em Banda Larga.

O sistema fechado de vídeo existente na Sede da CPLP, com possibilidade de emissões online vai fortalecer as ligações com a Sociedade Civil, uma vez que a sua associação às atividades de todas as vertentes da CPLP vai beneficiar de um grau de alavancagem mediática devido à disseminação de conteúdos audiovisuais registados pelo SE CPLP no evento/atividade, fortalecendo a marca CPLP, garantindo um acervo histórico de conteúdos audiovisuais para o Futuro..

Para fortalecer a marca CPLP, a notoriedade e reconhecimento das atividades e realidades do Espaço CPLP, através da divulgação de conteúdos institucionais e, também, de outros temas elegíveis sobre os países, como os negócios e a cultura, está em estudo um projeto de televisão.



## CAPÍTULO III

---

# A ATUAÇÃO COMUNITÁRIA CRONOLOGIA DE ALGUNS DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS



Balcão CPLP no Aeroporto de Lisboa - 2006



CPLP participa na Expolingua 2007



Pontos focais Turismo - 2014

## PRINCIPAIS DATAS E ACONTECIMENTOS

### 1996

- I Conferência de Chefes de Estado e de Governo.
- Marcolino Mocco eleito Secretário Executivo da CPLP.
- I Reunião do Conselho de Ministros.
- I Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros na sede das Nações Unidas, à margem da Assembleia Geral da ONU.
- II Encontro Ministros da Agricultura.
- IV Reunião de Ministros do Desporto.
- I Cimeira dos Ministros da Juventude.
- VI Cimeira Ibero-Americana com a participação do Secretário Executivo da CPLP, Marcolino Moco.

### 1997

- II Reunião do Conselho de Ministros.
- Encontro Extraordinário dos Ministros da Agricultura com a FAO
- I Conferência dos Ministros do Ambiente.
- I Reunião de Ministros da Educação.
- CPLP apresenta-se nas Nações Unidas.
- Encontro de Autarcas de Língua Portuguesa.
- III Congresso Internacional de Jornalistas de Língua

Portuguesa.

- Colóquio Internacional sobre Problemas Jurídicos da CPLP.
- II Conferência da Juventude.

### 1998

- II Conferência de Chefes de Estado e de Governo.
- III Reunião do Conselho de Ministros.
- I Reunião dos Ministros da Defesa.
- V Reunião de Ministros do Desporto.
- II Reunião de Ministros da Educação.
- I Conferência de Ministros da Juventude.
- I Reunião de Ministros do Turismo.
- I Encontro de Artistas Portadores de Deficiência da CPLP.
- Reunião das Federações de Futebol da CPLP.
- Reunião dos líderes parlamentares da CPLP.
- Fundação da Associação das Universidades de Língua Portuguesa.
- Exposição Mundial de Lisboa dedica o dia à CPLP.
- CPLP homenageia José Saramago na sua terra natal.

### 1999

- IV Reunião do Conselho de Ministros.
- I Reunião dos Ministros do Ensino Superior, da Ciência e Tecnologia.
- II Reunião dos Ministros da Defesa.
- VIII Reunião de Medicina Veterinária.
- Reunião dos Diretores dos Serviços de Migrações e Fronteiras.
- Reunião das Associações de Magistrados dos países de Língua Portuguesa.
- I Assembleia Geral do Fórum da Juventude da CPLP.
- Missão de observadores da CPLP parte para Timor-Leste para assistir ao Referendo sobre a independência.

### 2000

- III Conferência de Chefes de Estado e de Governo.
- V Reunião do Conselho de Ministros.
- I Reunião de Ministros da Cultura.
- III Reunião dos Ministros da Defesa.
- VI Reunião de Ministros do Desporto.
- III Reunião de Ministros da Educação.



Ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste recebido por Simões Pereira - 2011



Presidente da Guiné-Bissau, Malam Bacai Sanhá, em visita oficial à CPLP - 2009



Ministro Moçambicano das Finanças na sede da CPLP - 2014





CPLP assina acordo com FIDA - 2007



Delegação da Guiné Equatorial reúne na CPLP - 2007



IV Simpósio sobre Segurança Alimentar e Desenvolvimento - 2013

- CPLP participa na Cimeira do Milénio como observador.
- I Conferência das Mulheres da CPLP.
- Reunião de Escritores e Editores da CPLP.
- II Conferência Sindical da CPLP.
- I Reunião do Comité Sindical da Energia dos Países de Língua Portuguesa.
- I Reunião das Ordens e Associações de Engenheiros da CPLP.
- I Encontro de Escritores e Editores de Língua Portuguesa.
- II Reunião de Jovens Agricultores Lusófonos.
- Dulce Maria Pereira eleita Secretária Executiva da CPLP.

## 2001

- VI Reunião do Conselho de Ministros.
- II Conferência dos Ministros do Ambiente.
- IV Reunião dos Ministros da Defesa.
- IV Reunião de Ministros da Educação.
- II Conferência de Ministros da Juventude.
- I Encontro Lusófono de Estudantes do Ensino Superior.
- I Congresso das Associações Cívicas dos Países de Língua Portuguesa.
- Reunião dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça da CPLP.
- I Reunião do Grupo de Trabalho sobre "Cidadania e

Circulação no espaço da CPLP".

- III Fórum dos Presidentes dos Paramentos da CPLP.
- I Encontro de Escritores de Língua Portuguesa.
- Missão de observadores da CPLP acompanha as primeiras eleições em Timor-Leste.

## 2002

- IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo.
- VII Reunião do Conselho de Ministros.
- II Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros.
- III Encontro Ministros da Agricultura
- V Reunião dos Ministros da Defesa.
- VII Reunião de Ministros do Desporto.
- V Encontro do Conselho Permanente de Ordens e Associações de Advogados da CPLP.
- IV Encontro de Juizes de Língua Portuguesa.
- VI Congresso do Ministério Público.
- VI Fórum dos Bancos Centrais da CPLP.
- III Jornadas sobre Clima e Aplicações na CPLP.
- V Congresso de Ciências da Comunicação da CPLP.
- Reunião de Especialistas de três espaços linguísticos – lusofonia, francofonia e hispanofonia.
- João Augusto de Medicis eleito Secretário Executivo da CPLP.
- Assembleia Constituinte do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.
- Independência de Timor-Leste a 20 de maio.

- I Fórum empresarial da CPLP.
- Aprovado o Estatuto do Fórum dos Paramentos dos Países de Língua Portuguesa.

## 2003

- VIII Reunião do Conselho de Ministros.
- II Reunião dos Ministros do Ensino Superior, da Ciência e Tecnologia.
- VI Reunião dos Ministros da Defesa.
- IV Reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais.
- II Reunião de Ministros do Turismo.
- IV Encontro de Medicina Geral e Familiar da CPLP.
- II Reunião de Ministros da Comunicação Social da CPLP.
- IV Fórum dos Presidentes dos Paramentos da CPLP.
- I Encontro de Mulheres Parlamentares da CPLP.
- III Estágio Internacional de Atores Lusófonos.
- II Fórum Empresarial da CPLP.
- Inauguração do Centro de Análise Estratégica (CAE) da CPLP em Maputo.
- CPLP assina parceria com o Instituto português de Investigação Científica e Tropical.
- Secretário Executivo João Augusto de Medicis morre subitamente em Roma.
- Secretário Executivo Adjunto, Zeferino Martins, assume o cargo de Secretário Executivo Interino.



Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros Português reúne na Sede da Comunidade - 2014



Ministra Moçambicana da Justiça em visita à Sede da CPLP - 2012



Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe em visita oficial à CPLP - 2013



Helder Vaz assume funções como Diretor Geral - 2008



Concurso Literário "Terminemos este conto" 2008



III Reunião de Ministros responsáveis pela igualdade de género - 2014

- Criação de dois centros de formação de quadros a nível empresarial e da Administração Pública em Maputo.

## 2004

- V Conferência de Chefes de Estado e de Governo.
- IX Reunião do Conselho de Ministros.
- III Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros.
- III Reunião de Ministros do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.
- VII Reunião dos Ministros da Defesa.
- VIII Reunião de Ministros do Desporto.
- V Reunião de Ministros da Educação.
- Embaixador Luís Fonseca eleito Secretário Executivo da CPLP.
- Reunião da Comissão para o Desenvolvimento das Associações de Cegos dos Países de Língua Portuguesa (CDAC) realizada à margem da Assembleia-Geral da União Mundial de Cegos.
- II Jornadas de Agricultura Lusófona.
- V Reunião dos Secretários Gerais.
- V Encontro Presidências Conferências Episcopais Igrejas Lusófonas.
- VIII Encontro Ministerial de Correios e Telecomunicações da CPLP.
- Encontro de Medicina Militar da CPLP.
- II Encontro de Ministros da Administração Pública

da CPLP.

- III Encontro de Ministros Responsáveis pela Segurança da CPLP.
- XIV Reunião dos Diretores-Gerais dos Institutos de Estatística da CPLP.
- II Encontro das Fundações Lusófonas.
- Criado o Conselho Empresarial da CPLP em Lisboa.
- IX Encontro dos Governadores dos Bancos Centrais da CPLP.
- Início da campanha televisiva de prevenção da Sida em todos os países da CPLP.
- VI Assembleia-Geral da Confederação de Publicidade dos Países de Língua Portuguesa.
- I Reunião de Biólogos da CPLP.

## 2005

- X Reunião do Conselho de Ministros.
- VI Conferência de Ministros de Educação.
- IV Reunião de Ministros do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.
- X Conferência de Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa.
- VIII Reunião dos Ministros da Defesa.
- VI Reunião de Ministros da Educação.
- VI Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais.
- III Conferência Ministerial dos Ministros das Pescas.
- Reunião de Constituição da Associação dos Portos

dos Países de Língua Portuguesa.

- VI Congresso Internacional de Jornalistas de Língua Portuguesa.
- XXI Assembleia Geral da UCCLA.
- VIII Encontro dos Tribunais de Contas da CPLP.
- X Reunião da Comissão Mista de Cooperação Técnica, Científica e Cultural do Conselho Directivo dos Tribunais de Contas da CPLP.
- XIII Fórum da Associação dos Operadores de Correios e Telecomunicações dos Países de Língua Portuguesa, "Gerações Digitais".
- Reunião Extraordinária de Ministros e Secretários de Estado da Presidência e Assuntos Parlamentares.
- III Fórum Permanente dos Arquivos Nacionais de Língua Portuguesa.
- VI Encontro de Secretários-gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa.
- V Encontro das Imprensas Oficiais de Língua Portuguesa.
- XV Reunião dos Diretores-Gerais dos Institutos de Estatística da CPLP.
- V Encontro dos Diretores Nacionais dos Serviços de Migração e Fronteiras.
- VI Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça.
- I Reunião dos Médicos dos Países de Língua Portuguesa.



Primeiro-Ministro e Presidente da República da Guiné-Bissau visitam CPLP - 2012



Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde reunido na CPLP - 2008



Embaixador do Japão visita CPLP - 2014





Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, visita CPLP - 2009



Reunião de Ministros da Cultura - 2008



Xanana Gusmão lança livro na sede da CPLP - 2014

- IV Fórum Empresarial da CPLP.
- IV Fórum das Mulheres Empresárias da CPLP.
- I Encontro de Organismos de Fiscalização das Atividades Económicas dos Países da CPLP.
- V Edição de Jogos Desportivos da CPLP.
- III Assembleia-Geral do Fórum da Juventude da CPLP.
- VI Congresso Internacional do Jornalismo de Língua Portuguesa.
- Portugal cria portas especiais de entrada nos seus aeroportos para os cidadãos de países da CPLP.

## 2006

- VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo.
- XI Reunião do Conselho de Ministros.
- IV Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros.
- III Conferência dos Ministros do Ambiente.
- IX Reunião dos Ministros da Defesa.
- IX Reunião de Ministros do Desporto.
- VII Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais.
- VI Encontro de Ministros e Secretários de Estado da Presidência e Assuntos Parlamentares.
- V Reunião de Ministros da Cultura.
- Embaixador Lauro Moreira apresenta cartas cre-

denciais enquanto Representante Permanente do Brasil junto à CPLP.

- Reunião dos Chefes de Estado-Maior dos países da CPLP.
- XXI Conferência de Diretores-Gerais das Alfândegas da CPLP.
- I Conferência dos Inspectores-Gerais de Finanças da CPLP.
- VI Encontro dos Diretores Nacionais dos Serviços de Migração e Fronteiras.
- Encontro de Inspectores-Gerais do Trabalho dos Países de Língua Portuguesa.
- I Encontro das Entidades Responsáveis pelo Controlo Civil das Forças de Segurança nos Países de Língua Portuguesa.
- II Encontro dos Diretores de Estradas dos Países de Língua Portuguesa (DEPLP).
- V Fórum dos Presidentes dos Parlamentos da CPLP.
- VII Encontro de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa.
- V Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa.
- I Conferência da Rede de Mulheres Parlamentares do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa.
- III Encontro de Governadores dos Bancos Centrais da CPLP.

- XVI Encontro do Banco de Portugal com as Delegações dos PALOP e Timor-Leste à Assembleia Anual do FMI/BM.
- XIV Fórum da Associação dos Operadores de Correios e Telecomunicações dos Países de Língua Portuguesa.
- III Reunião Técnica de Telecomunicações.
- IX Conferência de Ministros Responsáveis pelo Desporto dos Países Membros da CPLP.
- II Encontro de Especialistas de História da CPLP.
- II Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.
- I Jogos da Lusofonia.
- Colóquio "A Participação da CPLP na Afirmação dos Povos Lusófonos".
- VI Encontro de Economistas de Língua Portuguesa.
- VIII Congresso Mundial da Associação de Farmacêuticos de Língua Portuguesa.
- VII Encontro de Igrejas Lusófonas.
- VIII Encontro dos Procuradores-Gerais da República da CPLP.
- IV Assembleia Geral da Organização das Instituições Superiores de Controlo da CPLP.
- III Encontro das Fundações Lusófonas.
- I Congresso da Comunidade Médica de Língua Portuguesa.
- I Conferência da Juventude da CPLP sobre o VIH/ SIDA.



Ministro Cabo Verdiano da Cultura recebido por Simões Pereira - 2009



Embaixador da Geórgia visita CPLP - 2014



Conferência "Cumprir Bissau" - 2008



Dia 5 de Maio - Semana Cultural da CPLP - 2009



CPLP assina acordo com ONUSIDA - 2010



Georgina Benrós de Mello assume funções - 2014

- I Festival de Rádios Comunitárias da CPLP.
- I Seminário sobre Terapêutica de Malária da CPLP.
- CPLP e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação assinam acordo inovador de cooperação para a gestão da terra.
- Conferência sobre o Combate à Exploração do Trabalho Infantil na CPLP.

## 2007

- XII Conselho de Ministros.
- VI Reunião de Ministros da Cultura.
- X Reunião de Ministros da Defesa.
- IX Reunião dos Chefes de Estado-Maior-General da CPLP.
- Reunião Extraordinária de Ministros do Desporto e Juventude.
- IV Reunião de Ministros do Turismo.
- I Reunião Extraordinária de Ministros do Desporto.
- IIª Cimeira UE/ÁFRICA.
- Inaugurada a primeira Casa da Lusofonia.
- Acordo sobre o Acesso Livre ao Conhecimento Científico nos Países Lusófonos.
- Lusófono.
- Reunião Ordinária do Comité de Concertação Permanente da CPLP.
- Reunião Ordinária dos Pontos Focais de Cooperação.
- III Encontro dos Diretores de Estradas dos Países

- de Língua Portuguesa (DEPLP).
- II Reunião dos Institutos Nacionais de Administração Pública e Equivalentes (RINAPE) dos Países de Língua Portuguesa.
- IV Reunião Técnica das Telecomunicações subordinada ao tema "Desenvolvimento da Regulação nos países da CPLP".
- Mesa Redonda para uma Plataforma de Partilha de Conteúdos Televisivos entre Operadores Públicos de Televisão dos Países Lusófonos e TV CPLP.
- Embaixador Apolinário Mendes de Carvalho apresenta cartas credenciais enquanto Representante Permanente da Guiné-Bissau junto à CPLP.
- VII Fórum dos Presidentes dos Tribunais Supremos da Comunidade e Territórios de Língua Portuguesa.
- Reunião das Autoridades Nacionais de Luta Contra a SIDA da CPLP.
- Seminário "Acesso Livre ao Conhecimento Científico nos Países Lusófonos".
- II Colóquio Luso-brasileiro de Educação à Distância e On-line.
- Reunião Constitutiva da Organização dos Chefes de Polícia da CPLP.
- XVII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa.
- III Congresso Internacional de Médicos da CPLP.
- Conferência Internacional sobre Narcotráfico na Guiné-Bissau.

- Reunião do Grupo CPLP com FAO.

## 2008

- VII Cimeira de Chefes de Estado e do Governo.
- XIII Reunião do Conselho de Ministros.
- III Sessão Ordinária de Ministros das Pescas.
- VIII Reunião de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais.
- IV Conferência de Ministros do Ambiente.
- X Reunião dos Ministros da Defesa.
- I Fórum Ministros Administração Interna.
- XI Reunião dos Ministros da Justiça.
- I Reunião de Ministros da Saúde.
- I Reunião da Conferência de Ministros da Juventude e do Desporto.
- I Reunião Extraordinária de Ministros da Educação.
- V Reunião de Ministros do Turismo.
- Domingos Simões Pereira eleito Secretário Executivo da CPLP.
- Comissão Europeia e o Secretariado Executivo da CPLP assinam Memorando de Entendimento.
- Helder Vaz Lopes assume funções como Diretor Geral da CPLP.
- Lançamento do Livro "Coisas e Sabores da Língua Portuguesa".
- II Aniversário do Museu da Língua Portuguesa em São Paulo.



Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe em visita CPLP - 2012



Vice Ministro das Relações Exteriores do Perú visita CPLP - 2014



Ministro Moçambicano do Turismo recebido na CPLP - 2014





Simões Pereira na 66ª Assembleia Geral da ONU



Assinatura de protocolo de assinatura de cedência e aceitação da sede da CPLP - 2011



Conferência Internacional: "A Guiné Equatorial e a CPLP" na Universidade Lusitana - 2013

- CPLP marca presença na Expolingua.
- V Edição do Prémio de Literatura Juvenil Ferreira de Castro
- I Edição do Prémio Fernão Mendes Pinto.
- Proposta de Institucionalização do Prémio de Promoção da Língua Portuguesa no Mundo
- CPLP participa nos Dias do Desenvolvimento.
- CPLP estreita cooperação com a FAO.
- Programa de Cooperação CPLP para o Combate à Desertificação.
- CPLP assina acordo com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA).
- CPLP distinguida com o Diploma de Mérito do Prémio de Tradução Científica e Técnica em Língua.
- I Simpósio sobre Segurança Alimentar e Nutricional: Um Desafio da Cooperação e de Desenvolvimento na CPLP.
- Criação da Comunidade das Autoridades de Aviação Civil Lusófonas.
- Reunião Extraordinária do Comité de Concertação Permanente.
- Reunião dos Pontos Focais de Cooperação.
- VII Reunião dos Diretores dos Serviços de Imigração e Fronteiras da CPLP.
- Encontro de Governadores dos Bancos Centrais da CPLP.
- II Fórum da Comunidade dos Países de Língua

- Portuguesa sobre a Propriedade Industrial.
- V Assembleia Geral da Organização das Instituições Superiores de Controlo da CPLP.
- Iª Reunião Ministerial de Políticas para as Mulheres e HIV/Sida na CPLP.
- IIIº Encontro dos Três Espaços Linguísticos.
- Encontro de Governos Locais Lusófonos.
- XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.
- VII Encontro de Economistas da CPLP.
- Iª Edição do Concurso Literário "Terminemos este Conto".
- XII Sessão ordinária da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA).
- II Congresso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) sobre DST e AIDS.
- IV Reunião do GIC-GB.
- I Festival multicultural da CPLP.

### 2009

- XIV Reunião do Conselho de Ministros.
- V Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros.
- III Encontro Ministros da Agricultura
- XI Reunião dos Ministros da Defesa.
- II Reunião da Conferência de Ministros da Juventude e do Desporto.
- I Reunião de Ministros das Finanças.
- II Reunião de Ministros da Saúde.

- I Mostra de Cinema e Audiovisual da CPLP.
- IV Reunião do Conselho de Chefes de Polícia da CPLP.
- XIV Encontro de Saúde Militar da CPLP.
- Embaixador António Russo Dias apresenta cartas credenciais enquanto Representante Permanente de Portugal junto da CPLP.
- Embaixador José Barreto Martins apresenta cartas credenciais enquanto Chefe da Representação Permanente de Timor-Leste junto da CPLP.

### 2010

- VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo.
- XV Reunião do Conselho de Ministros.
- VI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros.
- I Reunião Formal dos Ministros do Mar.
- VII Reunião de Ministros da Cultura.
- XII Reunião dos Ministros da Defesa.
- II Conselho de Ministros da Igualdade de Género.
- VI Reunião de Ministros do Turismo.
- X Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais.
- Instituído Prémio CPLP no Festival Internacional de Cinema do Lisboa.
- I Conferência da Rede de Língua Portuguesa de



Ministra São Tomense dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades recebida por Embaixador Murary - 2013



José Graziano, DG da FAO na abertura de representação junto à CPLP - 2012



Alunos da Escola da Carapinheira lançam livro na CPLP - 2008





1ª Feira do Livro CPLP - Luanda, 2013



Secretário Executivo na Namíbia com Ministra dos Negócios Estrangeiros



Mesa Redonda sobre Direitos de Autor na CPLP - 2013

#### Avaliação de Impactos.

- I Fórum Lusófono de Comunicações.
- Embaixador Helder Lucas apresenta cartas credenciais enquanto Chefe da Representação Permanente de Angola junto da CPLP.
- Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho apresenta cartas credenciais enquanto Chefe da Representação Permanente do Brasil junto à CPLP.
- CPLP na XIX Cimeira Ibero-Americana

### 2011

- II Reunião de Ministros das Finanças.
- XVI Reunião do Conselho de Ministros.
- II Fórum de Ministros Administração Interna.
- XIII Reunião dos Ministros da Defesa.
- XI Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais.
- CPLP participa no 4º Fórum Internacional da Aliança das Civilizações.
- CPLP apoia III Bienal da Lusofonia.
- Secretário Executivo, Simões Pereira, nas comemorações do XV Aniversário da CPLP no Brasil.
- Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Antônio Patriota, recebe secretário Executivo da CPLP no Itamaraty.
- IV Encontro da União dos Bombeiros dos Países de Língua Portuguesa.
- IV Encontro Lusófono de Ambiente e Desenvolvi-

#### mento.

- Simões Pereira presente na Conferência de Lula da Silva sobre “Um Mundo em crise ou um Mundo de oportunidades” em Lisboa.
- CPLP e FCT assinam memorando para Centro Unesco.
- Delegação da CPLP recebida pela Alta Representante para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança da União Europeia, Catherine Ashton.

### 2012

- IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo.
- XVII Reunião do Conselho de Ministros.
- VII, VIII e IX Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros.
- I Reunião de Ministros do Comércio.
- V Encontro Ministros da Agricultura.
- V Conferência de Ministros do Ambiente.
- II Reunião Formal dos Ministros do Mar.
- V Reunião de Ministros do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.
- VIII Reunião de Ministros da Cultura.
- VII Reunião de Ministros da Educação.
- V Reunião da Conferência de Ministros da Juventude e do Desporto.
- X Ciclo de Cinema, Literatura e Sociedade da CPLP no Canadá.

- IILP lança livro “Fá d’ambô: herança da língua Portuguesa na Guiné Equatorial”.
- Momento CPLP em Díli - 10 anos de Timor-Leste na Comunidade.
- Ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste, Zacarias Albano da Costa visita sede da CPLP.
- CPLP inaugura sede na Rua de São Mamede em Lisboa.
- Secretário Executivo, Domingos Simões Pereira, assina acordo para o estabelecimento de uma Representação Permanente da CPLP em Díli.
- Festival Jovem da Lusofonia.
- CPLP lança Prémio José Aparecido de Oliveira.
- IILP e Governo da Guiné Equatorial assinam Protocolo de Cooperação para promoção da Língua Portuguesa.
- Curso de Formação de Formadores contra o Tráfico de Seres Humanos.
- Embaixador Murade Murargy eleito Secretário Executivo da CPLP.
- CPLP presente na Conferência Rio+20.
- Secretário Executivo participa na 67ª Sessão da Assembleia Geral da ONU.
- CPLP comemora Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento.
- Secretário Executivo participa nas XXII Cimeira Ibero Americana.



Secretário Executivo recebe Administrador da SOFID - 2014



V Congresso da Comunidade Sindical de Língua Portuguesa - 2010



CPLP assina Programa de Cooperação Técnica com FAO - 2014





II reunião Técnica dos Pontos Focais do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia - 2013



Ramos Horta visita CPLP - 2013



Conferência "Paz, Fragilidade e Segurança: A Agenda Pós 2015 e os Desafios à CPLP" - 2014

- Missão de Observação Eleitoral às Eleições Presidenciais na Guiné-Bissau.
- Missão de Observação Eleitoral às Eleições Presidenciais em Timor-Leste.
- Carlos Lopes, da Guiné-Bissau, nomeado para o cargo de Secretário-Geral Adjunto da ONU.
- Embaixadora Mária Clara Borja de Freitas apresenta cartas credenciais enquanto Representante Permanente de Portugal junto da CPLP.
- Embaixador Faizal Faquir Cassam apresenta cartas credenciais enquanto Chefe da Representação Permanente de Moçambique junto da CPLP.

### 2013

- XVIII Reunião do Conselho de Ministros.
- III Fórum de Ministros Administração Interna.
- XIV Reunião dos Ministros da Defesa.
- XII Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais.
- CPLP participa na Reunião de Ministros da Educação do Brasil e PALOP.
- VIII Reunião Ordinária do Conselho Científico do IILP.
- VII Reunião de Ministros do Turismo.
- CPLP apoia o VI Congresso

- Internacional da África Lusófona / I Encontro da África Global.
- Apresentado o Livro com as actas do II Congresso Mares da Lusofonia.
- Secretário Executivo participa na Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum Macau).
- Embaixador Antonito de Araújo apresenta cartas credenciais enquanto Chefe da Representação Permanente de Timor-Leste junto da CPLP.
- Embaixador Murade Murargy realiza visita oficial a São Tomé e Príncipe.
- Secretário Executivo realiza visita oficial a Angola.
- Conferência Internacional "O Futuro da Agenda Global de Desenvolvimento: Visões para a CPLP".
- Ex-Primeira-Ministra de Moçambique, Luísa Dias Diogo, lança livro na Sede da CPLP.
- I Feira do Livro da CPLP em Luanda.
- II Reunião Técnica dos Pontos Focais da Cultura.
- I Mostra Saberes e Sabores da CPLP.
- Luís Kandjimbo integra o Comité Internacional Científico da UNESCO.

- VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa.
- VI Semana Cultural da CPLP.
- Missão Conjunta da CPLP, UA, CEDEAO, UE e ONU à Guiné-Bissau.
- Embaixador Murade Murargy recebe Ministra dos Negócios Estrangeiros da Namíbia com candidatura a Observador Associado.
- Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas da Assembleia da República Portuguesa recebida pelo Secretário Executivo.
- Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe, Gabriel Costa, visita sede da CPLP.
- Murade Murargy participa na 42ª Cimeira da CEDEAO.
- Reunião da organização Internacional de Policiais de Países de Língua Portuguesa.
- I Conferência CPLP de Governo Eletrónico.
- Embaixador Murade Murargy presente na Conferência do Instituto de Defesa Nacional de Portugal proferida pelo Ministro da Defesa Aguiar-Branco.
- Instituto Nacional de Estatísticas de Portugal lança estudo "Comunidade dos Países



Fundação Mário Soares recebida na CPLP - 2007



Sub-Secretário Geral do Itamaraty reúne com Embaixador Murargy - 2014



Embaixador Helder Lucas recebe Presidente da República de Cabo Verde - 2012





Presidente de São Tomé e Príncipe visita sede CPLP - 2012



Primeiro-Ministro de Cabo Verde recebido por Embaixador Murargy - 2013



Embaixador Murargy recebe Ministro da Saúde de Moçambique - 2014

de Língua Portuguesa: breve retrato estatístico”

- CPLP apoia a Campanha Contra o Tráfico de Seres Humanos.
- A CPLP e o Provedor de Justiça de Portugal organizam I Encontro de Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH) da CPLP.
- CPLP participar na 22.ª sessão regular do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.
- CPLP no iFórum da Felicidade.
- CPLP lança Campanha contra a violência sobre as Mulheres.
- Conferência “Jovens da CPLP”.

## 2014

- X Conferência de Chefes de Estado e de Governo.
- VI Reunião de Ministros do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.
- IX.ª Reunião de Ministros da Cultura.
- VIII Reunião de Ministros da Educação.
- III Reunião de Ministros das Finanças.
- III Reunião de Ministros da Saúde.
- III Reunião de Ministros responsáveis pela Igualdade de Género.
- XV Reunião de Ministros da Defesa.
- Embaixador Murade Murargy recebe Ex-Secretário Executivo Embaixador Luis Fonseca.

- Visita de cortesia do Vice-Ministro das Relações Exteriores do Peru à sede da CPLP.
- Secretário Executivo participa na IX Reunião do Conselho Científico do IILP.
- Embaixador Murargy intervém no II Fórum Nacional de Transformação de Cabo Verde.
- Apelo conjunto ao povo da Guiné-Bissau dos Chefes das MOE da CPLP, UA, UE, OIF, CIP-UEMOA e dos EUA à 2.ª volta das Eleições Presidenciais.
- Carlos Moura nomeado Representante Especial da CPLP para a Guiné-Bissau.
- Embaixador Roberto Pinto apresenta cartas credenciais enquanto Representante Permanente do Brasil junto à CPLP.
- Ministro plenipotenciário Carlos Pereira Marques apresenta cartas credenciais enquanto Representante Permanente de Portugal junto da CPLP.
- IX Reunião do Grupo de Trabalho de Alto Nível das Alfândegas.
- Murade Murargy recebe Grupo Parlamentar do PSD.
- Plano de Acção sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial.
- CPLP assina Programa de Cooperação Técnica com a FAO.
- Secretário Executivo recebe Administrador

Executivo da Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento (SOFID).

- Primeiro-Ministro de Timor-Leste, Xanana Gusmão, lança Livro na sede da CPLP.
- Murade Murargy participa na 44.ª Cimeira da CEDEAO.
- Georgina Benrós de Mello assume funções como nova Diretora-Geral da CPLP.
- IILP organiza Curso de Capacitação para a Elaboração de Materiais: Ensino de Português Língua de Herança / Português para Crianças.
- CPLP apoia V edição do Festival de Cinema Itinerante da Língua Portuguesa (FESTin).
- I Conferência Internacional Sobre Políticas de Drogas nos PALOP.
- Missão Observação Eleitoral às Eleições Gerais na Guiné-Bissau.
- Lançamento da campanha da CPLP “Juntos contra a Fome” Primeira acção de capacitação de professores no âmbito do Programa CPLP nas Escolas.
- CPLP comemora “Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho”.
- Missão Observação Eleitoral à 2.ª Volta das Eleições Presidenciais na Guiné-Bissau.
- Acordo de Cooperação Consular entra em vigor.
- Diretora-Geral da CPLP recebe Delegação da Embaixada do Japão.



II Fórum Lusófono das Telecomunicações - 2011



Primeiro-Ministro de Cabo Verde recebido pelo Embaixador Luis Fonseca - 2007



Secretário-Geral Ibero-Americano visita CPLP - 2012





## FICHA TÉCNICA

### Redação, Edição e Produção:

Secretariado Executivo da CPLP  
Embaixador Murade Murargy (direcção editorial)  
António Ilharco (coordenação)

### Convidados de Honra:

Presidente da República de Moçambique e Presidente em Exercício da CPLP, Armando Emílio Guebuza  
Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos  
Ex-Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso  
Presidente da República Democrática de Timor-Leste, Taur Matan Ruak  
Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste, Kay Rala Xanana Gusmão

### Colaborações Especiais:

Carlos Lopes  
Carlos Pereira Marques  
Faizal Cassam  
Hélder Lucas  
José Roberto Pinto  
Luís Fonseca  
Luís Guilherme de Oliveira Viegas  
Madalena Neves

Nilma Gomes  
Pedro Comissário  
Salimo Abdula

### Apoio à Produção e Redação:

Amália Martins  
António Ilharco  
Arlinda Cabral  
João Botelho  
Liliana Fidalgo  
Manuel Lapão  
Rosa Pais  
Rui Carvalho  
Vitório Cardoso

### Fotografias:

Secretariado Executivo da CPLP.

### Impressão:

Sersilito, Empresa Gráfica Ltda.

### ISBN:

978-989-97178-8-6

### Depósito Legal:

377532/14

O Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) publicou esta Obra (Livro) para promover o acesso do público à informação sobre os seus objetivos, concretizações e políticas em geral. A informação é fornecida com critério editorial e mantém-se fiel à utilização ou não do Acordo Ortográfico pelos autores dos textos.

A menos que expressamente indicado em contrário, os acontecimentos escolhidos, as citações, as constatações, interpretações e eventuais conclusões expressas na Obra são da responsabilidade de vários funcionários do Secretariado Executivo, colaboradores e assessores que prepararam a Obra e não representam, necessariamente, os pontos de vista da CPLP ou dos seus Estados-membros. O Secretariado Executivo da CPLP, os vários funcionários do Secretariado Executivo, colaboradores e assessores que prepararam a Obra não assumem qualquer responsabilidade relativamente ao seu conteúdo. Este conteúdo:

- Não é necessariamente exaustivo, completo ou rigoroso;
- As ligações multimédia associadas à obra podem ser descontinuadas ou estar associadas a outras páginas eletrónicas de responsabilidade de terceiros;
- De igual forma, o Secretariado Executivo da CPLP não tem responsabilidades pela manutenção da Obra em ambiente iOS (iPhone, iPad), Android ou qualquer outro formato eletrónico;
- A Obra em ambiente iOS (iPhone, iPad) e Android deverá continuar a ser atualizada durante 12 meses após a sua publicação, podendo ser renovado por períodos idênticos;
- Os conteúdos da Obra não constituem um parecer profissional, uma resposta oficial ou qualquer outra interpretação gerada pela sua publicação.



Com o apoio de:



